

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO”**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

FERNANDA DE SOUZA PEDROSO CAMPELO

MÍDIAS FALADAS LOCAIS: ATITUDES LINGUÍSTICAS DE CUIABANOS

CÁCERES-MT

2022

FERNANDA DE SOUZA PEDROSO CAMPELO

MÍDIAS FALADAS LOCAIS: ATITUDES LINGUÍSTICAS DE CUIABANOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação da Professora Dra. Jocineide Macedo Karim.

CÁCERES-MT

2022

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

C193m CAMPELO, Fernanda de Souza Pedroso.
Mídias Faladas Locais: Atitudes Linguísticas de Cuiabanos /
Fernanda de Souza Pedroso Campelo - Cáceres, 2022.
207 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) - Curso
de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística,
Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres,
Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.
Orientador: Jocineide Macedo Karim

1. Sociolinguística. 2. Atitudes Linguísticas. 3. Variedades
Linguísticas. 4. Mídias Faladas Locais. 5. Mídia Falada
Cuiabana. I. Fernanda de Souza Pedroso Campelo. II. Mídias
Faladas Locais: Atitudes Linguísticas de Cuiabanos: .
CDU 81-116

FERNANDA DE SOUZA PEDROSO CAMPELO

MÍDIAS FALADAS LOCAIS: ATITUDES LINGUÍSTICAS DE CUIABANOS

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jocineide Macedo Karim
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Cristine Schmidt
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Marcos Luiz Cumpri
Avaliador Interno – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Maria Inês Pagliarini Cox
Avaliadora Externa – UFMT

Profa. Dra. Neusa Inês Philippsen
Avaliadora Externa – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Antônio Carlos Santana de Souza
Suplente – PPGL/UNEMAT

Prof. Dra. Marília Silva Vieira
Suplente – POSLLI/UEG

APROVADA EM 24/02/2022.

Dedico esta pesquisa à Sagrada Família de Nazaré.

AGRADECIMENTOS

À Sagrada Família pela força neste percurso, por me sustentar aqui.

A mim por não ter desistido, pela dedicação, esforço, disciplina e resistência.

Ao meu esposo, meu maior incentivador. Obrigada pelo amor, respeito e carinho, pela ajuda na realização desta etapa da minha vida.

A minha família, avós, pais, irmãs e sobrinhos, por sempre me mostrarem o valor do amor e da união, por rezarem e torcerem pela minha felicidade.

Aos participantes da pesquisa que, mesmo sem me conhecerem, disponibilizaram parte de seu tempo para responderem ao questionário deste estudo.

Às pessoas que me conduziram até aos participantes, meu muito obrigada!

A minha orientadora pela oportunidade e confiança depositada em mim. Agradeço os ensinamentos, compreensão e sabedoria.

À banca examinadora pelas valiosas contribuições, por lerem minuciosamente este trabalho e apontar cada detalhe que precisava ser melhorado.

“Uma atitude negativa pode impedir a difusão de uma variante ou mudança linguística, ou até mesmo, levar ao seu abandono e esquecimento” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 179 apud PASTORELLI, 2011, p. 24).

RESUMO

Este estudo, inscrito na área da Sociolinguística, na linha de pesquisa Estudos de Processos de Variação e Mudança do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, objetivou investigar e analisar preferências e atitudes linguísticas em relação às mídias faladas locais. Objetivou-se também identificar e interpretar atitudes linguísticas em relação ao falar cuiabano; e à ocorrência desse falar na mídia falada de Cuiabá-MT. Para tal, quarenta e quatro nativos, estratificados entre homens e mulheres, nos níveis de ensino correspondentes aos Ensinos Médio e Superior, responderam um questionário que contemplava os temas supracitados. Para a definição dos critérios de inclusão da amostra básica desta investigação, seguimos critérios: a) os entrevistados deveriam ser nativos e residir na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso; b) os entrevistados deveriam ser maiores de idade. As entrevistas com cuiabanos nativos, que constituíram o *corpus* para análise, foram desenvolvidas por meio de trinta e três perguntas abertas e duas fechadas, totalizando, dessa forma, trinta e cinco questões. A hipótese inicial era que os nativos apresentariam atitudes linguísticas positivas frente aos temas pesquisados. A esse respeito, os resultados obtidos revelam atitudes linguísticas positivas frente aos temas pesquisados. Ademais, os informantes além de se mostrarem favoráveis à ocorrência de variedades linguísticas locais nas mídias faladas locais, trouxeram à baila temas como identidade, inteligibilidade, cultura, tradição, entre outros aspectos, promovidos por meio da manifestação de usos linguísticos locais nas mídias faladas dos municípios. Em relação ao falar cuiabano, os nativos possuem atitudes linguísticas positivas e se mostraram favoráveis à ocorrência desse falar na mídia falada de Cuiabá-MT. Pesquisas em atitudes linguísticas são de extrema relevância social, pois, além dos fatores condicionadores, sexo, idade, escolaridade, entre outros, as atitudes linguísticas influenciam nas escolhas linguísticas dos falantes e nas mudanças linguísticas do meio, propiciando, dessa forma, a preservação ou erradicação de falares. Almejamos que nossa pesquisa, além da identificação de atitudes linguísticas, colabore em direção à ocorrência de usos linguísticos locais nas mídias faladas locais. Pretendemos também que esta pesquisa contribua para a valorização da realidade linguística da comunidade pesquisada, Cuiabá-MT. Além dos benefícios supracitados, intentamos por meio desta pesquisa possibilitar o interesse para produções relacionadas ao falar nos suportes midiáticos.

Palavras-chave: Sociolinguística, Atitudes Linguísticas, Variedades Linguísticas, Mídias Faladas Locais, Mídia Falada Cuiabana.

ABSTRACT

SPOKEN LOCAL MEDIA: LINGUISTICS ATTITUDES FROM CUIABANOS

This study, registered in the Sociolinguistics, from the research line of Studies in processes of Variation and Change from the Stricto Sensu Post graduating Program in Linguistics, had as main objective to investigate and analyse linguistic attitudes in relation to the spoken local media from the towns. The aim was also to identify and interpret linguistic attitudes in relation to cuiabano way of speaking; in the use of cuiabano way of speaking in the spoken media from Cuiabá-MT. Forty-four interviewed, divided between men and women and secondary and higher education. In order to define the criteria for inclusion of the basic sample from this research, we followed the following criteria: a) the interviewed ones had to be born and resided in the city of Cuiabá, in Mato Grosso; b) the interviewed had to be of age. The interviews with native cuiabanos, which constituted the corpus for the analysis, were developed through thirty-three questions. The initial hypothesis was the natives would present positive linguistic attitudes in relation to the themes that we proposed to research. The results obtained reveal positive linguistic attitudes in relation to the themes that we proposed to research. Informants not only favored the occurrence of regional linguistic varieties in local spoken media, but also criterion allows identity, understanding, culture, tradition, among other aspects promoted through the manifestation of local linguistic uses in the spoken media of the municipalities. In relation to the cuiabano way of speaking, the natives have positive attitudes to their own way of talking, they were favored to the use of this way of speaking in the spoken media from Cuiabá-MT. Research on linguistic attitudes is of extreme social relevance, because in addition to conditioning factors sex, age, education, among others, linguistic attitudes influence the linguistic choices of speakers and the linguistic changes in the environment, thus providing the preservation or eradication of speeches. We hope that our research, besides the identification of linguistic attitudes, it should contribute towards the occurrence of local linguistic use in local spoken media. We also intend that this research contributed to the valorization of the linguistic reality of the researched community, Cuiabá-MT. It is also aimed, through this research, to enable the interested in productions related to speaking in the media.

Key words: Sociolinguistics, Linguistic Attitudes, Linguistic Varieties, Local Spoken Media, Cuiabana Media Speech.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Constituição da amostra desta investigação	115
Tabela 2 - Perfil sociocultural dos participantes.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O falar cuiabano	123
Gráfico 2 - O falar cuiabano e outros falares de MT	128
Gráfico 3 - Sobre o falar cacerense.....	130
Gráfico 4 - Vergonha do sotaque regional.....	132
Gráfico 5 - Sentimento perante o falar cuiabano	139
Gráfico 6 - Traços linguísticos cuiabanos	142
Gráfico 7 - Variantes linguísticas não apreciadas.....	143
Gráfico 8 - O falar dos locutores (preferências linguísticas).....	145
Gráfico 9 - As TVs locais (preferências linguísticas).....	147
Gráfico 10 - Falares do rádio: Entre o certo e o errado	148
Gráfico 11 - Falares da TV local: Entre o certo e o errado.....	150
Gráfico 12 - Variedades linguísticas locais no rádio	151
Gráfico 13 - Variedades linguísticas locais na TV	154
Gráfico 14 - Sotaques no rádio	161
Gráfico 15 - Sotaques locais nas TVs locais	163
Gráfico 16 - Falar cuiabano no rádio	168
Gráfico 17 - Falar cacerense na mídia televisiva e radialista local.....	170
Gráfico 18 - Falar cuiabano nas TVs locais.....	171
Gráfico 19 - Falar cuiabano no rádio: Entre o certo e o errado	173
Gráfico 20 - Falar cuiabano na TV local: Entre o certo e o errado.....	175
Gráfico 21 - Representação do falar cuiabano no rádio.....	177
Gráfico 22 - Representação do falar cuiabano nas TVs locais	178
Gráfico 23 - Programas de rádio que representam o falar cuiabano.....	180
Gráfico 24 - Programas de TV que representam o falar cuiabano.....	181
Gráfico 25 - Variantes linguísticas na mídia cuiabana	182
Gráfico 26 - Programa de rádio do município que melhor representa o falar cacerense	184
.....	
Gráfico 27 - Programa de rádio no município cujo falar do locutor se assemelha com o falar cacerense	184

LISTA DE FIGURAS

1 - Tripé	44
2 - O falar cuiabano	122
3 - Enunciações sobre a língua	135
4 - Atitudes linguísticas	136
5 - Sentimento perante o falar cuiabano	139
6 - Traços linguísticos cuiabanos.....	141
7 - O falar dos locutores (preferências linguísticas)	145
8 - Língua e Cultura	171
9 - Variantes linguísticas cuiabanas na mídia.....	182
10 - Representação do falar cuiabano	186

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
SEÇÃO I.....	18
ÉGIDE TEÓRICA.....	18
1.1 Sociolinguística: fundamentos e abordagens.....	18
1.2 A língua portuguesa.....	19
1.3 A gramática normativa.....	27
1.4 Noção de erro.....	31
1.5 Preconceito linguístico.....	38
1.6 Atitudes linguísticas.....	45
1.7 Atitude linguística e identidade.....	48
1.8 Usos linguísticos no falar cuiabano: estudos realizados.....	53
II O FALAR DA MÍDIA.....	66
2.1 Constituição da língua da/na mídia: o padrão Globo.....	66
2.2 A língua da/na mídia.....	71
2.3 As mídias locais.....	87
III MÍDIA FALADA: ALGUNS ESTUDOS.....	92
3.1 Pesquisas sobre mídia.....	92
IV CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	113
4.1 A comunidade da pesquisa: dados geográficos, históricos e linguísticos.....	113
4.2 A constituição do <i>corpus</i> da pesquisa.....	115
4.3 O perfil dos colaboradores.....	116
4.4 A coleta de dados: aplicação de questionário.....	119
4.5 As ferramentas utilizadas para a coleta de dados.....	121
4.6 As ferramentas utilizadas para a quantificação dos dados.....	121
SEÇÃO V.....	122
EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS PARTICIPANTES.....	122
5.1 O falar cuiabano.....	122
5.2 Mídias faladas locais.....	145
5.3 Mídias faladas cuiabanas.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	192
REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS.....	201
ANEXOS.....	202
ANEXO I.....	202
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	202
ANEXO II.....	205
INSTRUMENTO DE COLETA.....	205

INTRODUÇÃO

“No meio do caminho tinha um equívoco” (ANTUNES, 2012, p. 115). Tomamos emprestada essa asserção para expor os equívocos que rondam as atitudes linguísticas em torno da língua portuguesa no Brasil. Equivocamo-nos quando assimilamos língua com norma-padrão. Equivocamo-nos ao considerar que há falares superiores e inferiores, certos e errados, bonitos e feios. Equivocamo-nos quando acreditamos que há somente uma norma linguística. Assim, baseada em equívocos, ocorreu a constituição das atitudes linguísticas atinentes aos usos linguísticos dos falantes.

Tudo isso são equívocos, pois os usos linguísticos estão intimamente relacionados ao social. A variação é inerente à língua¹, e isso independe da vontade humana. Nessa via, relacionando a linguagem a aspectos sociais, isto é, filiados aos pressupostos teóricos da Sociolinguística, acreditamos que a linguagem está intimamente relacionada com o social. Há fatores condicionadores extralinguísticos, como sexo, idade, escolaridade, que interferem nos usos linguísticos dos sujeitos.

Levando avante esse postulado de grande abrangência social, a sociolinguística, inspirada em grande escala pelo trabalho pioneiro de William Labov, incrementou, nas últimas três décadas, uma nova compreensão da natureza ao mesmo tempo variável e mutável da linguagem. Ativou também o reconhecimento do caráter regular e sistemático da heterogeneidade mediante um conjunto de estudos empíricos, de natureza quantitativa com foco na língua em uso no contexto social (CAMACHO, 2013, p. 19).

Além disso, acreditamos que os julgamentos, juízos de valor que os falantes possuem em relação aos modos de falar também influenciam em seus usos linguísticos, ou seja, além dos fatores condicionadores supracitados, as atitudes linguísticas também interferem nas escolhas e no comportamento linguístico das pessoas.

Para explicitar a influência das atitudes linguísticas nos usos linguísticos dos falantes, citamos Calvet (2002). De acordo com o autor, a língua não pode resumir-se a um instrumento de comunicação, pois isso leva à crença de uma relação neutra do falante com sua língua, o que não existe. Para esclarecer, Calvet declara: “Com efeito, existe todo um conjunto de *atitudes*, de sentimentos dos falantes para com suas línguas, para com as variedades de línguas e para com aqueles que as utilizam, que torna superficial a análise da língua como simples instrumento” (p. 57, grifo do autor). Nessa perspectiva, diferentemente dos instrumentos, as

¹ CASTILHO, Ataliba de. *Quando se trata de português falado, não existe certo e errado*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NxQmBBgPrp8>. Consultado em agosto de 2021.

atitudes linguísticas interferem no comportamento linguístico. Assim, “Pode-se amar ou não um martelo, sem que isso mude em nada o modo de pregar um prego, enquanto as atitudes linguísticas exercem influências sobre o comportamento linguístico” (CALVET, 2002, p. 57).

Nessa direção, acreditando na significativa influência das atitudes linguísticas nos usos linguísticos dos falantes, investigamos atitudes linguísticas de cuiabanos nativos em relação ao falar das mídias locais, evidenciando se esses demonstram atitudes positivas ou negativas a respeito da ocorrência de variedades linguísticas locais nos suportes midiáticos falados locais. Propusemos, também, identificar atitudes linguísticas frente ao falar cuiabano e à ocorrência desse falar na mídia falada cuiabana.

Evidenciamos, como hipótese, a aceitação do uso de variedades linguísticas locais nas mídias faladas locais e na mídia falada cuiabana; assim como atitudes linguísticas positivas perante o falar cuiabano.

A esse respeito, a maioria dos entrevistados apresentou atitudes linguísticas positivas perante a ocorrência de variedades linguísticas locais nas mídias faladas locais e na mídia falada cuiabana. Os informantes demonstraram também atitudes linguísticas positivas em relação ao falar cuiabano.

Nessa perspectiva, filiado aos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, este estudo objetiva compreender a importância da ocorrência de falares locais nas mídias locais, de forma a valorizar as variedades linguísticas de cada região, estabelecendo um sentimento de pertencimento e valorização do local. Em outras palavras, “Para se começar a tratar a *esquizofrenia diglósica* que existe no Brasil é preciso reconhecer a validade das regras gramaticais não padrão, elevando-se assim a autoestima linguística dos brasileiros, fazendo com que valorizem seu vernáculo, sua língua materna” (BAGNO, 2001, p. 175, grifos do autor).

Diante do exposto, pretendemos que nossa pesquisa, além da identificação de atitudes linguísticas, seja uma contribuição em direção à ocorrência de usos linguísticos locais nas mídias locais. Como já enfatizado, defendemos que as mídias locais prezem pela ocorrência de variedades linguísticas locais de forma a enaltecer a identidade, a cultura e valores do município, pois através da língua é possível reverenciar esses aspectos. “Portanto, se há falares diferentes no que diz respeito ao lugar ou à pessoa, estas variações devem estar presentes na fala do apresentador ou do repórter de telejornal” (COTES, 2008, p. 61). Assim, diante da tentativa de uniformização da língua nos meios midiáticos, buscamos compreender como ficam as mídias locais e como a inibição dos falares locais nessas mídias influencia na construção da cultura, identidade local?

Estudar a mídia local se faz relevante, especialmente por promover a identidade de uma região e desencadear a sensação de valorização e pertencimento a uma comunidade². Isso é de grande importância porque a sociedade tende a subestimar o local e exaltar o global. Nessa via, a mídia local assume o papel de preservação da identidade construída na comunidade. E, em um período em que a grande mídia apresenta infinitas possibilidades, faz-se indispensável abarcar o local, contemplando aspectos como identidade, singularidade, cultura, tradição, atributos cujos somente as mídias locais conseguem considerar.

Elegemos Cuiabá como lócus por se configurar território de muitas variedades linguísticas. Para Lima (2004, p. 107), o “traço linguístico que mais identifica o falar cuiabano é a alternância das africadas e fricativas: [dZ] [dZeitu], [tS] [tSuva]/ [Z] [Zeitu], [S] [Suva]”. Para falar desse fenômeno, o pesquisador cita Silva (1998), o qual defende que essa pronúncia ainda é utilizada pelos caipiras de São Paulo e foi transferida para o nosso estado pelos bandeirantes, os quais preservavam pronúncia arcaica dos primitivos colonos portugueses. Lima (2004) ainda defende que, além dessa hipótese, debate-se também na comunidade que algumas peculiaridades linguísticas têm alicerce no espanhol, bem como na língua dos índios Bororo que viviam na região.

Segundo o autor, a alternância das africadas e fricativas tem muita repercussão nas comunidades regional e nacional, mas essa não é a única característica do falar cuiabano. Para ele, esse falar tem uma gramática própria. Nessa direção, o autor argumenta que, além desse aspecto fonético, o falar cuiabano exibe marcas linguísticas muito peculiares também na morfologia e na sintaxe. “Nesse sentido, este falar tem uma importância ímpar no universo linguístico que merece ser descrito, não só pelo fato do emprego das africadas, mas por certas manifestações gramaticais em funcionamento na comunidade” (*ibidem*).

Nossa pesquisa contou com a colaboração de 44 informantes. Para a definição dos critérios de inclusão da amostra básica desta investigação, seguimos os seguintes critérios: a) os entrevistados deveriam ser nativos³ e residirem na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso; b) os entrevistados deveriam ser maiores de idade, com grau de escolaridade distribuído em níveis Médio e Superior. As entrevistas com cuiabanos nativos constituíram o *corpus* para análise e

² Esses aspectos foram citados pelos colaboradores diversas vezes. Assim, colocamos em relevo que a parte teórica foi escrita um ano antes da aplicação do questionário, e muito do que apresentamos nestas linhas teóricas foi evidenciado na fala dos entrevistados.

³ Cinco informantes nasceram na Baixada Cuiabana-MT, e três dos 44 entrevistados não nasceram em Cuiabá, nem na Baixada Cuiabana-MT, mas se deslocaram para a capital desde a mais tenra idade.

foram desenvolvidas por meio de trinta e cinco perguntas, baseadas nos estudos de Macedo-Karim (2004; 2012), Pedroso (2018).

Nossa tese está dividida em cinco seções. Na seção I, nomeada de “Égide teórica”, expomos alguns aspectos da Sociolinguística, apresentamos a trajetória da língua portuguesa no Brasil. Discorremos sobre a gramática normativa, noção de erro e preconceito linguístico. Conceituamos atitudes linguísticas e exibimos alguns trabalhos sobre o falar cuiabano. Na seção II, denominada “O falar da mídia”, apresentamos a constituição histórica dos usos linguísticos da mídia, discursamos sobre a língua da/na mídia e sobre as mídias locais e sua relevância. Na seção III, intitulada “Mídia falada: alguns estudos”, resenhamos pesquisas brasileiras que versam sobre a mídia. A seção IV, “Caminhos metodológicos”, compõe-se dos procedimentos metodológicos. Nela, apresentamos ao leitor a comunidade pesquisada, a constituição do *corpus* da pesquisa, o perfil dos colaboradores. Além disso, expomos como ocorreu a coleta de dados e a ferramenta utilizada para tal. Por fim, na seção V, “Exposição e análise dos dados: Atitudes linguísticas dos participantes”, exibimos os dados obtidos e a análise desses, dessa forma, a referida seção evidencia as atitudes linguísticas dos entrevistados em relação aos temas pesquisados neste estudo. São eles: o falar cuiabano, mídias faladas locais, mídia falada cuiabana. O tópico está composto, pois, de gráficos, das falas dos colaboradores e das análises dessas falas, com as quais buscamos identificar atitudes linguísticas. Por último, socializamos as considerações finais deste estudo, evidenciando que há muito a se pesquisar, pois as respostas dos colaboradores despertaram novas reflexões.

SEÇÃO I ÉGIDE TEÓRICA

1.1 Sociolinguística: fundamentos e abordagens

A Linguística objetiva “descrever a língua em suas múltiplas manifestações e oferecer hipóteses e teorias consistentes para explicar fenômenos linguísticos” (BAGNO, 2002, p. 32).

Para o precursor da Linguística, Saussure,

A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas, ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a “bela linguagem”, mas todas as formas de expressão (SAUSSURE, 2012, p. 37).

Com o advento da Linguística moderna do século XX, outras perspectivas teóricas foram vinculadas aos estudos da linguagem, dentre elas, a Sociolinguística, corrente que explora a diversidade das línguas, objetivando a manutenção e preservação das variedades linguísticas. Silva (2004, p. 26) pontua que “Áreas brasileiras são privilegiadas por essa vertente de estudos da língua em uso: a mais antiga é sem dúvida o Rio de Janeiro, graças à presença de um grande grupo de sociolinguistas iniciados por Anthony Naro”. De igual modo, Coelho *et al* (2015, p. 58) destacam que: “No Brasil, as pesquisas no campo da Sociolinguística Laboviana tiveram início na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na década de 1970, sob a orientação de Anthony Naro”.

Para Labov (2008, p. 140), “os procedimentos da linguística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais”. De acordo com o linguista, no passado, era comum considerar tais normas como invariantes. Contudo, estudos mais acurados do contexto social onde a língua é utilizada revelam que “muitos elementos da estrutura linguística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralinguísticos” (*ibidem*).

Diferentemente de algumas vertentes que intentam silenciar algumas formas linguísticas, a Sociolinguística pretende valorizar, preservar e manter esses usos. “No seu conjunto, a sociolinguística brasileira já forneceu muitíssimos elementos para o conhecimento do português brasileiro, pelo menos em alguns pontos do Brasil e em alguns aspectos de sua estrutura” (SILVA, 2004, p. 26).

A Sociolinguística se debruça no estudo das variedades linguísticas do meio, descrevendo e sistematizando-as, comprovando que os usos linguísticos não são desordenados, mas obedecem a um sistema e a uma estrutura linguística. Nessa vertente não há línguas e falares melhores, pois não há fundamento científico para justificar tais atributos. Na realidade, existem diferentes línguas e dentro de uma nação há distintas maneiras de falar, caracterizadas como variedades linguísticas. Nenhuma variedade é superior à outra, são apenas diferentes.

Nessa via, Coelho *et al* (2015, p. 65) argumentam que uma das contribuições da Sociolinguística é a de desmascarar esta tese, “incontáveis pesquisas já constataram que não há nada nas formas variáveis de uma língua que permita afirmar que umas sejam melhores ou mais corretas do que as outras, ou que o uso de uma ou outra forma tenha qualquer relação com a capacidade cognitiva do falante”. De igual modo, para Camacho (2013), esse constitui um dos princípios mais relevantes, dentre os expostos pela Linguística descritiva do século XX: “o de que nenhum dialeto, ou variedade dialetal é inerentemente superior a qualquer outra similar como meio de exposição, de narração, de comunhão fática ou de qualquer outro tipo de comunicação verbal” (p. 19). Ainda sobre essa abordagem social da linguagem, Camacho pontua que:

Aboliram-se noções preconcebidas de correção e incorreção, que eram paralelas aos conceitos de língua desenvolvida e de língua primitiva e, para seu lugar, deslocou-se o postulado de que nenhuma forma ou variedade linguística é inerentemente superior a um similar seu em termos criteriosamente linguísticos (*ibidem*, p. 30).

Na mesma direção, nenhum falar pode ser taxado como errado, pois um nativo é proficiente em sua própria língua, a única forma considerada errada corresponde às sentenças agramaticais, no entanto, um falante nativo não comete esse desvio. Ocorre também que há usos linguísticos não correspondentes à norma-padrão, mas esses falares não podem ser considerados errados, eles apenas não estão de acordo com a norma-padrão. Dessa forma, para a Sociolinguística, “[...] convém pensar na língua não como uma forma que foi estabelecida em caráter definitivo em algum momento do passado, quem sabe por decisão de uma assembleia de sábios, mas sim como uma realidade dinâmica, que está por natureza em constante mudança” (ILARI, 2006, p. 153).

1.2 A língua portuguesa

É inevitável escrever sobre o falar da mídia e não discorrer sobre a constituição da língua portuguesa, pois esses dois fenômenos estão intimamente relacionados. A mídia pautou-se na história da formação dessa língua para eleger as variedades linguísticas que fariam parte de seu repertório.

A história da formação da língua portuguesa revela um esforço das camadas dominantes em criar um país monolíngue. Nessa direção, “Ao longo de toda a história brasileira, o português falado pelas classes sociais mais favorecidas tem sido a variedade prestigiada em detrimento de todas as outras” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 36). Todavia, dada a extensão territorial e a diversidade de povos, a pluralidade linguística brasileira é inelutável. “Estamos, portanto, diante de um interessante quadro multilinguístico, paralelo ao que podemos encontrar noutras áreas da América, que confirma a importância do contato entre línguas para a compreensão das vertentes variacionistas” (MATEUS, 2016, p. 74).

Nessa via, o Brasil pode ser caracterizado como um país multilíngue. Esta riqueza linguística deve ser valorizada e não considerada ilegítima. A diversidade linguística brasileira é tão rica, que compartilharemos um episódio evidenciando isso. Recentemente, no estado de Pernambuco, onde fomos passar as férias, essa diversidade ficou evidente nos nomes das comidas, esses diferem de Mato Grosso. Estávamos em uma festa junina pernambucana e ansiosos para comer canjica⁴, fomos procurar pelo prato, típico das festas juninas de Mato Grosso, contudo, a plaquinha do buffet para essa comida estava na frente do que conhecemos por curral, até pensamos que a canjica tinha acabado e a plaquinha ficou lá, no lugar errado. Ao retornarmos para a mesa do buffet, ouvimos um senhor falar para a atendente que a plaquinha da canjica estava no curral e onde realmente estava a canjica estava escrito mungunzá. Logo, entendemos o que aconteceu, o que para nós, mato-grossenses, é designado de canjica, para eles, pernambucanos, é intitulado de mungunzá, e o que chamamos de curral, eles nomeiam de canjica. Coisas da língua!

Ainda sobre o estado de Pernambuco, há uma riqueza linguística imensa, variantes como *visse*, são pronunciadas a todo momento. Essas variantes também estão estampadas nas camisetas que ficam nas lojas que recebem os turistas.

Opostamente a essa diversidade linguística brasileira, ao longo da formação da língua brasileira, buscou-se a unidade linguística. “Estão aí para provar os dicionários prescritivos, as gramáticas escolares, a mídia, enfim, as autoridades institucionalizadas” (CAMACHO, 2013,

⁴ De origem africana, seu principal ingrediente é o milho. Muito encontrada em festas juninas, a receita compõe-se, além do ingrediente principal, de leite condensado e leite de coco. Algumas possuem também amendoim, canela, entre muitas outras opções.

p. 18). Por conseguinte, diversas línguas e variedades linguísticas foram dilapidadas. Desse modo, a pluralidade linguística, tampouco seus falantes, foram respeitados.

Naro e Scherre (2007) apontam a constituição da língua portuguesa como herança de terras lusitanas, com aspectos do português clássico e arcaico. Evidenciam que os usos linguísticos não padrão, presentes na fala de muitos brasileiros, decorrem do legado lusitano. Desse modo,

[...] o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes, é que as condições aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS (NARO; SCHERRE, 2007, p. 48, grifos dos autores).

Em suma, para esses autores, o português moderno brasileiro é fruto da língua trazida de Portugal “[...] indubitavelmente exagerada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e pela nativização desta língua pelas comunidades formadas por estes falantes” (*ibidem*, p. 69). Ilari (2006) partilha dessa concepção, para o autor, “Durante todo o período colonial, existiu no Brasil uma influência constante do português lusitano: as sucessivas vindas de portugueses que demandavam o Brasil na qualidade de magistrados e funcionários da Coroa [...]” (p. 240). Além disso, o teórico expõe a presença de artesãos, religiosos e comerciantes. Silva (2004, p. 20) partilha dessa tese ao afirmar que “Em rápida enumeração, não se pode deixar de destacar a presença da corte portuguesa no Rio (a partir de 1808) e dos muitos portugueses que com ela abandonaram Portugal [...]”. Todavia, Ilari (2006) pontua que foi instituída em território brasileiro uma segunda norma, diferente da norma lusitana.

Para Naro e Scherre (2007), no que diz respeito à estrutura sintagmática do português brasileiro, a língua portuguesa não possui aspectos africanos e indígenas. Os autores não negam a influência dessas línguas na cultura brasileira, mas, em relação à estrutura sintagmática da língua, as raízes do idioma são portuguesas. Portanto, “Se tais influências porventura chegaram a agir em algum momento da história do Brasil, elas não deixaram nenhum vestígio na língua, já que não produziram nenhuma estrutura nova ou outro efeito identificável” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 84).

Os autores acrescentam que a língua portuguesa falada em Portugal antes da colonização do Brasil, “[...] tomada em sua diversidade dialetal e não na sua forma padrão” possuía variedades que posteriormente germinaram em solo brasileiro, dessa forma, “[...] rejeitamos a relevância da concepção clássica da pidginização/crioulização como uma mistura de sistemas

de tipos estruturais diferentes no desenvolvimento histórico do português brasileiro” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 114).

Concernente ao léxico, Ilari (2006) aponta interferências de línguas africanas e indígenas no nosso idioma, reforçando o argumento de alguns autores que definiram “[...] o português do Brasil como uma língua crioula ou crioualizada” (p. 240). Ilari argumenta também que foi a população afrodescendente e mestiça quem disseminou o português no território brasileiro. De igual modo, Silva (2004, p. 20) expõe que: “[...] não será impossível encontrar comunidades rurais isoladas que apresentem variantes do português que possam ter tido uma história em que as línguas africanas tenham desempenhado papel essencial”.

Essas questões são muito discutidas por teóricos da área. Fonseca (2004) aponta esse tema como constituinte dos estudos sobre a língua portuguesa do Brasil: “o contato linguístico, tanto entre o português e as línguas indígenas quanto entre as línguas africanas. Além disso, investiga-se a possível formação de *pidgins* e crioulos;” (p. 02). “Aliás, a existência desse crioulo, ou de um estado de crioualização do português no Brasil, tem sido motivo de polêmica, conquanto não esteja atestado documentalmente” (MATEUS, 2016, p. 73). “Quanto ao léxico, há que se considerar no português brasileiro o notável acervo assimilado às línguas indígenas e africanas” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 32).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), no que diz respeito aos vernáculos rurais, nota-se um distanciamento da norma portuguesa, pois nessas situações houve influência das línguas indígenas e do *pidgin* dos negros. “No interior, nas fazendas ou nos quilombos, conviviam com outros negros, com mestiços, índios e portugueses. Era a situação propícia para o surgimento de um *pidgin*” (p. 32).

Sobre as línguas indígenas existentes em solo brasileiro, Silva (2004) argumenta que o Brasil poderia ser um país de língua majoritária indígena, se não fosse o Diretório dos Índios, em 1757, de Marquês de Pombal, que instituía o português como língua da colônia, obrigando sua utilização em documentos oficiais e nos estabelecimentos de ensino. “O alvará de Marquês de Pombal proibia o uso da língua geral, que passou a ser encarada pelos conquistadores como “*invenção verdadeiramente abominável e diabólica,*” [...]” (FONSECA, 2004, p. 04, grifos do autor). O Diretório também instituía penalidades para aqueles que falassem a língua geral, castigos que variavam de acordo com a classe social dos “infratores”. Nessa via, para Weber (2013, p. 67), com esse Diretório, o Brasil deu os primeiros passos em direção a uma política monolíngue “que caracterizou sua transformação em Estado nacional”.

Naro e Scherre (2007) defendem também que o português brasileiro e o português europeu compartilham estruturas similares. No entanto, da mesma forma que partilham semelhanças acachapantes, possuem também diferenças indiscutíveis, que necessitam ser compreendidas pelo viés do contexto linguístico-social de cada comunidade de fala.

De qualquer forma, devemos lembrar que tanto em Portugal quanto no Brasil atual as respectivas línguas faladas e escritas são bastantes diferentes entre si. Se encontramos diferenças entre as variedades aqui estudadas, devemos ter em mente que estamos tratando de registros distintos bem como de locais diferentes no tempo e espaço (NARO, SCHERRE, 2007, p. 64).

Na mesma direção, Bagno (2001, p. 167) aponta que os linguistas “Com base em diferentes suportes teóricos, todos eles são unânimes em afirmar que no Brasil, definitivamente, se fala uma língua diferente da falada em Portugal”. O autor aponta ainda que, segundo Perini (1997, 31), as diferenças entre o dinamarquês e o norueguês são menores que as entre o português padrão e o vernáculo.

Bagno explica que, nas análises da língua de Portugal e do Brasil, a tradição sempre se apoiou em materiais escritos, dessa forma, evidentemente encontraram mais semelhanças que diferenças. Todavia, partindo para as variedades faladas e aspectos de natureza pragmática, as diferenças se acentuam significativamente. Desse modo,

[...] no nível mais elementar das línguas, o da fonética, existem sons e combinações de sons no português de Portugal que os brasileiros desconhecem completamente, e vice-versa. Se passarmos para a sintaxe, a semântica e a pragmática, então, veremos que o abismo é ainda maior (BAGNO, 2001, p. 168).

Outro aspecto pontuado pelo autor diz respeito ao dito propagado de que o “português é uma das línguas mais faladas no mundo”, Bagno (*ibidem*) expõe que esse dito soa como piada, pois não é qualquer português, mas o português do Brasil é o mais falado, porque é a língua materna de 170 milhões de pessoas, dessa forma, ocupa uma posição de destaque. Nessa direção, Ilari (2006, p. 13) afirma: “O Brasil é hoje o maior país de língua portuguesa do mundo”.

A respeito de outros países que falam português, Bagno (2001) apresenta que o português de Portugal tem 9 milhões de falantes nativos. Nas ex-colônias portuguesas da África, não constitui a língua materna dos falantes, mas somente uma língua oficial. “Na Ásia a situação é ainda mais desfavorável ao português: em Macau só se fala chinês, enquanto no

Timor Leste apenas 20 por cento dos 800 mil habitantes conseguem se expressar (com dificuldade) na língua do antigo colonizador [...]” (p. 173).

Por fim, Bagno expõe que estamos em uma fase intermediária da história do nosso idioma. Nesse sentido, o autor sugere que, há quinhentos anos, nossa língua deveria ser nomeada de português, atualmente, a sugestão é ser chamada de *português brasileiro*, daqui a quinhentos anos, ela poderá ser nomeada de *brasileiro*. Configurando assim, denominações para a realidade linguística brasileira do passado, presente e futuro.

Ilari (2006) relata que a definição de uma norma linguística sempre inquietou a sociedade brasileira. Desse modo, mais especificamente no século XX, nos anos de 1936 e 1957, foram realizados dois importantes congressos com intuito de “[...] “regulamentar” a língua utilizada em dois gêneros artísticos então particularmente importantes: o canto lírico e o teatro” (ILARI, 2006, p. 220).

O Congresso Brasileiro da Língua Cantada aconteceu na cidade de São Paulo, no ano de 1936. O Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro ocorreu em 1957, na cidade de Salvador. Ambos apresentaram dois pontos em comum: 1) reconheciam que a língua portuguesa possuía variedades e essas se diferenciam das de Portugal; 2) acreditavam que a variação era uma questão de sotaque, isso seria resolvido se os falantes tivessem como modelo o falar de alguma região ou cidade, extinguindo-se traços considerados “regionalismos”.

Ilari expõe também que as teses aprovadas em 1936 defendiam como modelo a fala do Rio de Janeiro, que, por motivos históricos e culturais, era considerada superior. “O propósito de apontar a fala de uma única região como norma para todo um país corresponde a uma atitude típica daquela época [...]” (*ibidem*).

Fonseca (2004) pontua a existência de um período em que a língua portuguesa quase caiu no esquecimento, devido à indianização do colonizador e a concorrência com outras línguas europeias. Segundo a autora, quando os portugueses desembarcaram no Brasil, havia aproximadamente trezentos e cinquenta línguas indígenas diferentes e os tupis foram os que mais conviveram com os brancos. Consequentemente, os jesuítas aprenderam o tupi “Por considerarem que a variedade de línguas impedia a conversão, os jesuítas procuraram aprender o tupi, um tupi simplificado, despojado de seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos [...]” (p. 03). “Os portugueses subjugarão e aculturaram, em grande parte, os Tupi da costa, que foram os seus guias e aliados na marcha de paulatina penetração da terra” (CÂMARA JR, 1979, p. 27).

Consequentemente, essa língua foi institucionalizada como língua de contato entre colonizadores e índios, denominada de língua geral. “Os dialetos que falavam, foram aprendidos pelos brancos, e daí se desenvolveu uma língua geral de intercuro, que era fundamentalmente o dialeto de tupinambá, de um dos grupos mais importantes e mais em contacto com os Portugueses” (*ibidem*). Entretanto, no século XVIII, a língua geral foi substituída pelo português. Citando Teyssier, Fonseca (2004) aponta as causas dessa substituição: a vinda de imigrantes portugueses; o Diretório dos Índios de Marquês de Pombal; a expulsão dos jesuítas.

O português concorreu também com as línguas dos africanos, pois “Iniciou-se, em escala cada vez mais crescente, o tráfico de negros africanos, como escravos, para o Brasil. Aqui se distribuíram pelos grandes latifúndios e pelos centros urbanos” (*ibidem*, p. 28). Fonseca relata que para impedir a união desses, os portugueses misturaram grupos dialetais diferentes e, logo que chegavam ao país, adquiriam conhecimentos sobre a língua geral ou da língua portuguesa para falar com seus senhores, com os mestiços ou com os negros crioulos. O autor esclarece ainda que brancos e negros conviveram mais que brancos e índios, consequentemente palavras africanas foram incorporadas ao léxico da língua portuguesa no Brasil. Todavia, “O uso dos falares africanos foi gradativamente perdendo terreno para a expansão da língua portuguesa [...]”. Além disso, o decréscimo da população negra ocasionado pelo fim do contrabando de escravos e pela grande taxa de mortalidade “[...] face aos maus-tratos e doenças a que eram submetidos, a configuração étnica do Brasil começa a mudar” (p. 05).

A chegada da família real também provocou mudanças no país, como a abertura de portos e a criação da imprensa, essa que favoreceu a ‘relusitanização’ do português do Brasil. Sobre isso, Bortoni-Ricardo (2005, p. 36) argumenta que, na época do Brasil-Colônia, valorizava-se a língua dos brancos, da classe senhorial. “A partir de 1808, acentuou-se essa tendência, pois a corte portuguesa que se radicou no Rio de Janeiro, fugindo ao ímpeto conquistador de Napoleão, impôs os seus padrões e os seus juízos de valores”. Por fim, o Brasil recebeu um número significativo de imigrantes e, “Aos poucos, esses imigrantes, bilíngues a princípio, vão-se tornando falantes do português à medida que se integram aos novos costumes, à nova pátria, que tem no português a língua das escolas, da imprensa, da literatura, do rádio, da conversa do dia a dia” (FONSECA, 2004, p. 05).

Orlandi e Guimarães (2001) dividem a história da língua portuguesa em quatro momentos. O primeiro, data do início da colonização até a expulsão dos holandeses (1654). Nesse período, a língua portuguesa é falada por poucos, sendo eles, letrados, proprietários de

terras e alguns funcionários. A língua predominante é a indígena: “As línguas dos Índios predominam então com o uso de uma espécie de língua franca, a “língua geral” falada pela maioria da população” (p. 22). Nesse momento, a língua portuguesa concorre também com a dos holandeses. Entretanto, a predominância maior era de índios e negros.

O segundo momento (1654 a 1808), inicia-se com a chegada da família real no Brasil. Nesse período, cresce o número de portugueses e negros no país, o último devido ao desenvolvimento da escravidão. Naturalmente, “À medida que aumenta a escravidão aumentam também os contatos entre os locutores das línguas africanas e os que falam o português”. E, considerando que os portugueses que chegaram ao Brasil eram de regiões diferentes de Portugal, “Assim, uma grande variedade regional de falares portugueses divide o mesmo espaço de comunicação no Brasil (*ibidem*). Ocorreu também nesse período a imposição do uso da língua portuguesa nas escolas e o Diretório de Marquês de Pombal.

No terceiro momento (término em 1826), a família real se fixa em território brasileiro, e ocorre a vinda de milhares de portugueses para a nova sede da coroa portuguesa, ou seja, o Rio de Janeiro. É também nesse período que a língua portuguesa é instituída como língua nacional e que Dom João VI criou a imprensa e fundou a biblioteca nacional.

No quarto e último momento (início em 1826), um deputado sugeriu que os diplomas dos médicos fossem redigidos em *linguagem brasileira*. No ano posterior, ficou acertado que os professores ensinariam a ler e a escrever usando a *gramática da língua nacional*. A língua não é nomeada de língua portuguesa, tampouco de língua brasileira, “O que está em questão, não é somente a predominância de uma língua sobre outras, nem mesmo a questão da língua do Estado, mas a língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação” (*ibidem*, p. 24). Nesse período, a língua nacional está relacionada ao processo de “gramaticalização brasileira do português”. A esse respeito, o Brasil tem instrumentos linguísticos de gramaticalização diferentes dos de Portugal.

Bortoni-Ricardo (2005, p. 34) argumenta que “No estudo do panorama atual da língua portuguesa no Brasil, revela-se também de considerável importância a tendência emancipacionista da literatura, que se esboçou no romantismo e se consolidou a partir da Semana da Arte Moderna, em 1922”. A autora pontua que antes desse período os autores seguiam cânones portugueses, que espelhavam a norma culta de Portugal e que destoavam da língua empregada no Brasil, até mesmo das variedades dos falantes escolarizados. Os modernistas dilapidaram essa tradição, e a literatura passou a empregar um vocabulário popular e utilizar construções sintáticas brasileiras, que não são encontradas na linguagem coloquial

nem na literária portuguesa. Nessa via, Bortoni-Ricardo (2005) explica que a língua literária perdurou-se, até o século XIX, próxima à língua oficial⁵. A partir de 1922, conforme foi rejeitando aspectos normativos, se aproximou da “modalidade culta da língua urbana” brasileira.

Recorrendo a Cunha (1986), Almeida (2009) relata que o português começou a ser disseminado no Brasil em 1532, por meio das capitanias hereditárias, e que com a chegada dos portugueses vieram sujeitos de várias regiões de Portugal, que oralizavam as variedades de seu tempo, com aspectos conservadores ou inovadores a depender da procedência.

Além do emprego das africadas e fricativas, o falar é marcado também por um léxico, uma fonética, uma morfologia e uma sintaxe próprios. Contudo, em relação ao primeiro aspecto, Aguilera (2005, p. 126) pondera que “Quanto ao léxico, ao contrário, parece não ter merecido a atenção dos estudiosos até o presente, seja pela dificuldade aqui apontada de distinguir brasileiro de regionalismo, seja pelo entrave para definir o que pertence à norma culta urbana e o que se restringe à fala rural”.

Essa subseção buscou apresentar a história da constituição da língua portuguesa no Brasil. Nela é possível verificar que durante essa formação buscou-se a padronização da língua, o objetivo era construir um país monolíngue. Todavia, é evidente que em um território extenso como o Brasil, habitado por diferentes povos, essa homogeneidade é praticamente impossível se concretizar.

As subseções subsequentes elucidarão alguns aspectos relacionados à mídia. São temas que fazem parte dessa instituição, como a gramática normativa, a noção de erro e o preconceito linguístico. A gramática normativa, porque é a partir dela que se julga o que é certo e errado na língua. A noção de erro, pois a mídia, principalmente a escrita, é perita em classificar os falares como certos e errados. Assim, qualquer variedade linguística que destoe da norma-padrão é rapidamente taxada como errada. Por fim, o preconceito linguístico, pois a mídia, especialmente a impressa, propaga esse tipo de preconceito.

1.3 A gramática normativa

Bortoni-Ricardo (2005) discorrendo sobre as variedades urbanas explica que essas incluem diversas modalidades, que vão desde as variedades populares até a norma culta, essa

⁵ “Chamamos de língua oficial a descrita na gramática normativa, que se espelha no português europeu” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 35).

empregada pelos sujeitos detentores de alta escolarização e “pelos meios de comunicação de massa, que seguem aproximadamente os preceitos da gramática normativa” (p. 35).

A respeito da gramática normativa, Bagno (2007, p. 92, grifos do autor) sinaliza que gramáticos e literatos, perante os fenômenos de variação, sempre elegeram a variante mais parecida, “na forma ou na função, às descrições da **gramática latina**”. Para exemplificar, o autor cita o caso do pronome ele como objeto direto o qual, após o processo de padronização da língua, passou a ser caracterizado como “erro”, “como impropriedade a ser evitada pelos falantes “cultos”” (*ibidem*).

Nessa direção, o linguista pontua que, devido ao fato de as gramáticas normativas sempre se pautarem nos usos escritos, literários para desenvolverem seu trabalho prescritivo, não iremos encontrar nelas “uma descrição fiel e detalhada do que é, de fato, a língua em seus usos mais espontâneos, característicos dos estilos falados menos monitorados nos dias de hoje”. Nelas também não aparecem formas inovadoras que já se estabilizaram na escrita. É por isso que, para o linguista, as gramáticas normativas “fazem uma apresentação **anacrônica** da língua” (*ibidem*, p. 141, grifos do autor), ou seja, desvinculada dos verdadeiros usos contemporâneos, inclusive da escrita literária atual.

Na mesma direção, para Silva (2012, p. 232), “[...] a gramática normativa, que, no século passado, se deslusitanizou, mas que está longe de refletir o padrão nacional falado, e mantém divergências em relação ao uso brasileiro escrito, de que são exemplos clássicos a colocação dos pronomes e a regência verbal”. Para a autora, a gramática normativa também não percebe que determinados fenômenos repulsos socialmente persistem na fala e na escrita monitoradas. Diante disso, “Acostumamo-nos, na Linguística, a distinguir entre o normal e o normativo, entre a norma do que é, que poderia ser captada descritivamente, e a norma do que deve ser, que seria formulada em enunciados prescritivos” (SCHLIEBEN-LANGE, 1993, p. 22).

Bagno (2007) explica que os gramáticos almejavam mostrar que a língua deles era “perfeita” e “precisa”, igual ao idolatrado latim. Como exemplo do que nomeia de relatinização do português, o autor menciona os vocábulos que, após serem submetidos aos processos de mudanças regulares do português, ficaram diferentes do termo latino do qual se produziram. Visualizando isso como um “problema”, e ansiosos em aproximar a língua o máximo do latim, “os gramáticos e literatos da época impuseram novas formas para substituir as formas tradicionais na língua, que vinham sendo usadas desde os primórdios do idioma” (p. 93).

FORMA TRADICIONAL

FORMA RELATINIZADA

Avondança	Abundância
Coa	Cauda
Esmar	Estimar
Frol	Flor
Goivo	Gáudio
Fremoso	Formoso
Letradura	Literatura
Marteiro	Martírio
Obridar	Olvidar
Chantar	Plantar
Seenço	Silêncio

Fonte: BAGNO (2007).

Evidencia-se, dessa forma, que “O processo de constituição da norma-padrão clássica do português representou, portanto, ao mesmo tempo, a **seleção** de algumas variantes e a **exclusão** de todas as demais formas alternativas de se dizer a mesma coisa” (*ibidem*, p. 94, grifos do autor). Para Silva (2012), é nessa gramática normativa que se pauta a compreensão que a classe média tem da norma-padrão, “à qual se aferra como um bem custosamente adquirido (e realmente o foi, já que mesmo o seu vernáculo, em muitos aspectos não coincide com ela), um bem que não pode ser desvalorizado agora” (p. 234).

Todavia, para Bagno (2007), isso não significa que as formas recusadas não são/foram usadas. Isso ocorre porque a norma-padrão “só consegue *refrear* por algum tempo os processos de mudança, mas nunca impedir que, com o tempo, ocorram essas transformações, por meio das quais novas formas linguísticas vão surgindo na língua e substituindo as formas antigas” (BAGNO, 2007, p. 94, grifo do autor).

O autor explica que foi devido a essa inabilidade da norma-padrão de conter a variação e evitar a mudança que, com o passar dos anos, se abriu uma distância enorme entre os usos linguísticos e as formas normatizadas. Para ele, no Brasil, essa distância parece um abismo, pois nossa tradição gramatical se inspira, em sua maioria, em usos literários, remotos, “lisboetas” do português de Portugal e despreza ou censura variedades linguísticas utilizadas pelos brasileiros, inclusos nesse meio falantes com escolarização alta e membros das classes privilegiadas. Isso desencadeia o estranho sentimento de que o ““brasileiro fala mal o português” ou de que “português é muito difícil”” (*ibidem*). O adjetivo estranho, proposto por

Bagno, soa bem, porque é um tanto curioso que um nativo ache sua própria língua difícil ou que o nativo fale mal o seu próprio idioma. São casos para se pensar!

O autor argumenta, ainda, que há um desconforto relacionado à norma-padrão, como exemplo, ele cita o caso da colocação pronominal. Na comparação dos preceitos da gramática normativa com os usos linguísticos da maior parte dos brasileiros (inclusive em escritas monitoradas), notou uma situação espantosa:

De um lado, os gramáticos se esforçam em definir uma série de regras e sub-regras para a colocação dos pronomes oblíquos, valendo-se inclusive de noções pouco consistentes como a da suposta “atração” que umas palavras exercem sobre outras. Do outro lado, os usos reais da língua pelos brasileiros demonstram que só existe uma regra de colocação pronominal em vigor entre nós: a da **próclise ao verbo principal**. É isso que nos leva a iniciar frases com pronome oblíquo, apesar desse uso ser veementemente condenado pelos normativistas, e a nunca fazer uso da mesóclise na língua falada (“dar-te-ei”, “ver-nos-emos”, “agradecer-lhe-ia”), um tipo de colocação pronominal que soa absolutamente estranho (senão ridículo) para os ouvidos brasileiros (*ibidem*, grifos do autor).

Bagno defende que a constituição da norma-padrão não é um feito puramente linguístico. Como produto sociocultural, atrelado à esfera política, transformado em instrumento de poder, de coerção e, “no período colonial, de submissão dos povos conquistados em outros continentes, a norma-padrão é um fenômeno marcado historicamente por uma **ideologia** excludente e repressora” (*ibidem*, p. 96, grifo do autor). O autor ainda pondera que, na constituição da norma-padrão das línguas europeias, fez-se presente o autoritarismo, um espírito oligárquico e elitista, que excluía a maioria e incluía uma minoria restrita.

Devido a isso, como reação à norma-padrão, os cientistas da linguagem criticam e denunciam esse caráter racista, autoritário, excludente e repressor “que presidiu a criação do modelo ideal de “língua certa” nas sociedades ocidentais”. O autor defende ainda que “A norma-padrão e seu instrumento de divulgação mais prestigiado – a gramática normativa” – são mensageiras de um discurso no qual o que prevalece, “muito mais do que uma análise de língua ou mesmo do que a prescrição de formas “corretas” de usos da língua, é a tentativa de **selecionar para excluir**”: não de selecionar umas formas linguísticas em detrimento de outras, mas de selecionar cidadãos e excluir a maioria dos demais, “lançados no submundo do ‘falar errado’, do ‘não saber pensar direito’ e, conseqüentemente, do não poder falar, o que muitas vezes é o mesmo que não poder ser” (BAGNO, 2007, p. 97, grifos do autor).

Sobre isso, acreditamos que a gramática normativa seria a teoria e a mídia a instituição que coloca os preceitos dessa teoria em prática. Nessa direção, a mídia e a escola são os

principais agentes difusores da gramática normativa. Com seus discursos prescritivos, essas duas instituições buscam enaltecer essa gramática.

Tais aspectos podem ser evidenciados na obra *Preconceito e intolerância na linguagem*, na qual Leite (2008) reúne discursos preconceituosos em relação a determinados usos linguísticos. Para a autora, gramáticos e repórteres “ignoram a dinamicidade da língua e acreditam piamente na língua em “estado de dicionário” e em “estado de gramática”” (p. 97).

A autora faz importante ressalva concernente à competência linguística, pois há pessoas que conhecem as regras impostas pela gramática, contudo, não são eficientes no uso da língua. Assim, conhecimento gramatical não é sinônimo de competência comunicativa.

Camacho (2013) sinaliza que, se buscarmos avaliar o nível de contribuição que a Linguística trouxe para transformar a concepção normativa, os resultados não vão além da linha do critério de cientificidade, perante o qual é comum contrastar a Linguística à gramática normativa sobre o fundamento da discrepância descritivismo/prescritivismo.

1.4 Noção de erro

Bagno (2009) sinaliza que há, na sociedade, noções de certo e errado e que essas são reproduzidas pela “pedagogia tradicional” e pelos meios de comunicação. De igual modo, Scherre (2012, p. 198, grifo do autor) argumenta: “Mais do que isto, a mídia brasileira tem faltado com a verdade, ao enfatizar a ideia de que as formas linguísticas de prestígio são as únicas formas *certas* do ponto de vista da estrutura linguística”. Todavia, para a Linguística, nenhuma variedade é inferior à norma-padrão.

Sobre os linguistas, já ficou claro que a compreensão da enunciação, isto é, do conjunto das características que condicionam a produção linguística, é o fio condutor de seu trabalho e que, por isso, não há a preocupação da classificação dos enunciados em “certos” e “errados”, e, muito menos, a preocupação com a condenação daqueles que não conseguem praticar a norma culta (LEITE, 2008, p. 117).

Nesse caminho, “A Sociolinguística assume uma postura de combate ao estigma associado a variantes de pouco prestígio social – àquilo que a sociedade chama de “erro” na língua falada” (COELHO *et al.*, 2015, p. 149).

Scherre (2005) compactua a visão de Bagno (2009), ao falar de uma determinada seção do Correio Braziliense. Para a autora, o apresentador da seção possui uma visão errada de língua, visão repassada ao longo dos séculos: “a visão de que há línguas estruturalmente

melhores do que outras; mais ricas e mais complexas – o que já se sabe que, do ponto de vista da estrutura linguística, não é verdade” (SCHERRE, 2005, p. 39).

Para atenuar esse problema, Bagno (2009) argumenta a favor da admissão/acolhimento de formas linguísticas que já estão incorporadas ao português brasileiro por falantes de todas as regiões, classes sociais e econômicas, escolaridade, “e até mesmo na melhor literatura” (p. 22).

A esse respeito, de acordo com Bagno (2007) “Pesquisas realizadas sobre os gêneros escritos mais monitorados revelam que o impacto do vernáculo já se faz sentir na boa prosa jornalística, na escrita ensaística, nas melhores traduções e nos textos acadêmicos”. Contudo, essas inovações linguísticas são alvo de abordagens nada científicas e “consistentes apenas com uma ideologia linguística obscurantista e preconceituosa”: os defensores da norma-padrão tradicional, os puristas, que desprezam os avanços da pesquisa científica e dos avanços pedagógicos. Outrossim, “Infelizmente, também, o discurso purista e conservador veiculado pelos meios de comunicação tem muito mais difusão e exerce um impacto muito mais profundo na sociedade do que o discurso científico-pedagógico” (p. 157).

A noção de errado difundida pela mídia pode ser observada no exemplo: “O uso do gerúndio empobrece o texto. Lembre-se que não existe gerúndio no português falado em Portugal ([Época, 14/6/1999, p. 84] apud BAGNO, 2009, p. 24). O autor argumenta que existe, sim, o gerúndio no português de Portugal, contudo ele é utilizado de maneira diferente.

O autor declara ainda que, diferentemente da mídia pernóstica, há gramáticos e dicionários que acolhem alguns usos linguísticos, “que, no entanto, continuam sendo rejeitados pelos falsos especialistas que se apoderaram recentemente da mídia para dar lições de “português certo” (e aos quais eu chamo de *comandos paragramaticais*)” (BAGNO, 2009, p. 26).

Nessa direção, o teórico questiona, “Se tantos escritores (e também jornalistas, ensaístas, tradutores, pesquisadores acadêmicos e outros profissionais da língua escrita)” há bem mais de um século empregam sem receio formas não normativas, por que insistir em propor “que elas estão ‘erradas’, são ‘feias’ ou revelam um ‘descaso’ dos brasileiros por sua língua materna?” (*ibidem*).

Destarte, “Se Carlos Drummond de Andrade pôde escrever, em 1925, “tinha uma pedra no meio do caminho”, por que aparecem esses chatos na televisão resmungando que não podemos usar o verbo *ter* no lugar de *haver*?”. Outro exemplo apresentado por Bagno, é o de Machado de Assis que, em 1891, escreveu “a cabeça do Rubião meia inclinada” (*ibidem*).

Diante disso, ele questiona por que os livros didáticos defendem que o advérbio meio é invariável e não admite o gênero feminino.

O autor não aceita como justificativa a desculpa que os grandes escritores podem fazer uso dessas formas porque possuem “licença poética”. Para ele, isso é “conversa para boi dormir”. O argumento mais plausível seria: “Se eles usam essas formas, é porque elas estão à disposição de todo e qualquer falante, é porque elas pertencem à gramática da língua e são tão boas e corretas quanto as formas tradicionais” (*ibidem*).

O autor pontua ainda que, devido às normas sociais que permeiam a sociedade, é normal que as pessoas questionem se é certo ou errado falar de um determinado jeito, pois a sociedade é regida por normas e entre elas constituem-se as normas linguísticas. Entretanto, seria mais justo se como resposta a essa pergunta surgisse: “as *normas linguísticas, como todas as normas sociais, mudam com o tempo* e que de nada vale lutar contra essa mudança – mais sensato é tentar se adaptar a elas” (*ibidem*, p. 27, grifos do autor).

Nessa direção, ele defende que, da mesma maneira que não toleramos o machismo, racismo, sexismo, o trabalho infantil, a inflexibilidade religiosa, a homofobia, então por que suportamos as discriminações linguísticas, uma vez que essas também constituem ataques aos direitos humanos e à vida saudável em sociedade?

Em seguida, o autor traz a pergunta: “É certo ou errado falar assim?”, como resposta ele responde: “**TANTO FAZ**”. Esclarece ainda que aqueles que quiserem fazer uso das formas tradicionais, que fiquem à vontade. O que ele pede é que as demais formas “**TAMBÉM** sejam consideradas boas, justas e corretas” (BAGNO, 2009, p. 27, grifos do autor).

Nessa direção, Bagno apresenta uma citação de Faraco (2008), na qual diz que o fato de a pessoa possuir uma atitude conservadora não lhe concede o direito de condenar os que utilizam formas inovadoras, especialmente se essas já ocorrem entre falantes letrados em circunstâncias monitoradas de fala e escrita.

O teórico esclarece ainda que não pretende praticar um “*prescritivismo às avessas!*” Deseja somente que o “convívio linguístico no Brasil seja *democratizado*” (BAGNO, 2009, p. 28, grifos do autor), que os sujeitos não tenham medo de utilizar a língua da maneira como sempre fizeram.

Destarte, o linguista defende que se pretendemos criar uma sociedade tolerante, que valorize as diferenças, um lugar no qual as discrepâncias de sexo, cor, religião, idade, condições físicas, orientação sexual não sejam vistas como motivo de discriminação e perseguição,

devemos exigir também que as diferenças nas condutas linguísticas sejam respeitadas e valorizadas. Para tanto,

Dizer em voz alta que as formas não normatizadas **TAMBÉM** estão corretas é impedir que o conhecimento da norma tradicional seja usado como um instrumento de perseguição, de discriminação, de humilhação de outro, nem como uma espécie de saber esotérico, reservado para alguns iluminados de inteligência superior... (*ibidem*, p. 29, grifo do autor).

Na mesma direção, Scherre (2005, p. 40) argumenta “Como cidadã brasileira, espero que haja um dia leis contra o preconceito linguístico, para que comportamentos desta natureza sejam passíveis de julgamentos legais. Pessoa alguma pode ser desrespeitada pela língua que fala”.

Bagno (2007) pontua que há “erros” mais errados do que outros”. E isso não ocorre devido a uma questão linguística (se é que alguma vez ela foi linguística), mas “entra na esfera das consequências sociais da variação”. Ademais, para o autor, quando o “erro” se torna regra na língua dos falantes mais letrados, ele deixa de provocar “arrepios” nem “dói no ouvido” - muito embora contrarie as prescrições da gramática normativa [...]” (p. 112). Scherre (2012, p. 199) coaduna da posição de Bagno, ao expor que, “[...] em matéria de linguagem, temos tendência a rotular de “erradas” *predominantemente* as formas que fazem correlação estreita com a classe social, mesmo que, consciente ou inconscientemente, façamos uso destas mesmas formas na fala espontânea e na escrita revisada”.

Bagno (2007) nos mostra que a Sociolinguística explica por que há “erros” mais “errados” do que outros”. Existe uma pirâmide social, “quanto mais baixo ele estiver na pirâmide das classes sociais, mais *erros* (e *erros* mais “crassos”) os membros das classes privilegiadas encontram na língua dele” (p. 113, grifos do autor). Nessa via, “a escala de ‘crassidade’ é inversamente proporcional à escala do prestígio social” (BAGNO, 2003, p. 28). Desta maneira,

Quando determinados usos não normativos passam a ser usados pelos falantes urbanos escolarizados, eles deixam de ser percebidos como “erros” e se incorporam às variedades de prestígio. Daí a ideia de que “existem erros mais errados do que outros”, porque os usos não normativos das camadas desprestigiadas da população são sempre considerados como “erros” a serem evitados (BAGNO, 2007, p. 117).

É por isso que o linguista argumenta que, na fala de uma pessoa da elite letrada, os *erros* são vistos como “descuidos” ou “lapsos”, sempre abonados pelo chavão “essas pessoas podem

até se permitir errar porque sabem a forma certa”. De igual modo, os docentes tentam explicar aos alunos o uso de regras não normativas nos livros de renomados escritores ou no discurso de pessoas “importantes”. Na outra via, “Essa mesma condescendência não é usada para classificar a fala dos cidadãos menos letrados: o mesmo fenômeno, agora, é tachado de ‘*erro crasso*’ e ponto final” (BAGNO, 2003, p. 29, grifos do autor).

Na mesma direção, Scherre (2012) defende que, nos usos linguísticos, o erro está relacionado com o social. Para comprovar isso, a autora detalha o uso do imperativo⁶. Dos quase 170 milhões de falantes brasileiros, 110 milhões não utilizam o imperativo na forma indicativa de acordo com o que prescreve a tradição normativa. Contudo, “[...] não existe sentimento de *erro* no uso do imperativo no discurso do próprio falante e nem julgamento de *erro* no discurso do outro, seja qual for a forma usada” (p. 202).

Diante disso, a autora questiona “por que não há consciência desse suposto erro?”. Para ela, a resposta está no âmbito social. “Não existe estigma social evidente associado ao uso do imperativo na forma indicativa ou na forma subjuntiva. As duas formas são marcas de prestígio e nem são usadas como estereótipos do suposto *mal falar*”. Contrariamente, “*nós vai, nós foi, o povo foram, a gente vamos, um chopes, dois pastel*”, constituem estereótipos” (SCHERRE, 2012, p. 204, grifos da autora).

Isso acontece não porque a falta de concordância acarrete problemas de comunicação, mas porque ela distingue grupos sociais: tendem a fazer mais concordância pessoas de classes com mais prestígio social; tendem a fazer menos concordância pessoas de classes com menos prestígio social, embora todos os brasileiros, em maior ou menor grau, deixem de fazer concordâncias no uso espontâneo da linguagem em contextos sintáticos regulares (*ibidem*, p. 205).

Para Bagno (2007), há dois grupos de traços linguísticos: os presentes na fala de todos os brasileiros, “independentemente de sua origem social, regional etc.,” e os que se manifestam maiormente na fala de brasileiros de ascendência social humilde, de pouca ou sem escolaridade, de precedentes rurais. “Ao primeiro grupo de traços vamos dar o nome de **traços graduais**. Ao segundo, vamos dar o nome de **traços descontínuos**” (p. 142, grifos do autor).

Como é fácil imaginar, os **traços descontínuos** são precisamente aqueles fenômenos linguísticos que sofrem a **maior carga de discriminação e preconceito** na nossa sociedade. Por caracterizarem a variedade linguística de falantes com baixo ou nenhum prestígio social, esses traços são rejeitados,

⁶ Scherre escreveu este texto em resposta a revista Veja, que criticou a maneira como os falantes brasileiros utilizam essa forma.

repelidos, ridicularizados e evitados a todo custo pelos cidadãos que se acham (ilusoriamente) portadores da língua “certa” (*ibidem*, p. 143, grifos do autor).

Nessa direção, há na língua portuguesa os denominados traços graduais e traços descontínuos (BAGNO, 2007; BORTONI-RICARDO, 2004). A diferença entre eles está no fato do segundo ser mais estigmatizado. Exemplificando temos: “Para mim fazer, Nós pega, Pohná, Eu di, Cantano”. Na outra via, as expressões a seguir se enquadram nos traços graduais, são elas: “Tô cansada, Vou na escola, Cê”.

Bagno esclarece ainda que como “nada na língua é por acaso” essas variedades estigmatizadas possuem “uma lógica linguística perfeitamente demonstrável, não surgiram por causa da ‘ignorância’ nem da ‘preguiça’ de seus usuários e representam, algumas vezes, sobrevivências de fases anteriores da língua” (BAGNO, 2007, p. 143). Todavia, por motivos de natureza exclusivamente social e cultural, essas peculiaridades da fala “popular” são percebidas como a maneira mais “errada” possível de falar a língua.

Como exemplos de traços descontínuos, o linguista apresenta: “Pronúncia [y] da consoante palatal [ʎ], escrita LH: telha > têia; abelha > abêia; velha > véia etc.” (*ibidem*, p. 145). Como traços graduais ele traz: “redução do ditongo /ow/ a /o/ em todos os contextos: OURO [‘ôro’], CALOURO [‘calôro’], AMOU [‘amô’] etc.” (BAGNO, 2007, p. 147, grifos do autor).

A respeito dessas ocorrências, o teórico explica que a maioria dos falantes brasileiros pronunciam como [o] o ditongo escrito ou. “A prova disso é que essa pronúncia não provoca nenhuma reação negativa: ninguém interrompe uma conversa para corrigir seu interlocutor por ter pronunciado “rôpa”, “pôco”, “ôro” etc.” (*ibidem*, p. 142).

Sendo assim, Bagno (*ibidem*, p. 114) pontua que “As ciências da linguagem, os avanços da educação, a mudança de mentalidades acerca do que é “certo” e “errado”, as conquistas dos direitos de grupos sociais tradicionalmente discriminados e excluídos, a democratização das relações” – todos esses aspectos nos fazem abandonar posturas extremistas, dogmáticas e imperativas em relação à vida em sociedade, abarcando nela a língua e seu papel crucial na construção “das identidades individuais e sociais”.

Nessa direção, o autor argumenta que não é mais possível adotar a velha postura dos gramáticos e docentes. “Por isso chega a ser ridículo o papel que desempenham hoje em dia os defensores dessa mesma tradição prescritivista que se apoderaram dos meios de comunicação e esbravejam contra a ‘ruína’ da língua, perpetuando a velha ‘tradição da queixa’” (*ibidem*, p. 114).

Entretanto, o linguista argumenta que não podemos desconsiderar o complicado jogo que há em todos os feitos da vida entre o velho e o novo, em defesa da inovação a todo custo, menosprezando parcela da sociedade. “Na educação em língua materna, não podemos jogar na base do “ou tudo ou nada”” (*ibidem*).

Nessa direção, faz-se necessária “[...] uma reeducação sociolinguística, em que a língua seja sempre vista como heterogênea, variável e mutante, sujeita às vicissitudes e peripécias da vida em sociedade” (*ibidem*, p. 116).

Destarte, Bagno esclarece que não se trata de trocar a nova forma pela antiga, nem vice-versa, mas de entender “os mecanismos da variação e da mudança linguísticas”, desenvolver uma atitude de simpatia perante as formas variantes, “uma atitude de investigação e de observação da dinâmica da linguagem” (*ibidem*).

Bagno conclui que:

Não existe nenhuma justificativa ética, política, pedagógica ou científica para continuar condenando como “erros” os usos linguísticos que estão firmados no português brasileiro há muito tempo, inclusive na fala e na escrita dos cidadãos privilegiados. É preciso reconhecer essas formas novas e permitir seu **convívio tranquilo** com as formas consagradas pela tradição normativa (BAGNO, 2007, p. 161, grifos do autor).

Nesta senda, de acordo com Bagno (1999), um nativo não comete erros na sua língua materna, pois está apto a falar a sua língua. Para o linguista, a palavra erro refere-se a saberes secundários, dessa forma, trata-se de uma palavra que não se aplica à língua, pois essa não corresponde a um saber secundário, ou seja, não precisamos de uma instituição ou de um professor para aprendê-la. Na escola, o falante aprende a norma- padrão dessa língua. O autor esclarece que podem até existir “erros de português”, tratam-se, nesses casos, de sentenças agramaticais, mas essas jamais serão produzidas por um falante nativo. Até mesmo uma criança domina a gramática da sua língua. “Esses estudos, há muito tempo, comprovaram que os seres humanos são dotados de uma faculdade da linguagem, independentemente da região, classe social ou demais fatores” (COELHO *et al*, 2015, p. 148).

Tais asserções já eram propostas por Chomsky, visto que “Na linguística estrutural americana pré-chomskyana, o falante de uma língua é tipicamente considerado como uma pessoa plenamente autossuficiente no que se refere aos propósitos da ciência linguística. Ele conhece a sua língua, na verdade é a autoridade suprema no assunto” (RAJAGOPALAM, 1998, p. 28). Na mesma direção, para Azeredo (2008, p. 52): “A posse da língua materna parece

resultar de um processo desencadeado naturalmente, como uma habilidade motora entre outras”.

Nesse caminho, Bagno (1999) dialoga com os pressupostos defendidos por Chomsky de que o nativo não comete erro em sua língua materna. “Além disso, as elocuições que ele produz em sua língua são todas, por definição, autênticas – isso é o que o torna o falante nativo daquela língua. O nativo nunca erra” (RAJAGOPALAM, 1998, p. 28).

Esta subseção evidenciou que a noção de erro foi associada às variedades linguísticas distintas da variedade padrão. Assim, “erro” diz respeito a tudo que diverge da norma-padrão. Essa é uma concepção equivocada, pois todas as línguas possuem variedades linguísticas, uma vez que se constituem de acordo com fatores linguísticos e extralinguísticos. Nessa direção, fazemos de nossas palavras o discurso de Scherre (2012, p. 198): “Sou (socio)linguista e, portanto, faço parte do grupo de pessoas que apresentam evidências claras de que o certo e o errado em português, bem como em toda e qualquer língua conhecida, realmente não são conceitos absolutos”. Além disso, a subseção mostrou que a noção de erro está vinculada com aspectos de natureza social.

1. 5 Preconceito linguístico

Bortoni-Ricardo (2005) explica que o fenômeno do preconceito linguístico não é exclusivo do Brasil. Citando a pesquisa de Haugen (1972), a autora relata que na América do Norte o estigma se constitui no “inglês ruim”, considerado o dialeto da classe baixa. Opostamente, a língua das classes privilegiadas é considerada a forma correta de expressão.

De igual modo, no Brasil, “são socialmente estigmatizados os vernáculos e as variedades populares da língua urbana” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 37). Assim, “O preconceito caracteriza-se quando a exclusão ou não-aceitação do outro dão-se pela rejeição de suas características sem motivo consistente” (LEITE, 2008, p. 113).

Para Leite (2008), “as pessoas são, além de preconceituosas e intolerantes, tiranas em relação à linguagem” (p. 121). De acordo com a autora, os falantes que dominam ou que possuem apenas algum conhecimento sobre a norma culta não desculpam o que caracterizam como “erros de português” dos outros.

Para Coelho *et al* (2015), existe uma confusão entre o julgamento que se faz dos usos linguísticos e o julgamento que se faz dos falantes. “Essa confusão entre fazer julgamento à língua e julgamento ao falante é um dos fatores que permitem a existência e a perpetuação do preconceito linguístico em nossa sociedade”. As autoras prosseguem sinalizando que, com o

pérfido argumento de que uma construção é “errada”, cria-se espaço para que marginalizemos os sujeitos que utilizam essa construção. Uma das contribuições da Sociolinguística é desmentir esse argumento: inúmeras pesquisas já evidenciaram que “não há nada nas formas variáveis de uma língua que permita afirmar que sejam melhores ou mais corretas do que outras, ou que o uso de uma ou outra forma tenha qualquer relação com a capacidade cognitiva do falante” (p. 65).

Bagno (2009) pronuncia que existem acusações tradicionais “(e quase sempre irracionais)” ancoradas em preconceitos que tentam compreender fenômenos sociais e culturais exclusivamente pela ótica do senso comum, sem examinar nenhuma explicação científica pautada em investigação efetiva e teorização sólida. “Todas essas ideias se enquadram bem na categoria das *superstições*, conjuntos de crenças, temores e práticas sem fundamentação na realidade das coisas” (p. 15, grifo do autor).

O teórico argumenta ainda que opostamente a outras superstições sem fundamentos que foram desmascaradas pela ciência e, rejeitadas por grande parte das pessoas instruídas, “as *superstições linguísticas* permanecem vivas e fortes na nossa cultura, quase como se fossem dogmas sagrados capazes de atrair a ira divina sobre quem não acreditar neles [...]” (BAGNO, 2009, 15, grifos do autor). Diante disso, a pergunta que se faz é: por que é tão difícil mudar essas atitudes?

Acreditamos que isso é fruto da constituição histórica da língua portuguesa, que desde a sua formação almejou um falar semelhante à escrita das obras literárias. Nessa direção, houve um esforço lauto da classe dominante para enaltecer um único modo de falar e silenciar muitas variedades linguísticas. Como consequência, os sujeitos adotaram atitudes linguísticas favoráveis à norma estabelecida pela classe dominante e atitudes linguísticas negativas diante de todas as demais variedades linguísticas. E isso está impregnado de tal modo na mente das pessoas, que seria necessário um esforço imensurável da Linguística para atenuar essas atitudes negativas e normalizar todas as variedades linguísticas do meio.

Outro aspecto relevante é apresentado por Leite (2008), que explica que a intolerância linguística não é percebida pela opinião pública, dessa forma, não causa abalos sociais como fatores de ordem política ou religiosa. É como se ela não existisse. Acerca disso, Milroy (2011) explica que as pessoas não associam as avaliações que fazem dos usos linguísticos com preconceito ou discriminação, “eles acreditam que seus juízos desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua “incorretamente” são juízos puramente linguísticos sancionados por autoridades sobre a língua [...]” (p. 59). Acreditam também que, independentemente das características

sociais dos falantes, esses usaram a língua de maneira errada e que existe a possibilidade de aprender a forma correta. E, se não aprendem, é porque não querem, pois existem vários modelos do “bom” falar”. Esses julgamentos não se estendem somente para os outros, os próprios falantes acreditam que falam errado e que não são competentes em sua língua. “Pedem orientação de autoridades privilegiadas” (p. 59).

Leite (2008) faz ainda importante distinção entre preconceito e intolerância linguística, apesar de ambos revelarem o comportamento de um falante perante a linguagem do outro, constituindo, assim, um fato de atitude linguística, tratam-se de aspectos distintos. O preconceito conduz a pessoa a intolerância, ou seja, leva à “atitude de não admitir opiniões divergentes e, por isso, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações” (p. 20). Dessa forma, o preconceito está no plano da ideia, opinião, sentimento. A intolerância é a manifestação do preconceito.

O preconceito é a discriminação silenciosa e sorrateira que o indivíduo pode ter em relação à linguagem do *outro*: é um *não-gostar*, um *achar-feio* ou *achar-errado* um uso (ou uma língua), sem a discussão do contrário, daquilo que poderia configurar o que viesse a ser o bonito ou o correto. É um não-gostar sem ação discursiva clara sobre o fato rejeitado. A intolerância, ao contrário, é ruidosa, explícita, porque, necessariamente, se manifesta por um *discurso metalinguístico* calcado em dicotomias, em contrários, como, por exemplo, *tradição x modernidade*, *saber x não-saber* e outras congêneres (LEITE, 2008, p. 24, grifos da autora).

Parafraseando Leite, a intolerância não usa máscaras, ocorre por meio da metalinguagem, ou seja, se comenta a linguagem por meio da linguagem. A característica basilar da intolerância linguística é difundir agressividade verbal contra alguém por causa dos seus usos linguísticos. Além disso, a autora explica que é comum os intolerantes relacionarem determinados usos linguísticos à “dificuldade de raciocínio, falta de clareza na exposição de ideias, dificuldade de pensar de modo organizado ou, até mesmo, à incapacidade de pensar” (p. 134).

Esses tipos de relações assustam. São asserções sem fundamento, lógica e preconceituosas. É aterrorizante refletir que os sujeitos pensam dessa forma. Basta olhar ao nosso redor, especialmente em nosso vínculo familiar, para percebermos que há pessoas que não dominam a norma-padrão da língua portuguesa e são dotadas de inteligência inquestionável. Nesse sentido, as relações supracitadas são inconcebíveis.

Leite (2008) ainda faz ponderações de como o preconceito com a linguagem carrega outros tipos de preconceitos; a linguagem é fonte de assimilação e de exclusão; “o preconceito

é silencioso, subliminar, não precisa de alarde para existir” (p. 40). Contudo, apesar dessas situações nefastas que o preconceito linguístico desencadeia, a autora argumenta que o preconceito linguístico não tem apresentado tratamento rigoroso e, devido sua natureza interdisciplinar, é complexo de ser teórico e metodologicamente tratado. Já a intolerância linguística “não havia sido reconhecida nem distinguida do preconceito até pouco tempo” (p. 133).

Leite concluiu que o preconceito linguístico é mais difícil de ser percebido, pois “não vem acompanhado de linguagem que o denuncie, de metalinguagem”. O preconceito provém da rejeição à diferença, bem como a intolerância, contudo, essa se manifesta explicitamente, aquele, não (LEITE, 2008, p. 133).

Diante dos fatos apresentados, seria preciso normatizar na sociedade determinados falares, constituindo-se, assim, o que Bagno (2001) sugere como português brasileiro⁷. Tudo isso para tentar mudar as atitudes linguísticas dos falantes, pois como já frisado essas atitudes estão arraigadas e é muito difícil transformá-las. Logo,

Por mais que linguistas, antropólogos, sociólogos, pedagogos e outros especialistas (e não só no Brasil, mas no mundo todo) insistam em rejeitar e condenar essas crenças sem fundamento, elas continuam circulando alegremente pela nossa sociedade – uma prova da força das superstições diante de qualquer argumento mais racional e sensato (BAGNO, 2009, p. 19).

O preconceito linguístico, por sua vez, é fruto dessas atitudes linguísticas. Recorrendo ao *Dicionário Houaiss*, Bagno (*ibidem*, p. 16) apresenta a conceituação desse vocábulo:

Qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e de seus usuários, como, p. ex., a crença de que existem línguas desenvolvidas e línguas primitivas, ou de que só a língua das classes cultas possui gramática, ou de que os povos indígenas da África e da América não possuem línguas, apenas dialetos (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, verbete *preconceito* apud *ibidem*).

O autor declara que ainda hoje muitas pessoas acreditam que a palavra língua só pode ser usada para línguas de cultura escrita da Europa e de outras civilizações (árabe, hebraica, chinesa, japonesa). Do outro lado, índios, negros usariam um sistema de comunicação pobre,

⁷ Segundo Bagno (2004), no Brasil se fala uma língua distinta da falada em Portugal. Para o autor, é impossível que países com ecologia, composição étnica, cultura, história, geografia, entre muitos outros fatores, falem a mesma língua. Dessa forma, o pesquisador argumenta que a língua falada no Brasil é totalmente diferente da falada em Portugal, por isso utiliza a denominação português brasileiro, para caracterizar a língua falada no Brasil. Nessa perspectiva, “Estamos numa etapa intermediária na história da nossa língua. Quinhentos anos atrás, ela podia ser chamada simplesmente de português. Hoje, ela pode e deve ser chamada de português brasileiro. Daqui a mais quinhentos anos, ela sem dúvida só poderá ser chamada de brasileiro”. (BAGNO, 2004, p. 177).

rudimentar e tosco, que recebe vários títulos pejorativos: “*gíria, jargão, caçanje, calão, geringonça, ingresia, charabiá, pretoguês, algavaria, entre outros*” (*ibidem*, p. 16, grifos do autor).

Atinente ao verbete dialeto, Bagno esclarece que, “Embora o termo ‘dialeto’ pertença ao vocábulo técnico da linguística, fora dos meios acadêmicos ele quase sempre é usado, erradamente, com o sentido de algo inferior, imperfeito ou menos importante do que uma “língua”” (*ibidem*, p. 18).

Para o autor, “Esse é o tipo de preconceito linguístico que se volta contra outros grupos étnicos, outros povos, outras línguas, outras culturas”. Todavia, como sugere a definição de *Houaiss*, há o preconceito linguístico de que ““só a língua das classes cultas possui gramática”. O que quer dizer isso?” (BAGNO, 2009, p. 18).

Bagno argumenta que a escola também é difusora do preconceito linguístico, pois, além de ensinar a leitura e a escrita, também ensina “um conjunto de noções falaciosas sobre língua e linguagem”. Apresentaremos algumas dessas noções elencadas por Bagno, são elas: “brasileiros falam mal o português, [...] só os portugueses sabem falar direito, porque são os donos da língua”; “só se pode admitir como certo o uso dos grandes escritores e das pessoas letradas”; “o que não está nas gramáticas nem nos dicionários não existe [...]” (*ibidem*, p. 19).

Para Bagno, o poder do preconceito linguístico, atualmente no Brasil, se mostra principalmente nos meios de comunicação, que concedem ampla abertura nos jornais, revistas, televisão, rádio, internet etc., para a difusão de noções de certo e errado que reproduzem “uma série de queixas e lamúrias sobre a ‘decadência da língua’ que vêm sendo repetidas incansavelmente por séculos a fio”. Seleccionamos algumas falas reproduzidas pela mídia, e apresentadas por Bagno, que revelam esse preconceito linguístico: “Fala-se mal o português. Ou melhor, fala-se errado”. (Sérgio Limoli, *IstoÉ*, 20/8/1997); “Só índio fala *pra mim fazer*”. (Eduardo Martins, *IstoÉ*, 20/8/1997); “Atentados contra a língua portuguesa” (Daniel Castro, *Folha de S. Paulo*, 26/10/1997)” (*ibidem*).

Um outro exemplo de preconceito linguístico na mídia é apresentado pelo linguista em

UMA SEÇÃO DE OLHO NOS ATENTADOS AO IDIOMA

O *Correio Braziliense* passa a publicar, a partir de hoje, uma seção de crítica ao idioma português falado e escrito por autoridades brasileiras em discursos, entrevistas e documentos. A seção vai se chamar *A última do português* e não deve ser entendida como uma alusão aos nossos irmãos do além-mar, que falam o idioma melhor que os brasileiros. [...]

O português falado no Brasil possui as peculiaridades do linguajar dos colonizadores. É um idioma destinado a esconder o pensamento e jamais

revelar intenções. [...] Pode-se dizer qualquer coisa que dificilmente ela terá objetividade [...] (CORREIO BRAZILIENSE, 19/02/1995 apud *ibidem*, p. 21).

Partilhando da visão de Bagno (2009), Scherre (2005, p. 38) expõe: "Como representantes legítimos da sociedade brasileira, os jornais brasileiros, de forma mais ou menos explícita, apresentam situações diversas de preconceito linguístico".

Nesse caminho, constantemente, a mídia delata preconceitos, atribuindo para si, além da função de informar, a de denunciar injustiças sociais. No entanto, a própria mídia que denuncia preconceitos não percebe que diariamente promove um deles, o preconceito linguístico. Nesta senda, Scherre (2012, p. 198) defende que "[...] a mídia brasileira vem prestando um real desserviço à inteligência e à dignidade humana, ao estabelecer identidade entre gramática normativa e língua ou idioma de um povo, ao reforçar a confusão entre língua falada e língua escrita, ao instigar e fortalecer o preconceito linguístico".

Assim, somos induzidos, através da mídia e da escola, a acreditar que há falares superiores e inferiores, certos e errados. Essas duas instituições não reconhecem as variedades linguísticas do meio e propagam discursos preconceituosos, negligenciando falares que destoam da norma-padrão, norma essa que na prática não se consolida na fala de nenhum falante brasileiro.

O senso comum, por sua vez, acaba por acreditar nessas falácias da mídia e da escola. Nessa direção, Camacho (2013, p. 32) pontua que "O senso comum atribui certo grau de prestígio ou estigmatização social, conforme a forma ou a variedade se aproxime mais ou se distancie mais de um ponto de referência tomado como padrão ou norma". Constitui-se, assim, mais uma das tantas exclusões sociais no Brasil. Nesse tocante, considerando-se que nem todos têm acesso à ciência, fica a cargo da mídia ser mediadora de conhecimentos científicos, de forma que a população tenha acesso a esses saberes.

Todavia, como frisado anteriormente, a mídia faz o contrário, prestando um desserviço às comunidades linguísticas, ela propaga asserções desatualizadas, sem fundamentos científico e teórico, que ao chegar ao público causa atitudes estereotipadas nos sujeitos.

Bagno (2009) esclarece que os brasileiros urbanos letrados não discriminam somente a forma de falar dos analfabetos, semianalfabetos, pobres e excluídos, mas também sua própria maneira de falar, suas próprias variantes linguísticas. Nessa direção, o preconceito linguístico no Brasil ocorre de duas formas: "de dentro da elite para fora dela, contra os que não pertencem às camadas sociais privilegiadas; e de dentro da elite para o redor de si mesma, contra seus

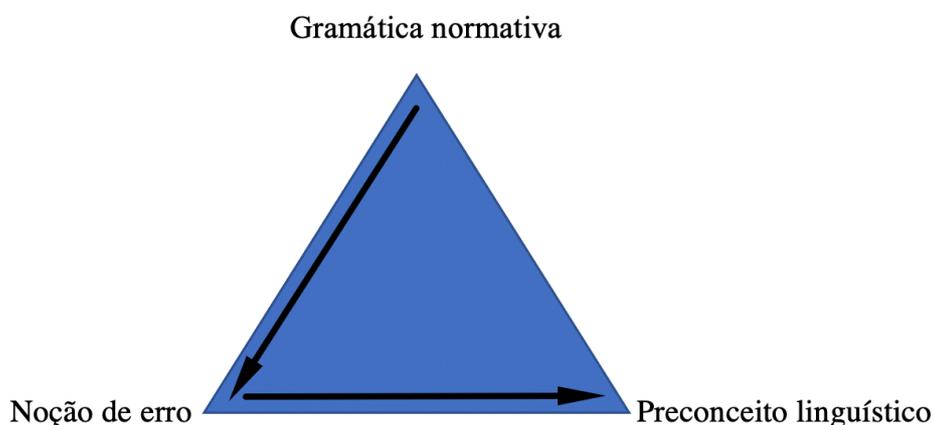
próprios membros”. O autor mais uma vez, argumenta que isso ocorre porque há na concepção dos brasileiros em geral, “e dos falantes urbanos escolarizados em particular,” a convicção muito enraizada “de que no Brasil ninguém fala bem o português” (p. 21).

Perante os fatos apresentados, a evidência é de que há algo de muito errado na percepção que os brasileiros possuem de seus modos de falar, pois estamos diante do fato que até as elites letradas possuem baixa autoestima linguística, “quando exibem um grau elevado de insegurança linguística e de rejeição de seu próprio modo de falar, é porque o obscurantismo cultural que as atinge é realmente grave, quase uma doença” (BAGNO, 2009, p. 22).

O fato de a elite letrada também possuir baixa autoestima linguística, direciona-nos a conclusão de Leite (2008, p. 131) de que “tanto o preconceito quanto a intolerância têm origem não nas diferenças, porque estas existiram e existirão em todas as circunstâncias da vida humana, mas na não aceitação de que as diferenças são próprias do homem, são inerentes à vida social, são normais”, ou seja, tanto a classe social baixa quanto a elite letrada não aceitam seus usos linguísticos que destoam da norma-padrão, portanto, não aceitam as diferenças, recusam a variação linguística inerente à língua.

Abaixo, elaboramos um tripé expondo o que foi apresentado nas seções sobre a gramática normativa e noção de erro. Essa que provém da gramática normativa, visto que todos os usos linguísticos que destoam dessa gramática são vistos como errados, isso gera o preconceito linguístico, pois esses “erros” são alvos desse tipo de preconceito. Temos, dessa forma, o tripé:

1 - Tripé



Fonte: CAMPELO (2022).

A subseção seguinte expõe, de forma sucinta, o que são atitudes linguísticas. Para tal, apresentamos alguns teóricos que dedicaram seus estudos a este tema. Resumidamente, atitude linguística diz respeito à postura que os falantes assumem perante as línguas e as variedades linguísticas do meio. A subseção evidencia como as atitudes linguísticas influenciam nos usos linguísticos dos falantes e na permanência ou erradicação de falares.

1.6 Atitudes linguísticas

O que são atitudes linguísticas? Para conceituar atitudes, é importante saber que essas são trabalhadas em áreas distintas, como Etnolinguística, Psicologia Social e Sociolinguística. Corbari (2012, p. 113) sinaliza que “A área da Psicologia Social foi pioneira em investigar as crenças e atitudes, na década de 60. Porém, na atualidade, esse tema se beneficia de contribuições de outras áreas, tais como a Sociolinguística e a Sociologia da Linguagem”.

No que diz respeito à linguagem, Silva (2019, p. 109) argumenta que as atitudes linguísticas permitem averiguar, “em menor ou maior grau, de que forma os sentimentos e as percepções dos falantes, ou dos grupos sociais, intervêm na escolha de uma língua, de uma modalidade ou mesmo do repertório vocabular”. Além disso, auxiliam a compreender o comportamento do falante perante a sua modalidade linguística ou em oposição a do outro.

Santos (1996) defende que atitude diz respeito à avaliação. Assim, ter uma avaliação, seja ela positiva, negativa ou neutra em relação a um conceito/objeto é ter uma atitude. “Aceitando-se que todo conceito possui um componente avaliativo, deve-se concluir que as pessoas têm uma atitude em relação a todos os conceitos ou objetos” (SANTOS, 1996, p. 13). De igual modo, Frosi (2010, p. 52) assevera que “A palavra atitude pode ser entendida como a postura que um indivíduo assume face a algo. De modo geral, consiste em uma reação valorativa favorável ou desfavorável em relação a um objeto real ou simbólico”.

As atitudes linguísticas, por sua vez, dizem respeito à avaliação que fazemos das línguas e dos usos linguísticos dos falantes. Nessa via, o julgamento que fazemos das línguas e das variedades linguísticas do meio, classificando-as, adjetivando-as são atitudes linguísticas. “As atitudes linguísticas constituem reações subjetivas a uma forma de linguagem. São juízos de valor sobre uma dada variedade linguística” (FAGGION, 2010, p. 69). De natureza igual,

Uma atitude linguística é uma postura ou comportamento positivo ou negativo face a uma língua ou uma variedade linguística particular. Pode consistir numa reação favorável ou desfavorável face ao modo de falar do outro, face à

variedade linguística do outro. Portanto, as atitudes linguísticas podem ser positivas ou negativas (FROSI, 2010, p. 53).

Para nós, o que há de mais preponderante é que as atitudes linguísticas influenciam significativamente nos usos linguísticos dos falantes, propiciando a inibição e até mesmo a erradicação de algumas variedades linguísticas. Também, “[...] o prestígio ou o enigma que uma comunidade associa a uma determinada variante tem o poder de acelerar ou de barrar uma mudança na língua” (COELHO *et al*, 2015, p. 66). Dessa forma, “As atitudes linguísticas desempenham importante papel na vida dos usuários de uma língua ou de uma variedade linguística – como um dialeto, por exemplo” (FROSI; FAGGION; CORNO, 2010, p. 15). Logo, estudos sobre atitudes linguísticas são consideravelmente importantes devido à sua relevância social.

Lambert (1975) foi o pioneiro nos estudos sobre atitudes relacionadas a usos linguísticos, antes dele esse campo era pesquisado pela Psicologia Social, portanto, comportamentos e avaliações perante variedades linguísticas não eram contemplados. O teórico é referência para estudiosos da área, foi ele quem desenvolveu a técnica dos falsos pares. Trata-se de um método indireto, uma vez que os informantes não sabem do que se trata a investigação, além disso o questionário é fechado. “O instrumento mais conhecido e melhor desenvolvido para o descobrimento de tais “atitudes” é a técnica “matched guise”, desenvolvida por Lambert” (SCHLIEBEN-LANGE, 1993, p. 94). Para Labov (2008, p. 176), “A técnica dos “falsos pares” desenvolvida por Lambert (1967) é o instrumento básico agora amplamente utilizado para o estudo de reações subjetivas à linguagem”.

O estudo foi desenvolvido em Montreal, no Canadá, e tinha por intuito “verificar como os montrealenses de língua francesa veem os de língua inglesa, e vice-versa” (LAMBERT, 1975, p. 108). No primeiro momento, estudantes universitários anglo-canadenses deveriam indicar, através da escuta de gravações, qualidades e traços de personalidade dos locutores. Os estudantes eram instruídos a se concentrarem somente na voz e esquecer a língua, de modo a realizar os julgamentos. “Os estudantes não sabiam que na realidade deviam ouvir as vozes de cinco locutores bilíngues, que uma vez liam em inglês e depois em franco-canadense”. A pesquisa identificou que os locutores ingleses foram melhor avaliados que os franceses, visto que aqueles foram vistos como “mais bonitos, mais altos, mais inteligentes, mais merecedores de confiança, mais dedicados, mais ambiciosos e de melhor caráter do que os franceses” (LAMBERT, 1975, p. 108). O senso de humor foi o único traço dos locutores franceses considerado mais favorável.

Na segunda parte da pesquisa, foi a vez dos estudantes universitários franco-canadenses avaliarem a voz dos locutores, de igual modo eles avaliaram os locutores ingleses de maneira mais favorável. Para Lambert, esse resultado mostra que muitos jovens franco-canadenses classificam seu grupo cultural inferior. Muitas vezes, isso acontece porque os canadenses bilíngues sentem que, quando falam inglês, são melhores recebidos pelos dois grupos étnicos.

Logo, o comportamento dos estudantes franco-canadenses revela que as atitudes do grupo minoritário são influenciadas pelos grupos percebidos como detentores de *status* social mais alto. “Essa tendência tem sido observada por outros pesquisadores, e em ambientes sociais muito diferentes”. Como exemplo, Lambert cita os judeus que aceitam crenças antissemitas, e os negros que aceitam atitudes contra negros. “Para melhorar seu *status* ou aumentar seu sentimento de valor, os membros dos grupos minoritários aparentemente se identificam com as atitudes estereotipadas ou preconceituosas dos que têm poder, ou involuntariamente acabam por interiorizá-las” (*ibidem*, p. 109).

Um aspecto relevante pontuado por Lambert é que as atitudes não são estáticas, logo, podem ser alteradas. Entretanto, isso só ocorre no início de seu desenvolvimento, pois com o passar do tempo as pessoas passam a agir de modo padronizado. Quando uma atitude se firma, passamos a classificar pessoas e acontecimentos, de modo que a individualidade e singularidade deixam de ser reconhecidas.

Trazendo esses aspectos para a língua, na tentativa de padronização dos falares, a singularidade dos sotaques, por exemplo, é inibida, levando à redução da riqueza linguística do Brasil. Apesar de todo esse estrago, “Não estamos inteiramente conscientes da maioria de nossas atitudes nem estamos cientes da extensa influência que exercem em nosso comportamento social” (*ibidem*, p. 101).

Outro fator importante é que “As atitudes não são características inatas às pessoas, elas são formadas e aprendidas no processo de socialização” (BOTASSINI, 2013, p. 60). Por fim, conceituando atitudes, Lambert expõe que: “Em nossa definição de atitudes acentuamos que são formas organizadas, coerentes e habituais de pensar, sentir e reagir a acontecimentos e pessoas” (LAMBERT, 1975, p. 118).

Lambert apresenta a Inglaterra como um exemplo da significação social das atitudes. Nesse país, se o médico fala com sotaque de Somerset ou da Escócia, o paciente apresenta menos confiança nele do que se oralizasse com sotaque inglês de alto prestígio. Todavia, não se espera que o médico com sotaque de elevado prestígio demonstre afetividade ou boa vontade.

Isso revela que, apesar de as pessoas confiarem mais nos profissionais que falam com o sotaque considerado de prestígio, essas se sentem mais acolhidas por aqueles que não utilizam a pronúncia padrão. Assim, atributos como credibilidade, confiança, eficiência estão relacionados com o emprego da norma prestigiada da língua, e isso pode ser direcionado para todas as profissões. Comumente, vemos os sujeitos avaliando/qualificando profissionais por meio dos usos linguísticos desses.

Consideramos os estudos de Labov relevantes no campo das atitudes linguísticas, eles mostram nitidamente como essas direcionam as escolhas linguísticas dos falantes. Como por exemplo, a pesquisa desenvolvida na ilha de Martha's Vineyard, em 1972, e o estudo realizado em três lojas de departamento de Nova York.⁸ Ambos, evidenciaram que os usos linguísticos dos falantes estão relacionados às atitudes linguísticas. Nessa via, Frosi; Faggion; Corno (2010, p. 16), parafraseando Grosjean (2001[1982]), argumentam que atitudes linguísticas negativas trazem implicações nefastas:

As consequências das atitudes negativas, segundo Grosjean (2001 [1982]), podem incluir desde a crença dos falantes de que não conhecem bem nenhuma das línguas de que são usuários até a completa substituição da língua minoritária pela majoritária. Uma única consequência positiva foi apontada pelo autor: o reforço da lealdade e da solidariedade no grupo desprestigiado.

Corno (2010, p. 78) pontua que “Os falantes da língua minoritária são geralmente o grupo mais afetado pelas atitudes dos diferentes grupos sociais”. Frosi; Faggion; Corno (2010) apontam que “Atitudes linguísticas desempenham importante papel na vida dos usuários de uma determinada língua, com profundos efeitos psicológicos” (p. 23). Nessa via, é notável que as atitudes linguísticas não se resumem a simples avaliações, elas configuram as escolhas linguísticas dos falantes e, como pontuam as pesquisadoras, afetam o psicológico dos sujeitos. Outro aspecto preponderante apresentado pelas estudiosas diz respeito ao fato de que as atitudes são afetadas pela idade, gênero e *status* socioeconômico dos sujeitos.

Por fim, para Leite (2008, p. 75), “Estudar a *atitude linguística* significa analisar, a partir de manifestações concretas, metalinguísticas, que *sentimentos* certas escolhas linguísticas podem evocar no ouvinte/leitor e como isso se relaciona com as normas linguísticas e sociais.”

1.7 Atitude linguística e identidade

⁸ Detalhes sobre essas pesquisas podem ser encontrados em nossa pesquisa intitulada: *Mídias faladas locais: um estudo sobre atitudes linguísticas em Cáceres-MT*. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Fernanda-de-Souza-Pedroso-Campelo.pdf>

Para Rajagopalam (1998), a Linguística tomou a identidade como uma questão pacífica, tanto no que diz respeito à identidade de uma língua quanto relacionada à identidade do falante de uma língua. A diferença está nas premissas de Chomsky e de seus antecessores, os linguistas estruturais. Chomsky achava normal que o pesquisador coletasse dados utilizando a si próprio como informante nativo, já os estruturalistas como Bloomfield achavam melhor e mais seguro não analisar a própria fala, “recomendando que numa situação ideal o linguista de campo e o informante nativo deveriam ser duas pessoas diferentes” (p. 27).

Segundo Corbari (2012), o objeto das atitudes linguísticas não são as línguas, mas os grupos que as falam. Isso leva ao entendimento de que as atitudes linguísticas positivas ou negativas estão mais relacionadas aos grupos do que aos falantes. Assim, determinado traço linguístico receberá atitude linguística positiva ou negativa, dependendo do juízo que se faz do grupo a que o falante desse traço pertence. Por isso, na maioria das vezes, as atitudes dizem respeito às avaliações sociais do grupo no qual o falante está inscrito. Esse aspecto nos remete a Bagno (2003), que defende que o preconceito é mais social do que linguístico.

Para Corbari (2012), as atitudes linguísticas representam um elemento essencial da identidade linguística do falante e permitem o entendimento do próprio comportamento linguístico. “A identidade do indivíduo falante ocupa assim uma posição central na construção da teoria linguística” (RAJAGOPALAM, 1998, p. 29).

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isto significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo (*ibidem*, p. 41).

De acordo com Corbari (2013), há uma relação entre língua e identidade étnica, pois a língua é uma forma de expressão da identidade de um sujeito. Um grupo étnico, por sua vez, “é definido com base em critérios objetivos, ou seja, em características geográficas, linguísticas, culturais ou religiosas” (p. 51).

No caso da sua pesquisa, por exemplo, muitos informantes afirmaram pertencer a determinado grupo étnico, autodenominaram-se italianos ou ucranianos, apesar de se constituírem brasileiros de segunda ou terceira geração. E muitos declararam não saberem nada da língua dos pais e avós. Corbari (2013 apud LIEBKIND, 1999) sinaliza que um grupo étnico pode ser conceituado como “um grupo de pessoas que se identificam ou são de alguma maneira identificados como italianos, poloneses, indianos, gregos, e assim por diante, mesmo que não

falem ou entendam o idioma, nem pratiquem a religião, nem gostem da culinária de seus ancestrais”. Dessa forma, ancorada na leitura de Liebkind, Corbari define “‘etnicidade’ com base em critérios subjetivos, já que se trata de uma crença subjetiva em uma ancestralidade comum” (p. 50).

Assim, para a autora, os sujeitos notam a si mesmos como pertencentes a grupos sociais, “e o reconhecimento de filiação a esses grupos traz consigo um conhecimento dos valores, positivos ou negativos, que estão ligados a esses grupos”. Partindo do pressuposto da psicologia social da identidade, Corbari sugere que a autoimagem do indivíduo adere a dois elementos: a identidade pessoal e a identidade social. A última diz respeito ao pertencimento a vários grupos, até mesmo ao étnico. “Assim, a identidade étnica pode ser definida simplesmente como o componente étnico da identidade social; esta, por sua vez, relaciona-se ao autoconceito de um indivíduo, que deriva de seu pertencimento a grupos sociais” (*ibidem*, p. 51).

Isso nos remete a Mey (1998), que cita a Dinamarca, onde há “o estabelecimento da *identidade étnica* como um meio de se criar uma linha de divisão, uma linha demarcatória (talvez semelhante ao Muro de Berlim)”, onde os sujeitos ‘bons’ podem se defender das influências ruins vindas de fora (p. 70, grifos do autor).

Mey apresenta alguns episódios bíblicos nos quais as personagens foram identificadas, por meio de suas falas, como pertencentes a determinado grupo. Foi o que aconteceu com Pedro, que, ao negar Jesus, foi identificado como pertencente ao grupo dos galileus. As pessoas ao seu redor diziam: “a tua fala te denuncia”. “Desse modo é que lá estava ele, revelado por sua língua como pertencente a um determinado, e não muito respeitado, grupo étnico, o dos galileus, e ainda associado a alguém que estava prestes a ser condenado por alta traição e, depois, executado” (MEY, 1998, p. 71).

O mesmo aconteceu com Pedro, as poucas palavras proferidas foram bastantes para que as pessoas identificassem o seu sotaque, logo a sua etnia. Assim, apesar de todo o empenho de Pedro em negar a sua filiação ao Nazareno, todas as tentativas de se afastar de Jesus foram fracassadas, “precisamente por causa do problema da língua” (*ibidem*, p 72).

Da mesma forma, São Pedro “simplesmente, não podia dizer duas palavras sem denunciar a sua origem étnica: uma impressão que condiz com a imagem que se tem desse apóstolo, como pouco instruído, possivelmente até analfabeto, pescador de um dos lugares mais atrasados de uma região remota do tempo judaico” (*ibidem*).

Para Corbari (2013), a etnicidade é pautada na diferença. Nessa direção, o sujeito se enxerga e se define em oposição ao outro, isto é, nota-se com especificidades comuns aos

componentes do seu grupo social, porém distintas das dos componentes de outros grupos sociais. De igual modo, Frosi (2010, p. 47) diz que “a identidade étnica se institui pela diferença que opõe um grupo a outro”. E citando Appel e Muysken, Frosi reforça: “Tudo aquilo que diferencia um grupo de outro constitui a identidade do grupo. Mesmo que não haja critérios fixos, um grupo se considera grupo étnico com uma identidade étnica específica quando é suficientemente diferente de outros grupos” (*ibidem*). Para exemplificar, a autora cita o ítalo-brasileiro em oposição ao não ítalo-brasileiro. “Identidade supõe, portanto, alteridade; nesse caso, ítalo-brasileiro opõe-se a não ítalo-brasileiro. Por oposição a quem trabalha para viver, há um consenso de que o ítalo-brasileiro vive para trabalhar” (*ibidem*, p. 49).

Em relação à identidade social, Corbari (2013) pontua que essa não é inerente ao sujeito ou grupo, nem nasce com eles, constitui-se um processo individual e coletivo.

Corbari esclarece também que a identidade não pode ser considerada algo material, do qual é possível tomar posse, contudo é socialmente produzida, diz respeito a um ato de criação linguística, visto que é na esfera das relações culturais e sociais, mediadas pela linguagem, que ela é construída.

Outro aspecto levantado pela autora é a forte relação entre nação e identidade (histórica e linguística), não só no presente, mas também em relação ao passado.

Corbari traz uma reflexão: “Como estabelecer a relação entre grupo étnico e sua língua, em termos de elemento constituidor da identidade do indivíduo?” (p. 56), como resposta a pesquisadora expõe:

Dorian (1999) aponta dois tipos diferentes de ligações entre um grupo étnico e sua língua, os quais nem sempre estão claramente separados nas mentes dos observadores ou mesmo dos próprios falantes. Na sua função mais simples, uma língua étnica serve a seus falantes como um marcador de identidade, tal como um traje tradicional ou uma culinária especial. Por essa razão – por ser apenas um dos inúmeros marcadores de identidade potenciais –, a língua é facilmente substituída por outros marcadores tão eficazes quanto ela. Nesse nível de conexão com o grupo, então, a língua ancestral étnica é funcionalmente dispensável (*ibidem*).

Parafraseando a autora, no segundo tipo, a conexão é mais intensa. Embora vários comportamentos marquem a identidade, a língua é a única que transporta extenso conteúdo cultural. “Os sons característicos proferidos ao falar uma língua particular codificam significados, e a relação entre grupo étnico e língua étnica se torna muito mais importante nesse nível”. A pesquisadora prossegue sinalizando que muitos indivíduos supõem que determinadas línguas são “primitivas”, isto é, “pobres de complexidade estrutural ou vocabulário”, que nada

seria perdido se elas erradicassem. Entretanto, isso se constitui um mito: visto que até mesmo os povos com cultura material simplória falam línguas ricas e complexas, e, articulado a cada idioma, existe um grande corpo de tradição cultural “e quase sempre uma impressionante literatura oral” (*ibidem*, p. 57).

Para Padilla (1999), a língua se torna elemento crucial daquilo que constitui a etnicidade para muitos indivíduos. Além disso, a língua de socialização se torna parte do core da etnicidade e é altamente valorizada como um elemento crítico no sentido de se identificar como membro de um grupo étnico (*ibidem*).

Nesse caminho, Bagno (2012, p. 338) cita o sotaque como sendo “as manifestações mais imediatas da identidade linguística dos falantes”. O autor explica que todo falante, seja qual for a língua, exhibe traços prosódicos de sua variedade linguística, região, classe social etc. Aguilera (2008, p. 106) também compactua dessas asserções, ao dizer que:

Um traço definidor da identidade do grupo (etnia, povo) é a variedade linguística assumida e, desse modo, qualquer atitude em relação aos grupos com determinada identidade pode, na realidade, ser uma reação às variedades usadas por esse grupo ou aos indivíduos usuários dessa variedade, uma vez que normas e marcas culturais dos falantes se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, atualizada na fala de cada indivíduo.

Outro aspecto preponderante pontuado por Corbari (2013) diz respeito ao papel do contexto, no qual os falantes estão inscritos, na transformação da identidade, visto que aquilo que cerca o falante interfere na reconstrução da identidade. Também, é necessário considerar as características individuais dos falantes, uma vez que elas variam de pessoa para pessoa.

Ressoando Liebkind (1999), Corbari sinaliza que, apesar de a língua ser vista por alguns como o mais importante elemento da identidade étnica, sua relevância varia em cada contexto, sendo mínima para determinados grupos. É por isso que “A associação entre língua e identidade depende do contexto social pertinente aos grupos de línguas em questão” (CORBARI, 2013, p. 58).

Recorrendo a Moreno Fernández, a estudiosa explica que dentro do conceito de identidade existe um espaço para a língua, pois uma comunidade “também se caracteriza pela(s) variedade(s) linguística(s) usada(s) em seu seio, e também porque a percepção do comunitário e do diferencial se faz especialmente evidente por meio dos usos linguísticos” (CORBARI, 2013, p. 59). Nesse caminho, para Corbari, se existe uma relação entre língua e identidade, essa se manifestará nas atitudes das pessoas em relação a essas línguas e a seus falantes.

Pesquisas em Psicologia Social, segundo a autora, têm sugerido que a língua e a identidade estão reciprocamente relacionadas: usar a língua influencia a formação da identidade de grupo, que, por sua vez, influencia os padrões de atitude e usos linguísticos. Nesse sentido, o estudo das atitudes linguísticas precisa estar fundamentado na relação entre língua e identidade étnica (*ibidem*).

Na próxima subseção, apresentaremos alguns aspectos linguísticos do falar cuiabano. O objetivo dessa subseção é apresentar, por meio de estudos já realizados, alguns traços linguísticos que constituem o denominado falar cuiabano.

1.8 Usos linguísticos no falar cuiabano: estudos realizados

Elegemos Cuiabá por constituir-se território de ampla variedade linguística. A riqueza do falar local é inquestionável e chama a atenção de pesquisadores que ao longo dos anos têm explorado a diversidade linguística local.

Palma (1980), em sua dissertação, *Variação fonológica na fala de Mato Grosso: um estudo sociolinguístico*, estudou os segmentos africados e fricativos e chegou à conclusão de que fatores sociais são cruciais e indispensáveis na ocorrência desses fenômenos. Nessa direção, em relação aos usos linguísticos estudados, “Poucos foram os fatores linguísticos que se mostraram relevantes para esta análise. Os condicionadores mais decisivos à aplicação da regra, constatamos, foram os sociais” (p. 85).

A variável social mais relevante foi a da escolarização. 1º/2º Grau e Ensino Superior favoreceram a ocorrência de formas fricativas. Opostamente, falantes não escolarizados ou com baixos níveis de escolarização agem como forças conservadoras. “Os estabelecimentos de ensino, na sua função de força unificadora, cumprem o papel que lhes é atribuído” (*ibidem*).

A pesquisadora evidenciou também que as faixas etárias, jovem e menos jovem, além de relevantes, foram cruciais para diagnosticar e caracterizar essas variações como mostra de uma Mudança Linguística em Progresso.

Em relação ao sexo, o feminino mostrou-se mais apto às normas sociais. Nas palavras da autora, “mais preocupado com a ‘aprovação social’” (PALMA, 1980, p. 86), como consequência, formas com segmentos estigmatizados ocorreram em menor proporção na fala das mulheres.

Por meio de sua pesquisa, além dos fenômenos linguísticos apresentados, Palma identificou julgamentos dos cuiabanos perante esses usos linguísticos. Os falantes, com grau de escolaridade alta e os mais jovens, não admitem pronunciar formas com segmentos

estigmatizados. A opinião da pesquisadora é que “É provável que os falantes cuiabanos, pelo menos alguns deles, possam até ter consciência de que usam estes segmentos, em determinados momentos, mas não queiram admitir ou sustentar uma informação de tal tipo” (*ibidem*, p. 89).

Outro episódio que está acontecendo consiste no fato de que “Os cuiabanos pressionados por forças sociais externas, caminham no sentido da adoção de padrões de comportamento linguístico, impingidos por normas sociais externas” (*ibidem*, p. 91).

A pesquisadora notou também que cuiabanos, com alto nível de escolaridade, apresentam, em momentos descontraídos, formas estigmatizadas, e, em outros contextos, formas prestigiadas. De igual modo, cuiabanos de baixo nível de escolaridade tendem a apresentar formas de prestígio em situações formais. Para Palma, esses já sofrem influência dos padrões de prestígio, “estando, portanto, já sujeitos às coerções sociais, embora não tenham conseguido, ainda, elevar a taxa de aplicação da regra variável”. Esses, além de adotarem padrões de prestígio, já notaram o significado social das diferenças. Isso pode ser identificado na fala “caçoam da fala de gente pobre”, para fazerem alusão à ocorrência de segmentos africanos, apresentaram essa percepção (PALMA, 1980, p. 93).

A autora pondera ainda que o isolamento da região permitia que esses falantes não tivessem contato com as normas de prestígio, contudo esse cenário foi se alterando, cedendo lugar às formas prestigiadas. “A expansão dos sistemas de telecomunicação, aliadas às incessantes fixações de elementos de outros Estados na região mato-grossense, atuam como reforço ao papel do Ensino institucionalizado – divulgam incessantemente as formas de prestígio” (*ibidem*).

Em relação à influência do isolamento na mudança linguística, em pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos, Labov (2008) identificou que o isolamento acarreta a diversidade linguística, na contramão, a mescla de populações gera uniformidade linguística. Todavia, em relação às diferenças linguísticas em áreas metropolitanas, ocorre um corte transversal que não implica isolamento das camadas linguísticas. “Pelo contrário, os grupos que vivem em contato estreito podem participar de mudanças linguísticas rápidas que levam à crescente diversidade, em lugar da uniformidade” (LABOV, 2008, p. 173).

Palma reforça a relevância das variáveis sociais no processo de mudança linguística: “As conclusões advindas desta investigação empírica tornam-se um expressivo exemplo da força de variáveis sociais na determinação de uma mudança linguística” (PALMA, 1980, p. 94). Para ela, dificilmente realizaria análise das variações da fala cuiabana considerando apenas as variáveis linguísticas. Nesse sentido, a pesquisadora ressalta que:

Os resultados, obtidos neste estudo, podem constituir-se como um dos muitos fundamentos empíricos, já existentes, para a defesa de que padrões linguísticos não podem ser compreendidos somente em termos de suas relações internas, mas devem ser considerados como parte de um contexto sócio-cultural mais amplo (*ibidem*, p. 102).

Palma (2005) evidenciou que as consoantes africadas, traço presente no falar dos cuiabanos, estão sendo substituídas pelas fricativas. Exemplos dessa variante podem ser verificados no trecho: “tá na hora djente, quem bedjô, bedjô, quem num bedjô num bedja mais, fetcha o catchão” (*ibidem*, p. 143). Para a pesquisadora, há a impressão de que uma outra língua está sendo pronunciada, sendo incompreensível aos que não pertencem ao território cuiabano.

A autora esclarece que essas consoantes, surdas ou sonoras, não se restringem somente às terras cuiabanas, se fazem presentes também em Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Livramento, Barão de Melgaço, Guia, Rosário Oeste, Cáceres, Poconé.

Com sua pesquisa, um dos intuitos de Palma (2005) foi identificar onde e como as consoantes africadas (surdas e sonoras) estavam sendo substituídas pelas fricativas. Para ela, os fatores que exerceram papel fundamental foram nível de escolaridade, faixa etária, sexo feminino; o envolvimento emocional e contexto explicativo também se mostraram esclarecedores para o diagnóstico da mudança linguística.

O primeiro fator supracitado permitiu interpretar que os cuiabanos, com ensino superior ou educação básica completa, estavam substituindo as consoantes africadas pelas fricativas. “Esses resultados são bastante coerentes com o papel que a escola exerce no nosso meio social, o de inibir padrões de comportamento linguístico que não se ajustem ao modelo prescrito pela norma culta” (*ibidem*, 144).

Outro aspecto evidenciado por Palma revela que jovens, do sexo feminino, substituem “o traço de fala de sua comunidade pelo traço de prestígio” (*ibidem*). Já os informantes menos-jovem, do sexo masculino, apresentaram-se mais conservadores.

Contudo, a pesquisa identificou que até mesmo o grupo de jovens e de nível de escolarização mais alto poderiam reproduzir traços estigmatizados que eles próprios não admitiam pronunciar. Para Palma, “É bastante compreensível que os informantes, quando envolvidos emocionalmente, sem controle de sua fala, se expressam por meio dos segmentos estigmatizados” (*ibidem*).

No fator linguístico registro, Palma identificou que o nativo adapta seu falar de acordo com as distintas situações, “O cuiabano tem domínio de estruturas variáveis e sabe usá-las de acordo com suas conveniências ou interesses” (*ibidem*, p. 147).

Além disso, a pesquisa mostrou que são as adolescentes de classe alta que impulsionam a aquisição de novos padrões de comportamento linguístico. Entretanto, isso não é de hoje, uma vez que “O processo migratório intenso em Mato Grosso, a influência da Televisão (1967) no Estado, a criação de Brasília, a criação de rodovias, como a 364/163, são alguns determinantes desse processo de mudanças” (*ibidem*).

Antes de passarmos para síntese da próxima pesquisa sobre o falar cuiabano, sinalizamos que Palma foi uma das primeiras estudiosas a estudar esse falar.

Dettoni (2003) mostra que a marcação de gênero de Cuiabá difere da marcação de gênero dos falantes brasileiros. Nessa direção, a pesquisadora pontua que diversos trabalhos apresentam que em Cuiabá não há marcação de gênero, todavia, a estudiosa argumenta que intenta com sua pesquisa refutar essa hipótese.

Em seu estudo, Dettoni evidenciou que há em Cuiabá a concordância de gênero, como sugerem os exemplos: “Pra que alugá um casarão, né? Vou alugar **UMA CASA MAIS PEQUENA**, só que eu quero **UMA CASA MAIS SEGURO**”. O exemplo demonstra que há concordância de gênero no início do exemplo, porém logo a seguir essa ocorrência não acontece. Situação semelhante pode ser evidenciada em: “Lá **A CASA** já era três veis melhor, porque **ERA COBERTO** de telha, né. [...] era tudo rebocado, tava caiado, **TAVA BOAZINHA A CASA**, sabe. (...) Aí ela: **ACHOU BOM A CASA** e: ela resolveu comprar a casa lá” (*ibidem*, p. 72, grifos da autora). Diante do exposto, não há por que dizer que a concordância de gênero não ocorre na capital de Mato Grosso, pois, como evidenciado nos exemplos supracitados, há, sim, situações em que a concordância é manifestada.

Dettoni (2005) apresenta construções nas quais nomes classificados como femininos no português padrão mostram-se como masculinos no falar cuiabano, contudo, essas ocorrências não acontecem na fala de adultos escolarizados, nem na fala dos jovens, escolarizados ou não. “Isso sinaliza que a fala da geração mais jovem vem refletindo um comportamento linguístico diferenciado do da fala da geração mais velha” (p. 56).

O mesmo ocorre com o uso do pronome ele, em que a menor ocorrência do pronome na retomada de antecedentes femininos situa-se na fala de jovens, contrapondo à elevada manifestação desse fenômeno na fala dos adultos. Nessa via, o falar dos últimos retrata o uso de uma forma que está sumindo da fala dos jovens. “Esses estão adquirindo uma nova forma

linguística que, neste caso, é uma forma própria da variedade de prestígio da língua” (p. 65). Esse fenômeno manifesta-se também na fala de informantes com menos escolaridade. A esse respeito, a estudiosa argumenta que “Tais resultados não só confirmam a hipótese proposta para esta variável, mas também indicam ser a escola uma porta de acesso a formas de expressão mais prestigiada da língua” (p. 62). Isso nos remete a Labov (2008, p. 140), que explica: “[...] a forma do comportamento linguístico muda rapidamente à medida que muda a posição social do falante. Essa maleabilidade da língua sustenta sua grande utilidade como indicador de mudança social”.

Diante dos dados apresentados, a pesquisadora concluiu que a concordância de gênero no falar cuiabano está em processo de mudança, uma vez que há uma neutralização do uso dessa variante. Para ela, essa mudança localiza-se nos eixos linguístico e social.

Nesse último, a mudança linguística diz respeito à faixa etária, pois os jovens apresentam comportamento linguístico diferente em relação à concordância de gênero. Além disso, há a influência da escolarização, uma vez que a variação na concordância de gênero na retomada pronominal revela que a acessibilidade dos cuiabanos a níveis de escolaridade mais elevados “é o principal fator que tem contribuído para assimilação de formas de expressão mais prestigiadas da língua portuguesa, com a consequente neutralização das marcas típicas desta variedade regional” (DETTONI, 2005, p. 65).

No eixo linguístico, a pesquisadora expõe que não se trata de uma mudança isolada, mas de alterações que se enquadram em um movimento maior de mudanças morfossintáticas na gramática do falar local. Para Dettoni (*ibidem*), “[...] quanto maior for a presença de artigo (ou determinante) junto a um nome antecedente, maior será também a possibilidade de se marcar o gênero na retomada pronominal”.

Em suas palavras finais, citando a pesquisa de Cox, Dettoni apresenta uma situação bastante interessante, diferentemente da variação de gênero que, conforme exposto, está passando por um processo de neutralização, a rotacização de /l/ em /r/ é um fenômeno muito recorrente no falar dos cuiabanos, “não havendo, para o momento, indícios de uma tendência à sua neutralização” (*ibidem*, p. 66).

Dettoni (2005) aponta que não se sabe com precisão quais fatores históricos e sociais contribuíram para a formação linguística do falar cuiabano. É sabido que durante a colonização de Mato Grosso, a Baixada Cuiabana foi espaço de encontro de línguas e variedades linguísticas diversas. A pesquisadora afirma ainda que coexistiram, nesta região, durante a colonização de Mato Grosso, “as línguas indígenas nativas, a variedade castelhana da fronteira, a língua dos

bandeirantes colonizadores, além das diversas variedades do português ali introduzidas pelos sertanistas migrantes juntamente com a variedade falada pelos escravos para lá transferidos” (*ibidem*, p. 55).

Outro aspecto destacado pela autora diz respeito ao fato de que os nativos, que habitavam Mato Grosso, utilizavam línguas indígenas distintas. Logo, aqueles que tinham contato com o colonizador tiveram que aprender o português. “Sabe-se também que muitas línguas indígenas, talvez a maioria delas, não apresentam distinção de gênero masculino/feminino, como ocorre em português” (*ibidem*). Acreditamos que esse é um dos aspectos que justifique a variedade linguística local, isso é capaz de calar aqueles que inferiorizam o falar cuiabano, uma vez que essa variedade, assim como as demais, não surgiu do acaso, há uma constituição histórica que explica a diversidade linguística local.

Lima (2007) também se dedicou ao estudo da variação na concordância de gênero. Em relação ao fenômeno, o pesquisador registra:

Outra ocorrência de natureza morfossintática é a questão da variação na concordância de gênero, objeto de nossa pesquisa. A variação do gênero gramatical é uma ocorrência que ainda é verificável no dia dia-a-dia de muitas pessoas em vários bairros de Cuiabá. Essa ocorrência não é generalizada, isto é, não ocorre em 100% dos moradores da cidade, bem como em todos os casos de combinação gramatical para a realização da concordância (LIMA, 2007, p. 19).

O autor diz que há um número significativo de estudos sobre o falar cuiabano, mas que os fenômenos fonéticos e morfossintáticos são poucos discutidos, o que, segundo ele, endossa a relevância de sua pesquisa. Igualmente, não encontramos pesquisas relacionadas, especificamente, às atitudes linguísticas perante o falar cuiabano, tampouco atitudes sobre o uso desse falar nas mídias locais. A literatura linguística apresenta aspectos desse linguajar, mas não contempla atitudes linguísticas diante desses usos linguísticos. Dessa forma, propomos a investigar atitudes linguísticas perante o uso da variedade regional falada em Cuiabá-MT nas mídias locais. Trata-se de um assunto ainda não estudado e explorado pelas pesquisas em linguística.

Lima (2004) assevera que, “Além dos aspectos fonéticos, o falar cuiabano apresenta também marcas bem características na morfologia e na sintaxe” (p. 113). Para ilustrar, apresentamos alguns exemplos extraídos de sua pesquisa. No substantivo, ocorre mudança de gênero no pronome ou no artigo que segue o nome. “Ex.: Passou num casa desses”. O adjetivo é empregado de forma invariável, ou seja, é igual para homens e mulheres. “Ex.: (Uma mulher

falando) Ah, dona! Hoje tô demais de fraco”. Nem num sei o que me deu”. O superlativo ocorre com o uso da expressão *demais de*, antes do adjetivo. “Ex.: Tá demais de bom. Tá demais de interessado”. Os pronomes pessoais da terceira pessoa são aplicados no gênero masculino, tanto para sujeitos masculinos quanto femininos. “Ex.: Ele chama Margarida. Ele chama Marcos”. O mesmo ocorre com pronomes demonstrativos, ou seja, não fazem distinção de gênero. “Ex.: A situação é esse mesmo”. Para os verbos ser e ir no pretérito perfeito do indicativo, a primeira pessoa do singular é sempre utilizada como terceira. “Ex.: Eu foi professor a vida inteira. Eu foi pro baile”. O mesmo acontece com o verbo pôr. “Ex.: Eu pôs os cadernos em cima da mesa”. (*ibidem*).

Almeida (2009) argumenta que intenta com sua pesquisa provar que na variedade cuiabana ocorre a manutenção de fenômenos fonológicos presentes em fases históricas anteriores da língua portuguesa, como o galego português do período colonial, mais precisamente do século XVIII, quando ocorreu a vinda de bandeiras e monções paulistas para o Centro-Oeste. O pesquisador destaca também os fonemas de Cuiabá, cujas ocorrências eram comuns ao português em geral e agora se restringem ao falar de cuiabanos idosos com baixa escolaridade ou analfabetos e, aos mais jovens analfabetos, cujo contato linguístico ocorre no ambiente doméstico ou com vizinhos. O autor coloca em relevo a hipótese de que muitos fenômenos fonológicos do português brasileiro devem sua origem à influência das línguas africanas e indígenas.

Almeida argumenta que o português de Cuiabá não retrata a variedade que por lá chegou nos princípios do século XVIII, nem outra fase da língua, como o português arcaico. Entretanto, o que tem sido colhido em suas pesquisas, desde 1996, é que “[...] a resistência do “mito” da conservação ou manutenção de traços antigos, dentre eles, do período arcaico da língua, no português da região, assim como no Brasil, tende a ser confirmada, como conclui Cunha (*idem*)” (*ibidem*, p. 123). O estudioso reforça o argumento que “Nossa conclusão, no entanto, vai além do nível mitológico, por si mesmo, porque nos baseamos em resultados alicerçados em observações tratadas e comprovadas cientificamente” (*ibidem*).

Citando Cunha (1986, p. 203) sobre “imobilismo cultural”, Almeida (2009) expõe que esse fenômeno favoreceu para localizarmos ainda hoje, em Cuiabá, alguns aspectos no nível fonológico pertencentes a fases antigas da língua portuguesa, a maioria comum ao português popular oralizado no Brasil. “Portanto, trata-se de realizações que deixaram de ser usuais, frequentes, recorrentes, nas normas ou variedades atuais da língua descritas no Brasil e Portugal” (p. 126).

Para Possari (2005), em *Falar e Dizer cuiabano na mídia: signos que se renovam*, o que caracteriza o falar cuiabano, ou o que o diferencia dos demais do país, é a musicalidade, a entonação. A esse respeito, Cox (2009, p. 81) apresenta que:

[...] à entonação, o ritmo descansado da fala cuiabana, os acentos enfáticos usados para realçar certos sentidos, como por exemplo, para dizer que “mora lá longe”, o cuiabano diria “mora lá:::: lo::::ndge”, espichando e encompridando as vogais tônicas, de modo a imprimir o sentido de “lonjura” no significante mesmo.

Em sua pesquisa, o intuito de Possari foi “[...] oportunizar reflexões no que diz respeito a esse falar nas mídias: televisão, jornal impresso e HQ (histórias em quadrinhos)” (POSSARI, 2005, p. 168). Adiante, veremos que o Rio de Janeiro era modelo para as demais regiões. Possari relata que, devido ao fato de a Corte Brasileira instalar-se lá, era de lá que se emitiam elementos culturais prestigiados: “as novidades políticas e econômicas, as principais escolas, a moda, as artes, as gírias. Enfim, o Rio era o irradiador de cultura do país” (p. 169). Nessa via, o Rio de Janeiro era padrão para a maioria dos brasileiros. Imagina para os cuiabanos, “cuja única possibilidade de contato com o Brasil, através dos rios, era com o Rio” (*ibidem*).

A pesquisadora prossegue afirmando que: “Os daqui interessavam-se por tudo de lá. Era mais que interesse, era deslumbramento. Isso pode ser constatado pelos relatos de cuiabanos que viveram na época e seus descendentes. Refere-se aqui, é claro, aos de mais posses”. Os que iam estudar no Rio de Janeiro, retornavam expondo as belezas e estabelecendo uma visão de mundo nem sempre executável. Ademais, exibiam seus diplomas e “tornavam-se prestigiados por lá terem estado” (*ibidem*, p. 169).

Com o tempo, a chegada de migrantes intensificou-se, esses trouxeram consigo suas culturas e visões de mundo, mas a maior referência, para os cuiabanos, era o Rio. Possari pondera ainda que a convivência entre nativos e migrantes não foi pacífica. “Piadas de ambos os lados. Grosserias também” (*ibidem*).

Para a autora, as pessoas não percebiam, especialmente aquelas que viajaram para o Rio e retornaram, que havia alterações no espaço e na paisagem mato-grossense, principalmente em Cuiabá. Diferenciava-se também a visão de mundo, o modo de falar, de viver. “As misturas puderam ser vistas (a menos que não se quisesse), na universidade, nas falas, nos casamentos, na arquitetura, na expansão desordenada da cidade” (*ibidem*, p. 170).

Cox (2009) sintetiza pesquisas que descrevem o linguajar cuiabano. Em relação a um fenômeno linguístico da capital, o rotacismo, a estudiosa explica que, diferentemente de outras regiões brasileiras, nas quais esse uso é caracterizado como um marcador social, em Cuiabá

esse fenômeno é identificado como indicador linguístico, pois, independentemente do perímetro (rural ou urbano), classe social, escolaridade, esse fenômeno se faz presente nas situações comunicativas. A pesquisadora apresenta também algumas palavras bastante peculiares do falar local.

Interagindo com cuiabanos, aprende-se que (5) “digoreste” é algo ou alguém bacana, nota dez, legal; (6) “tocera” é pessoa vaidosa, convencida; (7) “bambolê” é sandália de borracha, tipo havaiana; (8) “baleia” é ônibus urbano, lotação; (9) “bolicho” é vendinha; (10) “invisível” é grampo de cabelo; (11) “chiriri” é um pouquinho; (12) “rebuçar” é cobrir-se; (13) “xixir” é fazer cocô; (14) “cepo” qualifica pessoa formada, forte, grande; (15) “ajojar” [adʒodʒa] é juntar-se, arrancar; (16) “rir pra catiça” é rir muito; (17) “agora qua:::ndo?!” indica dúvida, espanto; (18) “tcha por Deus!” indica admiração, espanto; (19) “era e pacuera” significa algo muito antigo (COX, 2009, p. 81).

Ainda sobre o rotacismo, fenômeno sobre o qual Cox se debruça, é sabido que esse é alvo de estigma, os peritos da língua tecem muitas críticas aos falantes desse uso linguístico, contudo, basta estudar a história da língua portuguesa para saber que esse fenômeno fez parte da constituição dessa língua, o que há hoje são resquícios de um processo que muito foi utilizado. Nessa direção, Cox (2005), citando Bagno (1997), tece esclarecimentos em relação a esse fenômeno linguístico:

Bagno (1997, p. 41), serve-se da autoridade de Camões, que é visto como o maior artesão da língua portuguesa, para mostrar que, diferentemente do que pensam muitos leigos e também muitos doutos em assuntos gramaticais, o rotacismo não é uma pronúncia cacoépica exclusiva de brasileiros caipiras, analfabetos ou semianalfabetos. O autor extrai de “Os Lusíadas” inúmeros casos de troca entre l e r, como em *frauta* (canto I, verso5), *frecha* (X, 46), *ingrês* (VI, 47), *pranta* (X, 136), *pruma* (II, 98), *pubrica* (VII, 34) (COX, 2005, p. 102).

A autora apresenta também um trecho do Tratado de Tordesilhas, de 1494, no qual há a escrita da palavra “pubrico”. Ela expõe que, atualmente, o rotacismo se faz presente em variedades linguísticas da Península Ibérica. E, citando Ferreiro (1996), Cox expõe que: “Ferreiro observa que o rotacismo é um fenômeno de ampla ação no galego moderno, atingindo grupos consonantais com < l > em quaisquer contextos linguísticos” (*ibidem*, p. 103).

Por fim, para esclarecer ainda mais, Cox (2005) explica que o rotacismo constitui um dos fenômenos que, na formação das línguas românicas, diferenciou o português e o galego, da língua francesa e espanhola. Nessa via, “Como foi apontado, o rotacismo é um processo cuja ação se estende para além do período de formação do português, na Europa. Acompanha, ativo, a expansão e a diversificação da língua portuguesa pelo mundo” (p. 104). Para a autora, no

Brasil, é um uso que caracteriza o português oralizado por falantes de regiões interioranas, especialmente aquelas cuja formação está relacionada à presença das Bandeiras Paulistas, como a Baixada Cuiabana.

Para explicar a constância e intensidade desse fenômeno na fala dos cuiabanos, Cox cita a escassa comunicação da região com outras partes do país nas primeiras décadas do século XX. A ausência de escolas e o baixo nível de letramento dos cidadãos, “a quase inexistência da imprensa, a distância do aparelho estatal com sua burocracia e linguagem formal e protocolar, entre outros fatores de unificação” (COX, 2005, p. 104) contribuíram para a alta incidência do rotacismo. Nessa direção, para a pesquisadora, as forças centrípetas que poderiam atenuar o fenômeno, “se existiam e agiam, eram tênues” (p. 105).

Para interpretar o vigor do rotacismo na fala dos cuiabanos, a autora cita ainda a interação dos bandeirantes com os povos indígenas que aqui habitavam, especialmente os Bororos. Nessa direção, “A formação do povo cuiabano está inextricavelmente ligada à interação conflituosa dos colonizadores com os Bororos” (*ibidem*).

Em via de conclusão, Cox pondera sua suposição de que, perante o estigma, preconceito e discriminação que essa variante sofre, em pouco tempo deixaria de ser um traço dialetal e funcionaria como um marcador social, como nas demais regiões do país. Contudo, não é isso que ocorre em Cuiabá, “Em abundância, anedotas nenhum pouco politicamente corretas circulam em diversas esferas da vida social em Cuiabá” (p. 106). Além disso, a pesquisadora pontua que o rotacismo ainda é um traço evidente entre aqueles que possuem o falar cuiabano como língua materna, independentemente da classe social, escolaridade, letramento e grau de formalidade. Interessante que o mesmo não ocorre com outros traços linguísticos da comunidade. “É curioso que um traço como a africacão de /ʃ/ e /ʒ/ seja encontrado apenas na fala dos velhos dessa comunidade e o rotacismo, na fala de todas as gerações (p. 108).

Em virtude dos dados expostos, Cox pondera que o rotacismo, em terras da Baixada Cuiabana, resiste às forças centrípetas que operam para transformá-lo em /l/. Nessa via,

Por uma confluência de fatores, o falar cuiabano está se encarregando de levar adiante uma deriva fonológica que se insinuara no latim vulgar, florescera no período de formação do português na Península Ibérica e navegara por mares e rios nunca antes navegados, à margem do processo de gramatização e normatização jurídica da língua que tentara represá-la (*ibidem*, p. 112).

Conforme evidenciado por Cox (2009), o rotacismo, em terras cuiabanas, não diz respeito a um marcador social, mas a um indicador linguístico. Diferentemente, Picinato (2008), em pesquisa desenvolvida na cidade de Sales-SP, considerando as variáveis independentes sexo

e idade, evidenciou que os casos de rotacismo estão mais presentes na fala dos homens mais velhos. Ao incluir as variáveis sexo, falante e idade, junto à variável lugar, a zona rural apresentou maior incidência para o rotacismo. Os dados mencionados evidenciam a singularidade de cada comunidade pesquisada.

Para Picinato, é perceptível a relação entre o rotacismo e a zona rural, e aos falantes do sexo masculino, da terceira idade. Desse modo, esse fenômeno passa por uma possível mudança na comunidade pesquisada, “uma vez que pode soar como uma forma estigmatizada, que faça referência direta ao “caipira” retratado na mídia, sinônimo do Jeca Tatu e do “caipirismo”” (PICINATO, 2008, p. 214).

Os resultados obtidos levaram a pesquisadora a identificar que as mudanças sociais e econômicas, pelas quais a comunidade pesquisada passa, podem ter repercutido nos usos linguísticos dos moradores:

Ora, se foram encontrados traços de rotacismo, vocalização e prótese na fala dos mais velhos, há, portanto, um indício de que esses metaplasmos ocorriam na sociedade salense. Entretanto, quando não encontramos mais esses traços na fala dos mais jovens, percebemos que esses processos podem estar entrando em desuso nessa comunidade linguística (*ibidem*, p. 221).

Picinato explica que a comunidade salense passou por várias mudanças, uma delas foi a migração da zona rural para a urbana. Alguns aspectos fonético-fonológicos registrados no estudo restringiram-se aos falantes mais velhos, que tinham relação com a zona rural. Em virtude desses dados, para a pesquisadora, o fato da não identificação dos jovens, com aspectos rurais, faz com que esses não utilizem determinadas variáveis associadas ao estilo de vida rural, como o rotacismo, por exemplo. Na contramão, os idosos exibiram um sentimento de nostalgia pela vida do campo.

Os dados expostos revelam a afetividade que o rotacismo traz para a oralidade. Trata-se de um fenômeno linguístico que identifica e aproxima, em especial, falantes que apreciam a vida do campo. Isso nos remete à pesquisa de Labov, desenvolvida na ilha de Martha's Vineyard. Os dados revelam que a alta centralização de (ay) e (aw) está presente na fala dos falantes que têm grande apego à ilha e que lutam contra a invasão dos veranistas. As atitudes são tão operantes nos usos linguísticos, que os jovens que pretendem deixar a ilha não manifestam essa centralização, enquanto os que têm apeço e não pretendem deixá-la utilizam forte centralização.

Outro fator evidenciado por Picinato (2008) diz respeito ao r retroflexo, presente em todas as faixas etárias da comunidade salense. Em virtude disso, para a pesquisadora, essa

variante, na comunidade pesquisada, perdeu o aspecto rural, que ainda vigora no rotacismo, por exemplo. Contudo, a estudiosa pontua que, embora o r retroflexo seja a variante mais oralizada na comunidade, até mesmo pelos mais jovens, nem sempre é avaliada positivamente. Dessa forma, não é possível afirmar que o r retroflexo não seja considerado uma variante estigmatizada na comunidade em estudo.

Inserimos a pesquisa de Picinato, nesta subseção, para mostrar que cada comunidade possui singularidades que estão atreladas à identidade linguística dos falantes. O uso indiscriminado do r retroflexo, em Sales-SP, nos remete à utilização do rotacismo em Cuiabá-MT. Por outro lado, diferentemente de Cuiabá-MT, em que as variáveis sociais não influenciam no emprego do rotacismo, em terras salesianas, esse traço linguístico apresenta maior incidência na zona rural e na fala dos homens da terceira idade.

Pacheco (2010) apresenta, com seus respectivos significados, algumas variantes lexicais típicas do falar cuiabano, são elas: “pau rodado - pessoas que vêm de fora (migrantes ou imigrantes); supitado – estado em que se encontra pessoa que comeu muito; vote! – interjeição que indica admiração, espanto, indignação; era e pacuera – algo muito antigo; cepo – pessoa grande, forte” (p. 31).

No léxico, encontramos também particularidades como “adobo: pé grande, anduva: mentira, atibado: cheio, banzativo: pensativo, bombo: gordo, cafuçu: feio, lanção: vômito, malotar: comer, maricho: homem, parentes: pais, quilim: segredo, sem vista: cego, sengraceira: chateação, violento: depressa” (LIMA, 2004, p. 10).

No que diz respeito às variantes lexicais da comunidade linguística cuiabana, Aguilera (2005, p. 133) pondera que há semelhanças entre o falar cuiabano e o falar paulista, e isso está relacionado à história da ocupação das terras cuiabanas, “a partir do século XVIII, quando os bandeirantes buscavam índios para o trabalho escravo, jazidas de ouro e de pedras preciosas”.

A pesquisadora explica ainda que essa base paulista se misturou com os vários povos indígenas e, posteriormente, com migrantes advindos de diversas partes do país. “Desse encontro de grupos étnicos resultou uma fala que conserva traços do falar rural não só paulista, mas do falar rural brasileiro, como se pôde observar no uso de lexias comuns a todas as regiões [...]” (*ibidem*, p. 134).

Por fim, Aguilera conclui que o processo de uniformização da linguagem é demorado, mas gradativo, começando pelos falantes mais escolarizados e pelos jovens, de modo que somente as classes menos escolarizadas e os idosos são “os mantenedores de formas lexicais

em processo de arcaização, ou de determinados registros fônicos, como a terminação –on no lugar de ão” (p. 134).

Findamos a Seção I, na qual apresentamos os pressupostos teóricos da Sociolinguística. Nela, expusemos também a celeuma em torno da constituição da língua portuguesa no Brasil, que buscou e busca a homogeneidade linguística. Para isso, algumas línguas indígenas foram dilapidadas, isso ocorreu de forma pífida. Posteriormente, a classe dominante, instalada no Rio de Janeiro, atuando de maneira destrutiva, buscou dilapidar as variedades linguísticas que destoavam da fala que ela considerava ideal. Apresentamos também temas que se relacionam com a mídia, como a gramática normativa, a noção de erro e o preconceito linguístico. Conceituamos atitudes linguísticas, para em seguida abordarmos sobre a relação dessas com a identidade linguística dos falantes. Por fim, para o leitor ter conhecimento da variedade linguística da comunidade pesquisada, a subseção 1.8 apresentou alguns estudos linguísticos sobre o falar cuiabano.

Passaremos, nesse momento, para a Seção II, na qual trazemos a história da constituição da língua na/da mídia, evidenciando que a língua divulgada por essa instituição privilegia o uso da norma culta, variedades regionais, por exemplo, devem ser evitadas nesse meio. Falaremos também sobre as mídias locais, expondo a relevância da difusão de variantes linguísticas locais nesses suportes, de forma a divulgar e fortalecer os falares locais.

II O FALAR DA MÍDIA

2.1 Constituição da língua da/na mídia: o padrão Globo

Carvalho (2005) expõe que havia no jornalismo o estabelecimento de um padrão estético, no qual a pobreza deveria ser camuflada, indivíduos com ar miserável não podiam aparecer. “No *Jornal Nacional*, o povo era bonito e bem alimentado” (p. 447). Otimismo e a percepção de um país grande era a imagem que esse telejornal, considerado o principal do país, deveria apresentar. Assim, “A realidade precisava ser recondicionada para chegar a 30 milhões de brasileiros. O grande exercício do telejornalismo consistia em disfarçar a realidade” (*ibidem*).

Esse aspecto se estendia à língua, pois a mídia visava camuflar a realidade linguística brasileira. Para que isso fosse possível, os profissionais do meio contavam com ajuda de fonoaudiólogos que os auxiliavam no processo de suavização do sotaque, considerado ruído que desprendia a atenção dos telespectadores. Acreditava-se que o telespectador voltaria mais a atenção à fala do jornalista que a própria notícia. O jornalista não poderia se sobressair à notícia, “O personagem é a notícia, não o profissional” (COTES, 2008, p. 28). “O objetivo é que as características do sotaque não chamem mais atenção do que a notícia” (*ibidem*, p. 61).

Todavia, apesar de pregarem a neutralização do sotaque, havia um modelo idealizado pela mídia, o falar do eixo Rio-São Paulo. Assim, considerando que todo falar possui sotaque, o real objetivo era o estabelecimento de uma fala semelhante à do eixo Rio-São Paulo, que além de aspectos linguísticos influenciava em outros segmentos: “O tipo de produto que se procura aqui é o mesmo do Rio e de São Paulo... Os jovens têm os mesmos anseios, querem vestir os mesmos jeans, gostam de curtir uma moto, ouvem o mesmo tipo de disco” (CARVALHO, 2005, p. 460). Essa influência pode decorrer do fato de que a primeira fase da TV em território brasileiro (1950 a 1964) “[...] concentrou programas locais no eixo Rio-São Paulo” (COTES, 2008, p. 19). Ademais, “A atribuição de prestígio a uma variedade linguística decorre de fatores de ordem social, política e econômica” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 36).

Outrossim, “Ao telejornalismo cabia constituir a realidade imediata de modo que o formato narrativo dos telejornais tinha por objetivo: falar diretamente ao povo, com fortes doses de emoção ou apelo aos valores patrióticos” (*ibidem*, p. 25). Outra característica dos telejornais consistia na posição isenta do apresentador diante das notícias, não cabia ao jornalista adotar posições perante essas. “Tradicionalmente a objetividade jornalística está associada ao distanciamento necessário do jornalista em relação à notícia, propõe o afastamento do jornalista

para uma fiel reprodução dos fatos como eles se apresentam na realidade” (BATISTA, 2013, p. 34).

Novamente, essa isenção se estendia à língua, pois usos linguísticos diferentes da norma-padrão deveriam ser evitados. Assim, ao longo de sua trajetória, a mídia lutou veementemente pela padronização do idioma, havia uma norma a ser seguida, a norma-padrão e todas as variedades divergentes a essa norma, não poderiam ser manifestadas nos meios midiáticos. Essa visão estática da língua é totalmente equivocada, a norma-padrão de séculos atrás não corresponde à norma-padrão de hoje, pois, “Enquanto produto das interações sociais e históricas, a língua prevalece ou se modifica em função de exigências pragmáticas e da história cultural de cada comunidade” (BRITTO, 1997, p. 246).

Desse modo, “[...] sendo entidades dinâmicas, as línguas estão sempre mudando” (ILARI, 2006, p. 13). Em outras palavras, “Nenhuma língua, enquanto tiver gente falando ela, pode resistir às mudanças que ocorrem em suas estruturas com o tempo” (BAGNO, 2001, p. 172). Além disso, “[...] o uso da voz e conseqüentemente da fala não é meramente um resultado fisiológico de ajustes motores, mas obedece a um processo de socialização, isto é, a mecanismos de transmissão de valores e de normas necessárias à integração do indivíduo” (COTES, 2008, p. 55).

Assim, os usos linguísticos da mídia foram construídos a favor de uma norma herdada da tradição literária. Nessa direção, Mariani (2011) aponta que o bom falar e o bom escrever correspondiam às normas lusitanas. “São discursos inseridos numa formação discursiva presente desde o início do Brasil independente: a formação discursiva dos partidários da língua portuguesa, uma formação discursiva contrária a dos partidários de uma língua brasileira” (p. 244).

Bagno (2012, p. 21) complementa afirmando que “Inspirados nos usos que aparecem em grandes obras literárias, sobretudo do passado, os gramáticos tentam preservar esses usos compondo com eles um modelo de língua [...]”. Logo, “A medida do prestígio e, conseqüentemente, da “correção” linguística das variedades do português no Brasil sempre foi aferida em função de sua maior ou menor semelhança com a norma-padrão lisboeta consagrada pelos escritores portugueses” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 36). A esse respeito, “A difusão de material impreso (principalmente jornais) tem uma função importante na tomada de consciência de uma unidade linguística” (FIORIN, 2008, p. 127). Atualmente, esse legado é difundido com a exposição somente da norma culta (que se inspira na norma-padrão) e inibição das variedades que destoam dessa norma. Historicamente, esse aspecto foi reforçado, quando

profissionais da mídia passavam por um processo de suavização do sotaque, padrão Globo de qualidade, e ascendiam na carreira aqueles que conseguissem fazer isso mais rapidamente.

O que os tradicionalistas temem, de fato, sob o disfarce da “ruína do idioma”, é a ruína de uma determinada *ordem social*. Sua ânsia de preservar uma aristocracia linguística é o lado visível de sua ânsia de preservar uma aristocracia política, econômica e cultural. Não admira que façam, da televisão e do jornal, meios de comunicação de *massa*, seus alvos prediletos de denúncia do “caos do idioma” (BAGNO, 2015, p. 106).

Nota-se que, na história da mídia, seus usos linguísticos nunca corresponderam à realidade linguística brasileira. Sempre foi almejada a propagação de um falar correspondente à literatura. E isso não se limita somente a essa instituição: “A importância dessa questão torna-se ainda maior quando se percebe que a elaboração de gramáticas, descritivas ou prescritivas, foi um dos grandes instrumentos de transformar um dialeto em língua literária, com forte redução da variação linguística (BRITTO, 1997, p. 38).

Camacho (2013) argumenta que os dicionários, as gramáticas prescritivas e guias de uso constituem instrumentos de poder para fortalecer essa imposição normativa, na qual as preferências linguísticas de um grupo da comunidade são promulgadas como modelo de correção. “A legislação que a promulga é o modo como ela é imposta como norma-padrão em aparelhos de controle do Estado, como governo, meios de comunicação e educação” (p. 19).

Evidencia-se, dessa forma, que, ao longo da constituição da língua portuguesa, a pluralidade linguística do território brasileiro nunca foi pleiteada, almejou-se no decorrer de toda a história o estabelecimento de um falar igual dos literatos. Como consequência, a escrita tornou-se um modelo que deveria ser repercutido na fala, “Foi devido aos saberes que circulam e ao valor social que lhe foi agregado que a escrita se transformou em paradigma de correção de todas as formas da fala” (BRITTO, 1997, p. 38). A esse respeito pode-se dizer que:

A forma canônica da língua é uma herança preciosa que tem sido construída ao longo das gerações, não pelos milhões de falantes nativos, mas por uns poucos escolhidos que consagraram amoroso cuidado à tarefa, polindo, refinando e enriquecendo a língua, até ela se tornar um sutil instrumento de expressão (estes frequentemente são identificados como figuras literárias, como Shakespeare). Essa é uma opinião sustentada por pessoas em diversos campos de atuação, incluindo encanadores, políticos e professores de literatura. Acredita-se que, se a variedade canônica não for universalmente defendida e protegida, a língua inevitavelmente vai declinar e decair (MILROY, 2011, p. 61).

Nos recursos midiáticos, as pronúncias deveriam ser padronizadas e os sotaques suavizados e, com a fusão entre jornalismo local e nacional, os profissionais desse meio tiveram treinamento na sede da emissora, ou seja, no Rio de Janeiro. Havia o padrão Globo de qualidade e a fala entrou nesse pacote.

A Globo então se sobressai pelo seu produto mais moderno: o “padrão Globo de qualidade”. É este um poderoso instrumento utilizado pela emissora para neutralizar a sua linguagem e o que a destaca, entre outras coisas, das demais emissoras, quanto à forma de veicular o discurso dominante (RIBEIRO; BOTELHO, 2005, p. 468).

Esse projeto de uniformização da língua trouxe consequências nefastas, que até hoje estão nas atitudes linguísticas das pessoas. “Um efeito extremamente importante da padronização tem sido o desenvolvimento da consciência, entre os falantes, de uma forma de língua “correta” ou *canônica*” (MILROY, 2011, p. 57). Dessa forma, “Não é para menos que um grande número de eventos mundanos sugere que as pessoas têm atração profundamente arraigada para a conformidade linguística” (CAMACHO, 2013, p. 18).

Cotes (2008) explica que o padrão Globo de qualidade consistia em treinamentos com fonoaudióloga e profissional da moda. “O padrão linguístico almejado iria aliar-se à iniciativa de padronização visual, [...] formando um estilo de redação das notícias, e um padrão de narração, evitando acentos regionais e formando a universalização da fala nacional” (p. 27). Desse modo,

Passa-se, portanto, de uma política linguística do Estado brasileiro voltada à promoção da língua portuguesa, para a qual os meios de comunicação do país foram mobilizados através da legislação, para uma política de línguas constituída pela Rede Globo, com o apoio velado do Estado e a legitimação da intelectualidade da época, de inscrição de significados de unidade ao português brasileiro, através da eliminação das marcas regionais da fala dos repórteres. Os significados de unidade nacional construídos pelo dizer, em português “neutro”, eram, por sua vez, reforçados pelo conteúdo das notícias assim oralizadas [...]. Logo, a política da emissora para a língua portuguesa se construía nessa interface entre o que é dito (o conteúdo) e como é dito (em que língua) (WEBER, 2013, p. 129).

Foi a fonoaudióloga Glória Beuttenmuller quem auxiliou no processo de neutralização dos sotaques. O intuito era suavizar os sotaques regionais e deixar a fala semelhante à do Rio de Janeiro, com exceção dos “esses” e dos “erres”. A esse respeito, Ilari (2006) explica que o problema linguístico estava relacionado ao sotaque, dessa forma, seria solucionado se obtivessem como modelo a fala de alguma cidade ou região do país, excluindo os aspectos

considerados “regionalismos” “(por exemplo, o “sibilismo” dos paulistas ou o “gargarismo” e o “chichismo” dos cariocas” (p 220). “Consta, inclusive, que esse movimento de uniformização adotou a pronúncia do português falado no Rio de Janeiro, embora, amenizando os “ss” puxados dos cariocas, que costumavam soar como “x”” (ARRUDA, 2019, p. 52).

Foi nesta época, que Beuttenmuller começou a uniformizar a fala dos repórteres e locutores espalhados pelo país, amenizando os sotaques regionais. No seu trabalho de definição de um padrão nacional, a fonoaudióloga se pautou nas decisões de um congresso de filologia realizado em Salvador, em 1956, no qual ficou acertado que a pronúncia padrão do Brasil seria a do Rio de Janeiro (COTES, 2008, p. 26).

Ilari (2006) expõe que o gramático Celso Cunha previu o que iria acontecer quando declarou que os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão e o rádio, são aliados na implantação da língua escolhida no congresso. “Os grandes canais de televisão, que transmitem em cadeia nacional, são certamente, hoje, um fator de uniformização linguística muito importante” (p. 221). Não obstante, a língua usada na televisão “[...] não corresponde ao modelo, culto e aristocrático, com quem sonhavam os congressistas de 1957” (*ibidem*).

Nessa via, “A narração introduzida no telejornal da Rede Globo foi propagada por vários estados brasileiros porque em 1970 a empresa já liderava a audiência” (COTES, 2008, p. 25). Cotes expõe que houve críticas, as pessoas diziam que esse processo deixou todo mundo falando igual. Como resposta, Beuttenmuller argumentou que isso não é verdade, pois a voz é a identidade do sujeito. A fonoaudióloga defende também que não anulou o sotaque regional, apenas suavizou-o.

Evidencia-se que, com o padrão Globo de qualidade, a Globo exerceu forte influência na constituição da mídia:

[...] a Rede Globo substituiu a sua mensagem atrelada ao poder por uma linguagem própria. Esta empresa tem agora condições de fazer “media” com o seu público heterogêneo, neutralizando temas de interesse social através do “padrão global de qualidade”. Enquanto se refina a forma, desvia-se a atenção do conteúdo (RIBEIRO; BOTELHO, 2005, p. 469).

Para Ribeiro e Botelho (2005), a Globo não se sobressaiu, nos anos 1970, por ter contribuído no campo de shows, até mesmo porque esses projetos já existiam antes dos profissionais do rádio e da televisão. Nessa via, “A proposta da Globo é essencialmente técnica, essencialmente estética, o que não elimina seu caráter ideológico, porque a sofisticação de sua imagem neutraliza qualquer tentativa de comunicação com o povo através de sua verdadeira

linguagem” (p. 467). A Globo foi tão influente na constituição da TV em solo brasileiro que, segundo Cotes (2008), a emissora marcou a segunda fase da história da televisão brasileira, que data de 1964 até os anos 90. Carvalho (2005) pontua que, além de impor um padrão estético ao telejornalismo, foi essa emissora quem formou um considerável número de profissionais do meio. Ademais, “Os meios de comunicação evoluíram muito desde o aparecimento dos primeiros aparelhos de TV e rádio. Sua influência para a uniformização da língua cresceu com sua difusão por todo território nacional” (ILARI, 2006, p. 221).

2.2 A língua da/na mídia

É sabido que a mídia sempre lutou pela padronização da língua portuguesa, não é de hoje que essa instituição intenta a homogeneização da realidade linguística brasileira. Bagno (2015) argumenta que o círculo vicioso do padrão linguístico é formado por três elementos: a gramática tradicional, a prática pedagógica convencional e os livros didáticos. Em seguida, o linguista acrescenta um quarto elemento, os *comandos paragramaticais*, esses dizem respeito à mídia. Bagno argumenta que os *comandos paragramaticais* não permitem nos deliciarmos com as variedades das línguas, suas inúmeras opções fazem-nos banhar em um modelo único:

[...] os comandos paragramaticais tampouco suportam que nos molhemos deleitosamente na chuva da língua, querem delimitar os espaços legais e legítimos de uso do idioma, coibir nosso prazer linguageiro, ameaçando-nos com profecias fatalistas (“*ásí es como luego se enferman*”) sobre a saúde e a sobrevivência mesma do português (BAGNO, 2015, p. 97).

Bagno é categórico ao dizer que os *comandos paragramaticais* (CP) são mais rígidos que a literatura, pois essa tem buscado se adequar à realidade linguística brasileira e já aceita variedades antes consideradas inaceitáveis. Nessa via, os dicionários também têm apresentado variantes linguísticas que destoam da norma- padrão. Na contramão, a mídia constitui a instituição mais relutante na aceitação da pluralidade linguística brasileira:

Os CP se caracterizam também por uma atitude prescritivista muito mais rígida e inflexível do que a dos autores de gramáticas normativas. Regras morfossintáticas que já foram acolhidas, ou, pelo menos, detectadas como frequentes pelos gramáticos são taxativamente rotuladas de *erro* nessas manifestações multimidiáticas, elaboradas, como já disse, por pessoas sem formação científica adequada e, por conseguinte, sem nenhuma consideração pelos avanços da pesquisa linguística no Brasil nem pelas relativizações empreendidas pela própria tradição gramatical (à qual esses comandos paragramaticais alegam referir-se) (*ibidem*, p. 120).

Em relação a elementos já aceitos pela gramática normativa e rejeitados pelos *comandos paragramaticais*, Bagno cita a aglutinação da preposição com artigo definido perante infinitivo. Sobre essa regra, o autor pontua que os gramáticos Cunha e Cintra (1985) expõem que não faltam exemplos da aglutinação da preposição com artigo na escrita de autores renomados. Britto (1997, p. 49) explica que esses gramáticos “[...] buscam articular a tradição gramatical com a linguística contemporânea”. A mídia, por sua vez, no *Manual de redação e estilo* do jornal *O Estado de São Paulo* declara que: “Apesar de o (e não do) presidente ter dito a verdade, ninguém acreditou nele. [...] Observação: Há gramáticos que aceitam essa contração; o Estado, porém, segue a norma da língua” (MANUAL DO ESTADÃO, p. 85 apud BAGNO, 2015, p. 121).

Britto (1997, p. 104) argumenta que “A mídia é, sabidamente, um dos principais instrumentos de formação de opinião na sociedade industrial de massa”. Em relação aos usos linguísticos, o pesquisador argumenta que apesar de, em determinadas esferas, essa instituição minimizar o efeito da norma-padrão através da utilização da linguagem informal “[...] a mídia, paradoxalmente, mantém, em nível doutrinário, a defesa de um português puro, correto, estabelecido a partir das gramáticas tradicionais, mostrando grande preconceito particularmente com as variedades populares” (*ibidem*). O autor pontua que programas de rádio e televisão têm contribuído para atenuar o padrão normativo, utilizando, até mesmo, gírias e vocabulários eróticos. Na mesma direção, “[...] Signorini aponta o uso cada vez mais amplo e generalizado das variedades não padrão no meio de comunicação de massa mais poderoso de todos em nossa sociedade: a televisão” (BAGNO, 2015, p. 110). Evidencia-se, dessa forma, que a mídia utiliza variedades linguísticas destoantes da norma-padrão, todavia, seu discurso é em defesa de um padrão normativo. Assim,

[...] se, por um lado, ao usar formas coloquiais e que são admitidas pela norma canônica, a mídia contribui para o abrandamento das pressões normativas, por outro, a insistência em reverenciar-se nesta mesma norma reforça o caráter ideológico normativista e a noção de senso comum de português correto e incorreto (BRITTO, 1997, p. 104).

Britto expõe que a defesa por esse padrão é ainda mais forte em programas e publicações nos quais o tema é a língua. “Há jornalistas que fazem da norma culta uma arma cujas vítimas são todos aqueles que não estiverem em estrita concordância com ela” (LEITE, 2008, p. 135). Nota-se, que o discurso da mídia sugere a padronização do idioma, considerando a norma-

padrão como a única correta, entretanto, em determinadas programações, os usos linguísticos dessa instituição não correspondem a essa norma. Como exemplo de programa que fala sobre a língua, Britto apresenta *Nossa Língua Portuguesa*, da TV cultura, sob a direção de Pasquale Cipro Neto, o programa:

[...] mantém a orientação normativa, avaliando formas faladas a partir de uma gramática referenciada em um determinado padrão de escrita, reforçando a ideia de que existe um único padrão de correção. Nas poucas vezes em que admite a variação, o apresentador faz questão de enfatizar que se trata de um recurso estilístico, inaceitável no uso comum da língua (BRITTO, 1997, p. 105).

Outro critério relevante sempre pontuado por Bagno, diz respeito às pessoas selecionadas pela mídia para falar sobre língua. São sujeitos que não têm formação na área, que desconhecem a constituição da língua portuguesa. A esse respeito, linguistas não são selecionados pela mídia para falarem sobre a língua. “Não se faz a menor menção à Linguística nem aos pesquisadores do português do Brasil, empenhados em dezenas de projetos científicos sediados nas principais universidades e centros de pesquisa do país” (BAGNO, 2015, p. 100). Nessa direção, o autor explica que há carência na formação desses profissionais para explorar o trabalho que propõem, uma vez que a maioria dos “paragramáticos” corresponde a advogados, jornalistas, entre outros, e esses não possuem sequer a formação de professores de português. Nessa via,

[...] “limitam-se a “enxugar”, nas gramáticas normativas, os capítulos que a eles interessa, expurgando-os de tudo o que pode haver ali de explicação, de hipótese ou divergência doutrinária, para extrair desses compêndios exclusivamente a regra categórica, terminante, decisiva, ocultando quanto puder haver de especulação filológica, fazendo de seus produtos paragramaticais um leito de Procusto ainda mais rígido e inflexível do que as gramáticas normativas – já transformadas ao longo dos séculos, muitas vezes à revelia de seus autores, em código penal para julgar os “crimes” contra o idioma (*ibidem*, p. 119).

Britto (1997) complementa essa situação ao expor que a figura do gramático tem mais valor: “Há algo, contudo, mais grave neste raciocínio. Com a diferenciação entre o trabalho do linguista e o trabalho do gramático - em que um apareceria como o estudioso de costumes e o outro como o cientista desinteressado [...]” (p. 30). Britto argumenta que essa separação proposta por Bechara é preconceituosa e sem fundamento teórico. E, contrariamente ao que propõem os gramáticos tradicionais, é a Linguística que fundamenta os estudos da língua. Todavia, “[...] deve-se observar que frequentemente os gramáticos, além de escreverem

gramáticas, escrevem outros tipos de textos de análise de fatos da (s) língua (s) [...]” (POSSENTI, 2009, p. 80).

Leite (2008) ratifica a posição de Bagno (2015) e Britto (1997) ao apresentar uma reportagem na qual linguistas e outros profissionais que trabalham com a linguagem foram convidados para exporem suas opiniões. Leite revela que as opiniões dos linguistas não foram devidamente exploradas, “O senso comum, contudo, guiou a exploração do material à disposição do repórter, que não soube separar o joio do trigo” (p. 95). Para exemplificar, a pesquisadora cita o caso de Marcuschi, afirmando que a reportagem não se interessou pela opinião desse linguista, além disso, “o espaço a ele concedido foi ínfimo em relação ao concedido “aos gramáticos”” (LEITE, 2008, p. 96). A autora finaliza dizendo que, além dos episódios já expostos, as informações cedidas pelo linguista foram menosprezadas.

Há também na mídia critérios que estabelecem qual conteúdo e registro serão utilizados, a depender do horário da programação. No telejornal, por exemplo, “Quanto mais noturna for sua exibição, mais nacional ele será, portanto, haveria mais formalidade. [...]. No telejornal do meio-dia, no entanto, os textos escritos e falados são mais coloquiais” (COTES, 2008, p. 42). De igual modo, Batista (2013, p. 143) pontua que: “Os modos de fazer jornalismo, por exemplo, no telejornal diário de horário nobre, seguem um padrão mais moderado; o que difere dos telejornais da mesma emissora que vão ao ar no princípio da manhã ou no início da tarde, cujos formatos são menos rigorosos”.

Leite (2008, p. 129) expõe que “Até as falas das personagens das novelas, que em tese deveriam representar a língua como ela é efetivamente praticada para construir o simulacro da realidade, são corrigidas”. A pesquisadora explica que alguns diretores de novela, como Manoel Carlos, da Rede Globo, recorrem a professores de português que auxiliem na caça (e cass) dos vícios de linguagem apresentados pelas personagens.

Para Bagno (2015), situação mais grave que a não aceitação de determinados falares, até mesmo aqueles registrados nos dicionários, é o fato de comumente essa instituição atacar usos linguísticos dos brasileiros. “Na imprensa, as denominações para os usos discordantes daqueles da norma culta são considerados “pecados”, “pragas”, “vícios”, “assaltos à gramática” e outros” (LEITE, 2008, p. 121). Bagno (2015) apresenta inúmeras situações nas quais a mídia escrita ataca determinadas variedades linguísticas brasileiras. O mais relevante dessas exposições do linguista são situações em que os próprios gramáticos não escrevem de acordo com as prescrições da gramática normativa.

Nessa via, selecionamos alguns “erros” cometidos por José Machado, citados por Bagno (2015). O primeiro corresponde ao uso do pronome “elas” como objeto direto, sendo que o autor escreve: “Luft defendeu todas *elas*”, o “correto” seria “defendeu-*as* todas”. Outra situação: “O Marajá reafirmou que não via PC *há* dois anos e que não tem registro nenhum dele”. Em relação a esse exemplo, Bagno pontua que a maioria dos brasileiros entende “há” como advérbio, logo invariável, todavia os *comandos paragramaticais* o classificam como “verbo”, dessa forma, em ocorrência do passado, deve ser conjugado no imperfeito: “não via PC *havia* dois anos”. Por fim, “Machado não obedece às “leis da atração pronominal”, que ele mesmo explica na p. 77, e escreve: “Por isso admite-*se* a regência **relacionando a...**” (p. 239), quando o “certo”, segundo ele mesmo, seria: “Por isso *se* admite” (BAGNO, 2015, p. 141, grifos do autor).

Esses “erros”, cometidos por aqueles que mais defendem o uso da norma-padrão, são evidenciados também por Possenti (2009). Nesse livro, intitulado *Língua na Mídia*, no capítulo 22, ironicamente nomeado *Não erre mais, Sacconi*, pois o gramático possui uma obra intitulada *Não erre mais* (1998), Possenti expõe alguns “erros” do gramático. Uma das matérias selecionada por Possenti diz respeito à crítica de Sacconi em relação ao uso da palavra *menas*. Na página 21 do livro de Sacconi, Possenti encontrou:

No causticante calor ou no mais rigoroso frio, procure sempre **menos** roupa, caro leitor. Acredite: é mais saudável!
Quem usa **menas** roupa, só revela a complexa nudez em que se encontra...
Em suma: **menas** é palavra que não existe em nossa língua. Use sempre menos. (SACCONI, 1998, p. 21 apud POSSENTI, 2009, p. 124, grifos do autor).

Sobre essas acusações, Possenti declarou que podem falar o que quiserem em relação ao uso dessa variante, exceto que ela não existe, pois se faz parte do repertório linguístico dos falantes é porque existe. “Pode-se dizer que **menas** não é forma culta, que gente educada não usa, não escreve, que dói no ouvido, pode-se dizer dela o diabo. Mas não que não existe” (*ibidem*, p. 125, grifos do autor). Para sustentar sua fala, de que a palavra *menas* existe, Possenti apresenta sua inserção no dicionário: “No Brasil, na linguagem coloquial desescolarizada, ocorre a forma deturpada *menas* (pron. indef.), em concordância de gênero com o subst. que se segue (*menas confiança comigo, hein!*)” (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* apud *ibidem*).

Em relação a essa conceituação apresentada pelo Houaiss, ponderamos que não são somente as pessoas sem escolaridade que oralizam a palavra *menas*. A esse respeito, há sujeitos

escolarizados que pronunciam essa variante. Isso acontece porque somos tomados pela língua, e, por mais que o falante monitore sua fala, o vernáculo sempre emergirá. Situação parecida é apresentada por alguns livros didáticos, que sugerem que somente falantes da zona rural não utilizam o infinitivo, todavia, conforme evidenciado por Bagno (2007), a supressão do r no final dos verbos faz parte da fala de muitos brasileiros, e não somente das pessoas da roça, como propõem alguns livros didáticos.

A esse respeito, Leite (2008, p. 107) pondera que “A realidade linguística brasileira mostra que, nos diversos gêneros discursivos, se realizam enunciados mais ou menos cultos, ou mais ou menos polares”. Além disso, a autora explica que, considerando que as pessoas não vivem em grupos isolados, ou seja, de um lado falantes da norma culta “e o dos usuários não-cultos de outro, há marcas linguístico-discursivas que se misturam nos dois registros” (LEITE, 2008, p. 107).

Assim, para a autora, na produção linguística, os enunciados apresentam marcas das duas normas. Isso dificulta o trabalho dos analistas na classificação sociolinguística dos falantes, “já que as posições intermediárias entre os dois polos, *culto vs. popular*, são numerosíssimas” (*ibidem*, p. 108).

Sacconi foi infeliz em sua fala ao dizer que a palavra *menas* não existe, pois, além de fazer parte da realidade linguística de muitos falantes, ela já se faz presente no renomado dicionário Houaiss. Em relação à fuga da norma-padrão tão enaltecida por Sacconi, Possenti critica o uso da vírgula:

Nem vou comentar a vírgula que se segue “quem usa **menas** roupa”, embora ele, provavelmente, pelo que se pode ver nesse mesmo livro, viesse a se divertir às custas de quem usasse a mesma pontuação, especialmente se se tratasse de um cidadão comum, dos que dizem *menas* (POSSENTI, 2009, p. 125, grifos do autor).

Ainda atinente ao *menas*, destacamos que essa é uma variante alvo de extremo preconceito linguístico. Assim como há falares destoantes da norma-padrão já aceitos, há aqueles que são alvos de estigma e preconceito, geradores de falácias para os “peritos” da língua.

A esse respeito, recentemente, alguns colegas massacaram essa variante, dizendo se tratar de um erro. Como sociolinguista, argumentamos que não existe erro na língua, mas variantes/variedades que destoam da norma-padrão e que essas não podem ser taxadas como erros, somente não estão de acordo com a norma-padrão. Diante disso, um colega disse que a

partir de então faria uso da palavra *carra*. Subtende-se que o argumento foi que, se em *menos* pode haver a troca do *o* pelo *a*, o mesmo é permitido para a palavra *carro*. Argumentamos que nenhum nativo pronuncia *carra* para referir-se a *carro*, mas que, se por um milagre ele encontrasse algum nativo que falasse assim, reforçamos que não se trata de erro, só não corresponde à norma-padrão.

Esclarecemos que, diferentemente da palavra sugerida (*carra*), muitos falantes oralizam *menas*, e que isso ocorre porque há tendência da realização da concordância de gênero. Assim, as pessoas só oralizam *menas* quando a palavra seguinte for feminina, todavia *menos* é um advérbio, logo, para a gramática, não deve variar, ou seja, independentemente da palavra subsequente, sempre ficará no masculino. O mesmo ocorre com a palavra *meio*, comumente utilizada no feminino: *meia cansada*, *meia abatida*, *meia louca*, contudo, como apregoa a gramática normativa, quando se tratar de advérbio, *meio* será invariável, ficando sempre no masculino, mesmo que a palavra seguinte seja feminina. Por falar em *seja*, temos aí outra variante muito utilizada. As pessoas comumente pronunciam *seje*, ainda que a gramática normativa diga que é *seja*. Diante disso, por que massacrar somente quem usa *menas*?

Perante o estigma a essa variante, expusemos sobre a palavra *dó*, que, sendo palavra masculina, para a gramática, devemos dizer um *dó*, tanto *dó* e não *uma dó* e *tanta dó*, como estamos habituados, e como a maioria dos falantes oraliza. A intenção foi mostrar que assim como *menas*, *uma dó* e *tanta dó* também não estão de acordo com os preceitos da norma-padrão e nem por isso são alvos de preconceito.

Outro exemplo citado por Possenti (2009), diz respeito a uma publicação de Saconni na revista *IstoÉ*, na qual o gramático expõe que os pronomes substituem ou acompanham substantivos e indicam a pessoa gramatical. Em seguida, é apresentado o exemplo: “Ela chegou, mas não **a** vi”. Em relação ao exemplo apresentado, Possenti questiona qual nome o pronome *ela* está substituindo. Outro problema corresponde ao fato que *a* não está substituindo um nome, mas um pronome.

Logo, por mais que o profissional busque usar a norma estabelecida, “[...] não são raros os desvios da norma culta, tanto nas mídias impressas, quanto eletrônicas e audiovisuais, que explodem hoje na internet causando um emaranhado de críticas e deboches” (BARP, 2016, p. 529). Assim, é a língua que rebaixa, desqualifica o profissional que em algum momento deixa o vernáculo transparecer. A esse respeito, os usos linguísticos foram, por muito tempo, um dos critérios para ascensão do profissional desse meio. “Isto reforça a ideia de que, para que um profissional se consolide nacionalmente, é necessário que consiga demonstrar controle sobre o

sotaque, sendo este um forte elemento definidor da carreira de um telejornalista” (RAMOS; LIRA; ROAZZI, 2015, p. 11). Em relação a “desvios” linguísticos acometidos pela mídia, Bagno (2002) pontua que esses aparecem até mesmo na mídia escrita:

E mesmo a imprensa mais conceituada, que tenta ocupar o lugar deixado vago pela literatura como depositária da NP tradicional, só consegue fazer isso como discurso, pois na prática a imprensa escrita se revela também muito permeável a todas as formas linguísticas que caracterizam o português brasileiro culto contemporâneo (*ibidem*, p. 35).

A respeito do uso do português brasileiro culto contemporâneo é relevante esclarecer que corroboramos Faraco (2012) e Bagno (2007), os quais defendem que essa é a norma utilizada pelas pessoas letradas. Assim, apesar da mídia difundir discursos elevando o uso da norma-padrão, nem ela faz uso dessa norma, visto que essa constitui usos linguísticos que não fazem parte da fala de nenhum falante, pois, “Por ser uma *forma ideal*, no sentido platônico do termo, não pertence ao mundo dos fenômenos, mas exclusivamente ao mundo das ideias, sendo, portanto, um *ser de razão*” (BAGNO, 2012, p. 25, grifos do autor). A norma-padrão existe tão somente nos compêndios gramaticais, não se consolida na atividade linguística. Isso ocorre porque,

No Brasil, a codificação da norma-padrão na segunda metade do século XIX, diferentemente do processo padronizador ocorrido nos países europeus, não se norteou pela norma culta brasileira [...] mas, sim, pelo modelo português de escrita característico de alguns escritores do romantismo (FARACO, 2008, p. 78).

Além de Faraco, o projeto NURC (Norma Urbana Culta) já havia evidenciado tal assertiva. Em suas entrevistas, ficou claro que nenhum falante utiliza as regras estabelecidas pela norma-padrão. De igual modo, Bagno (2001, p. 173) apresenta que: “O simples exame dos cinco fatos sintáticos estudados neste livro mostra a distância que existe entre a fala dos brasileiros cultos e a norma-padrão tradicional, inspirada no português literário europeu”. Nessa via, adotamos o termo norma culta para nos referirmos aos usos linguísticos das pessoas letradas e até mesmo da mídia, pois, assim como Faraco, acreditamos que a almejada norma-padrão não se concretiza na prática. Conseqüentemente, “Por ser um construto sociocultural e nunca uma variedade linguística real, a norma-padrão é *reconhecida* pelos falantes, mas nunca totalmente *conhecida* por eles” (BAGNO, 2012, p. 26, grifos do autor).

Todavia, em oposição ao proposto por Faraco (2012), e por Bagno (2007), que denominam norma culta o falar das pessoas escolarizadas, na contramão, a mídia adota uma posição contrária à concepção desses teóricos, como pode ser evidenciado no excerto abaixo.

Enquanto a investigação sociolinguística mais rigorosa usa como critério para definição de *falante culto* o nível de escolaridade (superior completo, como no caso do projeto NURC), os comandos paragramaticais, na esteira da tradição normativa, classificam de “culto” exclusivamente o uso da língua escrita com finalidades de criação literária, dentro também de um conceito de literatura que só concede ingresso a autores selecionados à risca (os “clássicos”): aqueles que oferecem exemplos abonadores das formas linguísticas consideradas “certas”, “boas”, “elegantes” e, conseqüentemente, recomendáveis (BAGNO, 2015, p. 126).

Diante do fato da mídia não fazer uso da norma-padrão, por que essa instituição propaga discursos e divulga matérias preconceituosas em relação a determinados usos linguísticos? Considerando que ela não consegue atender fielmente às exigências da gramática, por que essa insistência na divulgação de matérias que menosprezam ocorrências linguísticas que destoam dessa norma? A esse respeito, Bagno (2015, p. 119) expõe que:

O que, entre outras coisas, caracteriza os CP é, insisto, seu total desprezo pelos fenômenos de variação e mudança linguísticas e pelo tratamento científico desses mesmos fenômenos; sua obsessão prescritivista; sua atitude preconceituosa em relação a tudo o que escape de um conceito, vago e indefinido, de “norma culta” ou “língua padrão” [...]. Comprometidos ideologicamente com as camadas sociais que detêm o poder econômico e político, os CP só consideram dignas do rótulo LÍNGUA PORTUGUESA as realizações linguísticas que obedecem às regras da gramática da suposta variedade de língua usada pelos membros dessas classes dominantes.

Assim como a escola, essa instituição propaga a ideia de que existe somente uma maneira correta de falar, dessa forma, todas as demais variedades linguísticas do meio são taxadas como erradas. “É inegável a importância desses CP clássicos e modernos como formadores de opinião (leia-se: como perpetuadores da ideologia do preconceito linguístico” (*ibidem*, p. 99). Entretanto, apesar dessa insistência da mídia em uniformizar a língua, poucos são os estudos que tratam desse aspecto.

Sobre isso, se há um número considerável de pesquisas relacionadas a uniformização da língua nas aulas de língua portuguesa, poucas são as pesquisas que tratam desse aspecto na mídia. Dessa forma, essa bibliografia precisa ser ampliada, pois, na mesma direção da escola, a mídia difunde discursos de que a única maneira correta de falar corresponde à norma-padrão. A esse respeito, Scherre (1996, p. 37) argumenta que: “os estudiosos da linguagem, em especial

os sociolinguistas, precisam discutir de forma mais sistemática e mais incisiva todas as situações de preconceito linguístico, especialmente as veiculadas pela mídia”.

Nessa direção, situação relevante é levantada por Barp (2016), que questiona como a língua é tratada nos cursos de jornalismo: “Se a Sociolinguística surge no ensino da língua portuguesa na escola, conforme Gregolin (2007), para colocar em xeque a ideia de homogeneidade linguística, trazendo à tona as discussões sobre as variedades, o português indicado na formação jornalista através das ementas ainda é homogêneo” (BARP, 2016, p. 540). Essa é uma questão muito relevante, pois o instrumento de trabalho dos profissionais das mídias é a língua e se ela, na formação desses profissionais, não for tratada de maneira científica, o caos será grande. Daí decorre a relevância da Linguística na formação dos profissionais da mídia, essa formação seria capaz de evitar muitas falas preconceituosas, sem fundamento científico, difundidas por essa instituição.

Elucidaremos essa situação por meio de um exemplo apresentado por Weber (2013, p. 31): “Camilo Valdecantos (2001), editor do jornal espanhol El País, explica que, em seu trabalho, os jornalistas se veem diariamente obrigados a tomar decisões linguísticas, as quais acabam por transformar-se em regras internas”. Nota-se a relevância do estabelecimento de um vínculo entre a mídia, o ensino de língua e a Linguística. Essa ciência não pode desvincular-se e deve estar intimamente ligada ao ensino de língua portuguesa e à mídia, devendo ser aparato teórico no exercício de professores de língua e jornalistas.

Assim, a problemática está na base, ou seja, na formação. Só a ciência é capaz de atenuar os equívocos instaurados em torno da língua. Uma formação acadêmica que compreende a história da constituição da língua portuguesa é capaz de esclarecer muitos preconceitos relacionados aos usos linguísticos. Felizmente, isso já se faz presente na formação de professores de língua portuguesa, todavia ainda é ausente na formação de profissionais da mídia. Esses lidam diariamente com a língua, ela é a principal ferramenta de trabalho. Pedagogos também necessitam de conhecimentos científicos sobre a língua e a formação desses carece disso. Assim,

Seria desonestidade intelectual acusar exclusivamente os professores de língua, os autores de livros didáticos, os responsáveis políticos pela educação e mesmo os animadores dos comandos paragramaticais como responsáveis por manter girando, na nossa cultura, o círculo vicioso do preconceito linguístico. Afinal, a grande maioria dessas pessoas (senão todas) receberam sua formação em instituições onde, supostamente, deveriam entrar em contato com as teorias científicas e as metodologias pedagógicas mais avançadas em seus campos de conhecimento (BAGNO, 2015, p. 115).

Constitui-se, assim, um ciclo vicioso formado por equívocos relacionados à língua e aos usos linguísticos dos falantes. Esse imaginário de língua, no qual haveria somente uma forma de falar, é aceitável pelo senso comum, entretanto é inconcebível a ciência pensar dessa forma. E, conforme apresentado, a escola e a mídia constituem as principais instituições reguladoras dos usos linguísticos dos sujeitos, ambas apresentam uma visão estática da língua, não aceitando o mosaico de falares que constitui a língua portuguesa. Nesse caminho, Leite (2008, p. 93, grifos da autora) expõe que para grande parte dos professores “a língua é a gramática tradicional, ou, em outras palavras, a *norma culta*, porque tudo o que está em desacordo com essa norma é errado, incorreto e problemático”.

Em relação à escola, Bagno (2001) apresenta uma situação em que um colega questiona a maneira como o ensino de língua portuguesa é tratado nessa instituição, pois ele percebeu que as aulas de português são aulas de gramática da língua falada de Portugal. Diante disso, ele expôs que: “É espantoso que todos os brasileiros falem uma língua e que, na escola, sejam obrigados a estudar outra!”, ele prossegue explicando que entende por que os brasileiros dizem que o português é difícil. Para ele, os brasileiros pensam assim porque a gramática ensinada na escola corresponde à língua falada em Portugal e não à língua do Brasil (p. 174). Nessa direção, Ilari (2006) pontua que a variedade de língua ensinada nas escolas ancora-se na escrita de autores antigos e “resulta num código bem mais rígido do que o efetivamente empregado no uso corrente das pessoas cultas”, “[...] tal como foi descrito pelos Projetos da Norma Urbana Culta (Nurc) e da Gramática do Português Falado” (p. 214).

Nessa via, para a mídia e para a escola, há somente uma forma de falar e todas as demais variedades linguísticas do meio são consideradas erradas, desvios da língua. Essa concepção de língua não é de hoje, advém de tempos remotos: “Há, portanto, na tradição das sociedades de escrita uma estreita ligação entre tradição escrita, gramática e norma, referendando uma determinada modalidade linguística como sendo a correta e que deve servir de modelo para a produção e avaliação de enunciados” (BRITTO, 1997, p. 48). Essas concepções são descabidas, visto que “[...] todas as modalidades linguísticas são expressões legítimas e não é possível identificar uma modalidade como sendo a língua” (*ibidem*, p. 39), pois, como propõe Bagno (2001), a língua é um *feixe de variedades*, e que, “Ao contrário do que muita gente imagina, a língua não é uma coisa pronta e acabada, que está bem guardada em algum lugar imaginário, sendo possível preservá-la intacta e “pura” durante séculos” (p. 175).

Nessa via, a postura dos sujeitos diante de determinadas variedades linguísticas faz parte da constituição histórica do idioma, no qual ao longo da história pregou-se que somente uma

forma de falar é correta, a correspondente à norma-padrão. Criou-se um imaginário de língua, e os sujeitos, por sua vez, acreditaram que há falares certos e errados, bonitos e feios, superiores e inferiores.

Ora, conforme nos diz Grosjean (2001), via de regra a língua do grupo dominante, a língua de prestígio, é considerada, pela sociedade em geral, mais bonita, mais expressiva, mais lógica e mais capaz de exprimir pensamentos abstratos, enquanto a língua minoritária⁹ tende a ser considerada agramatical, empobrecida, rude, tornando-se objeto de ataque (FROSI; FAGGION; CORNO, 2010, p. 24).

Assim, “A oposição entre correto e errado apesar de predominante no senso comum e mais frequente nos compêndios normativos não é a única distinção que se faz na análise de enunciados e expressões linguísticas” (BRITTO, 1997, p. 51). Essas atitudes estão impregnadas na concepção de língua dos sujeitos, todavia, são totalmente desprovidas de cientificidade, pois “A ideia de “forma ideal de expressão oral e escrita” não tem sustentação nos estudos linguísticos e não corresponde a nenhum princípio objetivo, decorrendo apenas de uma avaliação subjetiva e ideológica de cultura” (*ibidem*, p. 36). E, “De fato, como é característico dos comandos paragramaticais, os usos linguísticos condenados são categoricamente classificados de “erros”, sem que se busque nenhum tipo de hipótese científica para explicar seu surgimento e sua disseminação” (BAGNO, 2015, p. 136).

Na mesma direção, Schlieben-Lange (1993) apresenta o discurso público sobre língua, línguas e a fala. “Os argumentos desse discurso público (ou dos vários discursos públicos concorrem entre si) têm a forma elementar de estereótipos e assim são facilmente disponíveis e incorporáveis” (p. 95). Para o autor, o discurso público sobre língua(s) possui especialmente avaliações, ou seja, julgamentos relacionados a bonito/feio, bom/ruim, eficiente, entre outros. Além disso, possui elementos do saber, como a distribuição de línguas no tempo e no espaço, situações e tipos de textos, nos quais uma ou outra língua, forma linguística são apropriadas.

Esses pensamentos trazem consequências nefastas para o idioma, são capazes de desencadear atitudes linguísticas nos falantes perante o próprio falar e acelerar a erradicação de determinadas variedades. Nessa via, Britto (1997) expõe que a mídia impressa e televisiva, os vestibulares e os materiais didáticos constituem três relevantes formadores de opinião “[...] na

⁹ Esclarecemos que minoritária não diz respeito à língua da minoria, pois estudiosos como Bagno (2007) e Bortoni-Ricardo (2005) apontam que no Brasil a maior parte dos falantes utiliza as variedades linguísticas consideradas desprestigiadas.

sustentação de concepção de língua e de conceito de correção predominantes na sociedade e na escola” (*ibidem*, p. 23).

Entretanto, essa mesma mídia que propugna somente o uso da norma-padrão, considerando-a como a única forma legítima da língua, não consegue seguir todas as regras impostas por essa norma. Destarte, apesar de delatar “erros” linguísticos, a própria mídia não consegue seguir as regras impostas pela norma-padrão, pois,

Dado seu elevado grau de abstração, nem mesmo os tradutores da Folha de S. Paulo, profissionais de uma instituição midiática que reforça o preconceito linguístico e prescreve em manuais de redação o que é correto na língua escrita, têm pleno domínio sobre a norma padrão na alta monitoração de seus textos [...] (AMORIM; SANTI, 2019, p. 20).

Nessa via, a mídia, especialmente a escrita, atribuiu para si o papel de denunciar “erros”. Nesse sentido, há matérias difundidas em revistas e jornais voltados especificamente para esses aspectos, delatar “erros” dos falantes brasileiros. Os exemplos e colocações que seguem foram apresentados por Britto (1997). Vejamos:

O primeiro texto foi retirado do jornal *Folha de São Paulo* para divulgar o manual de correção gramatical, *Não erre mais*, de Sacconi (1998). O gramático tomou o enunciado “Pô, não enche o saco!” para ser alvo de correção. Sacconi defende que a forma “correta” da expressão pronunciada por Fernando Collor seria *não encha o saco* ou *não enchas o saco*, pois não existe a primeira pessoa do singular do imperativo. “Isto porque, diz a norma, o imperativo negativo toma a forma do presente do subjuntivo” (BRITTO, 1997, p. 63).

Outra situação de preconceito linguístico, difundida na mídia e apresentada por Britto (1997) diz respeito ao enunciado “o salário do trabalhador é imexível”, pronunciado por Antônio Rogério Magri, ex-ministro do trabalho. “Novamente, o exemplo serviu para mostrar o quanto o domínio da norma culta é importante. Se o então ministro tivesse tido o cuidado de dizer *intocável*, não teria sua imagem exposta ao ridículo, diriam” (p. 70).

Um ano depois, Fernando Henrique Cardoso em um discurso disse que “*a inflação não é mais convivível*”, todavia a postura do jornal *Folha de São Paulo* foi significativamente distinta a adotada perante a fala do ex-ministro do trabalho. Não fizeram chacota, como o fizeram com o ex-ministro, a palavra “convivível” foi apresentada entre aspas, além disso o jornal consultou o linguista Dino Pretti para constatar a inexistência da palavra. O jornalista Mario Vitor Santos criticou a manchete argumentando que deram mais valor à palavra proferida que à questão econômica, em seguida, questiona sobre o uso das aspas e o fato do jornal não

identificar o erro, por fim expõe que “‘Convivível’ é palavra abonada pelo ‘Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa’, editado em 1981 pela Academia Brasileira de Letras” (*Folha de São Paulo*, 22/08/1993 apud *ibidem*).

Diante das posturas distintas perante as duas situações supracitadas, evidencia-se, como proposto por Bagno (1999), que o preconceito não é linguístico, mas social. E em relação à existência ou não de uma palavra, “[...] o critério, definitivo e categórico, para uma palavra realmente existir é sua presença em algum vocabulário de instituição autorizada!” (BRITTO, 1997, p. 71)

Camacho (2013, p. 32) também apresenta uma situação de preconceito linguístico difundido pela imprensa. O autor do preconceito é Caetano Veloso, que critica as variantes linguísticas empregadas por Lula. Para rebaixar Lula, o músico compara o ex-presidente com Marina Silva e Barack Obama. “Marina é Lula e é Obama ao mesmo tempo. Ela é meio preta, é cabocla, é inteligente como o Obama, não é analfabeta como Lula, que não sabe falar, é cafona, falando grosseiro. Ela fala bem”. (<http://www.estadão.com.br/nacional/politica>, 10 de novembro de 2009 apud CAMACHO, 2013, p. 32). Em outra entrevista, ao procurar retratar-se, cometeu novamente situação de preconceito linguístico ao argumentar que não consegue pensar “alguém sendo eleito presidente em outros países, como França, Portugal e Argentina, se não concordar artigos com nomes” (CAMACHO, 2013, p. 33).

Entretanto, por mais que essas instituições lutem pela padronização do idioma, é praticamente impossível que isso aconteça, pois toda e qualquer língua apresenta variedades e variações. A língua constitui-se uma instituição social e não um órgão fechado em si, incapaz de escapar das influências do meio. Todavia, a mídia e a escola desencadeiam nos sujeitos sentimentos negativos perante o próprio falar e contribuem para a erradicação de determinadas variedades, porém nunca alcançarão a homogeneidade linguística que tanto almejam. A esse respeito, “Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, onde o inglês não-padrão é falado por minorias étnicas, no Brasil, os vernáculos e as variedades populares constituem a língua da grande maioria da população” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 37). Por isso, acreditamos que as falas preconceituosas da mídia, que vilipendiam determinadas variedades linguísticas, influenciam mais nas atitudes linguísticas dos falantes do que nos próprios usos linguísticos.

Ademais, além de espalhar discursos preconceituosos relacionados a determinadas variedades linguísticas, rotulando-as como erradas, há na mídia a difusão de estereótipos que “são comumente explorados, com certo exagero, na composição de personagens de programas humorísticos, em piadas e mesmo em novelas e filmes”. (COELHO *et al*, 2015, p. 66). Nessa

direção, podemos citar a novela *Êta Mundo Bom*, transmitida pela Rede Globo de televisão. Nela, há certo exagero na fala dos personagens que moram na zona rural.

Além disso, falares preconceituosos são difundidos a todo momento, como da personagem Filomena, que sai da roça e vai para cidade. Em uma de suas falas, Filomena diz que sua amiga Clarice foi quem a ensinou falar. Ao longo da trama, a personagem perde seus traços linguísticos e passa a falar igual as pessoas da cidade. No geral, a novela apresenta muitas falas preconceituosas, mas nos ateremos a um episódio específico que nos chamou bastante atenção. Na cena, o professor Pancrácio leciona para a personagem Gerusa.

Pancrácio: “Menina Gerusa, hoje falaremos sobre o uso do gerúndio, não se deve usar muito o gerúndio, apenas pessoas que falam mal o utilizam em excesso, pois é uma forma americanizada de falar, ainda está por influenciar por demais a nossa linguagem”. Gerusa: “Mas há muitas pessoas que usam gerúndio, estou fazendo, gostando, amando”. Pancrácio: “Sim, sim, é claro, é claro, até jornalistas escrevem assim. Minha opinião é que são poucos os alfabetizados, precisavam ler mais, burilar o português, a forma como se fala, menina Gerusa, é como o diamante que há de ser lapidado para brilhar como deve”. Gerusa: “Suas aulas são maravilhosas, professor [...]”.¹⁰

Há na fala do personagem professor nítido vilipêndio pelo uso do gerúndio e as pessoas que o utilizam são caracterizadas como maus falantes. A esse respeito, “A ideia de que os brasileiros falam mal ou não sabem português está presente nas atitudes daqueles que condenam o uso de qualquer fenômeno que seja diferente do que é postulado como correto pelos compêndios gramaticais mais conservadores” (COELHO *et al*, 2015, p. 145). O professor defende ainda que poucas são as pessoas alfabetizadas, e que se faz necessário aprimorar o português.

Ainda sobre o gerúndio, Leite (2008) apresenta falas de uma resenha sobre a publicação da *Gramática do português culto falado no Brasil*, em uma das partes o jornalista Leonardo Coutinho expõe que a primeira edição dessa gramática é direcionada para professores e estudiosos, mas que em breve sairá uma voltada para estudantes, contudo “Só é preciso avisar aos mais afoitos que o insuportável uso que se vem fazendo do gerúndio (amanhã *estarei fazendo* ou ele vai *estar falando*, por exemplo) continua a ser um crime inafiançável contra o idioma” (COUTINHO apud LEITE, p. 125, grifos da autora).

O jornalista mostra verdadeiro repúdio a essa maneira de expressão ao dizer que ela se constitui um crime inafiançável. “Diante disso, vemos como é difícil para certas pessoas saírem

¹⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8829193/programa/?s=06m57s>. Acesso em novembro de 2020.

do senso comum e pensarem a língua fora do eixo da tradição, do “certo” e do “errado”” (LEITE, 2008, p. 125).

O mais interessante da fala de Coutinho é o fato de ele criticar o gerúndio e fazer uso dessa forma em “uso que se vem fazendo”. O autor poderia ter usado a expressão “uso que se faz”, contudo, essa não apresentaria o mesmo efeito, visto que “uso que se vem fazendo” expressa ideia de algo que está comumente acontecendo, já a expressão “uso que se faz” não apresenta essa ideia. “Que se vem fazendo” se situa no tempo de uma maneira mais específica, por exemplo, “se vem fazendo” no tempo presente, isto é, no passado os falantes, supostamente, não cometiam esse “crime” contra a língua portuguesa. Remetendo à concepção de que, antigamente, as pessoas falavam melhor o português, conseqüentemente, remete também a tentativa de frear a língua e impedir as mudanças linguísticas que são inerentes a ela.

Além disso, a expressão “uso que se faz” generaliza, ou seja, parece que todos os falantes falam dessa forma, enquanto “uso que se vem fazendo” diz respeito somente ao grupo de falantes que “falam mal o português”. Por fim, o autor pode ter utilizado o gerúndio para ironizar. Dessa forma, apesar de as pessoas criticarem o emprego do gerúndio, há situações em que, dada a intenção do falante/autor, o mais adequado é o uso dessa forma, como no exemplo expresso e quando queremos reforçar algo.

O gerúndio é uma forma linguística há muito alvo de críticas. Recentemente, recebemos um texto, de autor desconhecido, sobre o emprego do gerúndio. Nas linhas abaixo, transcrevemos esse texto;

ABERTA EM SP A PRIMEIRA CLÍNICA PARA DEPENDENTES DE GERÚNDIO

A crescente onda do gerundismo levou o Ministério da Saúde a inaugurar a primeira clínica para o tratamento do mal, em São Paulo. O Centro de Atendimento ao Gerundismo Universal Endêmico Intenso (CAGUEI) vai atender a pessoas cujas vidas se transformaram num inferno por causa do gerundismo.

A atendente Sheila Cristina, de 35 anos, acredita que finalmente conseguirá largar o vício com esse novo tratamento. “Vou estar me internando, pra poder estar me curando desse problema e tenho certeza de que vou estar tendo resultados muito em breve. Agradeço a atenção”, disse ela.

Ontem, durante o lançamento da clínica, o secretário da saúde Antonio Nascimento comemorou a iniciativa. “Vamos estar curando muita gente que está precisando de tratamento e nem sabe”.

Analisando o texto, observamos que a instituição acionada para sanar esse “mal” foi o Ministério da Saúde, levando ao entendimento que o uso do gerúndio prejudica a saúde. A expressão “tratamento do mal” assevera que o emprego dessa forma linguística se configura

um mal que deve ser tratado. Aliás, o gerúndio é visto também como um problema que precisa de cura.

Essa subseção mostrou que comumente a mídia apresenta falares preconceituosos, enaltecendo determinadas variedades e desprezando outras, sendo implacável em relação à difusão de falares destoantes da norma-padrão nesse meio. Prega uma forma escorregada da língua e discursos apócrifos de que somente uma forma de falar é certa, a que corresponde à norma-padrão.

Na subseção subsequente, As mídias locais, saímos em defesa da presença de variedades/variantes linguísticas regionais nas mídias faladas locais, visto que essas ainda não romperam com a posição uniformizadora das mídias nacionais.

2.3 As mídias locais

A mídia constitui-se importante instituição na vida dos sujeitos. Portanto, pesquisas que abarquem a mídia são de extrema relevância social. A esse respeito, há pesquisas que contemplam a grande mídia, ou seja, a mídia nacional. Na contramão, existem poucos estudos direcionados às mídias locais.

Na atual conjuntura de ascensão de novas mídias, as mídias locais são importantes dadas suas características que estimulam a sensação de pertencimento dos sujeitos a grupos identificados entre si por suas características. Nessa via, a mídia local assume o papel de preservação da identidade construída na comunidade. E, em um período em que a grande mídia apresenta infinitas possibilidades, faz-se indispensável abarcar o local, contemplando aspectos como identidade, singularidade, cultura, tradição, atributos que somente as mídias locais conseguem considerar.

Nesse sentido, os meios de comunicação locais devem atuar com falares, discursos, posturas diferentes dos espaços midiáticos hegemônicos. Se os meios de comunicação dominantes atuam atendendo aos interesses políticos e econômicos do país, as mídias locais deveriam alinhar seus usos linguísticos, discursos e posturas às necessidades/interesses locais.

Nesta senda, assim como a mídia nacional é capaz de atualizar tendências, a mídia local é capaz de resguardar tradições. Na medida em que valoriza costumes, hábitos, tradições e culturas, a mídia local ajuda na preservação da identidade. Além disso, o local pode se manifestar na língua e não somente em conteúdos regionalizados.

Diante de seu caráter educacional, pois, assim como a escola, a mídia também educa, a presença de variedades/variantes linguísticas locais apresentaria um papel educativo, uma vez que a presença dessas variedades/variantes promoveria, além do falar local, o declínio do preconceito linguístico. Essa promoção do falar e declínio do preconceito aconteceria porque a mídia exerce forte influência nas atitudes linguísticas dos sujeitos, essa instituição é capaz de construir e estimular crenças.

Nessa perspectiva, “Em sociedades complexas como a nossa, cada vez mais as práticas de educação não-formal deslocam-se da interação face a face para a interação mediada eletronicamente. A televisão e a internet são os principais agentes de socialização no interior de muitos grupos sociais” (COX, 2004, p. 138). Na mesma direção, Moran; Masetto; Behrens (2000) defendem que a mídia eletrônica faz parte do processo educacional, visto que, “Antes de a criança chegar à escola, já passou por processos de educação importantes: pelo familiar e pela mídia eletrônica”. Os autores reforçam que “A criança também é educada pela mídia, principalmente pela televisão” (p. 33). Além disso,

Na sociedade moderna, conforme observa Labov (1972a), à medida que os vernáculos regionais vão declinando, assistimos a um recrudescimento da estratificação vertical na língua urbana. Assim, vão-se acentuando as distinções entre as múltiplas variedades, não obstante o esforço padronizador das escolas e dos meios de comunicação (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 34).

Nessa direção, ao identificar o seu falar sendo representado na mídia, o sujeito irá valorizá-lo e o preconceito linguístico será reduzido. Além disso, essa representação do falar local nas mídias locais é capaz de minimizar a erradicação de variedades linguísticas, pois, ao perceber sua fala representada na mídia, o telespectador irá valorizá-la e utilizá-la sem receio, prevenindo, dessa forma, sua erradicação. E, diante da diversidade linguística brasileira, é relevante que as variedades locais/regionais sejam exaltadas, de forma a valorizar o local. “Na língua urbana, observam-se ainda características regionais, principalmente no léxico, pois os regionalismos lexicais encontrados na fala da população de cada cidade brasileira têm cunho geográfico e não social” (*ibidem*, p. 35).

Todavia, na contramão, o que a mídia tem feito, em especial a grande mídia, consiste em “promover o preconceito e a exclusão de determinados segmentos da sociedade, uma vez que discrimina determinados comportamentos linguísticos considerados como uso marginal da língua por não corresponderem à variedade padrão” (EIRÓ; NETO, 2014, p. 01). Nessa direção, Weber (2013, p. 124) argumenta que: “O que, em geral, é inquestionado é o significativo poder

dos meios de comunicação na promoção de uma língua, na difusão de neologismos, na valorização ou depreciação de uma variante”. “Assim, as práticas discursivas instituídas por sujeitos que ocupam lugares de poder podem disciplinar, ou mesmo silenciar, o diferente, o heterogêneo, o polissêmico, em nome da manutenção do mesmo, do homogêneo, do parafrástico” (MARIANI, 2011, p. 242).

Dessa forma, a questão não é tão simples como parece, pois, ao recusarem o uso do falar local, as mídias locais desencadeiam atitudes linguísticas negativas nos falantes, pois esses questionam: por que o meu falar não pode ser representado na mídia da minha cidade? Por que adotar um falar tão distante da nossa realidade, se temos um falar específico em nossa comunidade? Nessa via, “Percebe-se novamente que o preconceito linguístico é um preconceito social, fortemente ideológico, que em nada decorre da compreensão objetiva da realidade” (BRITTO, 1997, p. 35). Negar o falar é negar a identidade, a cultura, o sentimento de pertencimento local.

Essa negação é feita, uma vez que os usos linguísticos dispostos na mídia priorizam uma variedade da língua portuguesa, a culta, considerada correta e superior às demais. Essas práticas provocam o apagamento de outras variedades linguísticas, escondendo a diversidade linguística existente no território brasileiro. Nessa via,

O estabelecimento da ideia de uma variedade padrão, a difusão de conhecimento dessa variedade, sua codificação em compêndios gramaticais e dicionários largamente usados e sua promoção num amplo espectro de funções – tudo isso leva à desvalorização das outras variedades. A forma padrão se torna a forma legítima, e outras formas se tornam, na mente do povo, ilegítimas (MILROY, 2011, p. 76).

Destarte, as mídias locais, se espelhando na grande mídia, primam pela inibição dos falares locais, prezam durante as programações pelo emprego da norma culta. No entanto, não há justificativa, tampouco fundamento científico para a inibição de usos linguísticos locais e preferência pela norma culta. Em resumo, os usos linguísticos da mídia articulados às políticas linguísticas dessa instituição, que visam difundir somente uma variedade do português brasileiro - a norma culta, geram atitudes linguísticas negativas nos ouvintes/telespectadores em relação ao falar local.

Atualmente, a mídia reforça essas atitudes através da inibição de traços linguísticos locais que destoam da norma culta. Assim, há uma relação inseparável entre a constituição da língua portuguesa e do falar da mídia com as atitudes linguísticas dos sujeitos. Nessa via, as atitudes linguísticas são consequência desse projeto de uniformização da língua portuguesa que

teve a mídia como um dos principais personagens para a concretização desse feito, “e essa crença é, em parte, ela mesma, uma consequência da padronização” (MILROY, 2011, p. 59).

Evidencia-se que, através do processo de constituição da língua portuguesa, atitudes linguísticas negativas foram desencadeadas nos falantes. Todavia, acreditamos que essas atitudes podem tornar-se positivas por meio de políticas linguísticas e da ocorrência dos falares locais nas mídias locais, tais ocorrências, além de fortalecer os falares locais, desencadeará atitudes linguísticas positivas perante esses falares. As mídias locais são capazes de elevar a variação que a língua admite e impulsionar sua aceitação.

Nessa via, os usos linguísticos, em contextos midiáticos, são geradores de atitudes linguísticas e, no caso das mídias locais, a inibição dos falares locais e práticas linguísticas correspondentes tão somente à norma culta criam sentimentos negativos e de insegurança em relação ao próprio falar.

Diante do exposto até aqui, é notável que, além de delatar, informar, entreter, persuadir, a mídia é capaz de provocar mudanças de comportamento. Amaral (2002, p. 03), falando sobre um dos meios de comunicação presente na mídia, afirma que, “Na prática, a televisão é um instrumento potencial de manutenção e transformação da cultura”. Na mesma direção, Filho (2009, p. 16) argumenta que “A televisão possibilita, pela rede de transmissão organizada, que questões culturais específicas de um grupo social atinjam outros tantos grupos e indivíduos”.

O poder e influência da mídia são tão significativos que, para Eiró e Neto (2014, p. 88), a mídia é mais influente que “os espaços escolares e os acadêmicos, principais agências de conhecimento e se for considerado ainda que mesmo a escola e a universidade juntas, nem de longe, poderiam exercer tanta influência quanto a televisão, jornais e revista”. “Objetivamente, os meios de comunicação de massa e as instâncias privadas têm um papel unificador, ao contrário do que pensam alguns críticos, muito maior que a escola ou os compêndios gramaticais” (BRITTO, 1997, p. 247).

A ocorrência de falares locais nessas mídias torna-se um meio de superar a massificação e desencadear a singularidade. Constitui-se também uma forma de preservar a identidade, pois, em uma sociedade caracterizada pela uniformização, as mídias locais constituem a diferença, o singular, o único, tornando-se, dessa forma, um lugar para escapar das influências que a mídia nacional exerce sobre o modo de vida dos sujeitos.

Nessa direção, se as mídias locais fizessem das programações, ambientes de exaltação dos aspectos singulares da comunidade, como a língua, prestariam um grande serviço para o ouvinte, telespectador e para a comunidade, no que diz respeito à valorização das

especificidades, do único em detrimento do universal. Também, o preconceito linguístico cederia espaço para o respeito às diferenças.

A seção a seguir resenha pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre mídia. Os trabalhos estão dispostos em ordem crescente (do mais antigo para o mais recente), iniciando com a pesquisa de Cotes, desenvolvida no ano de 2008, e findando com a pesquisa de Weber, realizada em 2013. Elencamos também o nome de artigos desenvolvidos, contudo, para que a leitura não se tornasse cansativa, não os resenhamos.

III MÍDIA FALADA: ALGUNS ESTUDOS

3.1 Pesquisas sobre mídia

Conforme anunciado, apresentaremos nesta subseção teses relacionadas ao falar na mídia, sendo elas: *O estudo dos gestos vocais e corporais no telejornalismo brasileiro* (2008); *Mídia Regional: gauchidade e formato televisão no Galpão Crioulo* (2009); *NOTICIADOR-NOTICIADO: perfis de jornalistas numa sociedade em midiaticização* (2013). *Política de línguas e mídia no Mercosul: Um estudo enunciativo de jornais de fronteira* (2013). Esclarecemos que essas foram as únicas teses encontradas que de alguma forma contemplam o falar no meio midiático¹¹. Destacamos ainda que, dentre elas, três correspondem à área da Linguística, Cotes (2008); Lopes (2012); Weber (2013), as demais estão no campo do Jornalismo. Isso mostra a urgência de estudos em Linguística sobre os falares da/na mídia, uma vez que a ferramenta principal do setor midiático é a língua.

Na tese *O estudo dos gestos vocais e corporais no telejornalismo brasileiro* (2008)¹², Cotes constatou mudanças de estilo, ao longo de décadas, na forma de apresentação dos telejornais. Esse progresso reflete um afastamento do estilo de leitura, com gestos corporais minimizados para um estilo de narração oralizado, tendência entendida como reflexo do empenho da mídia na constituição de interlocução com o público.

A pesquisadora pontua que, em 1992, a tecnologia trouxe mudanças. A sugestão era que a narrativa ficasse mais perto do cidadão. Outra mudança significativa aconteceu em 1995, com a substituição dos locutores por jornalistas. Esse processo fez com que os noticiários ficassem mais dinâmicos. Isso ocorreu porque os próprios jornalistas eram escritores dos seus textos, dessa forma, eles podiam intervir, improvisar, fazer comentários. Para ela, esse fator constitui um marco para as mudanças estilísticas de narração.

A pesquisadora expõe que nos dias de hoje o jornalista que narra, na maioria das vezes, é o autor do texto. Contudo, na década passada não era assim, os editores escreviam e os apresentadores narravam. “Eram “máquinas-falantes”, segundo Goffman (1982)” (COTES, 2008, p. 51).

¹¹ Há também a tese de Lopes (2012) intitulada *Preferências e atitudes dos ouvintes em relação à variação linguística regional no telejornalismo*. Maiores informações sobre esta pesquisa podem ser encontradas em nossa dissertação *Mídias faladas locais: um estudo sobre atitudes linguísticas em Cáceres-MT*.

¹² Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Madureira.

Com o avanço da tecnologia, a interação foi estimulada e o profissional de telejornal, que antes lia as pausas de acordo com as vírgulas dos textos, passou a praticar outras leituras, agora baseadas na interpretação e na proximidade com a fala espontânea (Cotes, 2007). Desse modo, o uso das pausas foi modificado pelos narradores de televisão e marca, hoje, novos estilos (*ibidem*).

Dessa forma, até o fim da década de 1990, os textos escritos e falados em telejornal apresentavam um caráter mais informativo-formal, pois, conforme exposto, durante a década de 1980, “os apresentadores de telejornal não eram os autores de seus próprios textos, mas, sim, narradores”. Ainda hoje, essa prática acontece em muitas emissoras brasileiras, “ou seja, o apresentador lê o texto do outro”. Contudo, “A tecnologia possibilitou a interação global e, com certeza, esta nova mídia está propondo desafios na forma de escrever, falar e fazer notícia” (*ibidem*, p. 54).

A esse respeito, Cotes esclarece que os tempos mudaram e há hoje “novas falas e mais expressividade”. Os jornalistas tornaram-se donos de seu próprio texto e, conseqüentemente, do seu dizer e fazer (*ibidem*, p. 60).

Parafrazeando Arnold (2005), Cotes relata que “a manutenção de uma certa atitude homogênea dentro do tipo de programa e a dificuldade que se tem para distinguir os traços específicos do estilo dos traços próprios da língua quando são comparados entre si”. Outro ponto que abrange os gestos vocais é a padronização da pronúncia. Segundo Cotes, Arnold (2005) afirma que o estilo de fala na mídia percorre um caminho de padronização. Explica também que, para a autora, a tentativa de uniformizar o estilo de fala abrange também a investida de padronizar a pronúncia, embora se confie que, nos dois casos, “não há modelos únicos a serem tomados como referência e que a capacidade do ser humano para seguir padrões é limitada pela necessidade que ele tem de expressar em meio a esses padrões a sua própria individualidade” (COTES, 2008, p. 85).

A pesquisa evidencia que “O telejornalismo foi, em seu início, uma variante do jornalismo impresso (Filho, 2002). Era uma espécie de leitura televisionada de notícias da imprensa. Como no cinema, o apresentador não passava de um narrador” (*ibidem*, p. 181). Assim, o telejornalismo nos prelúdios da televisão usava textos escritos por jornalistas e narrados por locutores.

Nessa direção, “A relação entre a língua escrita e falada era bem-marcada, ou seja, fazia-se uma leitura do texto, com respeito às pausas da língua escrita, gerando, assim, uma formalidade e um distanciamento da fala coloquial” (COTES, 2008, p. 182).

Na década atual (2000), observamos narrações com atribuição de proeminência às palavras dentro de um grupo prosódico. O apresentador também é autor de seu texto, na maioria das vezes, o que cria maior liberdade de interpretação. Nas narrações, há um destaque no conteúdo informativo relevante da frase, possibilitando, assim, o uso de recursos prosódicos da fala coloquial e a construção da interatividade (*ibidem*).

Cotes relata que os próprios jornalistas iniciaram um movimento de mudança de estilo na apresentação dos telejornais. E, em relação ao aspecto linguístico, ressalta que na década de 90 já existia determinado movimento para uma narração interpretativa.

A pesquisadora ilustra que na década passada os apresentadores obedeciam aos constituintes sintáticos do texto escrito, e perseguiram um modelo de leitura e não de uma fala conversacional. Opostamente, o apresentador de telejornal de hoje deve procurar desenvolver a entoação, realçando palavras importantes do texto e “relacionar as proeminências aos gestos e expressão facial. Somente desta forma, o padrão “antigo” do telejornalismo será modificado para um processo de comunicação interativa” (*ibidem*, p. 187). Cotes pontua ainda que desde a época do Repórter Esso¹³ nota-se, no telejornalismo, um cuidado em como fazer e falar para ser mais compreendido pelo telespectador.

O Trabalho que resenharemos a seguir é relevante para o nosso estudo, pois demonstra a importância das mídias regionais na construção da identidade e sentimento de pertencimento local. Nessa direção, Filho (2009), em *Mídia Regional: gauchidade e formato televisual no Galpão Crioulo*¹⁴, escolhe um programa de televisão que enaltece, por meio da vestimenta, linguajar, canções, entre outros, aspectos da cultura local. Trata-se do *Galpão Crioulo* veiculado pela RBS¹⁵ TV.

Citando Brignol (2004, p. 49-50), Filho expõe que a mídia representa atualmente um dos principais setores da identidade gaúcha, uma vez que ela é discutida e visibilizada nas mídias locais e nacionais. O pesquisador complementa a citação de Brignol argumentando que o Galpão Crioulo, bem como as matérias que a mídia repercute na *Semana Farroupilha* constituem-se espaços para a construção da identidade gaúcha composta de determinadas

¹³ Parafrazeando Cotes (2008), esse telejornal começou no rádio. Durante a Segunda Guerra, foi lançado no Rio e em São Paulo. Com a abertura da primeira emissora de televisão da América Latina, a TV Tupi - São Paulo, em 1950, o Repórter Esso chegou à tela e instaurou o telejornalismo, alterando sua audiência do rádio para a televisão, o apresentador era o mesmo do rádio, Heron Domingues. A programação durou até o ano de 1970.

¹⁴ Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob a orientação da Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário.

¹⁵ Nome da emissora.

singularidades. “Esses eventos midiáticos e sociais se constituem numa construção cultural de sociedade” (FILHO, 2009, p. 69).

Filho expõe que a TV chegou ao Brasil na década de 1950, mas somente na década de 1960 foi estabelecido o Código Brasileiro de Telecomunicações, até então as TVs seguiam os padrões do rádio. Esse aspecto é apresentado por Medeiros (2013, p. 19): “A televisão chega ao Brasil em 1950 e tem como principal função o entretenimento. Funcionou, em um primeiro momento, como uma espécie de extensão do rádio (com imagem)”. Em 1980 o regionalismo, especialmente a gauchidade, renasce. A liberdade de expressão, culto, credo, antes censurados, centrados no nacionalismo contribuem para que as exposições dos regionalismos acontecessem. Ele pontua ainda que a TV se regionalizou no Brasil logo depois do seu surgimento, porque o país é muito extenso no quesito territorial, dessa forma, abarca povos de diversas culturas, etnias, costumes. Assim, tornam-se necessários produtos midiáticos que contemplem a especificidade, singularidade de cada região.

Para o pesquisador, a televisão apresenta um caráter prescritivo. “A prescrição diz respeito ao modo que devemos nos portar frente ao que nos é proposto pela tevê, ou mais especificamente, pelo programa televisivo” (FILHO, 2009, p. 114). Os produtos midiáticos estão sempre interferindo nos comportamentos dos sujeitos e, no nosso estudo, nas atitudes e usos linguísticos dos falantes. Nessa direção, citando Sarlo (1997, p. 82), Filho expõe que: “A televisão transpõe algumas fronteiras entre idade e sexo, assegura uma forma de pertencimento e seus clichês se incorporam à língua cotidiana” (FILHO, 2009, p. 110).

Para Filho, o contato com a televisão desenvolve no telespectador competência para assisti-la e interpretá-la. Nessa via, [...] ao assistir à programação repetidas vezes, ele apreende o que vê e o que ouve e habitua-se a isso (*ibidem*, p. 115). Nessa direção, como sugere nosso estudo, argumentamos novamente sobre a interferência da mídia nas atitudes e nos usos linguísticos dos falantes.

O pesquisador expõe que esses programas apresentam marcas da gauchidade, seja no linguajar, sotaque, paisagens, temática regional, personagens. Nessa direção, aspectos locais são “Ratificados pelos elementos cênicos e pelo linguajar que caracterizam o programa” (p. 163). Além disso, “Há a presença do verbo “campear”, próprio do linguajar típico do interior, fazendo remissiva às lides campeiras” (FILHO, 2009, p. 167).

A grande audiência do programa permite-nos pensar que as pessoas apreciam a exposição da cultura, costumes locais nos meios midiáticos. Essa aceitação do público, exposta a seguir em números, evidencia o gosto por esse tipo de programação. Desse modo, pesquisas

de audiência doméstica por programação, realizadas no mês de abril de 2007, mostram que “[...] o GC foi o programa de maior *share*, atingindo 84,5%, ou seja, mais de 84% das televisões ligadas no horário do programa estavam sintonizadas nesse canal” (*ibidem*, p. 155).

Em vias de conclusão, Filho argumenta que o *Galpão Crioulo* assume o papel de propagador e vigilante da memória e tradição gaúcha. “Nessa via, a mídia acaba assumindo o papel de preservação da memória histórica ou mesmo construída de uma sociedade” (p. 35). O pesquisador expõe também que, talvez, devido ao alcance que a TV contempla, o *Galpão Crioulo* obtém mais êxito na preservação dessa memória, em detrimento de outras instituições, como, por exemplo, o MTG. Nessa via, “A mercadoria simbólica do GC, sem dúvida, tem muito mais força de inserção, em função do poder de midiatização, que a mercadoria simbólica do MTG” (p. 202). A hibridização, a convivência do tradicional com o contemporâneo também fazem parte do programa. Além disso, “O programa traz as suas especificidades que, no seu formato, valorizam elementos do regionalismo gaúcho, como a indumentária, o linguajar, as canções, as lendas e a história do estado” (p. 204).

Passaremos agora, à síntese da tese intitulada *NOTICIADOR-NOTICIADO: perfis de jornalistas numa sociedade em midiatização*, autoria de Ana Lúcia de Medeiros Batista¹⁶. A pesquisa investiga a situação na qual o jornalista, profissional “isento”, aparece, tornando-se notícia. Uma das percepções, tomada como ponto de partida da problematização, é “jornalista – consideradas as teorias mais estabelecidas sobre a produção de notícias – é alguém que se apagaria ante a objetividade da informação apresentada. Isso é muito específico, não compartilhado com nenhum outro perfil, profissional ou artístico” (BATISTA, 2013, p. 25).

De início, o papel do telespectador, que não é isento nas seleções das abordagens da mídia, é exposto pela pesquisadora: “Sob outra perspectiva, percebe-se que, além da produção realizada pelas emissoras, existe uma participação significativa da sociedade nesse processo” (BATISTA, 2013, p. 12). Para ela, o público reage em relação aos personagens expostos na mídia.

Esse aspecto também foi pontuado por Filho (2009, p. 132), quando ele expõe que: “O formato pode distinguir os telespectadores, ou seja, ele é detentor da capacidade de segmentar, em virtude de oferecer um produto, muitas vezes, dirigido a um público específico – retomamos a ideia de Fischer (2006) sobre os “modos de endereçamento””. Lopes (2012) corrobora essa

¹⁶ Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Comunicação, sob a orientação da Professora Dra. Dione Oliveira Moura.

perspectiva quando afirma que o telespectador não é isento do processo de suavização do sotaque.

Para Batista (2013), as mudanças da sociedade promovem transformações nos processos midiáticos. Atualmente, as pessoas estão mais próximas da mídia e dos profissionais do meio e suas opiniões são ouvidas durante a elaboração dos produtos midiáticos. “Antes de investir em um produto, a empresa faz perguntas aos telespectadores, embora cada vez mais as manifestações dos públicos se antecipem” (p. 92). Essa antecipação também ocorre na relação dos profissionais com os telespectadores.

Dessa forma, mudanças estão acontecendo nos meios midiáticos. Nesta senda, Batista apresenta que, há aproximadamente vinte anos, profissionais que trabalhavam em regiões distantes do eixo Rio - São Paulo necessitavam inserir-se em padrões gestuais, de prosódia e imagem, para adentrarem na equipe de profissionais das redes de TV instaladas no Rio de Janeiro e São Paulo. Com o tempo, isso foi mudando. Repórteres que já trabalham na rede passaram a cobrir jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo que estavam de férias e a desenvolver estágio nas sedes das emissoras. Destarte, “Pôde-se verificar que, pouco a pouco, profissionais de perfis relativamente variados passaram a aparecer, com uma certa frequência, em rede” (*ibidem*).

Um dos entrevistados de Batista foi Francisco José, que durante anos foi repórter em Recife e tem como diferencial um sotaque marcante. “Francisco José foi o primeiro jornalista da Rede Globo Nordeste a atuar em rede. É símbolo da presença do sotaque nordestino na televisão de circulação nacional” (*ibidem*, p. 58). A pesquisadora pontua que a imagem do repórter está associada à presença do sotaque nordestino em rede e atrelada a situações de risco, como sequestro, mergulhar em um vulcão ativo, pular de *bung jump*, entrar em uma caverna com morcegos-vampiros.

Na entrevista com Rosana Jatobá, a jornalista relatou sobre a formalidade do jornalismo. A esse respeito, vários aspectos foram elencados pela apresentadora, apresentaremos a seguir um excerto no qual essa formalidade é manifestada na língua:

Antes, você não podia usar cabelo comprido para não chamar mais a atenção do que a notícia, aquela imagem de seriedade, e tal, o seu sotaque tinha de ser neutralizado para as pessoas não se perderem no meio da notícia, e perguntarem: ‘mas essa pessoa é de onde, da Bahia ou da Paraíba?’. Então, sempre na tentativa de neutralizar elementos que possam te desconfigurar ali no papel de apresentador ou repórter (BATISTA, 2013, p. 120).

Na mesma direção, Moran; Masetto; Behrens (2000, p. 35) declaram que os meios de comunicação “utilizam a linguagem conceitual, falada e escrita, mais formalizada e racional”. Opostamente, Tadeu Schmidt não percebe esse universo como formal. Para ele, esse critério ficou nos bancos da universidade e as mudanças da sociedade promoveram um caráter mais coloquial: “Isso tudo é porque houve uma evolução no jornalismo. O jornalismo que eu aprendi na universidade é muito ultrapassado em relação ao que é a realidade hoje. Então, hoje se busca muito mais uma coisa coloquial, uma coisa muito mais próxima das pessoas” (BATISTA, 2013, p. 133).

Nessa direção, Tadeu busca fazer o diferente. Para ele, seria mais cômodo e fácil realizar o velho jornalismo. Entretanto, ele prefere e opta em promover algo diferenciado, novo e interessante para os telespectadores: “A gente quer fazer a evolução do jornalismo, coisas novas, coisas que sejam mais agradáveis, mais atraentes para os telespectadores” (*ibidem*, p. 135). O aspecto coloquial é visível na fala abaixo:

É como se nós dois estivéssemos, como estamos, sentados aqui no sofá e eu estivesse contando algo pra você e fizesse uma piada, e te contasse de uma forma descontraída, sem pretensão nenhuma. É só uma brincadeira. Ao mesmo tempo passando uma informação, mas de forma mais descontraída, tentando ser leve, alegre, feliz. Não tem muito peso (*ibidem*).

Da entrevista com Tadeu, Batista identificou que, para estar na televisão, o sujeito deve atender às expectativas dos telespectadores. Nessa via, há o estabelecimento de um padrão estético e de prosódia que, ao mesmo tempo segue um modelo, permite inovações que aludem a criatividade, à audácia, “a uma linguagem televisual diferenciada” (*ibidem*, p. 139).

Tadeu Schimdt é um jornalista que rompe com o padrão, com o tradicional. Em agosto deste ano (2021), na parte do programa Fantástico¹⁷ destinada ao esporte, ao apresentar uma passagem do jogo do time de Cuiabá-MT, para fazer referência à capital de Mato Grosso, o apresentador pronunciou a expressão *digoreste*¹⁸. Três meses depois, para referir-se a uma cena apresentada no programa, o jornalista pronunciou “Quem viu uma cena dessa, não consegue *disver*”.

E assim a mídia falada tem rompido com padrões. Outro exemplo ocorreu no Criança Esperança¹⁹, em que Luciano Hulck falando sobre a educação, proferiu “Vou *comparar ela* [...]”;

¹⁷ Exibido aos domingos, no período noturno, na Rede Globo de televisão. A programação mistura jornalismo, entretenimento, ciência, esporte, humor, entre muitos outros aspectos.

¹⁸ Traço linguístico típico do falar cuiabano que tem como significado: ótimo, bom, exímio.

¹⁹ Projeto desenvolvido pela Rede Globo de televisão em parceria com a UNESCO, visa ajudar crianças e jovens carentes. Exibido uma vez ao ano, em 2021 contou com sua 36ª edição.

[...] *transformar ela* em força”. Essas formas são consideradas erradas para gramática normativa, pois, “Associados a verbos terminados em *-r*, *-s*, ou *-z*, e à palavra *eis*, os pronomes **o, a, os, as** assumem antigas formas **lo, la, los, las**, caindo aquelas consoantes” (CEGALLA, 181, grifos do autor). Na Record, em uma reportagem com o autor Estênio Garcia, a repórter pronunciou a palavra *exclusivo*.

Ouvidos atentos, é possível identificar nas mídias faladas diversas variantes que destoam da gramática padrão, contudo, apesar dessas ocorrências, a mídia impressa insiste em redigir matérias que detonam os modos de falar dos brasileiros.

Batista (2013) apresenta um aspecto que a inquieta, diz respeito ao padrão visual e de prosódia estabelecidos pelo meio do telejornalismo. “Tradicionalmente, no telejornalismo, argumenta-se que determinados critérios, como uma prosódia específica e um padrão visual, são adotados *para não desviar o foco da notícia*” (p. 140, grifos da autora). Para ela, representam um padrão que oculta, mas que passam a ser tidos como padrão que expõe, pois transferem a visibilidade da notícia para o noticiador.

A tese expõe uma fala de Glória Beuttenmuller significativamente reveladora. A fala é tão importante, que preferimos transcrevê-la na íntegra:

Segundo nos revelou a fonoaudióloga Glorinha Beuttenmuller durante entrevista para a dissertação de mestrado, sobre o padrão prosódico da televisão e a relação com a diversidade de culturas existentes no país. Segundo a fonoaudióloga, que tem uma escola de educação vocal, no Rio de Janeiro, muitas crianças começam a ser preparadas a partir dos cinco anos de idade para seguir carreira na televisão (*ibidem*, p. 142).

A pesquisadora pontua que a maneira de levar a notícia até o público constitui-se de tentativas. Se o apresentador já possui aceitação do telespectador, faz tentativas que, dentro de uma linguagem estabelecida, a emissora acata. Essas tentativas se estabelecem entre o jornalista, a empresa e o público. “São mecanismos de um processo de transformações nos quais a empresa ouve a sociedade e escuta também os especialistas nos assuntos que comandam dentro da instituição” (*ibidem*, p. 143). Às vezes, há tentativas audaciosas, mas sempre estimando o perfil já aceito pela sociedade.

Acreditamos que isso explica determinadas falas de Tadeu Schimdt, visto que esse jornalista cativou o público. Tadeu é um dos poucos jornalistas de mídia nacional que rompe com as tradições linguísticas dessa instituição, isso pode ser explicado porque há aceitação por parte dos telespectadores.

Para falar sobre Ticiania Villas Boas, Batista faz referência à música de Caetano Veloso, “*toda menina baiana tem um jeito que Deus dá*”. A pesquisadora pontua que, quando Caetano cantou essa música, ninguém imaginava que o modo de ser e viver da Bahia chegariam às telas da TV. Ademais, “Quem diria que, no século XXI, o padrão televisual brasileiro permitisse a presença de gestos, falas de regiões distantes do eixo Rio-São Paulo, representados na figura de um jornalista na bancada de um telejornal de rede em horário nobre?” (BATISTA, 2013, p. 145).

Nessa direção, Batista argumenta que, por mais que a televisão almeje o estabelecimento de uma linguagem própria para determinados profissionais, verifica-se, todas as noites, no jornal da Band, “uma baiana que denuncia a origem diante das câmeras”. Ela gesticula de um jeito expressivo, apresenta marcas do sotaque baiano, “fala com um certo denço (como diria Dorival Caymmi). Uma menina baiana com jeito e defeito que Deus dá (como acrescentou Gilberto Gil à letra da música já citada)” (*ibidem*).

A pesquisadora esclarece que, quando Ticiania assumiu o Jornal da Band, o seu perfil singular causou polêmicas, especialmente em São Paulo. Muitos telespectadores foram contra a presença de uma apresentadora com aspectos tão singulares, distantes dos que estão familiarizados. Opostamente, há aqueles que apreciam essa singularidade, conforme vislumbrado nesse trecho da entrevista:

Ticiania Villas Boas - Eu sinto que realmente eu tenho um público, telespectadores que dizem que gostam de ver o jornal por causa de mim, muitos falam que por causa do meu sotaque. Porque eu sou nordestina, então tem uma história de ter um padrão durante muito tempo no telejornalismo. Você tinha de fazer aula de fonologia, porque tinha de misturar o acento, e não tinha nordestino como âncora. Ou que pelo menos demonstrasse isso no jeito de falar. E eu demonstro porque nunca fui pedida para melhorar ou adaptar. Então, eu na rua encontro muita gente falando: “eu gosto muito de você, por causa do seu sotaque”. Em São Paulo tem muitos nordestinos, tem muitos filhos de nordestinos. E mesmo os gaúchos. Eu recebo muitas cartas, muitos *emails* de gaúchos, que também têm o sotaque forte. Então, as pessoas gostam de ver o regionalismo, mesmo que leve, que sutil, mas de perceber que aquela pessoa ali não é totalmente neutra, não tem um sotaque básico, padrão, então gostam de sentir os lugares sendo representados. Outros dizem: “a gente gosta de ouvir você porque você é muito simpática”. As pessoas mais velhas me dizem: “eu vejo você como filha, com um carinho muito grande, eu te dou boa noite....” (BATISTA, 2013, p. 147, grifo da autora).

Todavia, nem sempre foi assim. Como exposto anteriormente, no início, telespectadores paulistas criticavam o modo de falar da apresentadora:

Ticiano Villas Boas – Eu nunca recebi uma crítica ruim, engraçado. De alguém dizer: não, eu não gosto de você. No começo, quando eu comecei a apresentar o jornal, aqui em São Paulo, eu recebia *emails* de pessoas que diziam que não gostavam do meu sotaque. Isso falavam. Mas depois parou. Hoje, ao contrário, do que eu recebo, 99% são elogios, gente gostando, me colocando pra cima, me incentivando [...] (*ibidem*, p. 151, grifo da autora).

Diante das falas da jornalista, nota-se que ela apresenta uma postura semelhante à de Tadeu Schmidt, ambos gostam de diversificar, inovar, arriscar, fugir do padrão. A apresentadora pontua que força o sotaque quando as notícias correspondem à Bahia.

Por fim, a tese evidencia que “Ticiano Villas Boas destaca-se no telejornalismo de horário nobre brasileiro especialmente por acentuar características que lhe são peculiares e que trazem a marca de regiões distantes do eixo Rio-São Paulo” (*ibidem*, p. 156). Outros aspectos são elencados pela pesquisadora, o primeiro diz respeito ao fato que para os telespectadores o modo de apresentar de Ticiano suaviza as notícias ruins. Para Batista (*ibidem*, p. 157), “Esse é um dado pouco comum entre os informadores, que normalmente adotam modos-padrão de transmitir a notícia”. Outro diferencial da jornalista corresponde à presença do seu sotaque, “como componente da matéria jornalística”, ou seja, o sotaque não é apenas exposto, mas constitui as matérias, é um dos seus componentes. A esse respeito, Ticiano relata que algumas pessoas dizem gostar dela por causa do seu sotaque. “Essa manifestação do gosto pela marca regional na fala representa, de um lado, a referência a um aspecto pessoal da jornalista e de outro lado é um elemento de distinção entre o que se está habituado a acompanhar na televisão brasileira, onde se pode verificar a existência de um modo estandardizado de falar” (*ibidem*).

Nessa direção, Batista esclarece que as regras da produção jornalística são duramente seguidas, mas demonstrações espontâneas são discutidas, tratadas como possíveis de ocorrer. Outro aspecto relevante levantado pela pesquisadora é que a fama de cada entrevistado está relacionada a alguma característica particular de cada um deles. Destarte, acreditamos que a singularidade é um aspecto apreciado pelos telespectadores. Talvez, o estabelecimento de padrões não agrade mais ao público, pois de uma forma ou de outra o processo parece ser robotizado e as pessoas se interessam por humanos. São hipóteses que constituiriam uma pesquisa relevante.

A esse respeito, Batista faz uma ressalva de que, considerando que não foram desenvolvidos “estudos de recepção” em relação aos casos observados, não é possível afirmar com precisão o que de fato atrai a admiração dos telespectadores, o porquê da audiência e crédito a cada um dos jornalistas apresentados. “Mas podemos inferir, pelas observações feitas, algumas características singulares de cada um, e que parecem ser *ofertas à admiração* – e

portanto uma espécie de apelo a determinados valores que podem sensibilizar expectativas de diferentes setores da opinião” (BATISTA, 2013, p. 164, grifos da autora).

Como exemplo, Ticiano Villas Boas relata que atualmente ganha elogios dos telespectadores por causa do jeito que transmite as notícias. “Mas ao mesmo tempo informa que, logo que começou a apresentar o Jornal da Band, muitos telespectadores enviavam mensagens para a emissora, manifestando insatisfação com o seu modo de falar na televisão” (*ibidem*, p. 164). Dessa forma, Batista pontua que uma mesma característica pode obter recusas ou aceitações.

Para ela, “A admiração integra um movimento que envolve *celebridades e celebradores* e está vinculada a juízos prévios de valor – que podem ter abrangência e direcionamento variados” (*ibidem*, grifos da autora). Nessa direção, destacamos que, devido a constituição histórica do falar na/da mídia, juízos prévios de valor foram desencadeados nos telespectadores. A suavização do sotaque, o estabelecimento de uma norma, o padrão eixo Rio-São Paulo, apagamento das variedades linguísticas são alguns dos aspectos que formaram o falar dessa instituição e desenvolveram atitudes linguísticas nos sujeitos de como deve ser o falar nos meios midiáticos.

A pesquisadora pontua que, no final do século XX, o jornalista começou a ocupar lugares dedicados às notícias e isso mudou os modos de fazer jornalismo. Diante dessas mudanças da “sociedade em midiática”, o jornalista passa a ser visto como sujeito que possui singularidade. Dessa forma, o critério de credibilidade também sofre adulterações, pois passa a relacionar-se com a pessoa que transmite a informação, quando antes estava associado ao afastamento do profissional em relação à notícia.

A tese apresenta ainda que há diferentes maneiras de o jornalista se colocar na matéria. É nesse aparecimento que a pesquisadora identificou diferentes perfis de profissionais que se destacam na mídia. Exemplificando: “Tadeu Schmidt leva para a tela da TV algumas expressões que fazem parte de seu modo de falar cotidiano, fora do espaço profissional” (BATISTA, 2013, p. 173).

Nessa direção, Batista expõe que há duas situações: de um lado, o profissional tradicional, distanciado. Ele detém o conhecimento jornalístico, questiona mais que afirma, ““não sei, vou perguntar a quem sabe” e reconstrói a realidade a partir do que viu e ouviu, das coisas ditas e percebidas” (*ibidem*, p. 174). Estabelece distância para atingir a objetividade jornalística. Na outra via, temos o profissional que se expõe, opina sobre os fatos, é sujeito participante do processo.

Batista ressalva que as emissoras e profissionais se adequam em valores sociais bem estabelecidos para a população, setores. E isso não se restringe a famosos. Esse critério nos faz lembrar o argumento de Lopes (2012), o qual defende que os telespectadores influenciam nas escolhas linguísticas da mídia, pois, como pontuado por Batista, a mídia se encaixa nos valores estabelecidos pela sociedade.

A tese expõe também que a “sociedade em midiatização” permite maior interação. As notícias correm rápido e a interação nas redes é significativamente alta. Além disso, “A participação ativa de internautas provoca mudanças na estrutura interna de telejornais e pode alterar o processo produtivo” (BATISTA, 2013, p 183).

Ao abandonar a objetividade jornalística, o telejornalismo exhibe os profissionais. Esses adquirem fama e passam a interagir com os telespectadores. Destarte, “Nessa ampliação de complexidade de circuitos, tornando os processos interacionais mais dinâmicos, evidenciam-se transformações características da sociedade em midiatização” (*ibidem*, p. 185). Acreditamos que essa fama se estabelece, pois, ao deixar a objetividade de lado, a subjetividade se manifesta e com ela características singulares são expostas. Os sujeitos que apreciarem ou se familiarizarem com esses aspectos se tornarão fãs desses profissionais.

Esse personagem que emerge de uma sociedade em midiatização é uma figura paradoxal no sentido de que tinha no apagamento uma característica inerente à sua existência. Essa figura apagada é deixada de lado, e se passa à condição de personagem midiático, portanto visível. Essa situação que faz aparecer quem tradicionalmente não aparece revela transformações nessa sociedade em midiatização na qual essa figura está inserida e é consequência do processo que caracteriza esse modo de funcionamento da sociedade que tem na mídia um componente essencial como parte do movimento que revela mudanças estruturais, não só nos modos de produção, como nos modos de recepção e nas interações sociais (*ibidem*, p. 186).

A tese *Política de línguas e mídia no Mercosul: Um estudo enunciativo de jornais de fronteira*²⁰, autoria de Andréa Weber, explora temas como a política de línguas dos meios de comunicação e conta com um capítulo especificamente direcionado às políticas de línguas dos meios de comunicação globais, nacionais e de fronteira. Para a pesquisadora, “Essas línguas se inscrevem como elementos identitários das nações no contexto da integração regional” (WEBER, 2013, p. 05). Interessa à pesquisadora compreender como os jornais de fronteira

²⁰ Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras, sob a orientação da Professora Dra. Eliana Rosa Sturza.

estabelecem suas políticas de línguas recebendo influência das esferas local, regional, nacional e global.

Situação significativamente relevante é levantada por Weber, a que corresponde ao fato de que o tema, política de línguas nos meios de comunicação, não configura entre os mais discutidos nos campos acadêmico, governamental e midiático no Brasil. A pesquisadora justifica isso devido ao fato de o país ser idealizado como monolíngue. Assim, não há motivos para os veículos de comunicação se preocuparem com a diversidade linguística. “Tampouco se justificaria a presença de um debate sobre as línguas na agenda midiática, isto é, a despesa de espaços noticiosos e opinativos para pautas como os contatos e as políticas linguísticas” (p. 10). Weber relata que os poucos trabalhos dedicados à política de línguas nos meios de comunicação investigam a relação desses com a norma-padrão, preconceito linguístico na mídia, elaboração dos manuais de redação, crítica ao mau uso da norma-padrão na mídia.

A pesquisadora argumenta que, “mesmo hoje, quando o ideal monolíngue predomina no imaginário brasileiro, a diversidade linguística continua deixando ecos nos meios de comunicação, fazendo-se presente nas mídias locais, isto é, nos veículos de pequeno porte, que atuam mais próximos dessas comunidades” (*ibidem*, p. 10).

A tese destaca ainda que, para compreender a política de línguas da mídia fronteiriça platina, as noções de local, nacional e global, consagradas ao domínio da língua, são indispensáveis. Há também uma quarta noção, “a de línguas de integração regional, uma vez que lançamos nosso olhar sobre a política de línguas da mídia de fronteira no contexto do Mercosul” (*ibidem*, p. 20).

Essas noções, local, nacional, global e de integração, “são entendidas como divisões horizontais, mais relacionadas à distribuição das línguas no espaço geográfico, político e cultural do que no espaço social e econômico” (WEBER, 2013, p. 23). Nessa direção, citando Guimarães (2003), a pesquisadora esclarece que a distribuição socioeconômica é chamada de divisão vertical, que trabalha produzindo uma diferenciação entre duas manifestações da mesma língua, denominadas de registros formal e coloquial. Para o autor, o primeiro corresponde à língua dos documentos oficiais, da mídia, da literatura, da ciência, o segundo registro diz respeito à língua do cotidiano e possui muitas variedades. Hierarquicamente, as divisões mais baixas são classificadas como não pertencentes à língua, e o registro formal passa a ser a própria língua, enquanto as demais manifestações são instituídas como erros.

Para Weber, a divisão das línguas em categorias como local, de integração regional, nacional e global correspondem a um imaginário que distingue, categoriza, julga, confere

valores às línguas de todo o mundo. Como consequência, algumas línguas se propagarão rapidamente, e outras serão extintas; algumas serão usadas somente no âmbito doméstico, e outras em esferas públicas. Nesse movimento, os meios de comunicação desempenham dupla função: “são, por um lado, os lugares onde os imaginários sociais sobre as línguas são reproduzidos; ao mesmo tempo em que são recriadores e difusores desses imaginários. Em outras palavras, os meios de comunicação são potencializadores de imaginários sobre as línguas” (WEBER, 2013, p. 23).

A tese pontua que o imaginário que se tem sobre as línguas corresponde ao imaginário que se faz de seus falantes. Nessa direção, o imaginário das línguas portuguesa, espanhola e guarani diz respeito ao imaginário desses falantes e de seus países. Isso nos remete ao critério proposto por Bagno (2003), de que o preconceito é social e não linguístico. Para a pesquisadora, o imaginário se constrói a partir de elementos racionais e emocionais em relação às línguas, ressoando Faraco (2011), ela pontua ainda que as pessoas desconsideram os argumentos lógicos e científicos dos linguistas, como sobre a diversidade, por exemplo.

Segundo o autor, a variação regional figura como algo curioso, pitoresco e exótico no imaginário do cidadão brasileiro, ao passo que a variação social, ao contrário, é associada à ignorância, inferioridade, falta de educação e cultura, quando não coincide com o modo de falar das classes mais altas e mais escolarizadas (WEBER, 2013, p. 25).

Por fim, a autora apresenta que, por estar estabelecido na zona da emoção, “o imaginário social sobre as línguas”, comumente, resiste à ciência, às defesas que os linguistas se empenham em levar ao debate público, inclusive por meio da mídia (WEBER, 2013, 25).

Para falar sobre o imaginário em relação à língua portuguesa no Brasil, a pesquisadora cita Orlandi (2002), que desenvolve a perspectiva da língua imaginária e da língua fluida. A primeira diz respeito a um sistema fechado, dotado de normas; a língua fluida é a língua do mundo, livre de regras que a apressam. Ainda, para essa autora, o português padrão é uma língua imaginária, uma vez que sustenta uma ideologia que persiste na sua pureza e preservação. Ressoando Mariani e Medeiros (2007), a pesquisadora argumenta que alguns instrumentos linguísticos sustentam a língua imaginária.

Em relação ao guarani, para mudar o imaginário que permeia essa língua, foram propostas algumas medidas a partir de ações dos sistemas de ensino e dos meios de comunicação. Nota-se a influência dos meios de comunicação na construção, manutenção dos imaginários. A esse respeito, retomando Baczko (1985), Weber argumenta que os meios de

comunicação não propagam somente informações contemporâneas, mas veiculam imaginários sociais.

Logo, considerando-se que a mídia é um dos lugares de produção de discursos sobre as línguas, seu funcionamento garante que, por um lado, os imaginários sociais sobre as línguas sejam por ela capturados e representados e, por outro, que essa mesma representação contribua para produzir e ampliar um determinado imaginário sobre as línguas na sociedade (WEBER, 2013, p. 29).

A pesquisadora justifica que a ausência do espanhol na mídia de fronteira platina pode ser justificada pelo fato dessa língua ser representada no imaginário social como fluida, dessa forma, não condizente com a credibilidade de um jornal impresso. “Essa ausência na mídia, por sua vez, acabaria reforçando na sociedade tal imaginário de fluidez, informalidade e oralidade do portunhol, ao interdita-lo no espaço midiático” (*ibidem*).

Para Weber, entre todos os segmentos da mídia, o jornalismo é o que mais exerce interferência sobre o imaginário de um grupo social. Ademais, a linguagem jornalística tem vantagem perante as demais. A esse respeito, “[...] tudo e apenas aquilo que está no jornal é a verdade sobre as línguas, a sua realidade. Isso se aplica tanto ao que é dito na língua, quanto ao que é dito sobre a língua” (p. 30). Nessa via, as línguas que não são expostas nos jornais não existem ou são consideradas irrelevantes no imaginário social. A situação é complexa porque os debates da Linguística que poderiam mudar esse imaginário chegam à população ou através da escola ou pelos meios de comunicação, constituindo, assim, as principais fontes de informação dos sujeitos.

Nessa direção, a autora explica que não só os conhecimentos sobre quais línguas são difundidas na mídia interessam à política de línguas, mas também conhecimentos sobre o que se fala em relação às línguas. Isso é de significativa relevância, “[...] pois, o que se diz sobre a língua, a partir de um imaginário construído em torno dela, afeta os usos sociais que delas serão feitos” (WEBER, 2013, p. 31).

A autora cita Bagno (2001)²¹ para mostrar que, hoje, os jornais impressos do Brasil, sem marcas regionais e com uniformidade gramatical, são vistos como modelo de “português-brasileiro-urbano-escrito-culto” (WEBER, 2013, p. 32), tomando a posição da literatura como alusão de boa escrita e defensora de uma língua correta, ao confeccionarem manuais de redação normativos e ao destinarem espaço “em suas páginas para colunas e notícias sobre correção da língua, usando, como fontes de informação, principalmente, gramáticos” (*ibidem*).

²¹ Tentamos, de várias formas, e em diversos meios, todavia não localizamos este texto.

Scherre (2005) também é citada por responsabilizar a imprensa escrita como promotora do preconceito linguístico, ao confundir a língua com norma gramatical. Rajagopalan (2005) também é mencionado, pois considera que a mídia desencadeia o medo nos sujeitos com a aceção que o português pode perder sua identidade devido a “crescentes empréstimos linguísticos anglo-saxônicos” (WEBER, 2013, p. 32).

Ressoando Bagno (2011), a tese destaca que, na mídia brasileira, os jornais sugerem a correção linguística como critério de competência na apresentação dos fatos. A esse respeito, “Para Faraco (2008), contudo, essa atitude se perpetua na mídia porque encontra respaldo no saber popular do brasileiro, que mantém uma representação homogênea e regrada de língua, há muitos anos, sem grandes alterações” (WEBER, 2013, p. 32). Nessa direção, argumentamos que essas preferências linguísticas da mídia estão intimamente ligadas com as atitudes linguísticas dos telespectadores.

Para Weber, é necessário destacar ainda que a própria história da constituição dos meios de comunicação, que primou pelo monolinguismo, estabelecido na legislação nacional, contribuiu para a construção “de uma cultura de proteção à língua portuguesa”.

Nesse sentido, o Museu da Língua Portuguesa, que tem na Rede Globo um de seus patrocinadores, é representativo da tomada da língua de herança lusitana como um patrimônio imaterial dos brasileiros. Na condição de principal organização comunicacional do Brasil, estreitamente relacionada aos propósitos de integração nacional do país, como assinalaremos no Tópico 3.1, a Globo apresenta a língua, sua principal ferramenta de trabalho, como uma das causas politicamente corretas que defende, usando-a como uma estratégia de promoção da imagem da empresa, relacionada ao conceito de responsabilidade social (WEBER, 2013, p. 33).

Para Weber, a aproximação entre mídia, imprensa e norma, é presente nos manuais de redação e no estilo jornalístico, citando Arnoux (1999), são redigidos e distribuídos para atribuir credibilidade e prestígio ao jornal e nortear a sociedade a propósito do bom uso da língua, ocupando uma função que seria do Estado.

Diante do exposto, Weber (2013, p. 35) declara que “[...] existe um imaginário social sobre as línguas, que as significa como globais, de integração regional, nacionais e locais, em seu atravessamento com as noções de certo e errado, o qual circula nos meios de comunicação dos países platinos”. Para nós, dada a constituição histórica da língua portuguesa e dos usos linguísticos da mídia, esse imaginário não ronda apenas os meios de comunicação de países platinos, mas os meios de comunicação em geral.

Sobre isso, Weber apresenta um relevante questionamento: “[...] deve realmente existir um sistema regulador da língua para a mídia ou se deve deixar a cargo do mercado essa regulação”. Argumenta ainda que “O que, em geral, é inquestionado é o significativo poder dos meios de comunicação na promoção de uma língua, na difusão de neologismos, na valorização ou depreciação de uma variante” (*ibidem*, p. 124).

Para a autora, apesar da carência de debates sobre o tema, no Mercosul, as línguas utilizadas nos meios de comunicação são alvos de políticas de Estado, que tentam organizar a diversidade linguística em circulação nas esferas midiáticas. Weber as compreende como políticas linguísticas para os meios de comunicação e, citando Mariani (2004), explica que essas dizem respeito ao estabelecimento de regras para a utilização de uma língua ou silenciamento de outra, ao mesmo tempo, organiza os espaços por onde essas línguas circulam e como circulam. “Assim, Estados nacionais, através de variados dispositivos legais, determinam quais línguas podem ser usadas para publicação ou emissão nos veículos midiáticos, bem como em que lugares do conteúdo ou da programação essas línguas podem se fazer presentes” (*ibidem*, p. 125).

Entre 1963 a 1990, no Brasil, apenas estações que agiam em ondas curtas poderiam exibir programas em língua estrangeira e somente com autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL). Weber explica que, no Brasil e na Argentina, privilegiar a língua nacional e colocar obstáculos para dificultar o uso de uma língua estrangeira, constituía não somente em uma maneira de

[...] combater as influências estrangeiras indesejadas (JAMBEIRO et al, 1998), de corroborar o trabalho de ensino da língua culta já realizado pela escola (VITALE, 1999; BEIN, [20--]), como também um modo de integrar os extensos territórios nacionais, pelo rádio e pela televisão (RADDATZ, 2009; ZAMIN, 2008; ADAMCZUCK; SILVEIRA, 2004; RIBEIRO; BOTELHO, 2005; SILVEIRA; PIPPI, 2007), através da língua (*ibidem*, p. 128).

Podemos evidenciar que os usos linguísticos nos meios de comunicação têm natureza política e ideológica. Ressoando Mendes (2006), a pesquisadora cita a Rede Globo como promotora de um padrão linguístico, o qual promovia a ideia de exaltação de um ufanismo, sendo que

O padrão linguístico adotado pela Rede Globo, apesar de assentar-se sob a justificativa da necessidade de intercompreensão entre os falantes das diversas regiões, faz parte de um projeto de exaltação ao sentimento nacional, que perpassava também o conteúdo das notícias, o qual, assim como a língua,

deveria ser o menos regionalizado possível, explica o autor (WEBER, 2013, p. 128).

A autora pontua ainda que o almejado “sotaque neutro”, proposto pela Rede Globo para seus jornalistas, constitui uma das facetas de um ideal pró-uniidade linguística no Brasil. Citando Mariani e Medeiros (2007), a pesquisadora aponta também que nesse movimento de homogeneização, instituiu-se normas fonéticas para o teatro, às quais Antônio Houaiss apontou o padrão culto carioca como base.

Passa-se, portanto, de uma política linguística do Estado brasileiro voltada à promoção da língua portuguesa, para a qual os meios de comunicação do país foram mobilizados através da legislação, para uma política de línguas constituída pela Rede Globo, com o apoio velado do Estado e a legitimação da intelectualidade da época, de inscrição de significados de unidade ao português brasileiro, através da eliminação das marcas regionais da fala dos repórteres (*ibidem*, p. 129).

Desse modo, para Weber, a política da emissora para a língua portuguesa constitui-se entre o que é dito, ou seja, o conteúdo e como é dito, ou seja, a fala.

Alguns movimentos passaram a sofrer mudanças a partir da década de 1960. A lei nº 52.795/1963 de Radiodifusão, por exemplo, sofreu alterações no capítulo IV, que dispunha sobre o uso da língua estrangeira. Com essas modificações, as emissoras de rádio e televisão poderiam fazer transmissões em qualquer língua, sem a necessidade de aprovação do governo, conforme Art. 75: “Art. 75. As emissoras de radiodifusão poderão transmitir programas em idioma estrangeiro” (Redação dada pelo Decreto nº 99.431, de 31.7.1990 apud WEBER, 2013, p. 130).

Considerada “terra sem lei”, a internet “[...] nasceu e prosperou sem a regulação linguística dos Estados nacionais. O potencial plurilinguismo da internet discrepa do tradicional monolinguismo do rádio, da televisão, dos jornais e das revistas,” e apresenta a diferença entre um veículo global, “nascido na e para a globalização”, e veículos de menor abrangência territorial, que acompanham a abertura e solidificação dos Estados nacionais, permanecendo conectados a eles em seu funcionamento (*ibidem*, p. 135). Nessa direção,

A internet é, portanto, uma mídia global por excelência e essa inscrição motiva uma política de línguas diferente não apenas para a rede, mas para todos os meios de comunicação que buscam sobreviver nesse novo panorama político, social e cultural que a globalização da economia e das tecnologias de comunicação está estabelecendo (*ibidem*).

Retomando Oliveira (2010), a autora expõe que a mídia global alavanca plurilinguismo e não a homogeneização linguística, conforme era previsto por alguns estudiosos. Todavia, esse prenúncio de um mundo subjogado por uma única língua, era mais provável quando havia canais únicos e poucas possibilidades a serem concorridas pelas várias línguas.

Dessa forma, Weber argumenta que assim como os Estados nacionais impulsionaram os meios de comunicação tradicionais para o monolingüismo, “em um contexto de nacionalização, eles devem, em um contexto de globalização, promover políticas plurilíngues para a internet” (WEBER, 2013, p. 139).

Por fim, a pesquisadora argumenta que a união de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais convergem para a valorização do plurilingüismo do mundo e, uma maior diversidade de línguas, além da nacional, passaria a fazer parte das mídias locais, categoria em que se encaixam os jornais fronteiriços.

Um ponto levantado revela que, com a redemocratização, o fim da guerra fria e a globalização da economia, os países platinos e suas fronteiras vivenciaram transformações no arranjo dos seus meios de comunicação. Uma delas diz respeito à gestão das línguas nos veículos, uma vez que a legislação para o setor, nesses países, começou, gradualmente, a inserir dispositivos favoráveis à diversidade linguística, “contemplando línguas autóctones, de imigração e, também, estrangeiras” (WEBER, 2013, p. 196). A pesquisadora constata que “[...] a diversidade linguística esteve presente na história dos jornais fronteiriços de variados modos” (p. 198).

Todavia, atualmente, os usos linguísticos dos jornais fronteiriços se limitam ao uso do português e do espanhol. Nessa via, línguas de imigração não fazem parte da enunciação dos jornais locais. “Houve, portanto, uma redução da diversidade linguística no espaço de enunciação fronteiriço, pelo menos na sua dimensão pública, na qual se situa a atividade dos jornais” (*ibidem*, p. 199).

Nessa direção, em relação ao guarani: “pesquisadores tampouco identificam o uso do guarani em jornais e rádios de outras partes da fronteira brasileira” (*ibidem*). Os atuais movimentos de valorização da língua não conseguiram alterar a histórica exclusão do guarani dos meios de comunicação. As poucas pesquisas existentes revelam que, mesmo no Paraguai, o espaço do guarani nos veículos de comunicação, principalmente nos jornais, é promissor, todavia principiante.

Para a autora a situação do guarani revela que em relação a políticas de línguas dos meios de comunicação, somente o reconhecimento de uma língua ou a legalidade para o seu

uso não bastam para que ela apareça nas publicações midiáticas. “Existem interesses ideológicos e mercadológicos que direcionam os usos linguísticos da mídia, os quais não necessariamente vão ao encontro dos interesses de governos, da sociedade civil ou de outros grupos que anseiam pela integração regional” (*ibidem*).

Questionamento relevante é apresentado pela autora: “[...] os Estados devem intervir sobre as línguas presentes nos produtos midiáticos ou devem deixar para a lógica de mercado essa regulação?” (*ibidem*, p. 200). Nessa direção, ela aponta a relevância desse tema: “[...] tem-se nos meios de comunicação um potencial e, possivelmente, promissor campo de intervenção linguística a ser explorado (*ibidem*).

A pesquisadora apresenta ainda que os jornais dos grandes centros platinos, na maioria, relegam a questão das línguas em sua política editorial, pois projetam um público idealmente monolíngue. Colocamos em relevo que esse aspecto não se restringe a mídia desses países, mas a mídia em geral, que desde sua constituição, almeja o monolinguismo.

De modo geral, as teses aqui resenhadas foram relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesta senda, expomos a seguir reflexões desencadeadas por meio da leitura desses trabalhos.

- i. A leitura das teses possibilitou compreender como ocorreu a constituição do falar da mídia, como, por exemplo, a trajetória na forma de apresentar os telejornais, que consistia na leitura das notícias, as quais eram escritas por editores e lidas pelos apresentadores. Somente em 1995, os próprios jornalistas escreviam as notícias, retirando, dessa forma, o tom narrativo dos telejornais;
- ii. Identificamos também as mudanças ocasionadas ao longo dos anos, como a suavização do sotaque, no qual os profissionais do meio frequentavam fonoaudiólogos, até à permissão da exposição de um tom mais coloquial, como exposto por Tadeu Schmidt;
- iii. Evidenciou-se que as preferências linguísticas dos telespectadores/ouvintes influenciam nas escolhas linguísticas da mídia;
- iv. Por fim, o advento da tecnologia e da internet desencadeou mudanças nos modos de fazer jornalismo. Há maior interatividade, a formalidade vai cedendo espaço para um ambiente mais despojado e descontraído.

A seção subsequente apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa. Nela, expomos os dados geográficos, históricos e linguísticos da comunidade, Cuiabá-MT. Exibimos também

os critérios utilizados para a seleção dos informantes e o perfil desses colaboradores. Por fim, apresentamos como ocorreu a coleta de dados e a ferramenta utilizada para esse fim.

IV CAMINHOS METODOLÓGICOS

4.1 A comunidade da pesquisa: dados geográficos, históricos e linguísticos

A comunidade eleita para nossa pesquisa corresponde à capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá. Situada na região Centro-Oeste do país, a cidade possui, segundo Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2010, 551.098 habitantes. Foi fundada em 1719 por Pascoal Moreira Cabral, e descoberta por Miguel Sutil, ambos bandeirantes advindos de São Paulo. Para Lima (2004, p. 01), “Cuiabá alinha-se entre os muitos exemplos de núcleos urbanos surgidos no século XVIII, em consequência do Movimento bandeirante”. Na mesma direção, Almeida (2005, p. 21) expõe que: “As missões jesuítas também ali se desenvolveram aquém de outras instaladas no Brasil. Sem muita alternativa os paulistas se empenharam na atividade bandeirante, prendendo índios e buscando riquezas minerais”.

Dessa forma, em princípio, a intenção desses paulistas era capturar índios para escravizá-los. “Como se sabe, essas expedições foram organizadas, em primeiro lugar, com a finalidade de prear índios que seriam vendidos como escravos” (*ibidem*). De igual modo, para Karim e Karim (2016, p. 81), “Essas expedições buscavam adentrar o sertão central da América do Sul no intuito de explorar as riquezas extrativistas e preação dos nativos/índios”. Os autores pontuam que foi por meio dessas expedições, que a colônia lusitana progrediu num movimento de expansão territorial, assim, esses conquistadores iniciam os primeiros povoamentos no sertão da América do Sul. Para esses pesquisadores, trata-se de um “Movimento sociopolítico sustentado pela busca desenfreada por novas conquistas e riquezas para a Coroa Lusitana, um movimento latente marcado por um pulsar desmedido à procura do desconhecido [...]” (*ibidem*).

Foi com a bandeira de Pascoal que esses interesses mudaram, pois, nessa busca por indígenas, encontraram ouro. “Conta a história que Moreira Cabral, acidentalmente, encontrou ouro nas barrancas do Coxipó e não tardou em lavrar uma ata de fundação da atual cidade de Cuiabá para garantir o direito de posse” (ALMEIDA, 2005, p. 22). Após combaterem os indígenas, os bandeirantes instituíram o Arraial da Forquilha. Assim, a expedição de Pascoal iniciou a colonização do território. Com a descoberta do ouro, configura-se “um espaço de intensas disputas, que se dá pelo contato com falantes e línguas ainda desconhecidos pelos colonizadores bandeirantes, como também pelos colonizados nativos/índios” (KARIM e KARIM, 2016, p. 83).

No ano de 1722, Miguel Sutil chegou à região e foi surpreendido com uma notícia, pois, ao solicitar que dois índios buscassem mel, os indígenas encontraram ouro. Diante do fato, o paulista pediu que os gentios mostrassem o lugar onde haviam localizado ouro. A riqueza foi encontrada perto do córrego da Prainha, que passou a ser chamado de Lavras do Sutil. A notícia de descoberta chegou ao Arraial da Forquilha e levou muitas pessoas a mudarem para as Lavras do Sutil. Assim, teve o início do povoamento ao redor do córrego da Prainha, dando início à constituição da atual Cuiabá. Para Karim e Karim (2016), essa descoberta estabelece a nova relação de convivência entre os conquistadores bandeirantes e o sertão central sul americano, então “tem-se início a transição da ordem socioeconômica, enquanto prática social dos conquistadores, a mineração substitui a preação de nativos/índios e outras formas de extrativismo de até então naquela região” (p. 82).

Concernente ao nome, inicialmente grafado como Cuyabá, esses estudiosos apontam que não há consenso no que diz respeito à língua de origem, mas estudos diacrônicos relacionados à origem da palavra estão vinculados às línguas indígenas, logo, Cuyabá enuncia as narrativas que ali residiam, nativos/índios, essas histórias se fazem presentes. Karim e Karim (2016, p. 85) prosseguem essas asserções:

Os colonizadores bandeirantes ao nomear a região, o fazem do lugar do espaço da enunciação da língua portuguesa, a língua oficial da colônia, mas o nome ao ser enunciado, nos revela a relação conflituosa entre falantes e línguas, falantes lusitanos e nativos/índios, língua portuguesa e línguas indígenas, é nessa incessante disputa que se dá a nomeação do lugar; assim, o nome Arraial de Cuyabá enunciado no espaço de enunciação da língua portuguesa, enuncia também a relação de conviviabilidade entre falantes colonizadores/colonizados e suas línguas.

Destarte, para Karim e Karim, o nome Cuyabá aponta para uma formação em língua indígena, apresentando ora o lugar dos nativos/índios da região, ora a exposição do que existia na região, isto é, uma relação entre o lugar e o nativo/índio. Na contramão, “o *Cuyabá*, enunciado enquanto nome de rio, pelos conquistadores lusitanos, designa as narrativas que desenham o caminho de entrada em direção aos rincões do sertão a ser conquistado” (*ibidem*, p. 88, grifo dos autores).

Os autores concluem que o nome Cuyabá designa o funcionamento das línguas, contexto em que ocorre a relação de línguas e falantes, pessoas exploradas e exploradores, línguas que se entrelaçam e se formam, “que travam uma franca e duradoura disputa de domínio e resistência, a Língua Portuguesa determina o movimento de conquista lusitana enquanto as línguas indígenas ancoram a resistência dos nativos/índios [...]” (p. 93).

Ainda em relação à historicidade, a cidade passou por um longo período de isolamento, somente com a divisão do estado, em 1977, que a capital retomou seu crescimento. Além disso, os projetos de incentivo do Governo de Federal contribuíram para o povoamento e desenvolvimento do Estado.

Para Lima (2004), atualmente, Cuiabá é a cidade que mais recebe migrantes no país, e isso faz com que os aspectos culturais, sociais e linguísticos sofram alterações. Atinente aos usos linguísticos, o pesquisador pondera que “Com o fluxo contínuo da entrada de migrantes em Cuiabá, esse falar está passando por um processo de mudança. Portanto, é de suma importância que se faça um estudo desse falar, para podermos acompanhar o processo de difusão e focalização” (p. 03).

Um breve olhar para a historicidade acerca da colonização da comunidade pesquisada é suficiente para evidenciar a influência dos bandeirantes, indígenas e migrantes na constituição do falar cuiabano. Há, assim, a formação de uma variedade linguística rica e cheia de peculiaridades, com o predomínio de uma ou outra variante, como o rotacismo e alternância das africadas e fricativas, por exemplo.

4. 2 A constituição do *corpus* da pesquisa

Nossa pesquisa contou com a colaboração de 44 informantes, além disso, é pertinente lembrar das pessoas que nos indicaram esses informantes. Assim, além dos nativos que se dispuseram a responder nosso questionário, contamos com a colaboração de pessoas que nos apresentaram a esses nativos.

Para a definição dos critérios de inclusão da amostra básica desta investigação, seguimos os seguintes critérios: a) que os entrevistados tivessem nascido²² e residissem na cidade de Cuiabá, em Mato Grosso; b) que os entrevistados tivessem a partir de 18 anos, com grau de escolaridade distribuído em nível Médio e Superior, constituindo assim a tabela a seguir:

Tabela 1 - Constituição da amostra desta investigação

Sexo	Idade	Escolaridade	Falantes
Feminino	A partir de 18 anos	Ensino Médio	11
Masculino			11
Feminino	A partir de 18 anos	Ensino Superior	11

²² Cinco informantes nasceram na Baixada Cuiabana-MT, e três dos 44 entrevistados não nasceram em Cuiabá, nem na Baixada Cuiabana-MT, mas se deslocaram para a capital desde a mais tenra idade.

Masculino			11
Total			44

Fonte: CAMPELO (2022).

4.3 O perfil dos colaboradores

A tabela 2 indica o perfil sociocultural dos participantes da pesquisa. Nela, apresentamos a identificação, o sexo, a idade, a escolaridade e a atual atividade profissional das pessoas que nos concederam a entrevista. Inserimos, também, uma sigla para os sujeitos da pesquisa.

As siglas podem ser interpretadas da seguinte maneira: a primeira letra representa o sexo do participante, sendo “F” para feminino e “M” para masculino. As letras subsequentes estão relacionadas ao nível de escolaridade dos nativos, assim, as letras “EM” sinalizam que o informante possui Ensino Médio e as letras “ES” mostram que o colaborador tem Ensino Superior.

Tabela 2 - Perfil sociocultural dos participantes

Identificação	Sexo	Idade	Escolaridade	Atividade Atual	Sigla	Naturalidade dos pais dos participantes
Informante 1	Feminino	Não informado	Ensino Superior	Não informado	FES	Não informado
Informante 2	Masculino	24	Ensino Médio	Desempregado	MEM	Pai: Rondonópolis/MT Mãe: Tangará da Serra/MT
Informante 3	Feminino	24	Ensino Médio	Supervisora de departamento pessoal (DP)	FEM	Pai: São Paulo/SP Mãe: Cuiabá/MT
Informante 4	Feminino	33	Ensino Superior	Escrivã de polícia civil	FES	Pai: Cuiabá/MT Mãe: Santo Antônio do Leverger/MT
Informante 5	Masculino	32	Ensino Superior	Gerente Comercial	MES	Pai: Cuiabá/MT Mãe: Cuiabá/MT
Informante 6	Feminino	30	Ensino Superior	Empresária	FES	Pai: Bofete/SP Mãe: Dom Aquino/MT
Informante 7	Feminino	50	Ensino Superior	Contadora	FES	Pai: Cuiabá/MT Mãe: Rosário Oeste/MT

Informante 8	Masculino	47	Ensino Superior	Investigador de polícia civil	MES	Pai: Santo Antônio do Leverger/MT Mãe: Mantenópolis/ES
Informante 9	Feminino	30	Ensino Médio	Analista DP	FEM	Pai: Rio Branco/AC Mãe: Alto Paraguaia/MT
Informante 10	Feminino	40	Ensino Médio	Consultora de vendas	FEM	Pai: Cuiabá/MT Mãe: Cuiabá/MT
Informante 11	Masculino	47	Ensino Superior	Administrador	MES	Pai: Acorizal/MT Mãe: Acorizal/MT
Informante 12	Masculino	39	Ensino Superior	Atuação na área de segurança pública	MES	Pai: Rosariense Mãe: Diamantinense
Informante 13	Masculino	32	Ensino Superior	Servidor Público – PJC/MT	MES	Pai: Chapada dos Guimarães/MT Mãe: Cáceres/MT
Informante 14	Masculino	32	Ensino Superior	Advogado	MES	Pai: Cuiabá/MT Mãe: Cáceres/MT
Informante 15	Feminino	38	Ensino Superior	Coordenadora DP	FES	Pai: Barão do Melgaço/MT Mãe: Barão de Melgaço/MT
Informante 16	Feminino	26	Ensino Superior	Analista de Logística de Treinamento	FES	Não informado
Informante 17	Feminino	33	Ensino Superior	Contadora	FES	Pai: Itiquira/MT Mãe: Cuiabá/MT
Informante 18	Masculino	47	Ensino Superior	Consultor	MES	Pai: Guiratinga/MT Mãe: Ituiutaba/MG
Informante 19	Masculino	54	Ensino Médio	Eletrotécnico	MEM	Não constava essa questão no questionário ²³

²³ Devido à dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para responder ao questionário, tivemos que fazer algumas adaptações. Uma delas foi eliminar algumas questões, para que o questionário não ficasse muito extenso. Assim, no questionário do Google Forms não constava os aspectos: estado civil, naturalidade do(a) esposo(a), profissão, naturalidade dos pais.

Informante 20	Feminino	44	Ensino Superior	Dona de casa	FES	Pai: Cuiabá/MT Mãe: Santo Antônio do Leverger/MT
Informante 21	Feminino	50	Ensino Superior	Professora	FES	Pai: Distrito da Guia/MT Mãe: Distrito da Guia/MT
Informante 22	Feminino	27	Ensino Superior	Estagiária	FES	Pai: Inhumas/GO Mãe: Jacara/MT
Informante 23	Masculino	35	Ensino Superior	Servidor público federal	MES	Pai: Rondonópolis/ MT Mãe: Cuiabá/MT
Informante 24	Feminino	35	Ensino Médio	Cabeleireira	FEM	Pai: Não informado Mãe: Esperidião/ MT
Informante 25	Feminino	21	Ensino Médio	Empresária	FEM	Não informado
Informante 26	Masculino	23	Ensino Médio	Autônomo	MEM	Pai: Cuiabá/MT Mãe: Cuiabá/MT
Informante 27	Feminino	28	Ensino Médio	Não informado	FEM	Pai: Poxoréo/MT Mãe: Tupi Paulista/SP
Informante 28	Feminino	24	Ensino Médio	Cabeleireira	FEM	Pai: Jacara/MT Mãe: Marechal Cândido Rondon/PR
Informante 29	Feminino	26	Ensino Médio	Do Lar	FEM	Pai: Não informado Mãe: Mineira
Informante 30	Feminino	19	Ensino Médio	Babá	FEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 31	Masculino	24	Ensino Médio	Militar do exército	MEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 32	Masculino	55	Ensino Superior	Bancário	MES	Não constava essa questão no questionário
Informante 33	Masculino	38	Ensino Médio	Servidor Público	MEM	Não constava essa questão no questionário

Informante 34	Masculino	64	Ensino Médio	Artesão	MEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 35	Masculino	30	Ensino Superior	Agricultor	MES	Não constava essa questão no questionário
Informante 36	Masculino	22	Ensino Médio	Aux. controladoria	MEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 37	Feminino	23	Ensino Médio	Não informado	FEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 38	Masculino	38	Ensino Médio	Técnico em colorimetria automobilística	MEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 39	Masculino	34	Ensino Superior	Consultor Empresarial	MES	Não constava essa questão no questionário
Informante 40	Masculino	37	Ensino Médio	Autônomo	MEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 41	Masculino	39	Ensino Médio	Analista Administrativo	MEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 42	Masculino	43	Ensino Médio	Pedreiro	MEM	Não constava essa questão no questionário
Informante 43	Feminino	26	Ensino Superior	Autônoma	FES	Pai: Paraíba/NE Mãe: Paraíba/NE
Informante 44	Feminino	23	Ensino Médio	Operadora de caixa	FEM	Não constava essa questão no questionário

Fonte: CAMPELO (2022).

4.4 A coleta de dados: aplicação de questionário

Devido à pandemia²⁴ que assola o país, e considerando que nosso intuito não era identificar/analisar usos linguísticos, mas atitudes linguísticas, desenvolvemos nossas

²⁴ Nomeada de Covid-19 e/ou Coronavírus, trata-se de uma doença contagiosa que matou milhares de pessoas ao redor do mundo, sendo o Brasil o segundo país com maior número de mortes. Considerando que é um vírus transmissível, a maneira de evitar sua difusão, até imunização por vacina, é o isolamento social. Os órgãos de saúde também orientam o uso de máscara, higienização e uso de álcool em gel nas mãos.

entrevistas através de *e-mails* e de questionário²⁵ *on-line* do Google Forms. Em princípio, as entrevistas seriam desenvolvidas pessoalmente, contudo, devido à pandemia, optamos em realizar a coleta de dados de maneira virtual/remota, de forma a salvaguardarmos a segurança dos informantes e da pesquisadora.

Nessa via, para alguns informantes, nosso questionário foi encaminhado por *e-mail*, no formato *word*, e as dúvidas foram sanadas pelo aplicativo de mensagem, WhatsApp. Outros responderam ao questionário *on-line*. Conforme relatado, isso foi possível porque nossa pesquisa não analisa fenômenos linguísticos, mas atitudes linguísticas.

A pandemia atrasou o tempo destinado para a aplicação das entrevistas, visto que pessoalmente levaríamos em torno de uma semana para concretizá-las, da maneira que realizamos, foram meses. Isso ocorreu porque os colaboradores esqueciam de responder ao questionário, no presencial a pessoa responde no momento de interação com o pesquisador, já no virtual os sujeitos postergam esse feito. Contudo, de maneira geral, tudo aconteceu melhor do que o esperado. Achávamos que as pessoas não disponibilizariam parte do seu dia para responderem a um questionário de uma desconhecida de Sinop-MT, ou que responderiam de modo vago, impreciso, felizmente essas hipóteses não se concretizaram.

No início, o obstáculo foi encontrar pessoas dispostas a responderem ao questionário, essa dificuldade foi sanada quando fizemos o questionário *on-line*. No primeiro momento, o questionário era enviado por *e-mail*, esse recurso não foi tão eficiente quanto o questionário *on-line*, visto que, depois que criamos esse modelo, o número de colaboradores aumentou. A praticidade desse instrumento permitiu isso, pois bastava clicar no *link* para responder, dessa forma, isso pôde ser feito pelo celular e em qualquer lugar, diferentemente da primeira tentativa, na qual os colaboradores deviam abrir o *e-mail*, baixar o arquivo em *word*, para em seguida responder. Ainda assim, várias pessoas responderam nesse formato, pois somente depois fizemos o questionário *on-line*. Essas mudanças foram desenvolvidas no percurso das entrevistas, conforme percebíamos que adaptações eram necessárias. Outros aspectos do questionário *on-line* são sua abrangência e circulação, atingindo, assim, um número considerável de nativos.

Outra mudança, ocasionada devido à pandemia, está relacionada à seleção dos informantes. Na primeira seleção, inserimos nativos com mais de 58 anos, visto que em princípio as entrevistas seriam presenciais, contudo, com a pandemia, optamos em realizar as

²⁵ Disponível no final da tese.

entrevistas de forma *on-line*, conseqüentemente, retiramos esses informantes²⁶, pois para eles seria difícil responder a um questionário aberto, composto por 35 perguntas, de forma virtual, logo, antes mesmo de iniciarmos as entrevistas, optamos por retirar esses sujeitos dos critérios de seleção dos informantes. Em seguida, conforme iniciamos as entrevistas, encontramos dificuldade em localizar pessoas que possuíssem somente o ensino fundamental, até tentamos, mas sem êxito. Dessa forma, devido à dificuldade em localizar pessoas com esse nível de escolaridade, excluimos o ensino fundamental dos critérios de inclusão para participação na pesquisa.

Conforme exposto, as entrevistas ocorreram melhor do que acreditávamos, pois, mesmo sem familiares e poucos amigos em Cuiabá-MT, há somente dois amigos residentes lá, alcançamos os almejados 44 colaboradores.

As entrevistas com cuiabanos nativos, que constituíram o *corpus* para análise, foram desenvolvidas por meio de 35 perguntas, baseadas nos estudos de Macedo-Karim (2004; 2012) e Pedroso (2018).

Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP e aprovado de acordo com o parecer número 4.602.792.

4. 5 As ferramentas utilizadas para a coleta de dados

Conforme exposto, as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento das entrevistas foram o *e-mail*, e questionário *on-line* do Google Forms. Além disso, utilizamos o aplicativo de mensagem WhatsApp para sanar dúvidas.

4. 6 As ferramentas utilizadas para a quantificação dos dados

As ferramentas utilizadas para quantificação dos dados foram Excel e Nuvem de palavras, essa produzida no word.

²⁶ Somente um de nossos informantes, inf. 34, possui mais de 58 anos. Considerando que ele aceitou e não apresentou dificuldades para responder ao questionário, inserimos suas respostas nos dados deste estudo.

SEÇÃO V

EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: ATITUDES LINGUÍSTICAS DOS PARTICIPANTES

Conforme exposto, nosso questionário constituía de trinta e três perguntas abertas e duas fechadas, totalizando, assim, trinta e cinco questões. Apresentamos nesta seção algumas das questões do questionário, no final desta tese, há o questionário na íntegra. Para melhor compreensão dos resultados obtidos confeccionamos nuvens de palavras e gráficos²⁷. Apresentamos também, as falas de alguns nativos e a análise desses depoimentos, sempre buscando relacioná-los com teorias.

Os primeiros dados apresentados dizem respeito às atitudes linguísticas dos participantes frente ao falar cuiabano; seguimos com a exposição de preferências/atitudes linguísticas frente às mídias faladas locais; por fim, encerramos a seção expondo as atitudes linguísticas dos nativos perante a ocorrência do falar cuiabano nas mídias faladas de Cuiabá-MT.

5.1 O falar cuiabano

No intuito de identificar as atitudes linguísticas dos nativos perante a variedade linguística de Cuiabá-MT, as primeiras perguntas do questionário versavam sobre o falar cuiabano. Com elas, podemos evidenciar a percepção dos nativos entrevistados diante da variedade linguística local.

Nessa direção, a pergunta 1 questionou: *O que você acha do falar cuiabano?* A nuvem de palavras abaixo elucida as palavras, expressões mais recorrentes para descrever esse falar.

2 - O falar cuiabano

²⁷ Os gráficos pizza contam com duas numerações, a primeira diz respeito à quantidade de participantes, a segunda a porcentagem desses.

Chama-nos a atenção o falar local ser caracterizado como **engraçado**. O que torna um falar engraçado? Ou melhor, como caracterizar um falar como engraçado? Essa mesma atitude foi evidenciada na pesquisa desenvolvida no município de Cáceres-MT. A inquietação nos levou à escrita do artigo²⁹ fora de área, exigência do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, que teve como um dos objetivos a análise das ocorrências do adjetivo “engraçado” em seis enunciados colhidos de nativos da cidade de Cáceres – MT (Brasil).

Nessa direção, os dados dispostos abaixo correspondem a nossa pesquisa de Mestrado, desenvolvida no ano de 2018 em Cáceres-MT. Como pode ser evidenciado, assim como em Cuiabá, a palavra mais recorrente para descrever o falar local foi **engraçado**.

17% dos entrevistados acham o falar cacerense engraçado; 5% dos nativos consideram esse falar errado; 5% dizem que algumas pessoas consideram esse falar errado; 11% dizem que outras pessoas acham o falar feio; 6% consideram o falar cacerense arrastado; 6% acham esse falar puxado; 11% consideram o falar bonito; 6% caracterizam esse falar como ribeirinho; 33% não mencionaram essas características nas respostas (PEDROSO, 2018, p. 73).

A seguir, apresentamos falas³⁰ de nativos cuiabanos nas quais a palavra **engraçado** foi mencionada.

1. **Engraçado** (Inf. 37).
2. Muito **engraçado** (Inf. 38).
3. **Engraçado** (Inf. 40).
4. Único, marcante e bem **engraçado** (Inf. 04).
5. Original/ Diferente/ **Engraçado** (Inf. 22).
6. **Engraçado**, marcante, original (Inf. 20).
7. Bacana, **engraçado** e tradicional perante a cultura popular (Inf. 12).
8. Acho fantástico, o sotaque cuiabano acredito ser um dos mais **engraçados** (Inf. 14).
9. É um pouco **engraçado**, porém com muitas mudanças perdi o sotaque (Inf. 05).
10. Para mim, mais que um Dialeto é quase um outro idioma, pois além do sotaque característico peculiar, tem muitas palavras e frases diferentes, praticamente um dicionário cuiabano. Gosto muito do falar cuiabano, acho divertido e **engraçado**, principalmente quando ouço (Inf. 27).

Até mesmo em outras questões, o adjetivo engraçado foi citado, como na pergunta 3: *Existem situações em que você tem vergonha de falar com sotaque regional? Por quê?*

11. Não, pois apesar de ser nascido em Cuiabá, carrego pouco sotaque. Porém não há razões para sentir vergonha, inclusive pessoas que não são

²⁹ *A dinâmica do significado do enunciado pela lente da teoria enunciativa de Culioli* (2021). Artigo desenvolvido sob a orientação do Professor doutor Marcos Luiz Cumpri.

³⁰ Todos os excertos apresentados foram escritos pelos nativos entrevistados.

cuiabanos elogiam e acham **engraçado (no melhor sentido)** o sotaque da região (Inf. 13).

A fala acima revela que o nativo³¹ não entende **engraçado** como um atributo ruim, ele mesmo faz questão de explicar isso. Nessa via, compreendemos que, para os nativos, engraçado consiste somente em uma característica do falar local. O mesmo ocorre nas demais falas (1 a 10), ou seja, para os participantes, engraçado não significa algo ruim, diz respeito tão somente a uma característica da variedade linguística local.

Para Busse e Sella (2012), em pesquisa desenvolvida no Oeste do Paraná, uma das informantes relata que as pessoas riem das coisas que ela fala. “O fato de os falantes da língua tida como dos colonizadores expressarem, por meio da “risada”, a avaliação sobre o falante e a sua fala revela uma atitude negativa [...]”. Os autores acrescentam ainda que, “são manifestadas crenças e atitudes que remetem ao projeto de colonização das localidades, pautado numa tentativa de homogeneização cultural, que ainda permeia o cotidiano das comunidades” (p. 15).

A atribuição do adjetivo engraçado a usos linguísticos é recorrente e faz parte das atitudes linguísticas das pessoas. Isso ocorre devido ao estranhamento do outro, é o olhar do outro que gera essa atitude. Recentemente vivenciamos essa experiência por meio de um familiar que mudou do estado de Mato Grosso para Santa Catarina, especificamente, Florianópolis. Ao retornar ao Mato Grosso para passar as férias, esse familiar disse que os falantes de Florianópolis-SC falam engraçado. Essa atitude revela que o engraçado é estabelecido através da alteridade, isto é, da visão do outro. Nessa direção, o que difere dos “meus” usos linguísticos é engraçado.

Em algumas comunidades, conforme evidenciado em Cáceres e Cuiabá-MT, essas atitudes linguísticas do outro são incorporadas às atitudes dos nativos.

Os nativos, em sua maioria, apresentaram atitudes positivas perante o falar cuiabano. Somente quatro informantes mostraram atitudes negativas: “Nao acho muito boa o falar muito errado o português” (Inf. 31)³². “Preguiçoso” (Inf. 35)³³. “Se for o linguajar dos mais antigo, acho estranho e dificil de entender” (Inf. 16)³⁴. “Muito Feio” (Inf. 03)³⁵. A seguir, selecionamos algumas falas que demonstram atitudes linguísticas positivas:

12. A minha **raiz**. O meu jeito de vida. Amo (Inf. 33).

³¹ MES.

³² MEM.

³³ MES.

³⁴ FES.

³⁵ FEM.

13. eu gosto de ter um dialeto **característico** da minha cidade (Inf. 36).
14. Como toda cultura para alguns é muito diferente, mas eu amo, é um linguajar simples, **puro sem malícia**, objetivo e suas características de um povo meio índio, meio caboclo fica perfeito! (Inf. 07).
15. O falar cuiabano promove uma **rica cultura** sobre a capital de mato grosso, posso considerar uma **referência múltipla** a qual admiro e considero importante, e que talvez não tenha a percepção do “falar diferente” (Inf. 04).
16. Particularmente acho um máximo, e a **representatividade** da minha capital (Inf. 21).
17. Eu acho adorável esse nosso falar com esse modo **diferenciado**, esse jeito **único e irreverente** sem falar as expressões (Inf. 11).
18. Acho o falar cuiabano único, a forma de falar onde não se encontra em nenhum outro lugar, por isso deve ser visto como sendo um **patrimônio** da região (Inf. 13).
19. Tenho orgulho de minhas **raízes e culturas** (Inf. 8).
20. É a **marca registrada** do povo Cuiabano ,é o que traz essa **cultura rica e peculiar** que distinguem toda historia desse povo (Inf. 10).
21. Acho que é uma **Cultura** que deve ser preservada e Admirada (Inf. 29).
22. É uma **identidade, característica** inteiramente nossa (cuiabanos). acho extremamente **admiravel**, além de fazer parte da nossa cultura e um tiquinho de lembrança dos nossos ancestrais (Inf. 25).
23. Penso que uma das mais belas manifestações culturais e históricas do nosso povo seja o falar cuiabano. É de extrema importância o seu estudo e a sua preservação, enquanto parte fundamental de nossa **identidade** (Inf. 26).

As falas acima revelam atitudes linguísticas positivas perante a variedade linguística local, ou seja, os nativos apreciam o falar cuiabano. Isso é de extrema relevância para a preservação do falar local, pois as atitudes linguísticas dos falantes influenciam de maneira considerável na permanência ou erradicação das variedades linguísticas da comunidade. Para Corno (2010, p. 78), “As atitudes linguísticas desempenham importante papel na vida dos usuários de uma determinada língua (ou variedade linguística) [...]”. Esse aspecto nos direciona a Labov (2008, p. 139), que considera “os meios pelos quais o estudo da língua e o estudo da sociedade podem interagir”. Assim, estudos sociolinguísticos mostram como a língua interfere na sociedade e vice-versa. Isso é de extrema relevância social, pois dizem respeito a fatos e não à ficção. Em tudo vemos a língua!

As atitudes supracitadas, 12 a 23, se encaixam dentro do componente afetivo³⁶ das atitudes linguísticas, pois dizem respeito aos sentimentos dos nativos entrevistados frente à variedade linguística local. Conforme exposto, foi possível identificar, através da questão 1,

³⁶ Maiores informações sobre a teoria que contempla os componentes das atitudes linguísticas estão disponíveis em nossa dissertação *Mídias faladas locais: um estudo sobre atitudes linguísticas em Cáceres-MT*. Optamos por não apresentar essa teoria na tese para não desencadear trabalhos repetitivos.

que os informantes, em sua maioria, apresentaram atitudes linguísticas positivas perante o falar cuiabano.

Além de revelarem atitudes linguísticas, é possível diagnosticar, por meio das respostas, a procedência social dos falantes. Assim, “A fala de um indivíduo revela a seus interlocutores algumas das marcas que lhe são peculiares, podendo informar tanto sua etnia, a classe sociocultural, a faixa etária e, principalmente, suas atitudes em relação a sua própria linguagem” (FROSI, 2010, p. 43).

A fala 14 (inf. 07)³⁷ revela a consciência que a nativa possui acerca da comunidade, quando ela descreve que o linguajar cuiabano carrega características de indígenas. A esse respeito, Aguilera (2008, p. 109) pondera que “Até o início da década de 1950, a população do Mato Grosso era constituída basicamente de indígenas não miscigenados e outros brasileiros setecentistas e oitocentistas, descendentes de portugueses e indígenas africanos”. A atitude da informante se enquadra no componente cognitivo, visto que diz respeito aos conhecimentos relacionados à língua. “O *componente cognitivo* refere-se às crenças, aos pensamentos, aos conhecimentos que se tem em relação a um objeto social definido” (BOTASSINI, 2013, p. 57, grifos da autora).

O enunciado carrega outro aspecto reflexivo, esse ocorre quando a informante relata que o falar cuiabano é sem malícias. O que seria um falar malicioso? Seria essa característica, a não malícia, atributo dos cuiabanos?, ou seja, as peculiaridades dos nativos transferidas para a língua? Isso também pode ser constatado quando a nativa apresenta o linguajar local como simples, isto é, a simplicidade diz respeito a aspectos gramaticais da fala local ou aos donos desse linguajar? Nesse caso, pautamos a hipótese na primeira opção, isto é, aos aspectos gramaticais, e no que diz respeito a não malícia, consideramos que diz respeito aos cuiabanos e ocorreu essa transferência para a fala.

O depoimento 15 (Inf. 04)³⁸ nos direciona a Aguilera (2008, p. 106), que pondera: “Na maioria das vezes, ao caracterizar um grupo ao qual não pertence, a tendência é o usuário fazê-lo de forma subjetiva, procurando preservar o sentimento de comunidade partilhado e classificando o outro como diferente”, pois, quando o informante diz “e que talvez não tenha a percepção do “falar diferente””, ele sugere uma alteridade na qual um outro acha o falar cuiabano diferente. Contudo, outros nativos também possuem essa percepção, como pode ser evidenciado no gráfico 1 e na fala 5.

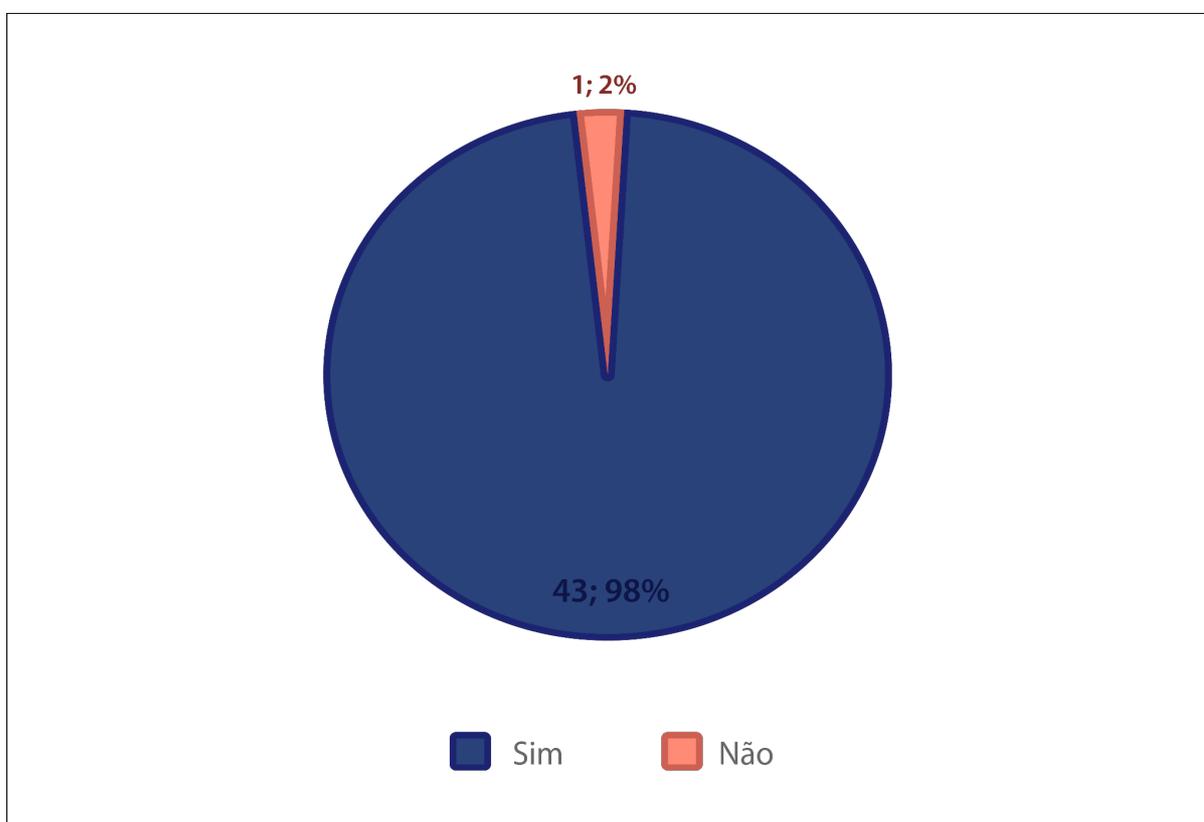
³⁷ FES.

³⁸ FES.

Já os depoimentos “(18) “Acho o falar cuiabano único, a forma de falar onde não se encontra em nenhum outro lugar” (Inf. 13)³⁹; (20) “É a marca registrada do povo cuiabano [...] que distingue toda desse povo” (Inf. 10)⁴⁰; (22) “É uma identidade, característica inteiramente nossa (cuiabanos) [...]” (Inf. 25)⁴¹ ratificam a conceituação de Corbari (2012, p.115): “É a língua que simboliza os limites que separam o “nós” e os “outros””, uma vez que a língua que falamos identifica nossa origem, nossa história, nossa cultura, o grupo a que pertencemos”.

A pergunta 2 questionou: *Você considera o falar cuiabano diferente em relação aos outros falares do estado de Mato Grosso? Por quê?* O gráfico abaixo elucida as respostas dos nativos entrevistados.

Gráfico 2 - O falar cuiabano e outros falares de MT



Fonte: CAMPELO (2022).

Conforme evidenciado no gráfico 2, somente um colaborador respondeu Não para a pergunta 2: “Não. Não conheço outros sotaques de cidades do interior do Estado” (Inf. 14). A seguir, apresentamos algumas respostas que se enquadram dentro dos 98% correspondentes a Sim.

³⁹ MES.

⁴⁰ FEM.

⁴¹ FEM.

24. Sim. Porque é um falar de **ribeirinhos** pessoal (Inf. 31).
25. Sim. Expressamos nossos sentimentos em palavras de forma muito espontânea. **Nossa alma cuiabana expresso verbalmente** (Inf. 33).
26. Sim. Porque **algumas pessoas reconhece pelo nosso linguajar** (Inf. 34).
27. Sim. As **pessoas mais antigas falam arrastado** (Inf. 37).
28. Sim. **Dá a entender que falamos errado** (Inf. 38).
29. Sim. O cuiabano fala já fui **em outras cidades e não tem ninguém que fala igual as pessoas de Cuiabá** (Inf. 40).
30. Sim. Tem **muitos termos que só quem mora aqui em Cuiabá sabe** (Inf. 41).
31. Sim. **É um dom de Deus**, ter o acento de linguagem local; isso influência a cultura e nossas gerações (Inf. 42).
32. Sim. Porque é um **falar mais arrastado mais forte** (Inf. 43).
33. Sim. Bem diferente. Porque **só nós, os cuiabanos tem esse sotaque** (Inf. 21).
34. Sim. **POR SER UM LINGUAJAR MAIS “PUXADO”** (Inf. 22).
35. Sim, porque somente as cidades que são mas **ribeirinha** falam o cuiabano mas **puxado** (Inf. 16).
36. Sim, o linguajar Cuiabano tem muito do **português arcaico**, preservado durante muito tempo em razão da situação de isolamento que Cuiabá viveu (Inf. 28).
37. Sim. Acho diferente. Porque o resto do mato grosso tem sotaque “padrão” e **Cuiabá tem seu diferencial** (Inf. 02).
38. Sim. Porquê nós temos uma **peculiaridade própria no falar**. Os demais falares de MT tendem a uma miscigenação do falar de outros estados, que de alguma maneira representam uma ruptura com a **originalidade cuiabana** (Inf. 26).
39. Sim. Porque nem sempre termina de pronunciar a uma **palavra já emenda com a próxima e na maioria as regras da gramática não são consideradas** (Inf. 19).

As falas que discorrem em 24 e 35 fazem referência à palavra **ribeirinho**. Ferreira (2010, p. 41) descreve as comunidades ribeirinhas de Cuiabá-MT como “um aglomerado de casas alinhadas a uma rua paralela ao curso do rio”. Esse aspecto nos fez lembrar do depoimento de um cacerense, quando questionado *Como o cacerense vê as pessoas que são de fora?*, o nativo respondeu: “Como qui elis são? Eles chegam aqui fica achando também engraçadu, acha essi povu não sabi falá, eu pareço genti di ribeirinha, genti qui mora na beirada du riu, fala tcha, tche, tchi, tcho, tchu, eu gostu, é esse que é” (inf. 19) (PEDROSO, 2018, p. 61).

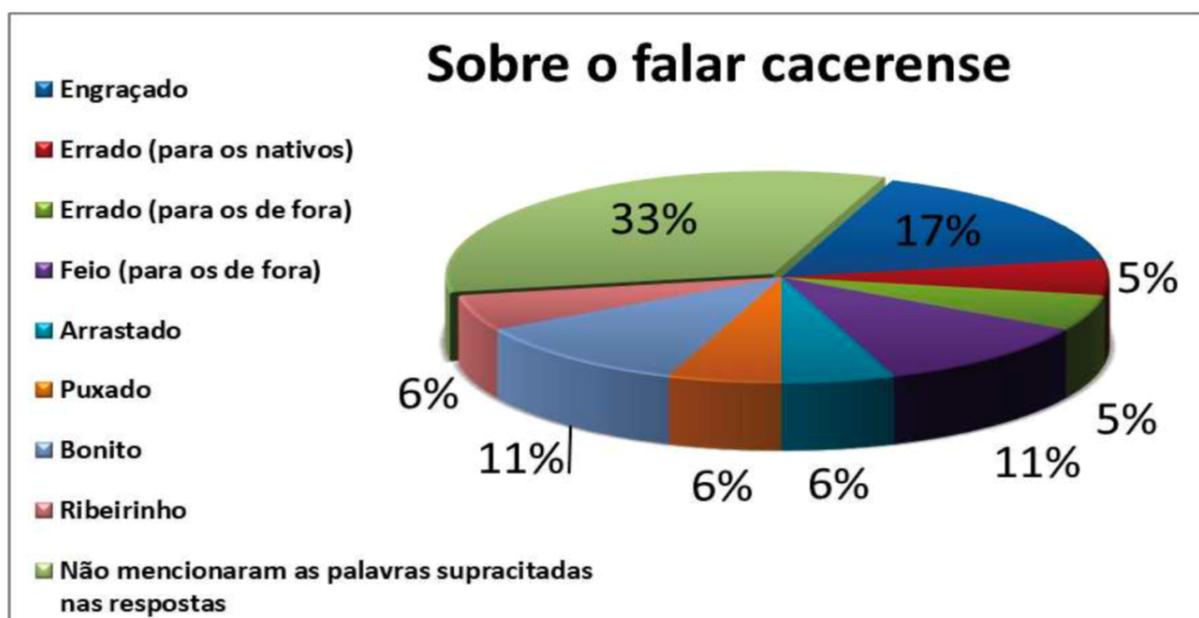
Segundo Ferreira (2010), cada comunidade ribeirinha originou-se em decorrência de um fato historicamente marcante. Algumas nasceram no século XVII, quando os bandeirantes vieram aprisionar índios. Além disso, “serviam como ponto de parada para o abastecimento das expedições que vinham para Cuiabá” (p. 41).

A pesquisadora explica que as comunidades ribeirinhas são formadas, especialmente, por pequenos agricultores, pescadores e artesões. Cotidianamente, almejam o fortalecimento e reconhecimento por meio dos aspectos culturais.

Promovem festas que são reconhecidas como manifestações populares de interesse para o patrimônio cultural. São também reconhecidos pelo trabalho artesanal com cerâmica, com produtos vegetais, produção de rede e produtos gastronômicos como doces e pratos típicos da culinária mato-grossense (*ibidem*).

Na pesquisa desenvolvida em Cáceres-MT, a palavra ribeirinho também foi citada. Na pergunta: *Sobre o falar cacerense, o que você acha desse falar?* 6% dos colaboradores mencionaram esse vocábulo, conforme pode ser evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Sobre o falar cacerense



Fonte: PEDROSO (2018).

Os depoimentos 27, 32, 34 e 35 fazem referência a duas características que perpassam atitudes linguísticas de nativos e não nativos perante o falar cuiabano, **arrastado** e **puxado**. Esses aspectos fazem-nos refletir: O que seria um falar arrastado e puxado?

Os excertos 26, 29, 30, 33, 37 e 38 evidenciam a peculiaridade, como o fato do reconhecimento de um cuiabano ocorrer a partir da fala, ou pelo fato de ninguém falar igual aos cuiabanos, direcionando assim para o excerto (30), o qual assevera que alguns vocábulos só são entendidos pelos moradores da comunidade. Colocamos em relevo, que esse aspecto é levantado, principalmente, por não nativos. Recentemente ouvimos um colega sinopense dizer que não entende nada que os cuiabanos falam, que parece se tratar de outro idioma.

Por fim, os depoimentos expressos em 26, 29, 30, 33, 37 nos direcionam à originalidade exposta no depoimento (38).

A fala 28 evidencia que o nativo acredita que as pessoas das outras cidades de Mato Grosso caracterizam o falar cuiabano como errado, visto que o colaborador diz: “Dá a entender que falamos errado” (Inf. 38). O fato de sujeitos de outras cidades visualizarem o falar cuiabano como errado constitui uma atitude linguística negativa. Azeredo (2008, p. 64) explica como essa atitude se desenvolve:

De um modo geral, seja por influência da escola - no caso de indivíduos escolarizados - seja por certos condicionamentos sociológicos, os usuários da língua constroem alguma imagem sobre a forma mais conveniente ou mais correta de utilizar a língua, seja na pronúncia das palavras, seja na seleção do vocabulário, seja ainda nos meios de expressar suas combinações na frase.

A fala 39 pontua que o falar cuiabano não está de acordo com as regras gramaticais. São situações distintas, pois não estar de acordo com as regras prescritas pela gramática normativa não é o mesmo que sugerir que o falar é errado, depoimento 28. Como já explicitado, para Bagno (1999), a palavra erro corresponde a saberes secundários, isto é, circunstâncias as quais precisam ser aprendidas, logo, é preciso um instrutor. Isso não acontece com a língua, pois, desde a mais tenra idade, a criança domina a gramática da sua língua materna.

Estudos linguísticos mostram que a criança - em todas as partes do mundo - adquire sua língua materna naturalmente, apreendendo uma gramática a partir da língua a que está exposta. Assim, quando vai para a escola aprender a modalidade escrita, já usa a modalidade oral, com todas as regras do sistema de sua língua falada, porque tem plena competência linguística, ou seja, nasce dotada de uma capacidade inata para a linguagem (COELHO *et al*, 2015, p. 148).

Quando o informante 19⁴², fala 39, diz que o falar não está de acordo com as regras da gramática, ele não está dizendo que o falar está errado, conforme exposto no excerto 28. A esse respeito, mais uma vez reforçamos: “Sob a ótica da linguística, o falante nativo não costuma *errar*, ou seja, não costuma produzir construções que não sejam intuitivamente possíveis, salvo exceções, quando sob forte pressão psicológica” (SCHERRE, 2012, p. 203, grifos da autora).

Assim como na pesquisa desenvolvida em Cáceres-MT, alguns cuiabanos estabeleceram semelhanças entre o falar cuiabano e os falares dos moradores da Baixada Cuiabana:

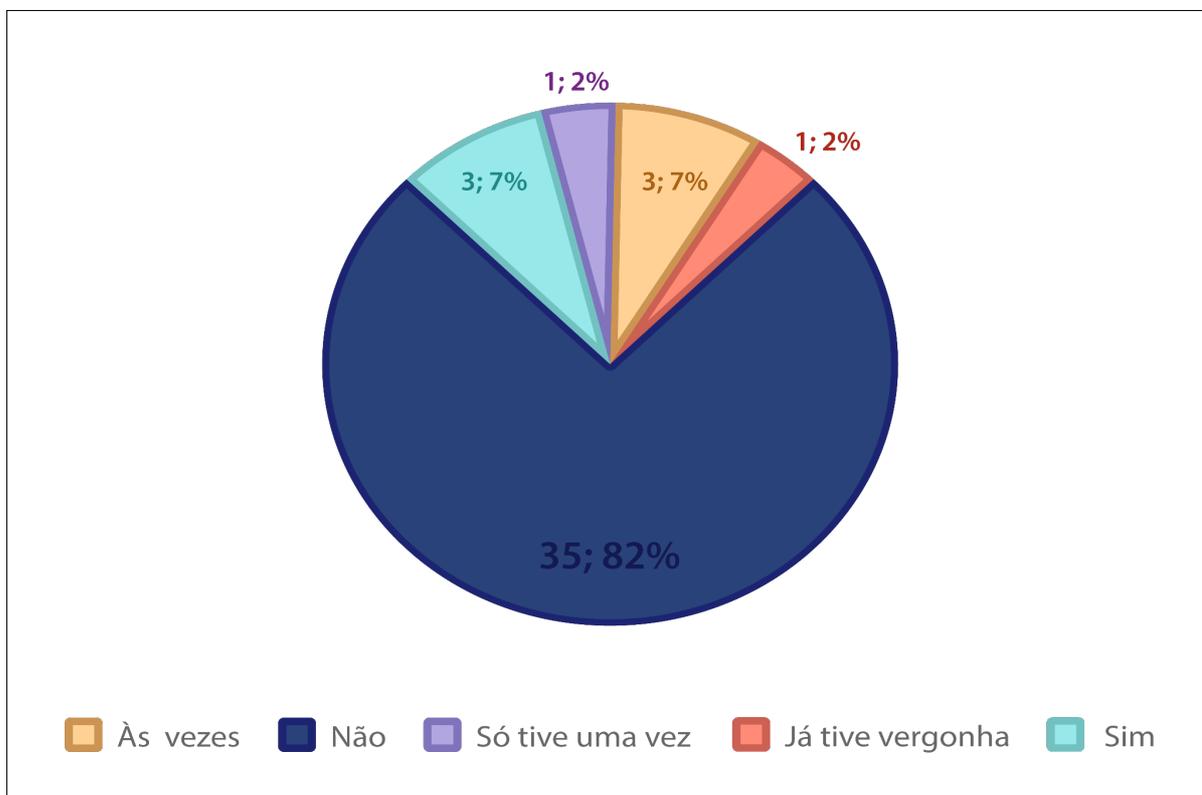
⁴² MEM.

40. Sim. Semelhante ao da **baixada cuiabana**, mas diferente do resto do estado em razão da miscigenação que houve com paulistas e sulistas (Inf. 18).
41. Sim. A fala do cuiabano é bem marcante, é típico da região (**baixada cuiabana**, Poconé, Santo Antônio do Leverger), é em decorrência dos mais antigos, passado de geração em geração (Inf. 04).
42. Sim. Depois de conhecer outras cidades da região, ao meu ver, existe uma diferença, o falar cuiabano é diferente, apesar que em **cidades mais próximas** (Rosário Oeste por exemplo) **tem semelhanças** (Inf. 13).

As respostas à pergunta 2 evidenciam que “[...] os falantes nativos da língua têm intuições que os habilitam a reconhecer, na fala de outro usuário dessa língua, traços característicos de outra região – dialeto geográfico – ou de outro segmento social – dialeto social” (AZEREDO, 2008, p. 64).

Na mesma direção da pergunta 1, ou seja, com intuito de identificar as atitudes linguísticas dos nativos perante o falar cuiabano, a pergunta 3 questionou: *Existem situações em que você tem vergonha de falar com sotaque regional? Por quê?* O gráfico abaixo releva que os nativos entrevistados, em sua maioria, não sentem vergonha da variedade linguística local.

Gráfico 4 - Vergonha do sotaque regional



Fonte: CAMPELO (2022).

A leitura do gráfico 4 mostra que 82% dos entrevistados não sentem vergonha do falar local, 7% disseram que sentem vergonha. Outros, a mesma porcentagem (7%), declaram sentir vergonha às vezes. Um informante (2%) disse que sentiu vergonha somente uma vez, um outro informante (2%) disse que já teve vergonha do falar cuiabano.

A seguir, apresentamos algumas falas que revelam as atitudes linguísticas dos entrevistados perante a variedade linguística de Cuiabá-MT. Iniciamos com as atitudes positivas, ou seja, as falas a seguir são de informantes que disseram não sentir vergonha do sotaque local.

43. Não... Tenho muito **orgulho** (Inf. 5)
44. Não. Devemos **valorizar nossas raízes** (Inf. 6)
45. Não tenho vergonha, mais existe muito o preconceito linguístico principalmente que **pessoas que não são de outras cidades e estados** habitado em nosso estado (Inf. 15)
46. Jamais. É minha **identidade**, faz parte da minha cultura, está presente em todas as minhas gerações, quero mantê-la, sou a favor de não deixá-la ser esquecida (Inf. 18)
47. Não tive vergonha do sotaque, porem fiquei constrangido pelo fato das **pessoas que moram na cidade de Cuiabá** e ficam caçoando do falar arrastado (Inf. 26)
48. Não, porque tenho **orgulho** da minha origem, e adoro puxar ainda mais em determinadas situações, rrsrs (Inf. 34)
49. Não. Aprecio e tenho **orgulho** do falar da minha região (Inf. 38)

Os depoimentos acima podem ser vinculados com os discursos da sociedade contemporânea que valoriza o singular, as especificidades. Particularmente em Cuiabá-MT houve, no ano de 2013, como parte da comemoração aos 265 anos da capital, o tombamento do falar cuiabano, que passou a ser considerado patrimônio imaterial do Estado⁴³. Assim, as atitudes linguísticas expressas nas falas acima podem estar relacionadas ao tombamento do falar cuiabano através da Portaria 017/2013.

Isso evidencia a relevância das políticas públicas no favorecimento de atitudes linguísticas positivas perante as variedades linguísticas de uma comunidade. É como se as pessoas precisassem do aval de autoridades para expressarem atitude favorável ao próprio falar. Nesse caminho, a mídia também exerce significativa influência.

A seguir, apresentamos falas de nativos que revelaram sentir vergonha do falar local.

⁴³ Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/05/linguajar-cuiabano-e-tombado-como-patrimonio-imaterial-de-mato-grosso.html>; <http://www.secel.mt.gov.br/-/linguajar-cuiabano-e-patrimonio-imaterial>. Acesso em novembro de 2021.

50. **Infelizmente**, com o passar dos anos com a convivência com outras pessoas que não falam da mesma forma, vamos esquecendo o nosso sotaque, até mesmo por vergonha pois **muitos acham** engraçado e feio o linguajar (Inf. 20)
51. **sim**, as **pessoas de outro estado** acabam rindo porque acham que falamos errado mas na verdade é um linguajar da região (Inf. 10)
52. **Sim**, porque **algumas pessoas** podem achar forçado e até mesmo errado (Inf. 12)

Há aqueles que revelaram às vezes sentir vergonha da variedade linguística local. As falas abaixo elucidam esse sentimento.

53. **Às vezes**, tem lugar que **as pessoas** dão risada do modo de dizer algumas palavras (Inf. 41)
54. **Às vezes**. Quando converso com **pessoas de outros Estados**, e eles começam a rir ou a não entender algumas pronúncias (Inf. 24)

Por fim, as últimas falas são específicas de nativos que já se sentiram envergonhados com o falar local.

55. **Já tive vergonha**, apesar de não falar tanto cuiabanês, mas alguns palavreados ainda saem. As pessoas riam, mas hoje acho lindo e super engraçado (Inf. 19)
56. **Só tive uma vez vergonha**, porque aonde trabalho meu antigo chefe me chamou nada sala dele e pediu para escrever 10 palavras em uma folha branca, depois que escrevi perguntei para que era aquilo, aí ele disse que achava que eu não sabia escrever elas já que falo errado, mas expliquei que não era errado, somente meu sotaque era diferente (Inf. 22)

As falas 45, 47, 50, 51, 52, 53, 54 se relacionam, pois revelam um estigma perante o falar cuiabano por parte do outro, ou seja, existe uma alteridade. Nessa via, há sempre alguém, principalmente o migrante, que acha o falar cuiabano errado, feio e caçoa desse falar. Essa alteridade também foi evidenciada em nossa pesquisa desenvolvida em Cáceres-MT:

No fragmento (48), o informante 14 revela o estigma e o preconceito por parte do outro, como se pode perceber, isso é recorrente na fala dos entrevistados. Quando o entrevistado declara: “[...] agora se eu tô num outro ambiente se eu falar o termo pode sofrer alguma represália, algum bullying, então eu prefiro falar o português normal meu [...]” (inf.14), [...] (PEDROSO, 2018, p. 87).

A fala acima nos direciona a Schlieben-Lange (1993, p. 94): “Há, de um lado, um saber sobre a língua que afeta tanto as unidades de uma determinada língua como também as suas possibilidades de uso”, pois o nativo diz que, em ambientes onde o falar cacerense pode ser discriminado, ele prefere utilizar o português normal. A fala do nativo confirma a citação, pois

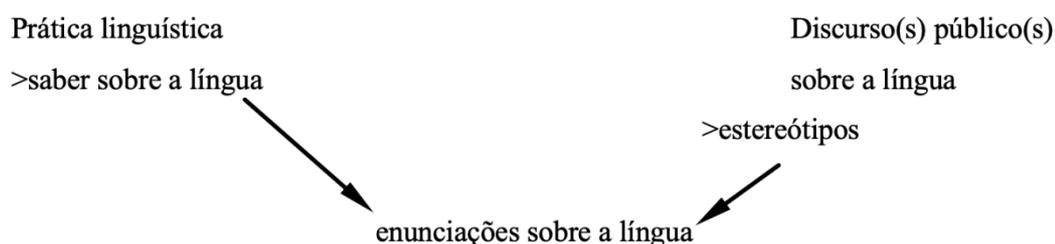
revela que os falantes possuem conhecimento em relação às possibilidades de uso das variedades/variantes linguísticas.

Nesse caminho, Schlieben-Lange (*ibidem*) explica: “Os falantes de uma língua sabem muito sobre ela e são capazes de explicitar esse saber até um determinado grau [...]”, como os elementos que fazem parte e quais são estranhos a sua língua; os elementos antigos e os novos; até um determinado grau, podem identificar as variantes de origens geográfica, social e estilística. “Também podem relatar com quem e em que situações eles se comunicaram com sucesso em sua língua e quem, além deles, a fala”. Contudo, para o teórico, são saberes cujos, na maioria das vezes, permanecem implícitos. Além disso, não constitui o saber do linguista, visto que “os falantes dispõem somente de uma “cognitio clara vel confusa” que somente informa sobre o “que” e o “como” da fala, porém, esse saber não pode dar conta daquilo que depois se tornará a tarefa do linguista” (p. 95).

Outro aspecto presente na fala do entrevistado diz respeito ao emprego do verbete normal, ao dizer isso, o nativo sugere que o falar cacerense não é normal. O emprego do pronome possessivo “meu” ao final do depoimento atenua essa hipótese.

Além disso, há na fala do nativo um discurso público sobre a língua, “de um lado, esse falante explicita seu saber, que se baseia na sua prática e nas suas experiências, ao mesmo tempo que é fundador delas; de outro lado, ele repete elementos do discurso público [...], discurso, aliás, que tem uma existência autônoma” (*ibidem*). De um lado, subentende-se que o nativo oraliza com o falar local; de outro lado, em determinados ambientes, ele inibe esse falar. O esquema abaixo retrata isso:

3 - Enunciações sobre a língua



Fonte: Schlieben-Lange (1993).

Na fala 48 (Inf. 34)⁴⁴, quando o informante diz: “e adoro puxar ainda mais em determinadas situações”, é possível perceber que o nativo possui segurança linguística.

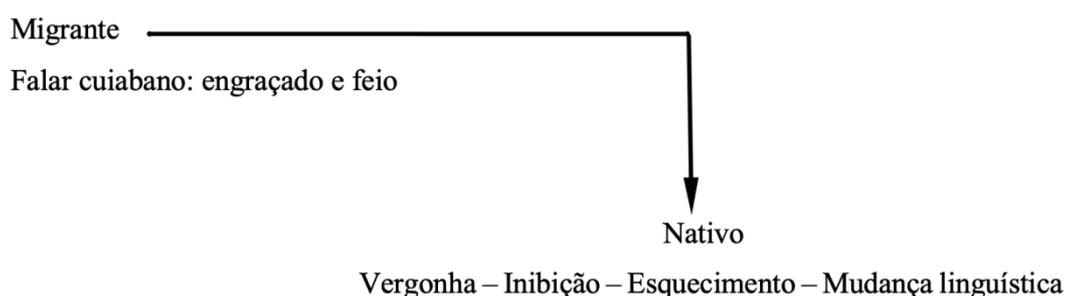
⁴⁴ MEM.

“Entende-se por segurança linguística quando o falante não se sente impelido a modificar sua norma para se adaptar a outros padrões, principalmente normativos; é quando o indivíduo não questiona se sua maneira de falar está correta ou incorreta” (SILVA, 2019, p. 112). Atitude linguística parecida foi identificada em Cáceres-MT, conforme elucidada o excerto abaixo:

De maneira nenhuma, em hipótese nenhuma inclusive até quando a genti viaja fora do estado **a genti faz questão de conversá com as pessoa e usá um pouco dessa linguagem pra mostrá o que o que é a nossa tradição** e as pessoa elas normalmenti elas ficam assim bastanti, é, estranho elas acham, nossa mas assim que se fala lá, mas que estranho tal, aqui não, não é estranho, estranho é vocês, estranho é como vocês fala (Inf. 10) (PEDROSO, 2018, p. 87).

A fala 50 (Inf. 20)⁴⁵ revela um sentimento de inferioridade em relação ao falar local. A informante alega ter esquecido o próprio sotaque, assevera sentir vergonha do falar cuiabano, pois muitos caracterizam o linguajar cuiabano como engraçado e feio. “Usualmente, as mudanças culturais e linguísticas ocorrem em linhas sensíveis de inferioridade” (LAMBERT, 1975, p. 109). Nesse caso, aconteceu uma mudança linguística, pois a nativa diz ter esquecido o sotaque cuiabano, e esse esquecimento ocorreu devido ao sentimento de inferioridade, pois, devido aos rótulos que o falar cuiabano recebe, como engraçado e feio, a nativa sente vergonha de se expressar com a variedade linguística local. A vergonha levou à inibição, que ocasionou o esquecimento, acarretando a mudança linguística. Por se tratar de atitude relevante, elaboramos um esquema:

4 - Atitudes linguísticas



Fonte: CAMPELO (2022).

Além disso, o depoimento 50 evidencia que “as atitudes desfavoráveis podem desenvolver-se, ou intensificar-se, nos contextos sociais em que sentimos decepções ou fracassos na presença de participantes de algum grupo característico” (LAMBERT, 1975, p.

⁴⁵ FES.

119), essa atitude se enquadra dentro do princípio da associação⁴⁶. “Desse modo, enquanto as atitudes positivas se desenvolvem quando as associamos a um fato agradável, as atitudes negativas se desenvolvem na associação a episódios e fatos decepcionantes” (PEDROSO, 2018, p. 39).

A fala 50 também nos direciona à “norma-de-ser” e “norma-de-dever” sugeridas por Schlieben-Lange (1993). Essas normas se distanciam quando, no interior de uma comunidade, várias normas concorrem entre si. No momento em que em uma comunidade de fala identifica uma variedade padrão, e contrapõe essa variedade, como exemplar, às outras, institui-se uma norma-de-dever, que desvaloriza as outras normas existentes. “Essas outras normas ou mantêm, em outro nível, uma validade restrita, ou então são descritas de forma marginalizada, como empecilhos para a imposição da variedade exemplar, sob forma de um estado-de-ser” (p. 23).

O comentário 51 (Inf. 10)⁴⁷ apresenta um estigma perante o falar cuiabano, visto como errado por pessoas de outro estado. Existe uma pressão social para constituição de um falar homogêneo, pois, quando um falar é caracterizado como errado, é porque ele destoa da norma-padrão. Assim, busca-se a padronização das variedades linguísticas do território brasileiro, e isso orienta as atitudes linguísticas das pessoas, especialmente, quando se deparam com falantes de outros estados, conforme evidenciado pela informante 10.

A esse respeito, forças centrípetas atuam nas atitudes linguísticas dos não nativos, os quais atribuem adjetivos ruins para o falar do nativo cuiabano. “Essas forças são exercidas pelas instituições sociais que, de maneira explícita ou não, oficial ou não, tentam impor algum controle sobre os destinos do idioma”. A mais importante dessas forças é a escola, visto que essa instituição tenta veicular uma cultura comumente relacionada com as camadas sociais privilegiadas, logo “transmitida na roupagem de uma “língua” considerada “cultura” ou “exemplar”” (BAGNO, 2012, p. 125).

O teórico aponta ainda outras instituições e agentes sociais que, juntamente com a escola, propiciam a tentativa de frear a mudança linguística, sendo elas, a tradição literária; o trabalho de dicionaristas e gramáticos; a burocracia, o sistema jurídico e o poder legislativo; o aparato estatal, as instituições religiosas; as academias de línguas; os meios de comunicação, “que necessitam de uma linguagem mais ou menos uniformizada para exercer suas funções de formação (e sobretudo de *conformação*) da opinião pública” (*ibidem*, p. 126, grifos do autor).

⁴⁶ Lambert (1975) expõe que as atitudes são aprendidas por meio de três princípios: associação, transferência e satisfação de necessidades.

⁴⁷ FEM.

Conforme exposto, as forças centrípetas são exercidas pelas instituições sociais, os sujeitos, por sua vez, incorporam os discursos dessas instituições, como os não nativos, que sugerem atributos ruins para o falar do nativo cuiabano. Na paráfrase acima, evidencia-se que essas forças freiam a mudança linguística, além disso, determinadas atitudes linguísticas, baseadas nos discursos de determinadas instituições, podem propiciar a erradicação de variedades linguísticas do meio, como do falar cuiabano, por exemplo.

Nessa direção, nas falas 50, 51, 52, os informantes revelam sentir vergonha de falar com o sotaque regional. Nota-se que essa atitude decorre do julgamento dos outros perante o falar cuiabano, pois, na justificativa desses três depoimentos, há um outro que atribui adjetivos ruins para o falar local. Os três informantes em si não atribuem aspectos ruins ao falar local, conforme evidenciado nas respostas, isso parte de outras pessoas. A esse respeito, “No âmbito da linguagem, o estigma relacionado a uma língua ou variedade linguística pode levar os falantes a pararem de usá-la, colaborando para a substituição da língua ou variedade desprestigiada por uma de maior prestígio” (CORBARI, 2012, p. 117).

Em 52 (Inf. 12)⁴⁸, o olhar do outro desencadeia insegurança linguística no nativo, visto que “a insegurança linguística manifesta-se quando o indivíduo crê que fala “errado”, “grosseiro” e cita sua variedade como desprovida de adjetivos positivos” (SILVA, 2019, p. 113).

Na fala 56, informante 22⁴⁹, há opróbrio por parte do empregador que coloca a funcionária em uma situação constrangedora. A falta de conhecimento linguístico faz ele achar errada a fala da nativa. Trata-se de um contexto desolador, pois existe uma injunção sobre a nativa, contudo ela não hesita em esclarecer que sua fala não é errada. A atitude do empregador se enquadra no componente conativo das atitudes linguísticas, pois diz respeito à maneira de agir perante as línguas e variedades linguísticas. Assim, essa atitude se vincula à perspectiva behaviorista, pois contempla somente a reação do indivíduo frente a determinadas circunstâncias, ao passo que a mentalista abrange os três componentes das atitudes linguísticas, isto é, o cognitivo, afetivo e conativo, por isso ela fica no campo do estado mental.

Esse episódio vivido pela informante nos direciona a Labov (2008), o qual divide as forças sociais praticadas sobre as formas linguísticas em dois tipos: “pressões sociais vindas de cima e pressões vindas de baixo”. Entendemos que a situação vivenciada pela nativa se inscreve nas pressões sociais vindas de cima, pois “representam o processo explícito de correção social

⁴⁸ MES.

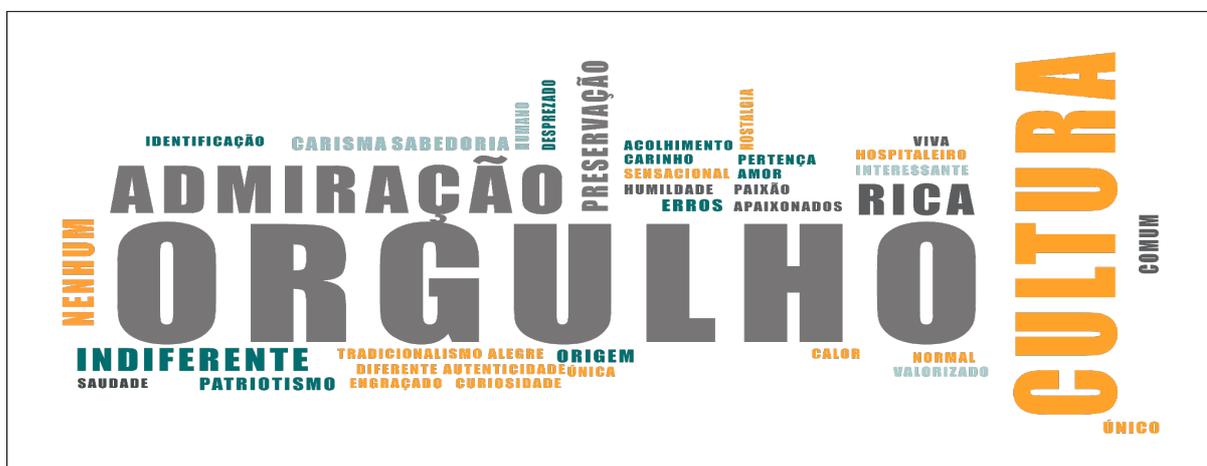
⁴⁹ FES.

aplicado a formas linguísticas individuais. Neste processo, o principal foco de atenção será o papel especial da classe média baixa ou, de modo mais geral, o papel do segundo grupo na hierarquia de *status* social” (p. 152, grifo do autor).

Além disso, a atitude do empregador saiu da zona do preconceito linguístico e tornou-se intolerância linguística, pois, de acordo com Leite (2008), a intolerância é explícita, se materializa na linguagem, diferentemente do preconceito que não precisa ser manifestado para que aconteça.

A nuvem de palavras a seguir, confeccionada através da pergunta 4: *Qual seu sentimento em relação ao falar cuiabano?*, revela o sentimento dos nativos perante o falar local.

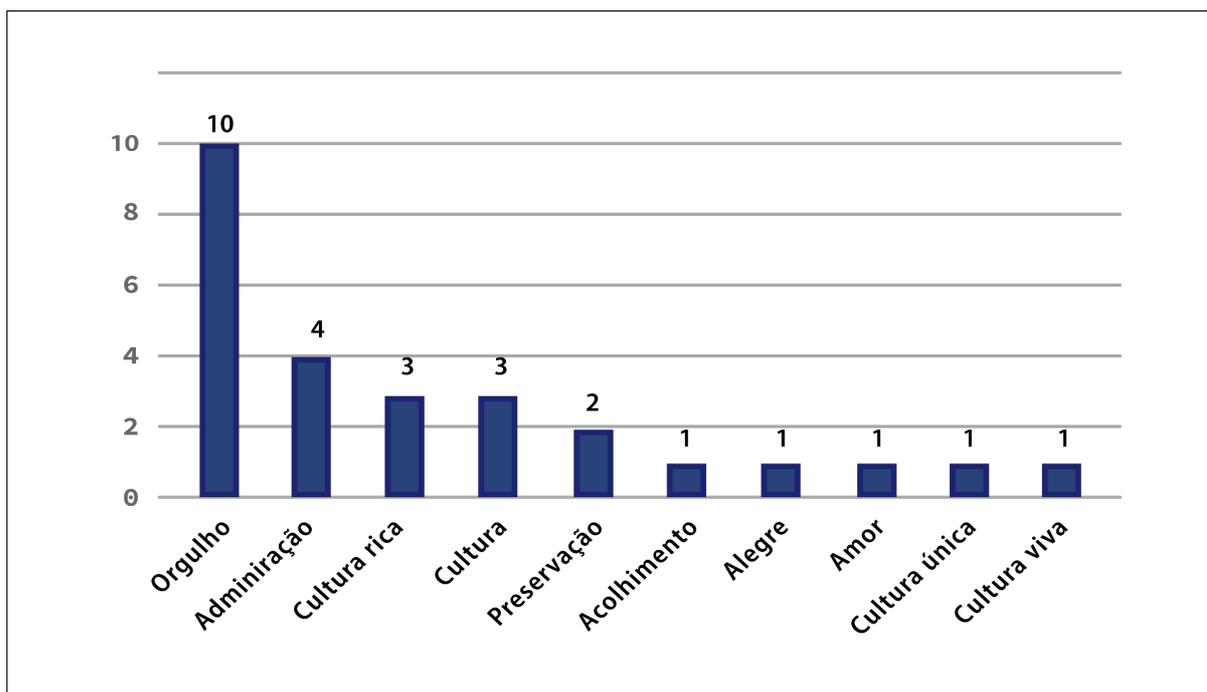
5 - Sentimento perante o falar cuiabano



Fonte: CAMPELO (2022).

Conforme disposto na nuvem, a palavra mais falada pelos nativos foi **orgulho**, seguida de **admiração** e **cultura**. O gráfico a seguir apresenta quantas vezes as palavras mais recorrentes foram pronunciadas.

Gráfico 5 - Sentimento perante o falar cuiabano



Fonte: CAMPELO (2022).

O gráfico 5 mostra que a palavra **orgulho** apareceu dez vezes, seguida de **admiração** com quatro ocorrências. **Cultura rica** e **cultura** apareceram três vezes; a palavra **preservação** apareceu duas vezes. As demais palavras apresentadas no gráfico apareceram uma vez. Há também os nativos (dois) que disseram não apresentar nenhum sentimento perante o falar local.

A recorrência à palavra **cultura** mostra a relação intrínseca dessa com a língua. A pergunta indagava sobre o sentimento do nativo com o falar cuiabano, a menção à palavra **cultura** sugere que o falar é a cultura. Em **cultura viva** isso fica ainda mais forte, levando à reflexão: Se o falar erradicar, a cultura local morre? Sim! É uma parte da cultura que deixa de existir, pois essa manifesta-se na culinária, vestimentas, no falar, entre outros.

Nesse caminho, para Azeredo (2008, p. 52), “Uma língua é como é por causa de seu caráter simbólico e interacional: ela incorpora a cultura no homem à medida que o incorpora ao meio sociocultural”.

Os dados mostram que, diante da pergunta 4, a maioria dos entrevistados apresentaram atitudes linguísticas positivas. Nessa direção, as falas abaixo revelam um sentimento bom perante o falar local:

57. **Cultura rica** que deve ser preservada (Inf. 32).

58. Eu sou **apaixonado** pelo falar da minha terra (Inf. 41).

59. Eu acho **diferente**, eu gosto
acho que é uma jeito só nosso de falar (Inf. 43).

60. Sinto **admiração** por ser um assunto de parecer simples, mas que é uma ampla pauta para cultura, estudo e conhecimento histórico a Capital mato-grossense (Inf. 01).
61. Sentimento de **patriotismo**. Sabe, é pertencer a uma cultura que faz parte da sua história de vida. Sentimento de **pertença** (Inf. 21).
62. É minha origem, sinto acolhimento (Inf. 20).
63. Eu na verdade sinto **orgulho**, sentimento de calor humano de gente boa, quando vejo um nato cuiabano falando já falo esse é hospitaleiro (Inf. 11).
64. Sinto **orgulho** de ver que, ainda hoje muitas pessoas ainda carregam esta forma de falar que é única, isso demonstra uma região rica em cultura (Inf. 13).
65. **Orgulho**, por sermos criadores de diversos dialetos que diferenciam a nossa região de outras (Inf. 10).
66. Que eu faço parte de um **povo rico em cultura** (Inf. 29).
67. Por ser criado em uma família tradicionalmente cuiabana, tenho maior **admiração** pelo falar Cuiabano; herdei de certa forma o sotaque, e me sinto orgulhoso de poder, de alguma forma, ajudar na preservação do nosso linguajar (Inf. 26).
68. Me sinto **orgulhoso** por fazer parte dessa **cultura única** (Inf. 19).

A fala 63 (Inf. 11)⁵⁰ nos remete ao depoimento 14, pois a leitura nos direciona para o adjetivo simples. Um povo “gente boa”, “hospitaleiro”, que apresenta “calor humano”, como revela o nativo.

Somente um informante (09)⁵¹ apresentou atitude linguística negativa ao dizer **desprezado**. Dois informantes disseram ser indiferentes, dois relataram não possuir nenhum sentimento em relação ao falar local, e um informante disse que não fala a variedade linguística de Cuiabá-MT. Os demais entrevistados, 38 nativos, apresentam atitudes linguísticas positivas.

A pergunta 5: *Cite alguns traços linguísticos cuiabanos*, buscou identificar algumas variantes linguísticas de Cuiabá-MT. A nuvem de palavras a seguir elucida as variantes mais mencionadas.

6 - Traços linguísticos cuiabanos

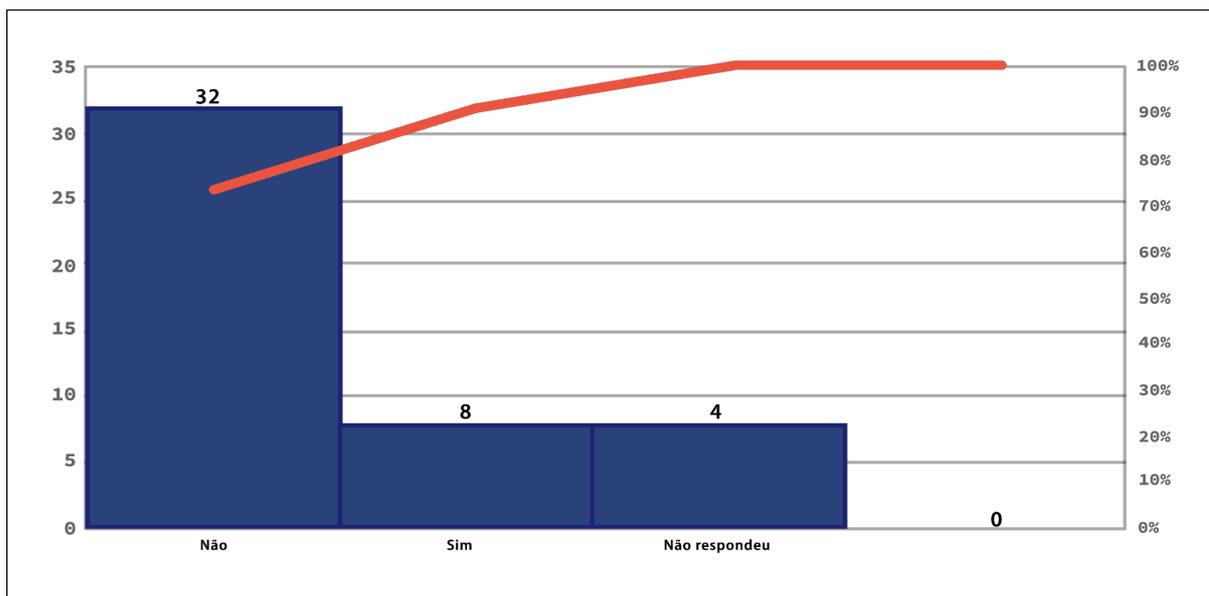
⁵⁰ MES.

⁵¹ FEM.

mano foi citada 10 vezes, **Ispia** 8 vezes. As palavras **Moage** e **Cânhaem** foram lembradas 7 vezes. Por fim, **Agora quando!?** e **Malemá** foram mencionadas 5 vezes.

No intuito de verificar se há alguma característica linguística cuiabana que os nativos não apreciam, a questão 6 questionou: *Há alguma variante linguística cuiabana que você não gosta?*

Gráfico 7 - Variantes linguísticas não apreciadas



Fonte: CAMPELO (2022).

O gráfico 7 mostra que a maioria dos nativos, trinta e dois informantes, responderam não para a questão 6. Oito disseram sim, e quatro não responderam. A seguir, apresentamos as falas dos 8 nativos que responderam Sim.

69. Apenas a **troca da letra L pela R** (ex.: pranta ao invés de planta) (Inf. 32).
70. Peixe com maxixe (Inf. 34).
71. Maior parte (Inf. 35).
72. Sim. (Inf. 39).
73. Só não gosto das **variedades maliciosas** que alguns usam com interesse de denigrir a imagem do cuiabano, como: chá mãe, remexe e chûça (Inf. 07).
74. sim a **troca da letra L pelo R**, a troca de algumas letras ex: problema por “probrema” (Inf. 15).
75. Existe, mas como toda linguagem existe **as mais obscenas**. Que numa briga de cuiabano (a) raiz acontece muito (Inf. 8).
76. Penso que as vezes os **palavrões** estropolam um pouco no vocabulário mais pesado (Inf. 26).

Um traço se repetiu, o rotacismo, dois informantes relataram não gostar dessa forma linguística. Em relação a essa variante, na subseção 1.8 apresentamos a pesquisa de Cox (2005), na qual fica nítido que, em Cuiabá-MT, o rotacismo faz parte do repertório linguístico de falantes escolarizados. Nessa direção, a pesquisadora caracteriza esse fenômeno linguístico não como um marcador social, mas como indicador linguístico. Contudo, as falas supracitadas (69) e (74) sugerem o rotacismo como erro, essa atitude linguística converte o indicador linguístico em marcador social.

Os primeiros resultados deste estudo mostraram que os três componentes das atitudes estão presentes nas falas dos informantes. Nesse caminho, no nível cognoscitivo, alguns informantes revelaram ter consciência não só da diversidade linguística local, mas também da constituição do falar cuiabano. O componente afetivo revelou atitudes linguísticas positivas perante o falar local, palavras como **orgulho, admiração, cultura, preservação**, entre muitas outras foram referenciadas, apontando o nível afetivo diante do falar local. **Engraçado**, também faz parte do componente afetivo, bem como **diferenciado, único, irreverente**.

Por fim, no nível conativo se enquadram as falas que revelam comportamentos, como em (56)⁵², na qual o empregador adota uma postura de repúdio perante a fala do nativo, e em (50)⁵³, quando o nativo inibe seus traços linguísticos devido a represália dos outros, que consideram o falar cuiabano feio e engraçado. “O *componente comportamental* ou conativo é entendido como conduta, reação ou tendência à reação diante de um objeto social” (BOTASSINI, 2013, p. 58, grifos da autora).

Essa subseção também evidenciou atitudes linguísticas positivas perante o falar local, todos os atributos ruins em relação ao falar cuiabano partem de um outro. Os nativos em si, exceto um, o qual caracterizou o falar local como **desprezado**, revelaram atitudes linguísticas positivas frente à variedade linguística cuiabana. Até mesmo a atitude desse nativo não deixa claro se o falar local é desprezado pelo próprio nativo, ou por um outro. Outra atitude linguística negativa pode ser evidenciada no depoimento 71, no qual o informante diz não gostar da maioria dos traços linguísticos que compõem o falar da comunidade de Cuiabá-MT.

A quantidade significativa de atitudes linguísticas positivas, evidenciadas nessa subseção, nos direciona a Labov (2008, p. 176): “existe um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são compartilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão”.

⁵² FES

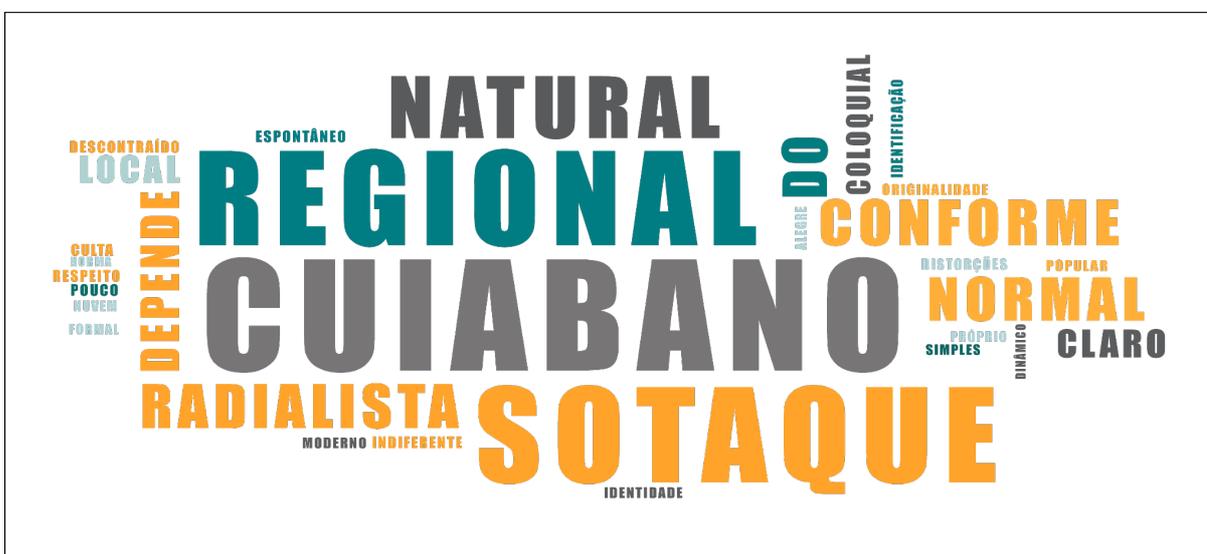
⁵³ FES.

5. 2 Mídias faladas locais

As perguntas dispostas nesta subseção buscaram identificar como as pessoas acreditam que deve ser o falar dos profissionais das mídias locais. Quais traços linguísticos são aceitos e quais devem ser evitados. Quais as preferências linguísticas dos ouvintes/telespectadores. Nessa direção, por meio das questões aqui apresentadas, foi possível perceber, no âmbito linguístico, o que agrada os ouvintes/telespectadores.

Nessa via, a pergunta 9 indagava *Como você acha que deve ser o falar dos locutores do rádio?*. A nuvem de palavras a seguir apresenta as palavras e expressões mais recorrentes nas falas dos nativos entrevistados.

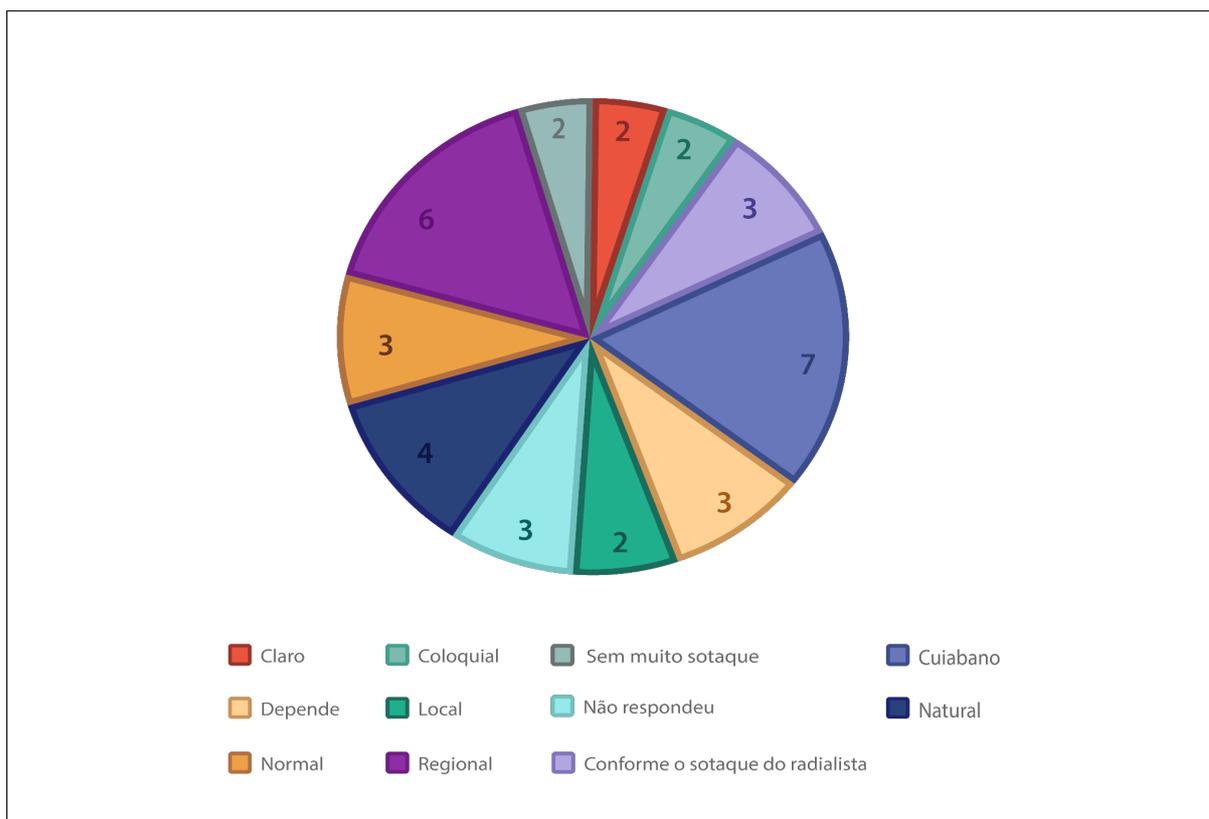
7 - O falar dos locutores (preferências linguísticas)



Fonte: CAMPELO (2022).

Conforme evidenciado na nuvem de palavras, o vocábulo mais citado pelos entrevistados foi **cuiabano**, seguido de **regional**, **natural** e da expressão **conforme o sotaque do radialista**. Além da nuvem de palavras, confeccionamos o gráfico 8, revelando a quantidade de vezes que as palavras mais recorrentes foram citadas.

Gráfico 8 - O falar dos locutores (preferências linguísticas)



Fonte: CAMPELO (2022).

O gráfico 8 mostra que a palavra mais citada foi **cuiabano** (7 ocorrências), seguida de **regional** (6 ocorrências). A palavra **natural** apareceu 4 vezes. Houve 3 ocorrências para: **conforme o sotaque do radialista, normal, depende** e não respondeu. **Claro, coloquial, local, sem muito sotaque** foram mencionadas duas vezes. Alguns vocábulos e expressões foram citados uma vez: **alegre, com respeito, descontraído, dinâmico, espontâneo, formal, identidade, identificação, indiferente, moderno, norma culta, originalidade, popular, sem distorções, simples.**

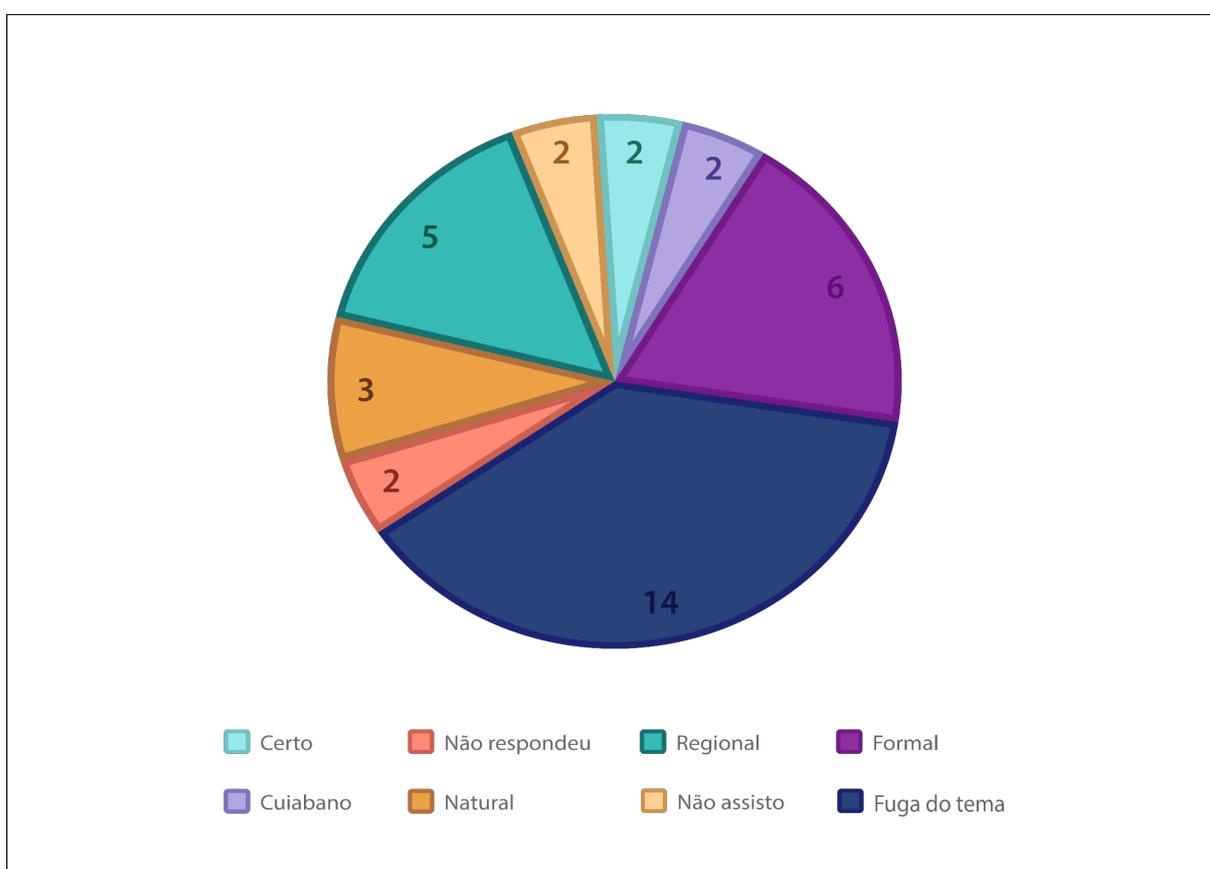
As duas palavras mais citadas pelos informantes revelam que a preferência linguística dos nativos é pelo uso da variedade linguística local nas emissoras de rádio. Tratava-se de uma pergunta aberta, isso revela ainda mais a preferência linguística dos informantes pelo uso do falar local.

O número de palavras citadas ultrapassou o número de nativos entrevistados, pois alguns colaboradores citaram mais de uma palavra na resposta, como neste excerto: “Penso que devido a alta veiculação os locutores devem usar a **norma culta** da fala, porém, não desprezar o **falar cuiabano**” (Inf. 26). Isso aconteceu porque optamos em utilizar perguntas abertas, essa escolha ocorreu pois não queríamos ser indutivos e, quando um questionário fornece opções de

respostas, isso acaba acontecendo. A intenção era que os colaboradores expusessem suas opiniões de forma livre, por isso não houve nem limite de linhas. Isso redobrou nosso trabalho, no sentido de quantificação dos dados, ainda assim a escolha foi acertada, pois, sem restrição, os colaboradores escreveram sobre o que realmente acreditam e suas preferências linguísticas em relação aos suportes midiáticos falados locais.

No intuito de identificar se os entrevistados estabelecem diferenças para os usos linguísticos da TV e do rádio, a pergunta 12 questionou: *E em relação à TV local, como você acha que deve ser o falar dos apresentadores, repórteres?*

Gráfico 9 - As TVs locais (preferências linguísticas)



Fonte: CAMPELO (2022).

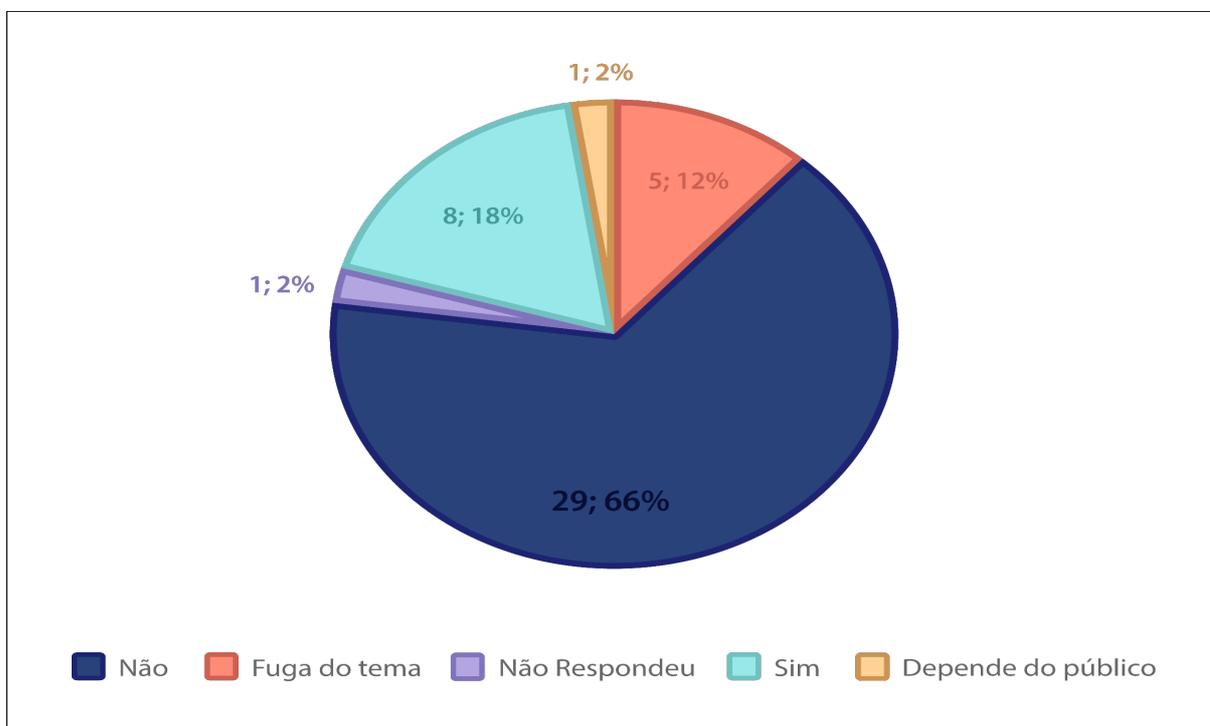
Conforme disposto no gráfico, 14 informantes fugiram do tema proposto na pergunta; 6 disseram que o falar dos apresentadores das TVs locais deve ser **formal**; 5 colaboradores defendem que esse falar deve ser **regional**; 3 sugerem um falar **natural**; as palavras **cuiabano** e **certo** apareceram duas vezes. Por fim, 2 colaboradores não responderam e 2 não assistem. Todos os demais vocábulos e expressões a seguir apareceram uma vez: **coerência, com pouco sotaque, comum, de acordo com seu sotaque, depende, direto, diversificado, esclarecer as notícias, informal, norma culta, normal, originalidade, sem sotaque, simples.**

Ao compararmos os dados da pergunta 9⁵⁴ com a pergunta 12⁵⁵, fica evidente que os nativos estabelecem diferenças em relação aos usos linguísticos da TV e do rádio, uma vez que a palavra mais recorrente para os usos linguísticos do rádio foi cuiabano, enquanto para a TV, a preferência é pelo uso da linguagem formal. Nessa via, as preferências linguísticas dos entrevistados são diferentes para o rádio e TV.

Contudo, acreditamos que os colaboradores se equivocaram com essa pergunta. A esse respeito, nas páginas 158 a 161 falamos sobre isso e acerca das divergências relacionadas aos índices apresentados no gráfico 9 com os dados expostos no gráfico 13, visto que, quando indagados se na TV local os profissionais podem utilizar falares característicos dos municípios, 38 informantes disseram sim. Contudo, quando questionados sobre as preferências para usos linguísticos das TVs locais, somente 5 informantes mencionaram a palavra regional.

A pergunta 13 indagava: *Você acha que existe jeito certo e errado*⁵⁶ *de falar no rádio?* Como resposta, 66% dos colaboradores disseram não; 18% sim; 12% fugiram do tema proposto na pergunta; 2% não responderam; 2% acreditam que depende do público. Esses dados estão expostos no gráfico abaixo:

Gráfico 10 - Falares do rádio: Entre o certo e o errado



Fonte: CAMPELO (2022).

⁵⁴ Como você acha que deve ser o falar dos locutores do rádio?

⁵⁵ E em relação à TV local, como você acha que deve ser o falar dos apresentadores, repórteres?

⁵⁶ Sabemos que, para sociolinguistas, os vocábulos certo e errado não se aplicam à língua. A escolha por essas palavras foi para maior compreensão dos colaboradores.

Nas linhas abaixo, apresentamos algumas respostas que se enquadram nos 68% de colaboradores que acreditam que não há jeito certo e errado de falar no rádio:

77. Não penso que seja certo ou errado o falar pois cada indivíduo moldados pelo o meio e vai apresentar de si os valores e crenças que lhe forem atribuídas a diferença (Inf. 01).
78. Culturalmente a sociedade está sofrendo uma compressão na variedade linguística, criando um padrão do certo conforme o dicionário, mais não tem certo nem errado, **cada região tem seu linguajar**, que é motivo de vergonha, mais a pessoas vão se sentido envergonhadas devido a pressão da sociedade (Inf. 15).
79. A sociedade e o sistema em geral sempre manipulam, dita as regras dentro de uma cultura que não é a deles. E assim temos que falar da maneira deles (Inf. 21).
80. Não existe, o que existe é **fazer o público compreender a notícia**, claro que tem uns que fazem com mais ênfase (Inf. 11).
81. Não, acredito quando se trata de sotaque ou falar cuiabano não há certo e errado (Inf. 14).
82. Não, acredito que cada qual tem forma própria (Inf. 13).
83. Acredito que exista uma responsabilidade com a comunicação, o **importante é fazer se entender**, não existe certo ou errado quanto ao sotaque, claro que deve se evitar certos tipos de palavras a fim de alcançar o máximo número de ouvintes (Inf. 23).
84. O **importante é que conquiste o público** (Inf. 05).
85. Não existe certo e errado de se falar na radio mais seria menos informal (Inf. 03).
86. **NÃO, MAS DEVERIA CATIVAR OS TELESPECTADORES DA REGIÃO LOCAL, ENTÃO USUFRUIR DO SEU LINGUAJAR SERIA UMA PASSO** (Inf. 25).
87. Não penso que haja certo ou errado, mas sim formal e popular (Inf. 26).
88. Não se padronizamos isso iria si tornar uma mesmice (Inf. 19).

Os excertos a seguir revelam a crença de que há jeito certo e errado de falar no rádio:

89. Sim, sotaque não deve ser confundido com **erros de pronúncia** de palavras (Inf. 32).
90. Não **Somente, quando é uma pronuncia errada**, independente do sotaque (Inf. 39).
91. Não. **Desde que fale o português correto** (Inf. 20).
92. Tirando a questão do sotaque, tem de **falar o português corretamente** (Inf. 18).

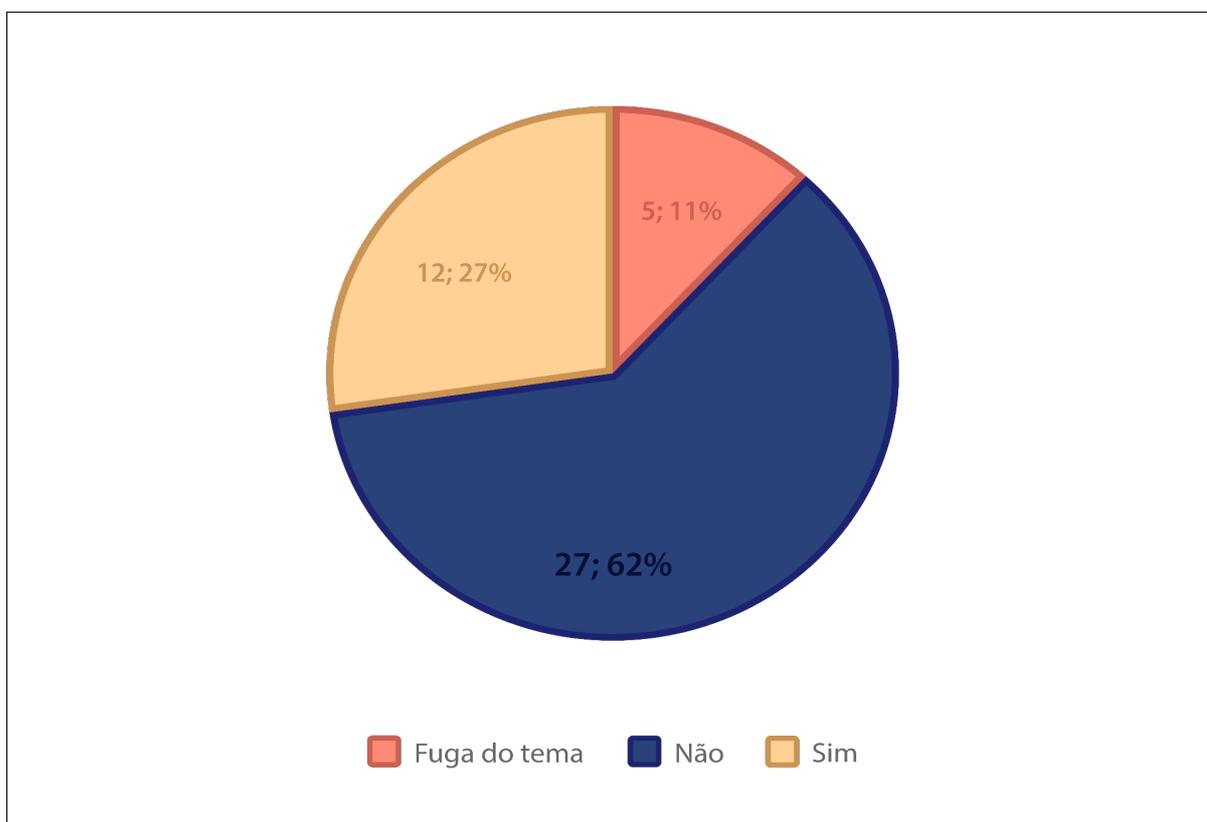
Apesar de dizerem Não para a pergunta, os depoimentos (90) e (91) estão inscritos na porcentagem dos colaboradores que disseram Sim, pois essa atitude linguística está evidente nas respostas dos nativos. De igual modo, apesar de no depoimento a seguir o informante dizer Não, o inscrevemos na opção depende do público, visto que essa visão está explícita na resposta do colaborador “**Não. Tudo deve se basear a qual público aquela programação é destinada.**”

E a partir dela tentar conseguir a atenção de novos públicos que possam gostar e curtir o que está ouvindo ou assistindo” (Inf. 08).

As falas (78) e (79) mostram a consciência linguística dos nativos em relação às pressões sociais impostas pela sociedade atinentes aos usos linguísticos dos falantes, ambos os depoimentos sinalizam como a sociedade sugere a padronização do português brasileiro. No excerto (78), a nativa explica que os falares regionais são motivo de vergonha nas comunidades, por causa da pressão da sociedade na padronização das variedades linguísticas do meio.

A pergunta 14 questionou: *Você acha que existe jeito certo e errado de falar na TV local?* A coleta de dados revelou que: 62% dos colaboradores acreditam que não há jeito certo e errado de falar na TV local; 27% dos informantes disseram que sim; 11% fugiram do tema da pergunta.

Gráfico 11 - Falares da TV local: Entre o certo e o errado



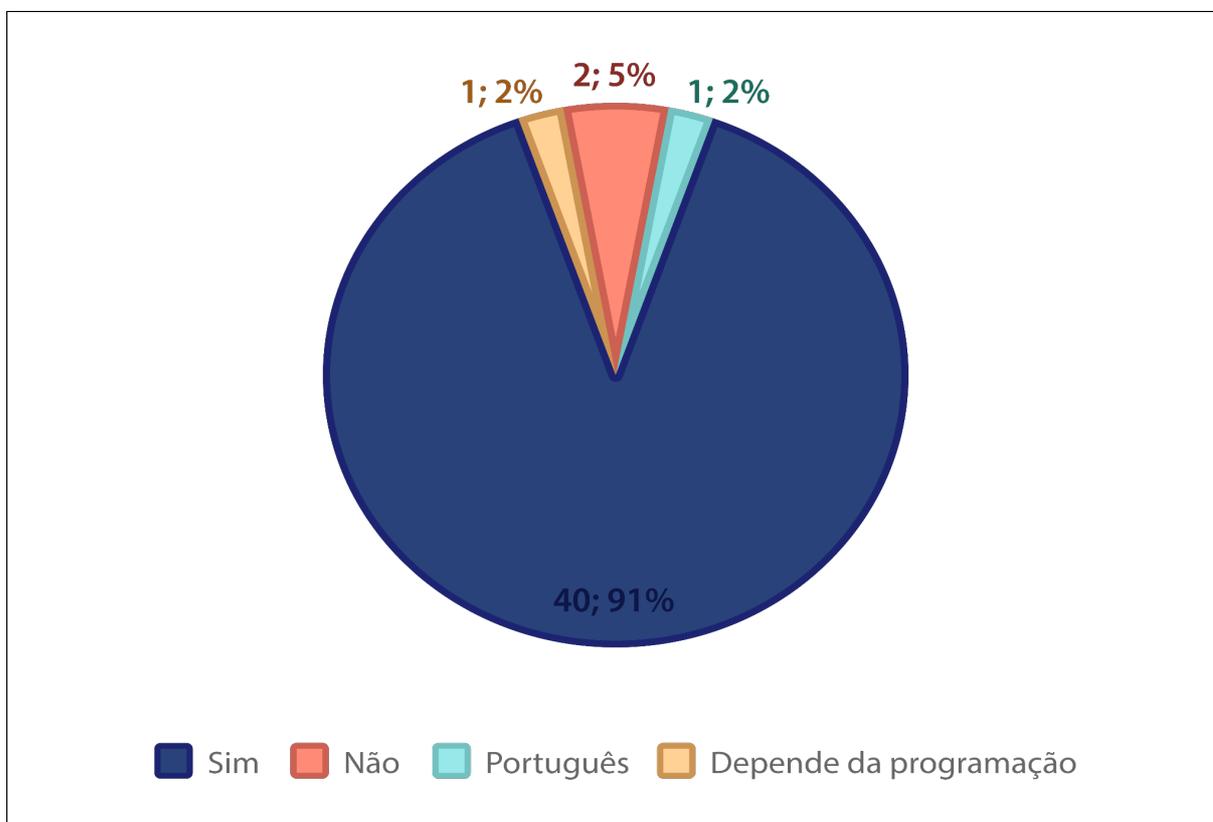
Fonte: CAMPELO (2022).

Não apresentaremos as falas dos colaboradores visto que são semelhantes, algumas idênticas às respostas coletadas na pergunta 13.

A pergunta 15 foi mais direta e buscou identificar se há aceitação dos ouvintes atinente à manifestação de variedades linguísticas locais nas emissoras de rádio. Nessa via, assim

indagamos: *Você acha que no rádio os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?*

Gráfico 12 - Variedades linguísticas locais no rádio



Fonte: CAMPELO (2022).

Os dados informados no gráfico 12 elucidam que a maioria dos informantes, 91%, manifestaram-se favoráveis à utilização de variedades linguísticas locais nas emissoras de rádio. 5%, equivalente a 2 informantes, são contrários. Na porcentagem de 2%, correspondente a 1 informante, enquadra-se: depende da programação, e um colaborador escreveu somente a palavra português na resposta.

As falas a seguir se enquadram nos 91%, ou seja, revelam atitudes linguísticas positivas perante a manifestação de falares locais no rádio.

93. Sim, para que todos do município **entenda** melhor (Inf. 30).
94. Sendo um programa para público local pode utilizar as características locais pois melhora o **entendimento** mas caso seja para outros públicos, deve procurar colocar as palavras normalmente entendidas por todos (Inf. 32).
95. Sim isso é muito comum.. na televisão é mais formal. Porque isso que o **povo gosta de ouvir**.. rádio é como alguém conversando com nós (Inf. 33).
96. Sim, para que a população **entenda** (Inf. 34).

97. Sim, pois é uma questão **cultural** (Inf. 35).
98. Sim, é representação do **regionalismo** e **cultura** cuiabana não há pq esconder isso (Inf. 37).
99. Sim, para **não se perder o falar da região** (Inf. 38).
100. Sim, não vejo nenhum problema, isso mostra a **identificação regional** e o **tradicionalismo** (Inf. 39).
101. Porque o rádio e um ambiente mais **descontraído** (Inf. 40).
102. Sim, para **valorizar o falar de Cuiabá e não deixar se perder** com o tempo (Inf. 41).
103. Sim, mas **nao de forma forçada**, mas é sempre bom pessoas sinceras e humildes carregando nossas cultura (Inf. 42).
104. Podem e devem porque é uma forma de **aproximar-se do público**, se fazendo semelhantes a eles (Inf. 07).
105. Acredito que sim daria mais **originalidade** a mensagens, os cuiabanos se identificariam mais (Inf. 15).
106. Sim. Faz parte da **cultura** local (Inf. 04).
107. Acho que sim, **as pessoas se identificam mais** e passam a escutar mais (Inf. 06).
108. Sim. Porque temos que ressaltar a beleza da **cultura** local (Inf. 21).
109. Acho que sim. Porque faz parte da sua forma de falar. Mas, atentar para **não exagerar demais** (Inf. 17).
110. Sim. Para caracterizar a **originalidade** da região (Inf. 20).
111. Podem sim, isso valoriza a **cultura** local (Inf. 18).
112. Sim Porque nesses falares já traduz um raciocínio de mais rápida **interpretação** (Inf. 11).
113. Sim. Porque vai de encontro a **identidade** dos munícipes. E facilita o **entendimento** (Inf. 12).
114. Sim, no **rádio o ambiente mais informal** e por isso acredito ser importante **enaltecer o falar característico da cultura regional** (Inf. 14).
115. Acho que pode, já que o alcance é para o município, acho que pode ser utilizado os sotaques até para reforçar a importância da **cultura** local (Inf. 13).
116. Sim.. **dando importância a sua região** (Inf. 05).
117. Sim, porque o intuito é falar com a população daquela região, e não existe melhor forma do que **interagir** com os telespectadores (Inf. 10).
118. Sim, pois **esse ambiente precisa mais informalidade** para chegar mais **próxima** dos ouvintes (Inf. 03).
119. Sim. **Fortalece e ajuda a manter a língua cuiabana** que infelizmente está cada vez mais fora do vocabulário diário das pessoas (Inf. 27).
120. Sim, porque mostra sua **cultura e tradição**, e mostra um pouco da nossa cultura (Inf. 02).
121. Sim até pra ajudar a divulgar a **cultura** (Inf. 19).
122. Sim porque **nao deixa o falar cultural morrer** (Inf. 44).

As falas 93, 94, 96, 112 e 113 trazem à baila a inteligibilidade. Para os informantes, o uso do falar local permite maior compreensão dos fatos narrados. As falas 101, 114, e 118 mencionam que a descontração e a informalidade fazem parte do rádio, dessa forma, a ocorrência de falares locais é permitida. Os fragmentos 97, 98, 106, 108, 111, 120 e 121 citam o aspecto cultural. Sobre isso, não é de hoje que a relação língua-cultura é percebida. “Foi já nas primeiras décadas do século XX que linguistas e antropólogos norte-americanos,

confrontados com a análise de línguas pouco ou nada conhecidas, nomeadamente as línguas ameríndias, defenderam uma perspectiva das relações língua-cultura [...]” (MATEUS, 2016, p. 68).

As falas 98, 100, 105, 110, 113 e 120 apresentam a regionalidade, tradição, originalidade e identidade. Em 99, 102, 119 e 122 evidencia-se que a manifestação de falares locais no rádio possibilita a não erradicação das variedades linguísticas locais. Os enunciados 104, 117 e 118 revelam que a ocorrência de usos linguísticos locais no rádio possibilita aproximação e interação com os ouvintes.

As falas 103 (Inf. 42)⁵⁷ e 109 (Inf. 17)⁵⁸ também foram evidenciadas em Cáceres-MT. Para esses nativos, é permitido o uso de falares locais nas mídias locais, contudo, essa ocorrência não deve ser forçada, mas manifestar-se de forma natural.

Eu achu qui não deveria, apesar qui alguns tentam, é, de uma forma até pejorativa usar o nosso sotaqui qui não é a forma de dizer normal dele, está levando para um ladu da brincadeira, da gozação, ou seja, de uma forma pejorativa, negativa do nosso sotaqui, não deveria ser usado dessa forma, mas de uma forma mais culta de falar o nosso sotaqui e qui o povo entenda o qui ele tá dizendu. Eu aceito, aliás eu intendu e achu que tá certu eles falarem di forma é, com nosso linguajar regional, mas não dessa forma pejorativa como eu tenho visto muito, no rádio falando, a não ser que seja em estudo de brincadeira, rapidamenti, pra haver uma interlocução entre o cacerense e o apresentador que está falandu (Inf. 14) (PEDROSO, 2018, p. 97).

O fato de o falar cacerense ser representado de forma forçada pode desencadear atitudes linguísticas negativas nos nativos, pois “As piadas, mesmo exercendo seu papel de satirizar e ironizar situações e personagens da realidade, mostram os sentimentos reais que uma sociedade tem sobre si e sobre as pessoas que as formam” (LEITE, 2008, p. 52). Observa-se que a caricatura feita dos falares cuiabano e cacerense não é aceita pelos nativos.

O fragmento a seguir (Inf. 23)⁵⁹ também se relaciona com atitudes identificadas em Cáceres-MT: “sem problemas já que trata com a população regional, caso se use **regionalismo deve ser explicado para que todos ouvintes entendam**”.

Se ele pode?, eu acho qui podi, até porque o alcançi dessas ondas de rádio aí é...hoje é assim do outro ladu du mundu né, mas eli da mesma forma, das respostas anteriores, **se ele conseguiu é traduzi** isso das duas formas a notícia lá como se diz aqui tal coisa é tal coisa é ele consegue atendê as duas coisas né (Inf. 17) (PEDROSO, 2018, p. 101).

⁵⁷ MEM.

⁵⁸ FES.

⁵⁹ MES.

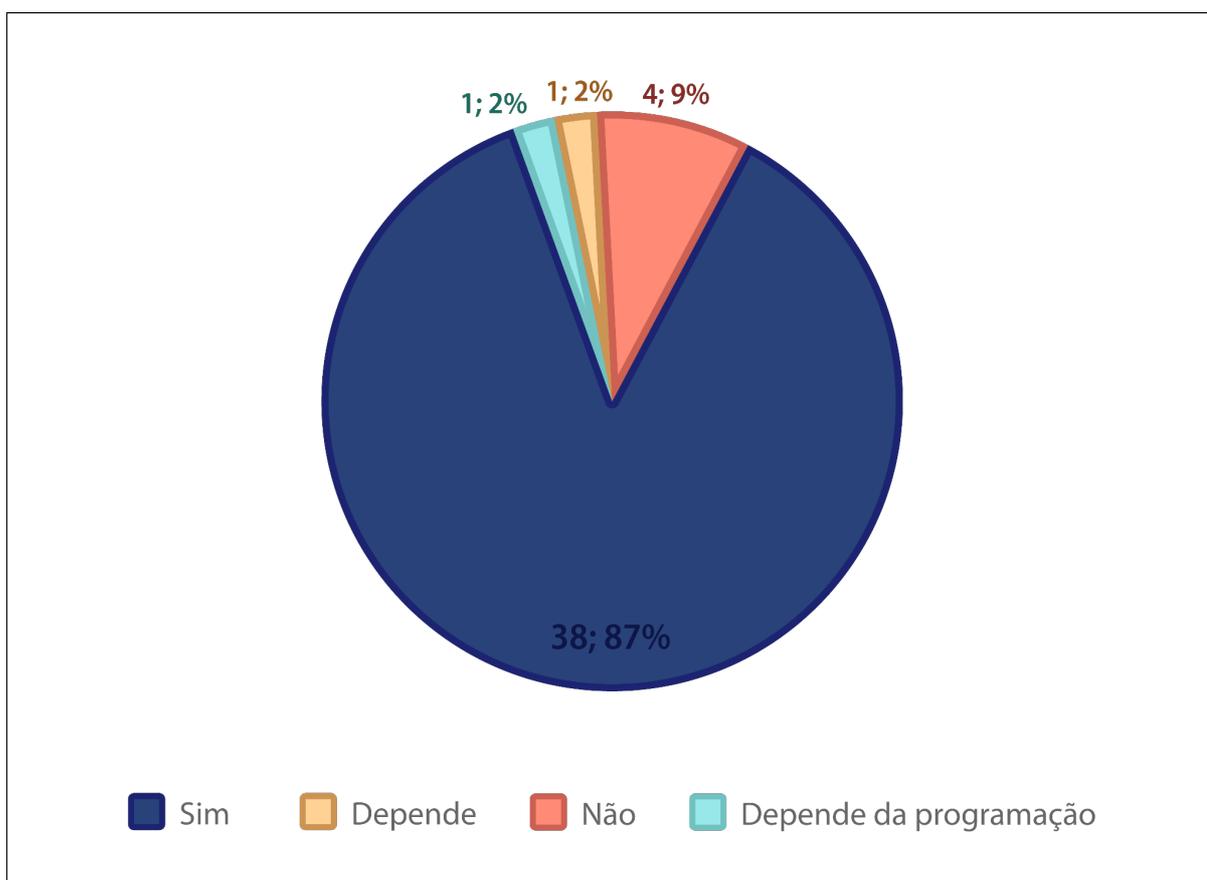
Ambos são favoráveis ao uso de falares locais no rádio, contudo, os locutores devem apresentar o significado das variedades utilizadas, de forma que todos os ouvintes, e não somente os nativos, consigam compreender os fatos apresentados.

De forma geral, os nativos entrevistados defendem que a manifestação de falares locais nas mídias locais promove a cultura, a inteligibilidade, interação, aproximação, tradição, identificação e originalidade.

Somente dois informantes mostraram-se contra à ocorrência de falares locais nas emissoras de rádios: “Eu acho meio complicado por que quem não é daqui pode ficar meio forçado” (Inf. 43)⁶⁰. “Não, pois isso vai trazer um transtorno pois o ambiente local deve ser formal” (Inf. 09)⁶¹.

Direcionando para a TV, a pergunta 16 questionava: *E na TV local, você acha que os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?*

Gráfico 13 - Variedades linguísticas locais na TV



Fonte: CAMPELO (2022).

⁶⁰ FES.

⁶¹ FEM.

Conforme evidenciado no gráfico 13, a maioria dos informantes, 87%, são favoráveis à ocorrência de falares locais na TV. 9% são contrários; 2% expuseram que depende; os outros 2% argumentaram que depende especificamente da programação.

A seguir, expomos algumas falas que se enquadram na porcentagem de 87%, ou seja, são fragmentos que apresentam atitudes linguísticas positivas perante a ocorrência de variedades linguísticas locais nas TVs locais.

123. Sim, para **atingir todas pessoas** (Inf. 34)
124. podem, estão falando para público da região (Inf. 36)
125. Sim, não vejo nenhum problema, isso mostra a **identificação** regional e o **tradicionalismo** (Inf. 39).
126. Sim, traria mais **identificação** ao público, as pessoas sentiriam mais próximas e familiarizada (Inf. 15).
127. Sim, tem que falar a **linguagem que seu público conhece** para que a mensagem chegue completa ao telespectador (Inf. 16).
128. Sim. Para caracterizar a **originalidade** da região (Inf. 20).
129. Sim Porque nesses falares já traduz um raciocínio de mais rápida **interpretação** (Inf. 11).
130. sem problemas, hora gente vive no município, **falar como a gente fala**, ser como somos, isso não é problema nenhum (Inf. 23).
131. sim, pois **aproxima** mais seus telespectadores (Inf. 03).
132. Acho que sim, pq é interessante ter a **Interação** (Inf. 29).
133. Sim, pois o sotaque faz parte de nós (Inf. 28).

As atitudes linguísticas presentes nos fragmentos 123, 127, 129 revelam que há maior compreensão dos fatos apresentados, quando os profissionais das mídias locais falam com a variedade linguística do município. As falas 125 e 126 englobam o critério da identificação. Nessa direção, o uso de falares locais nas mídias locais possibilita a identificação do público com a programação e representa a identidade do lugar onde a emissora está instalada.

Esses dados são de significativa relevância, pois expõem que a ocorrência de falares locais nas TVs locais além de propiciar maior inteligibilidade dos fatos narrados. Atingindo, dessa forma, todas as pessoas, conforme exposto na fala 123, e proporciona a identificação, conforme evidenciado nas falas 125 e 126.

Uma informante (26)⁶² pontuou: “Sim, porém com mais formalidade. Talvez de maneira mais ponderada que no rádio, mas é imprescindível que as emissoras locais tenham espaço aberto para o nosso falar próprio”. Essa fala estabelece diferença do rádio para a TV. Essa atitude também foi identificada no enunciado de um nativo de Cáceres- MT:

⁶² MEM.

Di pode pôde, mas aí tem toda uma questão do telespectador que ali você tá de frente, não que só rádio como a TV, a TV assim eu acho que o público maior ainda é de TV, então se ali apresenta uma linguagem o pessoal tá falando errado, tá falando feio e as crianças hoje assistem muito e é uma questão de imitação, eu acredito que eles usam uma língua mais formal devido a isso (Inf. 29) (PEDROSO, 2018, p. 99).

As atitudes linguísticas do informante (26) de Cuiabá-MT e do informante (29) de Cáceres-MT se relacionam, pois ambos, apesar de mostrarem-se favoráveis à ocorrência de variedades linguísticas locais nas TVs locais, acreditam que a TV é um ambiente mais formal, dessa forma, essa ocorrência deve ser de forma mais ponderada. Essa ponderação é possível caso o apresentador não seja nativo, contudo, sendo nativo isso seria improvável e não soaria de forma natural. Isso acontece porque somos tomados pela língua, assim, por mais que o falante monitore sua fala, em algum momento o vernáculo emergirá.

O informante (19)⁶³ levantou o critério da inteligibilidade para os não nativos: “Sim desde saibam o significado para poder esclarecer isso também divulgação”. Essa preocupação também foi evidenciada em Cáceres-MT, conforme o enunciado a seguir: “Podi, desde que expliquem o que ali querem dizer” (Inf. 18) (PEDROSO, 2018, p. 101).

A informante (44)⁶⁴ pontuou um aspecto de extrema relevância: “Sim porque é aberto para todos os públicos aonde **vai enriquecendo o falar local** no caso da aqui o falar cuiabano”. Para ela, as mídias locais, ao fazerem uso das variedades linguísticas da comunidade, propiciam o enriquecimento dessas variedades. Essa fala traz outras reflexões: As mídias locais, através de seus usos linguísticos, seriam capazes de promover a preservação do falar local e atenuar a erradicação de determinadas variantes? Nós, enquanto estudiosos da língua, acreditamos que sim, ou seja, a manifestação de variedades linguísticas locais nessas mídias é capaz de despertar o sentimento de pertença, identificação, valorização e, conseqüentemente, preservação das variedades/variantes linguísticas da comunidade. Nessa direção, vai muito além de uma simples manifestação, estamos falando do desencadeamento de atitudes linguísticas positivas perante o falar local, e, sim, atitudes linguísticas positivas possibilitam preservação das variedades/variantes linguísticas do meio.

A fala da informante 21⁶⁵: “Sim. Porque não fazem isso? Porque acha que nós falamos errado e ignoram o nosso dialeto” também levanta um assunto relevante. Para muitos, o falar cuiabano é caracterizado como errado. Não é de hoje que as variedades linguísticas de algumas

⁶³ MEM.

⁶⁴ FEM.

⁶⁵ FES.

idades do estado, comunidades situadas no Mato Grosso colonizado no período do Brasil-Colônia, como Cuiabá, Cáceres, Poconé, são rotuladas como erradas. Para muitos, principalmente para os migrantes, as pessoas dessas comunidades falam errado. Contudo, nas duas pesquisas que realizamos, em Cáceres-MT e Cuiabá-MT, essas atitudes não foram evidenciadas nos nativos.

É claro que esse atributo foi mencionado, mas os nativos entrevistados, em sua maioria, revelaram atitudes linguísticas positivas perante o falar local. Contudo, evidencia-se essa alteridade, ou seja, há sempre um outro que acha o falar local errado. Como pode ser observado na pesquisa desenvolvida em Cáceres-MT:

Em resumo, lendo atentamente as transcrições das respostas à pergunta quatro do questionário, percebemos atitudes positivas em relação ao falar cacerense, mas é possível verificar também, na memória dos nativos, o estigma proveniente de outras pessoas. Um preconceito que eles, os entrevistados, não têm, mas que “os outros” possuem. Há, dessa forma, superação do estigma em relação ao falar cacerense, contudo está presente na memória dos nativos o preconceito “dos outros” em relação a esse falar, esse estereótipo é evidenciado em expressões como: *tem gente que acha feio, tem gente que acha errado*. Há também o preconceito por parte do migrante, como coloca a informante 18: “[...] a questão mais du migranti qui acha estranhu i debocha né tem essi preconceitu, fala feiu, é tchão, pón, [...]” (PEDROSO, 2018, p. 78, grifos da autora).

Evidencia-se que, tanto em Cáceres-MT quanto em Cuiabá-MT, há uma preocupação com o que o não cacerense e o não cuiabano irão achar das expressões orais do nativo. A esse respeito, apesar dos entrevistados, em sua maioria, demonstrarem atitudes linguísticas positivas perante o falar local, ou seja, os nativos revelaram sentimento de orgulho perante a variedade linguística local; a maioria também revelou não sentir vergonha desse falar, todavia, há a preocupação com a percepção que os não nativos têm do modo de falar do cacerense e do cuiabano. Nesse caso, o preconceito linguístico atua de fora para dentro e “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (LABOV, 2008, p. 21).

Nota-se que o olhar do outro é percebido e importante para os nativos, pois esses relataram essa percepção na entrevista. De igual modo, Labov (2008), ao desenvolver pesquisa na Ilha de Martha’s Vineyard, evidenciou que os não nativos influenciam nos usos linguísticos dos falantes “Um dos garotos da ilha baixa, de Edgartown, se deixou influenciar fortemente pelos veranistas de classe alta de Boston. Perdeu toda a constrição do /r/ pós-vocálico e também apresenta uma vogal central anterior baixa em palavras como [ka:], “car”” (p. 52).

Apresentamos também as falas dos nativos que mostraram-se contra à ocorrência de falares locais nas TVs locais: “Não, a tv ficaria estranho ao assistir o programa” (Inf. 40)⁶⁶. “NÃO, mesmo motivo” (Inf. 43)⁶⁷. “Não, o ambiente da TV é formal e acredito que deva seguir a linha da formalidade” (Inf. 14)⁶⁸. “não” (Inf. 09)⁶⁹.

Os informantes 14 e 40 estabelecem diferenças em relação aos usos linguísticos dos rádios e das TVs locais: “Sim, no rádio o ambiente mais informal e por isso acredito ser importante enaltecer o falar característico da cultura regional” (Inf. 14). “Porque o rádio é um ambiente mais descontraído” (Inf. 40).

Como já dito, os índices apresentados no gráfico 9 não dialogam com os dados expostos no gráfico 13, visto que, quando indagados se na TV local os profissionais podem utilizar falares característicos dos municípios, 38 informantes disseram sim. Contudo, quando questionados sobre as preferências para usos linguísticos das TVs locais, somente 5 informantes mencionaram a palavra regional; 3 informantes fizeram referência à palavra natural; certo e cuiabano apareceram duas vezes; a palavra mais recorrente foi formal com 6 ocorrências; 2 nativos não responderam e 2 disseram não assistir; 14 fugiram do tema. Muitas outras referências foram feitas e apareceram somente uma vez.

O fato de a questão 16⁷⁰ a que se refere o gráfico 13 ser mais direta, pois direciona a um sim ou não, mais a justificativa para o porquê presente no final da pergunta, explica, em partes, a divergência das atitudes expressas nos dois gráficos. A pergunta 12⁷¹, que deu origem ao gráfico 9, é mais aberta, logo uma infinidade de respostas surgiu, dificultando até mesmo a quantificação. Exemplificando, houve situações em que, em uma resposta, as palavras formal e regional foram citadas. Para explicitar melhor, apresentamos nas linhas abaixo todas as respostas obtidas com essa questão⁷².

134. Eles estudam para isso, então acho que eles falam certo (Inf. 30).

135. Se o programa é regional deve-se falar de forma **natural**, se o programa for para outros públicos evitar vocabulário que talvez não seja entendido por pessoas que não sejam da região (Inf. 32).

136. Maneira mesclado do **regionalismo** com a **formal** (Inf. 33).

137. **Esclarecer as notícias** (Inf. 34).

⁶⁶ MEM.

⁶⁷ FES.

⁶⁸ MES.

⁶⁹ FEM.

⁷⁰ E na TV local, você acha que os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?

⁷¹ E em relação à TV local, como você acha que deve ser o falar dos apresentadores, repórteres?

⁷² São 43 depoimentos, pois um dos informantes não respondeu.

138. Alguns são cuiabanos, mas a maioria não, pois a população não aguentaria o dia todo escutando aquilo (Inf. 35).
139. indiferente, **não assisto** programas de televisão (Inf. 36).
140. Falam com pouco sotaque (Inf. 37).
141. Qualquer falar nos transmite o que eles querem mas seria interessante o falar da **região** (Inf. 38).
142. A maioria fala uma linguagem formal e popular, poucos ouço algum com linguagem tradicional (Inf. 39).
143. **Formal** (Inf. 40).
144. Acho que devem falar **sem sotaque** pois muitas pessoas de fora assistem (Inf. 41).
145. Com respeito, sê algum apresentador tem um sutaque (que eu nao conheço nenhum) acho esta bem assim (Inf. 42).
146. Não sei opinar sobre (Inf. 43).⁷³
147. Atualmente o linguajar tem sido satisfatório, não muito sofisticado e nem muito cuiabanês (Inf. 07).
148. A forma de como apresentam ficam bem explicitam o que desejam passar de uma maneira formal e que já estamos adaptando a acompanhar (Inf. 01)
149. Acredito que usado o **linguajar da região** aproxima mais a população (Inf. 15).
150. Pode ter alguns programas com o falar local, mas não toda a programação (Inf. 04).
151. **ACHO QUE DEVEM PREZAR PELO PORTUGUES CORRETO** (Inf. 06).
152. Eu realmente fico preocupada, pois se deixarmos de lado o nosso linguajar, será esquecido o costume da nosso povo, e as vezes se torna motivo de piada. Difícil ver repórteres de nossa terra (Inf. 21).
153. **EM RELAÇÃO AO FALAR CUIABANO, ACREDITO QUE É BOM MANTER O SEU LINGUAJAR, SEM NECESSIDADE DE FORÇAR A MUDANÇA, MANTENDO O SEU SOTAQUE NATURAL** (Inf. 22).
154. Uma fala **formal** (Inf. 16).
155. Da mesma forma do rádio. Prezar pela pronuncia **correta** das palavras (Inf. 17).
156. Não vejo problemas com o falar atualmente. Mas entendo que o sotaque não precisa ser muito marcante (Inf. 20).
157. Igual à do rádio (Inf. 18).
158. Como já disse, o que vejo nessa pouca frequência, eu gosto da maneira como cada um deles conduz a sua apresentação e a sua matéria, uns são cuiabano nato e com isso o sotaque destaca mais (Inf. 11).
159. Deveriam falar com **coerência** e pautados sempre na verdade. A respeito da fala penso que deveriam ir de encontro ao **regionalismo**, envolvendo as miscigenações do local. E estarem bem preparados, é lógico, profissionalmente (Inf. 12).
160. O falar dos apresentadores deve ser o comum, com **pouco sotaque**, pois a TV é um ambiente mais formal (Inf. 14).
161. Acredito que da mesma forma⁷⁴, não sendo ofensivo não há maiores problemas ao meu ver (Inf. 13).

⁷³ No gráfico, essa resposta se inscreve na opção: Não respondeu. O outro informante que não respondeu à questão deixou o espaço destinado para resposta em branco.

⁷⁴ O depoimento desse informante se inscreve nos dados do gráfico na opção Depende, pois, quando ele diz “Acredito que da mesma forma”, ele quis expressar que a resposta é a mesma da pergunta anterior. Outros informantes fizeram dessa forma, conforme pode ser evidenciado no excerto 167.

162. Cuiabá hoje e ha muito tempo recebeu muita gente de fora que mora aqui então é bem miscigenado, não vejo problema (Inf. 23).
163. Idem, resposta nº 09⁷⁵ (Inf. 08).
164. De acordo com sua **região** (Inf. 05).
165. Bem **cuibano** (Inf. 24).
166. Deve ser **sem muito formalismo**, já que se trata de matérias regionais (Inf. 10).
167. **Formal** (Inf. 03).
168. **Formal** (Inf. 09).
169. **Linguagem Formal** (Inf. 29).
170. Com relação ao linguajar cuiabano, percebemos algumas vezes sua presença, através de comunicadores que o expressa em sua comunicação natural. Mas não é algo forte e marcado, exceto em programas principalmente de cunho humorístico ou temas regionais. Onde ele é trazido de forma mais proposital (Inf. 27).
171. **Não assisto** (Inf. 28).
172. OS REPÓRTERES, POR EXEMPLO DO PROGRAMA É BEM MATO GROSSO, NÃO FALAM QUASE CUIABANO (Inf. 25).
173. Como ele fala mesmo, por exemplo eu não falo arrastado, mas eu falo algumas coisas, se for **natural** por mim tudo bem (Inf. 02).
174. Da mesma maneira como no rádio, devem usar a **norma culta** do falar, sem desprezar portanto o falar **cuiabano** (Inf. 26).
175. Quando se esta nessa posição de atingir um publico você tem que ser **diversificado** não dá pra si prender em um único linguajar, falar **simples e direto** (Inf. 19).
176. **Normal** (Inf. 44).

Estão inscritos nos dados das respostas que fugiram do tema os depoimentos 134, 138, 140, 142, 145, 147, 148, 150, 156, 158, 170, 172. Esses excertos relatam como são os falares dos profissionais da mídia local de Cuiabá-MT, e não como os informantes gostariam que fossem, como sugeria a pergunta, pois visávamos identificar preferências linguísticas relacionadas às mídias locais. Nota-se que esses nativos não entenderam bem a questão 12⁷⁶. Apesar dos depoimentos 138, 145, 147, 148, 156 e 158 estarem inscritos dentro do número de informantes que fugiram do tema proposto na questão, é possível evidenciar as preferências linguísticas desses nativos, pois eles descrevem como são os usos linguísticos das TVs locais de Cuiabá-MT e explicitam se apreciam ou não como isso é conduzido. Os excertos 152 e 162 também fazem parte dos dados dos informantes que fugiram do tema, mas essa fuga ocorreu de forma diferente dos depoimentos anteriormente supracitados.

Quando expusemos que o fato da pergunta 12 ser aberta, explica, em parte, a contradição dos gráficos 9 e 13, é porque esperávamos que a palavra local ou regional aparecesse mais vezes

⁷⁵ A palavra transferida para o gráfico foi Originalidade, visto que, em resposta à questão 9, o informante escreveu: “O locutor em si, tem que manter a **originalidade** dele. É claro se a programação é sobre a cultura e costumes cuiabana, não tem porque colocar um “Gaúcho” para apresentar o programa” (Inf. 08).

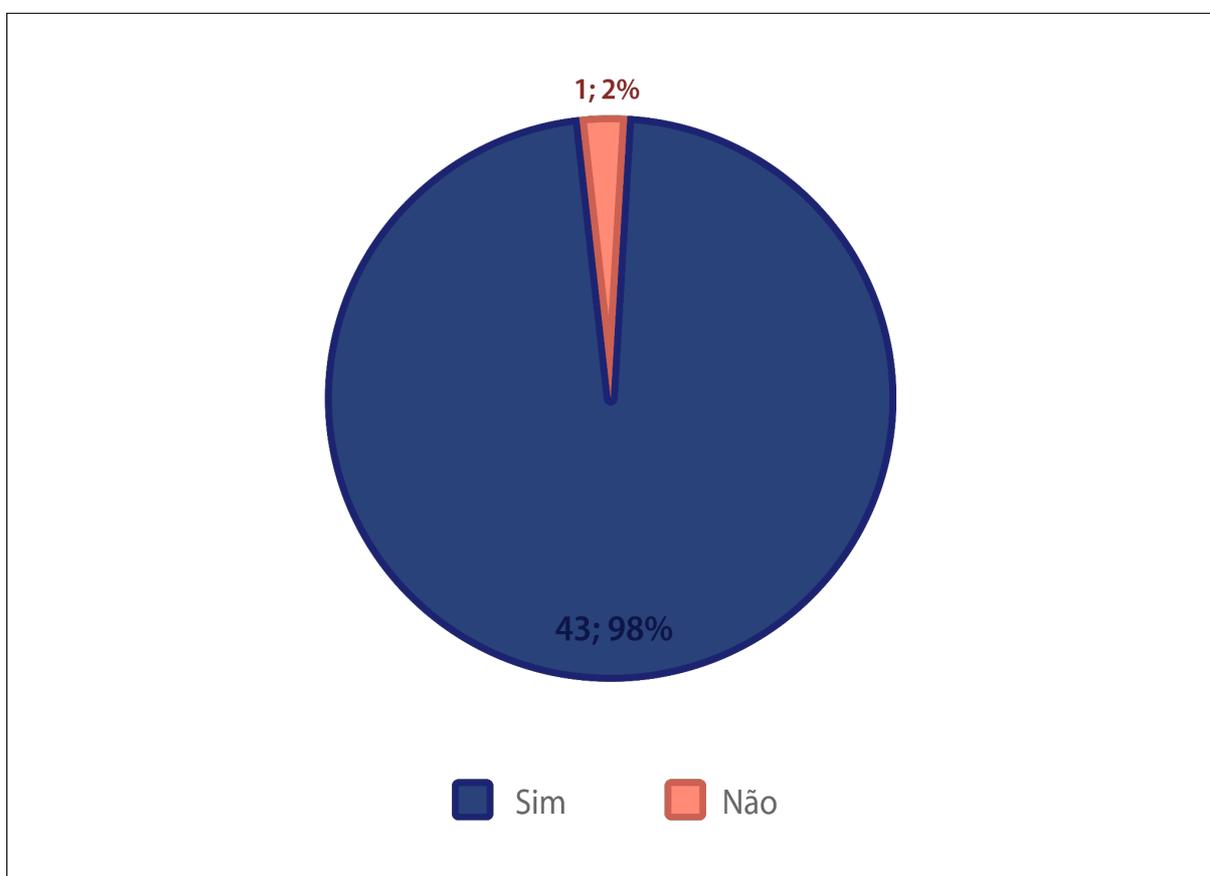
⁷⁶ E em relação à TV local, como você acha que deve ser o falar dos apresentadores, repórteres?

no gráfico 9. Contudo, é preciso levar em consideração que ser favorável ao uso de falares locais nas mídias municipais, 87% dos nativos revelaram isso (gráfico 13), não significa que essa seja a preferência linguística deles. A esse respeito, no âmbito linguístico, a preferência dos nativos entrevistados para TVs locais é pelo uso da linguagem formal.

O fato de alguns nativos não entenderem a referida questão também explica essa divergência entre os resultados expressos nos gráficos mencionados, pois 14 colaboradores fugiram do tema proposto na pergunta.

Na mesma direção, contudo, com ênfase na pronúncia, a pergunta 17 questionava aos informantes: *Você acha que os locutores de rádio podem apresentar sotaques regionais em suas falas durante as programações? Por quê?* O gráfico a seguir apresenta os dados obtidos.

Gráfico 14 - Sotaques no rádio



Fonte: CAMPELO (2022).

O gráfico 14 demonstra: 98% dos informantes são favoráveis ao uso de sotaques nas emissoras de rádio. Somente um informante argumentou que essa ocorrência depende da programação.

Nas linhas seguintes, apresentamos algumas das atitudes linguísticas positivas atinentes ao uso de falares locais no rádio:

177. Sim desde que sejam **entendidos pelo público** (Inf. 32).
178. Sim, porque são as pessoas mais simples e que tem esse falar enraizado que escutam a rádio (Inf. 38)..
179. Sim, porque em sua essência o rádio sempre foi **uma ambiente mais descontraído e mais próximo do público** (Inf. 40).
180. Seria **interessante e familiar**, as pessoas gostam de se sentir acolhidas sensibilizadas com suas características linguísticas (Inf. 15).
181. Sim, para **atrair mais o público** (Inf. 06).
182. Sim. Porque é a tv do povo, da minha região, **para não perdemos a essência** (Inf. 21).
183. Sim, **para manter a tradição da região** (Inf. 22).
184. Sim, porque **a interpretação dos ouvidos será melhor** (Inf. 16).
185. Sim, desde que **não seja tão exagerado** e pronuncie corretamente as palavras (Inf. 20).
186. Sim porque o sotaque na minha opinião **da sentido a fala ao texto** (Inf. 11).
187. Sim. Porque **facilita o entendimento** de seus ouvintes (Inf. 12).
188. Sim, para **divulgação das características regionais** do município (Inf. 14).
189. Acho que podem sim, pessoalmente falando, me interessa quando há programas com pessoas que utilizam tais sotaques, pois é traz um **sentimento de estar mais próximos dos familiares** que são de Cuiabá/MT (Inf. 13).
190. Sem problemas. A língua se modifica com tempo e sotaques deixarão de existir com o tempo, ou se modificarão, isso deve acontecer naturalmente com choque de culturas e suas assimilações, não porque alguém define que tem de ter uma fala neutra, até porque o que é uma fala neutra? (Inf. 23).
191. sim, **para representar a cada município** (Inf. 24).
192. Sim, **para interagir** (Inf. 10).
193. Sim, pois **o ambiente da radio é informal** (Inf. 03).
194. Podem, **mostra sua regionalidade** (Inf. 25).
195. Sim, porque **mostra sua cultura e tradição**, e mostra um pouco da nossa cultura (Inf. 02).
196. Sim, infelizmente os poucos que fazem uso desse recurso o fazem apenas em casos humorísticos (Inf. 26).
197. sim **por isso é cultura quanto mais é apresentado mais popular fica** (Inf. 19)
198. Sim porque acredito que seja **importante para a cultura daqui** (Inf. 44).

Novamente, uma das falas, 177 (Inf. 32)⁷⁷, nos remete à pesquisa realizada no município de Cáceres-MT, uma vez que no referido estudo, em resposta às questões 15⁷⁸ e 16⁷⁹, 5% dos informantes disseram ser favoráveis ao uso de falares locais nas mídias locais, “desde que se faça entender”, como pode ser evidenciado na fala do informante abaixo.

⁷⁷ MES.

⁷⁸ Você acha que no rádio os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?

⁷⁹ E na TV local, você acha que os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?

Sim, desde qui eles digam o que quer dizer porque por exemplo no caso do migranti, nós nativos às vezes vamo entendê tem vezes que você também não sabe certas coisas que eles falam qui você não está acostumadu, não é do seu convívio então mas não, tem programa que é específico pra usá a linguagem mesmo regional, mas achu qui tem que ser uma linguagem simples e qui, não tem problema nenhum se na fala permeá essas falas né (Inf. 18) (PEDROSO, 2018, p. 94).

As falas 185 e 196 também foram identificadas no *corpus* da pesquisa desenvolvida em Cáceres-MT. A esse respeito, alguns informantes são favoráveis ao uso de variedades linguísticas locais nas mídias locais, desde que não seja algo forçado, pois isso causa desconforto para os nativos, os quais realmente oralizam o falar local.

O informante (23)⁸⁰ revelou verdadeiro conhecimento sociolinguístico e levantou uma questão muito relevante: “[...] até porque o que é uma fala neutra?”. Sobre isso, Frosi (2010, p. 52) pondera: “As línguas, todavia, não são instrumentos objetivos e socialmente neutros; estão relacionadas com as identidades dos grupos sociais ou étnicos”.

As falas 178, 179 e 193 se relacionam, pois apresentam os critérios da simplicidade, descontração e informalidade. Para os nativos entrevistados, no rádio, por caracterizar-se como um ambiente descontraído e informal, é permitido o uso de falares locais.

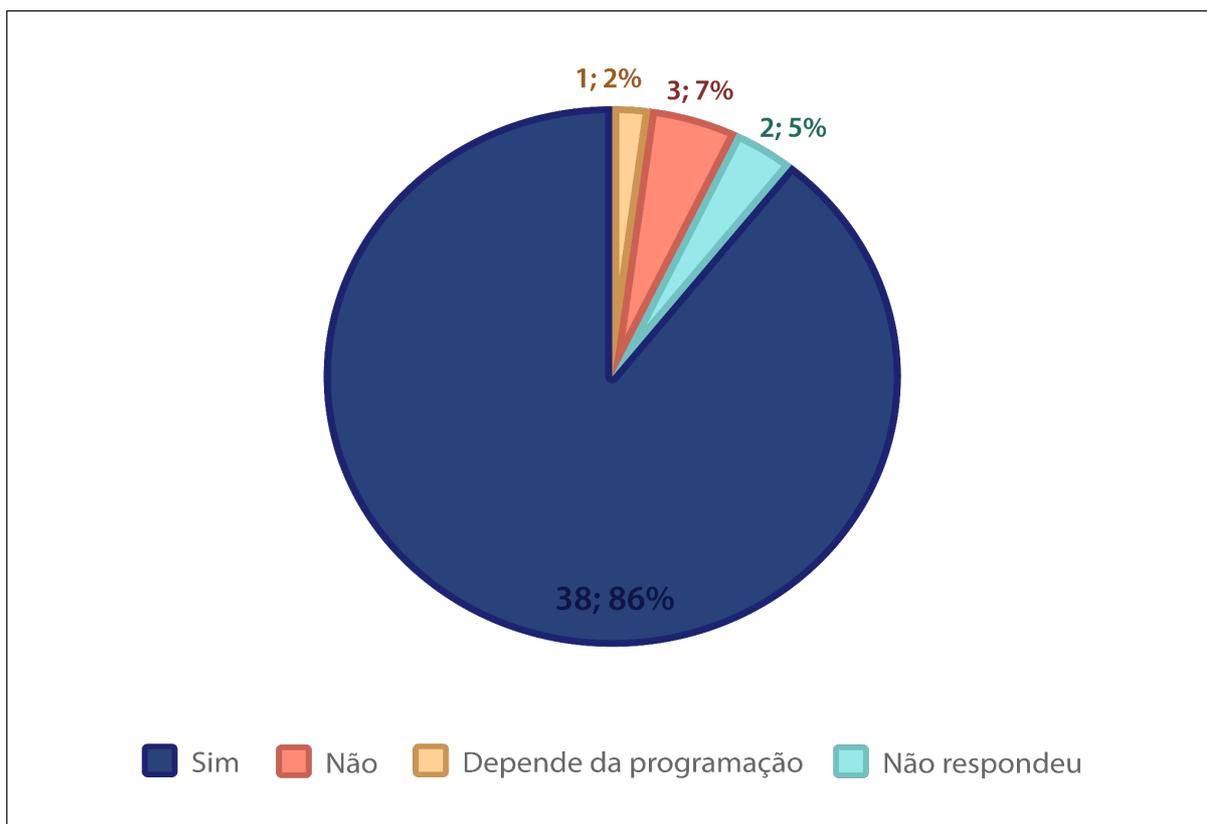
Os enunciados 180, 181, 189 e 192 apresentam os aspectos do acolhimento, atração e interação. Nessa direção, os ouvintes se sentem mais atraídos quando os locutores utilizam variedades linguísticas locais. Ademais, além de atrair, a ocorrência dessas variedades/variantes linguísticas promove o acolhimento e a interação. Nesse caminho, “Os meios de comunicação, principalmente a televisão, desenvolvem formas sofisticadas multidimensionais de comunicação sensorial, emocional e racional, superpondo linguagens e mensagens que facilitam a interação com o público” (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 33).

As falas 184, 186 e 187, por sua vez, trazem a questão da inteligibilidade. A esse respeito, os ouvintes compreendem melhor quando os locutores utilizam o falar local. As falas 183, 195 e 198 citam a tradição e a cultura, de alguma forma elas se relacionam com os fragmentos 188 e 194 que mencionam a regionalidade e com o enunciado 191 que cita a representação.

Buscando comparar as atitudes linguísticas perante o rádio e a TV, a pergunta 18 questionou: *E na TV local, você acha que os apresentadores e repórteres podem apresentar o sotaque regional em suas falas? Por quê?*

Gráfico 15 - Sotaques locais nas TVs locais

⁸⁰ MES.



Fonte: CAMPELO (2022).

A leitura do gráfico 15 mostra que a maioria dos informantes, 86%, são favoráveis à manifestação de sotaques nas TVs locais. 7% são contrários; 5% não responderam; 2% ressaltaram que esse aspecto depende da programação.

Ao compararmos os resultados das perguntas 17 e 18, evidenciamos que, apesar de nas duas questões a maioria dos informantes se mostrarem favoráveis à ocorrência de sotaques nas emissoras de TV e rádio locais, essa atitude linguística é inferior na TV. Esse aspecto também foi identificado nas perguntas 15⁸¹ e 16⁸². As nuvens de palavras, obtidas por meio das perguntas 9⁸³ e 12⁸⁴, também revelam que os informantes estabelecem diferenças em relação aos usos linguísticos da TV e do rádio, pois, enquanto a palavra mais recorrente, revelando a preferência dos ouvintes para os falares do rádio, foi cuiabano, para a TV, a palavra mais citada foi formal.

Essas atitudes também foram identificadas no município de Cáceres-MT, ou seja, apesar de a maioria dos informantes apresentar atitudes linguísticas positivas em relação ao uso de

⁸¹ Você acha que no rádio os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?

⁸² E na TV local, você acha que os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?

⁸³ Como você acha que deve ser o falar dos locutores do rádio?

⁸⁴ E em relação à TV local, como você acha que deve ser o falar dos apresentadores, repórteres?

sotaques nos rádios e TVs locais, alguns nativos cacerenses estabeleceram diferenças do rádio para a TV, revelando a preferência pelo uso de sotaque no primeiro meio.

A já na televisão achu qui nem ocorre isso não aí eles são um pouco mais é, um pouco mais formais aí, exceto é claru quando se () a fazê comentários aí complica né. Eu acho que de vez em quando é até interessante né, mas da mesma forma desde qui eli aspas pra tudo qui ele tá querendo dizê né (Inf. 17) (PEDROSO, 2018, p. 98).

Contudo, a maioria dos informantes, 86%, mostrou-se favorável à ocorrência de sotaques locais nas TVs locais. Nessa direção, as falas abaixo evidenciam atitudes linguísticas positivas perante essa ocorrência.

199. Sim, **para valorizar** (Inf. 34)
200. sim, **para valorizar nossa região** (Inf. 41).
201. Sim, **as pessoas se identificam mais e passam a assistir mais.** também. é uma forma de **não deixar “morrer” o sotaque, e de valorizar o sotaque da região** (Inf. 06).
202. Sim, Porque não, afinal a TV é local e tem a raiz no dialeto regional (Inf. 21).
203. Sim, **porque mostra sua cultura e tradição, e mostra um pouco da nossa cultura** (Inf. 02).
204. Sim. Em uma determinada emissora regional **o apresentador conquistou pela simplicidade de falar, e usar o linguajar cuiabano** para isso (Inf. 26).

As atitudes linguísticas a seguir já foram identificadas em fragmentos anteriores. Elas trazem à baila o quesito inteligibilidade:

205. Sim, para que seus telespectador tenham **entendimento** da mensagem que está sendo passado (Inf. 16).
206. Sim porque o publico **entende com mais facilidade** a matéria temos exemplos de programa assim (Inf. 11).

O informante 33⁸⁵ levantou um aspecto muito relevante: “Sim. Mas geralmente não fazem... Nós temos vergonha de nossa linguagem. Mas nas programações de TV's da região Sul do Brasil, eles tem muito orgulho". A esse respeito, enquanto algumas variedades linguísticas são motivo de orgulho, caracterizadas como identidade, tradição, cultura, entre muitos atributos. Na contramão, temos os falares que são motivo de vergonha, chegando até mesmo a serem inibidos perante não nativos. Diferentemente dos atributos acima, esses usos linguísticos são rotulados de feio, errado, esquisito, arrastado. Sobre esse último atributo, muito utilizado para

⁸⁵ MEM.

descrever os falares do Mato Grosso colonizado no período do Brasil-Colônia, o que seria um falar arrastado? Qual o critério utilizado para atribuir tal característica para determinados usos linguísticos?

Assim, a fala do informante 33 despertou reflexões: Como o cuiabano se posiciona em relação ao próprio falar quando comparado ao português observado na mídia? Ademais, ao afirmar que, enquanto em Cuiabá há vergonha da própria linguagem, e no Sul há orgulho, o informante compreende a variedade linguística local como inferior à variedade sulista. Isso sugere que, quanto mais distante do centro, mais inferior são seus usos linguísticos? Isso nos recorda Bagno (2003), pois nesse nível o preconceito seria mais social que linguístico. “A principal conclusão que tirei dessa investigação é que, simplesmente, o preconceito linguístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo e entranhado preconceito social” (p. 16).

O que Bagno sugere é que não há preconceito linguístico, o que existe é preconceito social, isto é, diz respeito à situação econômica, escolaridade, entre outros, e esse preconceito social é transferido para a língua. Na mesma direção, Corno (2010, p. 89) assevera que “As atitudes em relação aos indivíduos, conforme Grosjean, são geralmente transferidas para a língua de que são usuários, e isso tem consequências para a sobrevivência dessa língua e para a construção da identidade do indivíduo”.

A reflexão despertada acima sugere a força que os grandes centros desempenham sobre o país. Além de ditarem moda e comportamentos, como exposto nas seções anteriores deste estudo, exercem forte influência sobre os usos linguísticos dos sujeitos.

A informante 20⁸⁶ apresenta um fato recorrente, tanto nas atitudes dos cuiabanos, quanto dos cacerenses. Esses informantes sugerem que a manifestação de falares locais nas mídias locais deve ocorrer de forma natural, sem exagero: “Sim, desde que não seja tão exagerado e pronuncie corretamente as palavras” (Inf. 20). Ademais, a nativa traz a questão do erro, pois, para ela, as palavras devem ser pronunciadas corretamente, contudo, se tratando de nível fonológico, o que seria uma pronúncia correta, qual seria essa pronúncia?

As falas seguintes demonstram atitudes linguísticas negativas perante a ocorrência de sotaques nas TVs locais. Nessa via, os informantes são contrários a essa ocorrência.

207. Não, a **tv é um ambiente mais formal**, exige falas mais formais (Inf. 40).

208. **Não podem para mostrar seriedade** ao conteúdo mais sério mais que as vezes acabam falando como meio de entretenimento (Inf. 23).

⁸⁶ FES.

209. Não (Inf. 09).

A fala 207 (Inf. 40)⁸⁷ nos remeteu ao enunciado de um nativo de Cáceres-MT, o qual argumentou sobre a **sofisticação** da televisão. Nessa direção, para o informante, a manifestação de variedades linguísticas locais não deve ocorrer, uma vez que esse suporte midiático é mais formal:

Não nu casu dos jornais locais é, eu acredito qui vá a fala sirva ela começa a tê uma certa sofisticação, né, é devido a uma postura ao qual ele vai te que tê, tem que transparece uma comunicação ou uma notícia né, principalmenti notícias que envolvem é, esferas di governo, situações qui envolvi a cidade em si né, então eu acredito qui deve ter uma certa sofisticação (Inf. 6) (PEDROSO, 2018, p. 96).

Os dados revelam que, relacionados com a questão que indagava a aceitação de falares característicos dos municípios nos rádios e TVs locais, os sotaques são mais aceitos. A diferença não é muita, mas existe: 2 nativos são contrários ao uso de falares característicos do município nas emissoras de rádio; 4 são contrários à difusão desses falares nas TVs locais. Em relação ao sotaque, nenhum informante diz ser contra essa ocorrência no rádio, 1 disse que esse fator depende da programação; 3 nativos foram contra essa ocorrência nas TVs locais. A hipótese levantada é que as pessoas acreditem que o sotaque é inerente ao falante, faz parte de sua fala. Já determinados falares são possíveis de serem evitados.

A subseção seguinte mostra se os nativos entrevistados são favoráveis ou não à ocorrência do falar cuiabano nas mídias locais cuiabanas. Também foi possível identificar, por meio das perguntas aplicadas, quais sentimentos são despertados através dessa manifestação, e como os informantes reagem perante essa ocorrência. Identificamos, também, se há, em Cuiabá-MT, programas de rádio e TV nos quais há a manifestação das variedades/variantes linguísticas da comunidade.

5. 3 Mídias faladas cuiabanas

As perguntas desta subseção são semelhantes às questões da subseção anterior, contudo, são mais direcionadas, especificamente, ao falar cuiabano. Optamos por essa metodologia para verificar se não há contradições nas respostas, e para evidenciar se os participantes realmente apreciam o uso do falar cuiabano nas mídias locais. Nessa direção, as perguntas da subseção

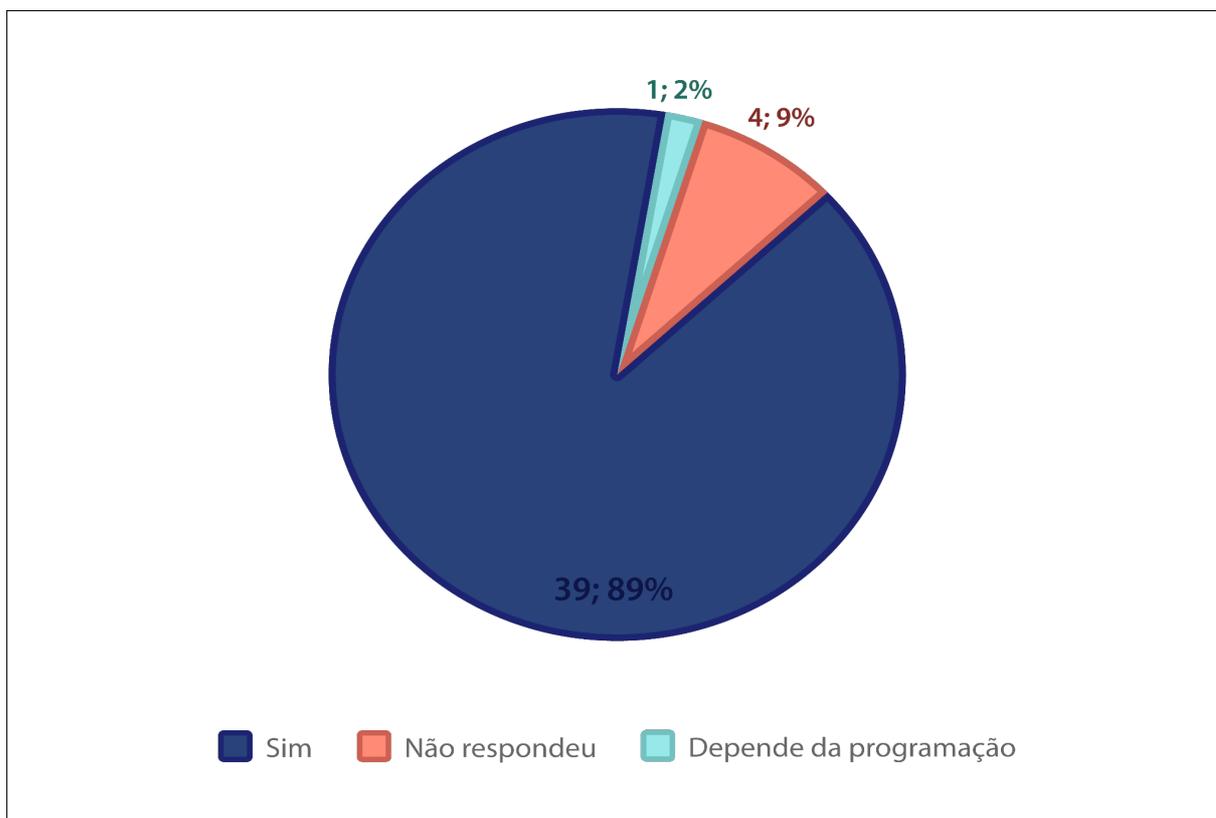
⁸⁷ MEM.

5.2 são mais generalizadas, tratam das mídias locais como um todo, ou seja, com elas buscamos identificar as preferências linguísticas dos sujeitos em relação a esse tipo de mídia.

Nesta subseção, que ora iniciamos, as perguntas são especificamente para perceber atitudes linguísticas sobre o falar cuiabano, pois pode acontecer de o informante responder sim para algumas das perguntas dispostas na subseção 5.2, que indagavam se ele é contra ou a favor da ocorrência de falares locais nas mídias faladas locais, e não quando questionado se ele é favorável à manifestação do falar cuiabano nas mídias faladas de Cuiabá-MT. Nesse caso, o informante apresentaria atitude linguística negativa perante o falar cuiabano, pois, apesar de se mostrar favorável à ocorrência de falares locais nas mídias faladas locais, é contra a ocorrência do falar cuiabano nas mídias faladas de Cuiabá-MT.

A pergunta 21 indagou aos informantes se eles eram favoráveis ao uso do falar cuiabano no rádio. Conforme demonstra o gráfico abaixo, a maioria dos nativos entrevistados, 89%, apoiam o uso do falar cuiabano no rádio, 9% não responderam, 2%, correspondente a um informante, disse que depende da programação.

Gráfico 16 - Falar cuiabano no rádio



Fonte: CAMPELO (2022).

Considerando que a maioria respondeu sim à pergunta anterior, apresentamos a seguir a fala de alguns nativos que se enquadram nesse perfil.

210. Sim, **para não se perder a essência do nosso falar** (Inf. 38).
211. Sim, **para identificar nossa tradição e o regionalismo** (Inf. 39).
212. Sim vejo que assim pode ser passado até a geração mais atual e também como forma de **preservar e mostrar o que e nossa cultura** (Inf. 23).
213. sim, é forma de **representatividade da regional** (Inf. 15).
214. Sim, **as pessoas se identificam mais e passam a escutar mais** (Inf. 06).
215. Sim. **Para não perdemos a essência, nosso linguajar** (Inf. 21).
216. Sim, **pra manter a tradição da região** (Inf. 22).
217. Sim porque além de **melhor entendimento** do publico é uma **cultura que não podemos deixar morrer** (Inf. 11).
218. Sim. Porque vai de encontro a **identidade dos munícipes. E facilita o entendimento** (Inf. 12).
219. Sim, para **divulgação do sotaque regional** (Inf. 14).
220. Sim, pois **reforça ainda mais a cultura cuiabana** (Inf. 13).
221. Sim, porque **é a nossa cultura, e as pessoas gostam quando isso é valorizado** (Inf. 10).
222. Sim. Além de **representar nossa cultura, promove o conhecimento dela** aos mais jovens e imigrantes de forma mais fácil e abrangente (Inf. 27).
223. Sim, **Representatividade** (Inf. 02).
224. Sim. Precisamos **resgatar nossa cultura e dissemina-la** (Inf. 26).
225. Sim porque **ajuda divulgar a cultura** (Inf. 19).
226. Sim porque **nao deixa a cultura morrer** (Inf. 44).

As falas 210 e 212 apresentam um aspecto relevante, já exposto e argumentado neste trabalho, diz respeito à **preservação** do falar. A esse respeito, a ocorrência de variedades linguísticas nas mídias locais contribui para a manutenção do falar local.

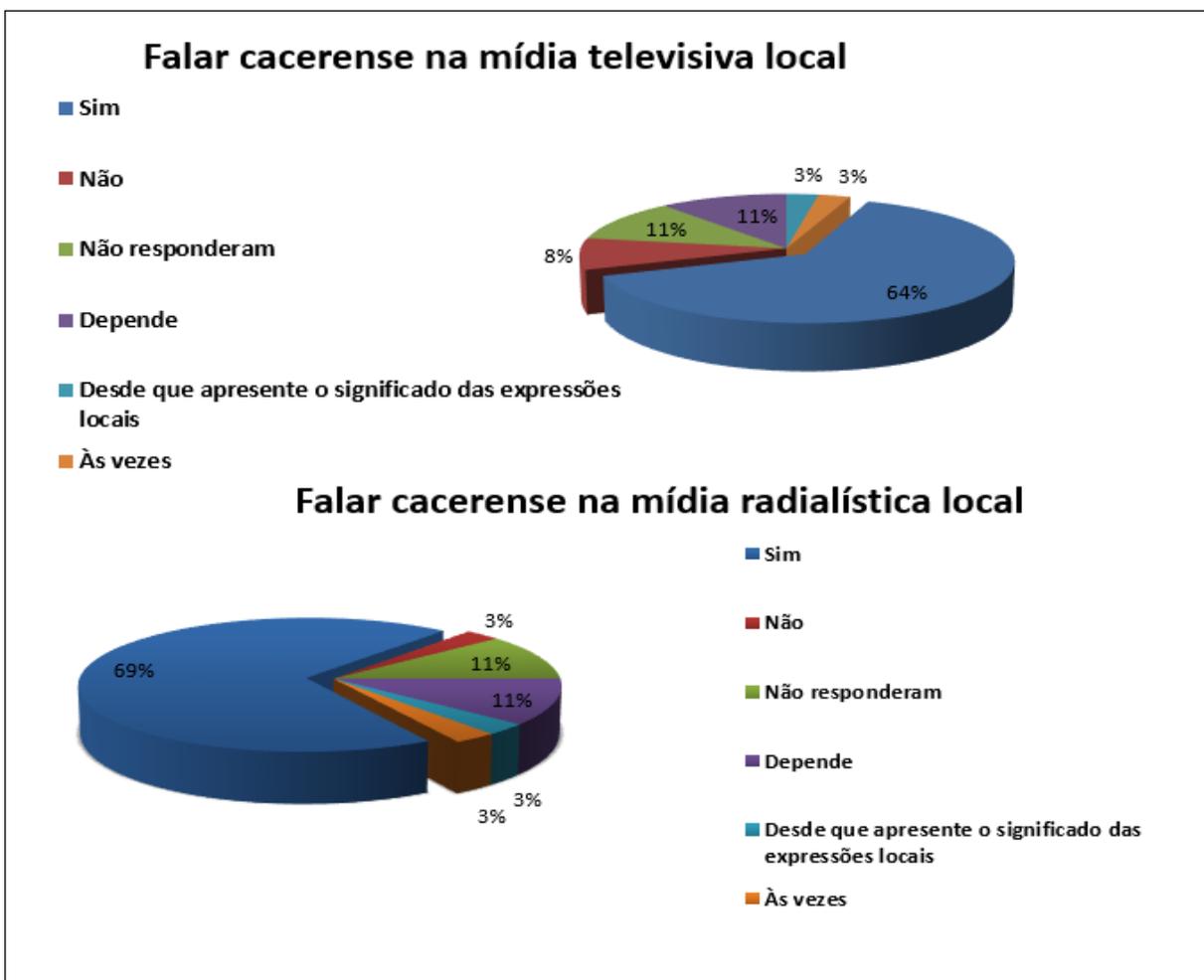
Os fragmentos 211, 213, 214, 218 e 223 colocam em relevo a **identificação** e a **representatividade**. A fala 216 traz à baila a **tradição**, e os enunciados 212, 217, 221, 222, 224, 225 e 226 citaram a **cultura**. Em 217 e 218 perpassam, também, o critério **inteligibilidade**. Assim, usos linguísticos locais possibilitam maior compreensão dos fatos expostos.

Todos esses quesitos apresentados, identificação, representatividade, tradição, cultura e inteligibilidade são promovidos por meio do uso de variedades/variantes linguísticas locais nas mídias locais. Nessa direção, não são apenas simples modos de expressão, vai muito além disso, pois, para os nativos, esses usos linguísticos são capazes de promover todos os aspectos mencionados acima.

Um informante respondeu que depende da programação: “Sim. Mas volto a afirmar, que deve ser inserida de acordo com a programação. Por ser uma linguagem coloquial. Exemplo: Em um programa jornalístico que as noticiais tem que ser clara e objetiva, poderia ficar

obsuro” (Inf. 08)⁸⁸. Essa justificativa também apareceu na pesquisa desenvolvida em Cáceres-MT, contudo, com porcentagem mais significativa, chegando a 11% em uma das perguntas, como evidenciado no gráfico abaixo.

Gráfico 17 - Falar cacerense na mídia televisiva e radialista local



Fonte: PEDROSO (2018).

A fala 224 (Inf. 26)⁸⁹ mostra a cultura atrelada à fala, pois a justificativa do informante para o uso do falar cuiabano no rádio é que a cultura precisa ser resgatada e disseminada, isto é, o resgate e disseminação da cultura cuiabana aconteceria através dos usos linguísticos.

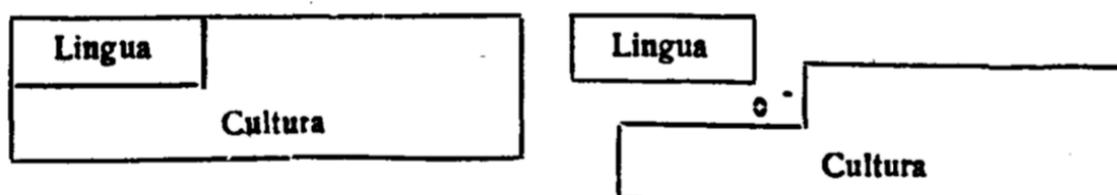
Para evidenciar a relação existente entre língua e cultura, apresentamos nas linhas abaixo uma citação de Câmara Jr (1955, p. 53):

Em primeiro lugar, funcionando na sociedade para a comunicação dos seus membros, a língua depende de toda a cultura, pois tem de expressá-la a cada

⁸⁸ MES.
⁸⁹ MEM.

momento; é um resultado de uma cultura global. Ora, isso não acontece necessariamente com os outros aspectos da cultura: em cada um deles se refletem outros (as concepções religiosas na arte, a arte na indústria e assim por diante), mas nenhum deles existe para expressar todos os outros. Assim a língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente:

8 - Língua e Cultura

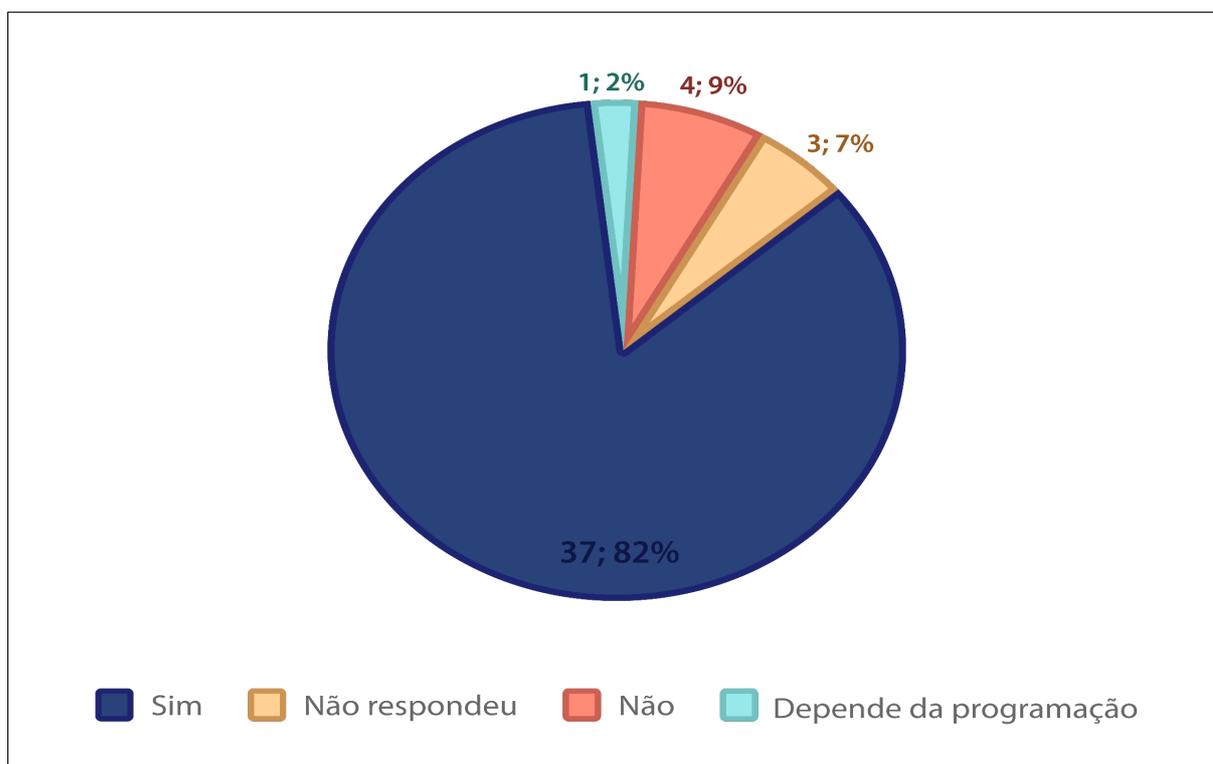


Fonte: Câmara Jr, 1955.

Na mesma perspectiva, Azeredo (2008, p. 58) defende: “[...] conhecer uma língua é necessariamente, saber servir-se dela, compreendê-la e vivenciá-la como expressão da vida em sociedade, com sua diversidade, sua complexidade, suas convenções, seus ritos, suas crenças, seus valores.

Direcionada para TV local, a questão 22 indagava: *E na TV local, você é favorável ao uso desse falar? Por quê?*

Gráfico 18 - Falar cuiabano nas TVs locais



Fonte: CAMPELO (2022).

O gráfico 18 elucidada que 82% dos informantes são favoráveis ao uso do falar cuiabano na TV local; 9% são contrários; 7% não responderam e 2% relataram que tal fator depende da programação.

Abaixo, elucidamos algumas das atitudes linguísticas positivas expressas pelos informantes:

- 227. Sim. **Facilita a comunicação** (Inf. 33).
- 228. Sim, porém com mais formalidade (Inf. 22).
- 229. Também, pois penso da mesma forma com relação ao rádio, **importante demonstrar a cultura de nossa região** (Inf. 13).
- 230. sim , **está representando município** (Inf. 24).
- 231. Sim, Porque mostraria a sua população uma **interação maior**, pena que ainda não se usa tanto como deveria (Inf. 10).
- 232. Sim, pois **é a essência de nós cuiabano** (Inf. 03).

As falas expressas a seguir, novamente, trazem à baila a naturalidade. Nessa via, os informantes são favoráveis à manifestação de sotaques na rede televisiva local, desde que essa ocorrência aconteça de forma natural, sem exagero, e não seja algo forçado.

- 233. Sim. **Não só motivo de piada**, mas para exaltar o nosso povo, a nossa cultura e a nossa terra (Inf. 21).
- 234. Acho que o necessário. **Algo natural e Não forçado**. Como disse, evitar erros de português é o essencial. Na TV exige-se um pouco mais, pelo fato de que algumas vezes a matéria pode ser direcionada para uma TV Nacional (Inf. 17).
- 235. Sim, porém **sem sotaque exagerado** (Inf. 20).
- 236. Sim, acredito que **se for da pessoa, natural sem problema**, só uma questão de respeito a diferença de cada um (Inf. 23).

Nos fragmentos acima, os nativos levantam uma questão que apareceu significativas vezes. Isso nos levou ao questionamento: A mídia tem apresentado esse falar de maneira sarcástica? A fala 233 nos faz refletir se a representatividade do falar cuiabano nas mídias locais tem sido em tom de piada. Isso nos direciona para o excerto 235, no qual o informante diz ser favorável ao uso do falar cuiabano na TV local, mas essa ocorrência não deve ter um sotaque exagerado. Os demais depoimentos nos levam a inferir que, quando o informante 20⁹⁰ defende o sotaque não exagerado, ele está se referindo a algo forçado, caricatural, conforme relatos de diversos nativos.

As falas revelam que desagrada aos nativos quando a representação do falar cuiabano ocorre de forma forçada, caricatural, ou até mesmo de maneira grotesca. Na contramão, as falas

⁹⁰ FES.

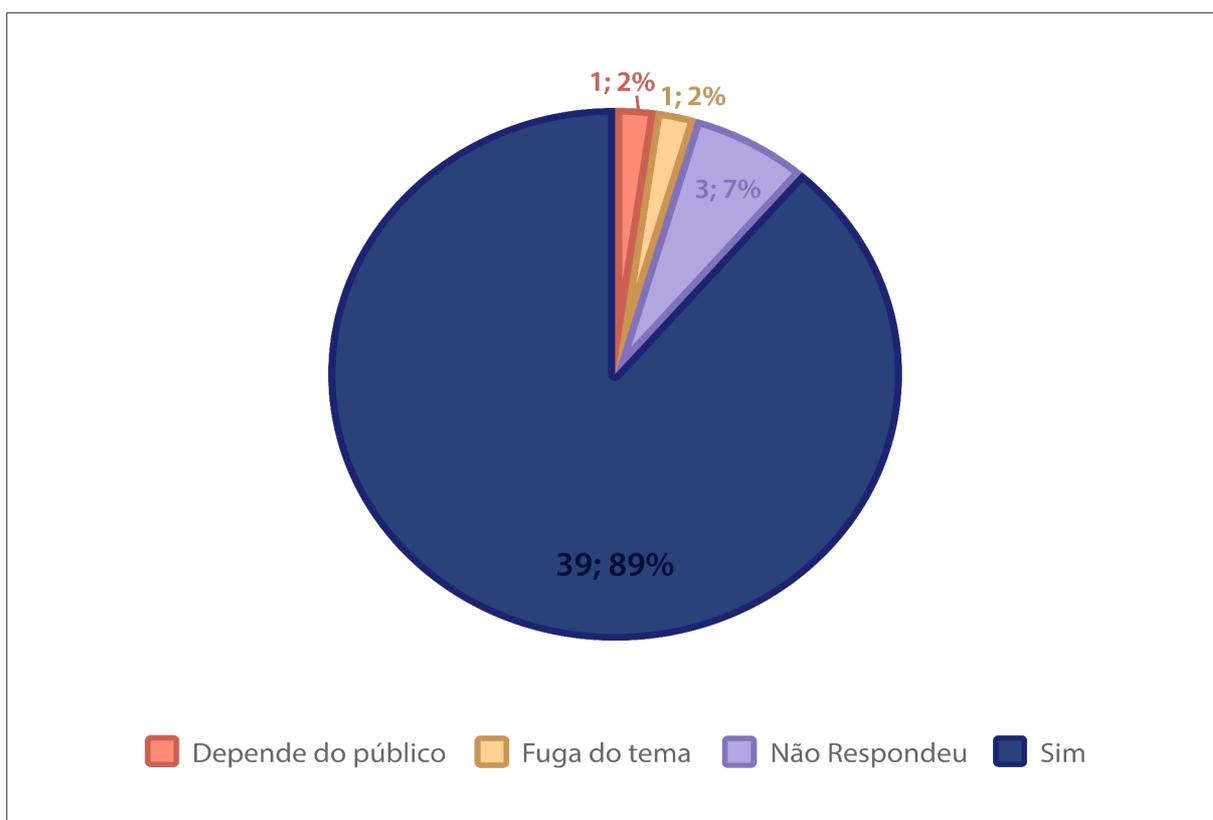
seguintes são, para estudiosos da língua, extremamente valiosas. Para os informantes abaixo, a manifestação do falar cuiabano nas mídias de Cuiabá-MT ajuda na preservação do falar. Esse aspecto é extremamente relevante, pois, além de revelar atitudes linguísticas, mostra como a representação de variedades linguísticas locais nas mídias locais é capaz de auxiliar na preservação do falar local.

237. Sim. A estrutura do veículo pode ser um meio favorável na **preservação da nossa fala** (Inf. 26).

238. Sim porque acredito que alcança maior público mais que rádio a onde pode fazer que o **falar cuiabano seja expandido** (Inf. 44).

A questão 23 questionou: *Você considera correta a ocorrência do falar cuiabano no rádio? Por quê?* Como resposta, 89% dos colaboradores responderam sim; 7% não responderam; 2% fugiram do tema proposto na pergunta; 2% acreditam que depende do público.

Gráfico 19 - Falar cuiabano no rádio: Entre o certo e o errado



Fonte: CAMPELO (2022).

A seguir, apresentamos algumas respostas que se inscrevem no Sim:

239. Sim para **cultura** cuiabana não morrer (Inf. 31).
240. Sim, para identificar nossa **tradição** e o **regionalismo** (Inf. 39).
241. Sim, ambiente mais **descontraído** (Inf. 40).
242. Sim, com boa medida e cautela (Inf. 07).
243. sim, como achar errado a **cultura linguística**, não é possível achar feio ou errado a cultura da sua **região**, e a mesma coisa que negar suas **raízes** (Inf. 15).
244. SIM, PRA NÃO DEIXAR MORRER O **SOTAQUE** DA REGIÃO (Inf. 06).
245. Incorreto não acho, quando se trata de pessoas cuiabanas apresentando os programas. Mas, é necessário que haja um cuidado para que não exagere no falar cuiabano (Inf. 17).
246. Sim, porque caracteriza nossa **cultura** e costume (Inf. 20).
247. Sim, porque na minha visão tornar uma comunicação de mais fácil **entendimento** (Inf. 11).
248. Sim. Faz jus a **tradição** cuiabana (Inf. 12).
249. Sim, para a divulgação do falar cuiabano (Inf. 14).
250. Ouço alguns locutores que tem sotaque bem forte e acho muito lindo. Me faz pensar como o cuiabano conseguiu preservar esse sotaque durante tanto tempo (Inf. 23).
251. Sim, pois além de ser nossa essência nos **aproxima** mais (Inf. 03).
252. Sim. Representa a **cultura** e a alegria que o cuiabano tem do seu jeito de falar. Ao falar com um cuiabano é fácil perceber o orgulho e apreciação que tem pela fala, cultura e receptividade cuiabana (Inf. 27).
253. Sim faz parte da **cultura** (Inf. 28).
254. Sim, Representatividade (Inf. 02).
255. Sim. É uma de nossas maiores riquezas culturais, não há motivos para censura-la (Inf. 26).
256. Sim o povo que não divulga a sua própria **cultura** acaba perdendo-a (Inf. 19).

Os depoimentos 239, 240, 246, 248, 252, 253 e 256 mostram como os conceitos de cultura e tradição estão relacionados à língua. Como sociolinguistas, defendemos essa relação. “Dessa forma, a língua se relaciona com o contexto de vida do falante com todas suas nuances (sociais, culturais, econômicas, históricas, artísticas, religiosas etc)” (SILVA; SOUSA, 2017, p. 226).

Para esses estudiosos, a língua é um código que se concretiza na fala e na escrita, ambas se inscrevem em um sistema linguístico. Esse sistema não pode ser considerado em si próprio, pois “Ele só existe em função de uma realidade sociocultural na qual o falante da língua está inserido”. Em vista disso, os pesquisadores defendem: “a língua não pode ser analisada como um sistema formal isolado de significações socioculturais” (*ibidem*).

As falas 241, 247, 251 trazem aspectos evidenciados na pesquisa desenvolvida em Cáceres-MT, são eles: descontração, entendimento, aproximação. Entendemos que a descontração, sugerida no excerto (241), faz parte do veículo rádio, logo, o falar cuiabano pode ser manifestado. Nessa direção, para alguns informantes, poucos, mas há os que

acreditam que, na mídia, falares locais só podem ser manifestados em ambientes de descontração, sem formalidade. Em ambientes mais formais, como a TV, por exemplo, esses falares não são tão bem-vindos.

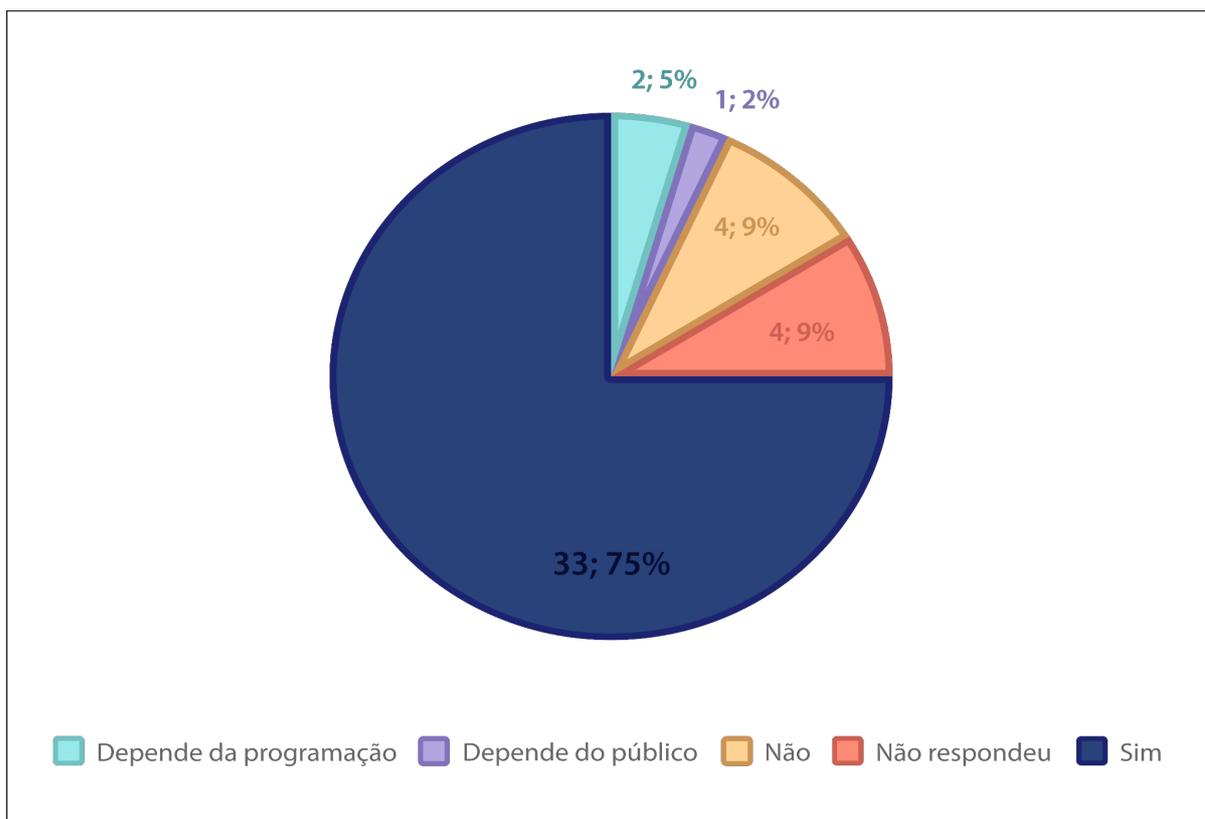
O entendimento e aproximação são aspectos propiciados através dos usos linguísticos, isto é, a utilização do falar do local proporciona maior inteligibilidade e aproximação locutor/ouvintes. Conforme exposto, essas características foram identificadas em Cáceres-MT. A esse respeito, muitos dos dados encontrados neste estudo dialogam com as atitudes linguísticas de nativos cacerenses.

Os excertos 242 e 245 se relacionam, pois, neles, a atitude linguística para ocorrência do falar cuiabano no rádio é positiva até certo ponto. Nessa ocorrência deve haver cautela, depoimento (242), e não deve existir exagero, fala (245). Acreditamos que essas atitudes decorrem do fato de às vezes o falar cuiabano ser exposto na mídia de forma caricatural e forçada, isto é, não natural, desencadeando o exagero sugerido pelo nativo. Esse tipo de exposição não é a forma natural do nativo falar, não corresponde ao falar cuiabano como ele realmente é. Talvez isso explique o argumento exposto no excerto 245, em que o nativo defende que essa exposição do falar no rádio deve ser feita por “pessoas cuiabanas”.

No depoimento 250, o nativo reflete sobre como o cuiabano conseguiu preservar por tanto tempo o sotaque. Para explicar, recorremos a Azeredo (2008, p. 63), o autor explica que a norma não é rígida e invariável, pois o sistema fornece para os falantes meios de renová-la. Contudo, “essa renovação é lenta, pois as forças sociais de conservação são mais poderosas do que as iniciativas individuais de estilização”.

Sobre a pergunta 24: *E na TV local, você considera correta a ocorrência desse falar? Por quê?* Conforme exposto no gráfico abaixo, 75% dos informantes responderam sim; 9% disseram não; 9% não responderam; 2% acreditam que esse aspecto depende do público; para 5% depende da programação.

Gráfico 20 - Falar cuiabano na TV local: Entre o certo e o errado



Fonte: CAMPELO (2022).

As falas abaixo se inscrevem nos 75% dos informantes que responderam sim para a pergunta 24.

257. Sim isso é muito bom **ver e ouvir** (Inf. 33).
258. Sim, na **medida certa**, porque muitas pessoas não conhecem todo linguajar cuiabano (Inf. 16).
259. Sim, em caso de ter uma **parte do programa de TV reservado para essa finalidade** (Inf. 14).
260. Sim, **principalmente em ambiente de entretenimento** onde são mais explorado tal linguajar, (Inf. 13).
261. Acredito que **se for da pessoa o sotaque sem problemas**, certas palavras cujo significado não sejam comum a todos talvez possam ser evitadas, mas caso as fale tem de explicar a todos a fim de entendam a mensagem (Inf. 23).
262. Sem dúvidas. **Tudo que temos para chamar de 'nosso' deve ser enaltecido**, principalmente nos veículos de comunicação televisiva locais (Inf. 26).
263. Sim nao deixa a **cultura** morrer (Inf. 44).

Um dos colaboradores que respondeu não para a pergunta: “Não muito, por ser um instrumento mais formal, mais é uma formar de aproximar telespectador” (Inf. 03), argumenta que a ocorrência do falar local na TV local aproxima apresentador/telespectador. Assim,

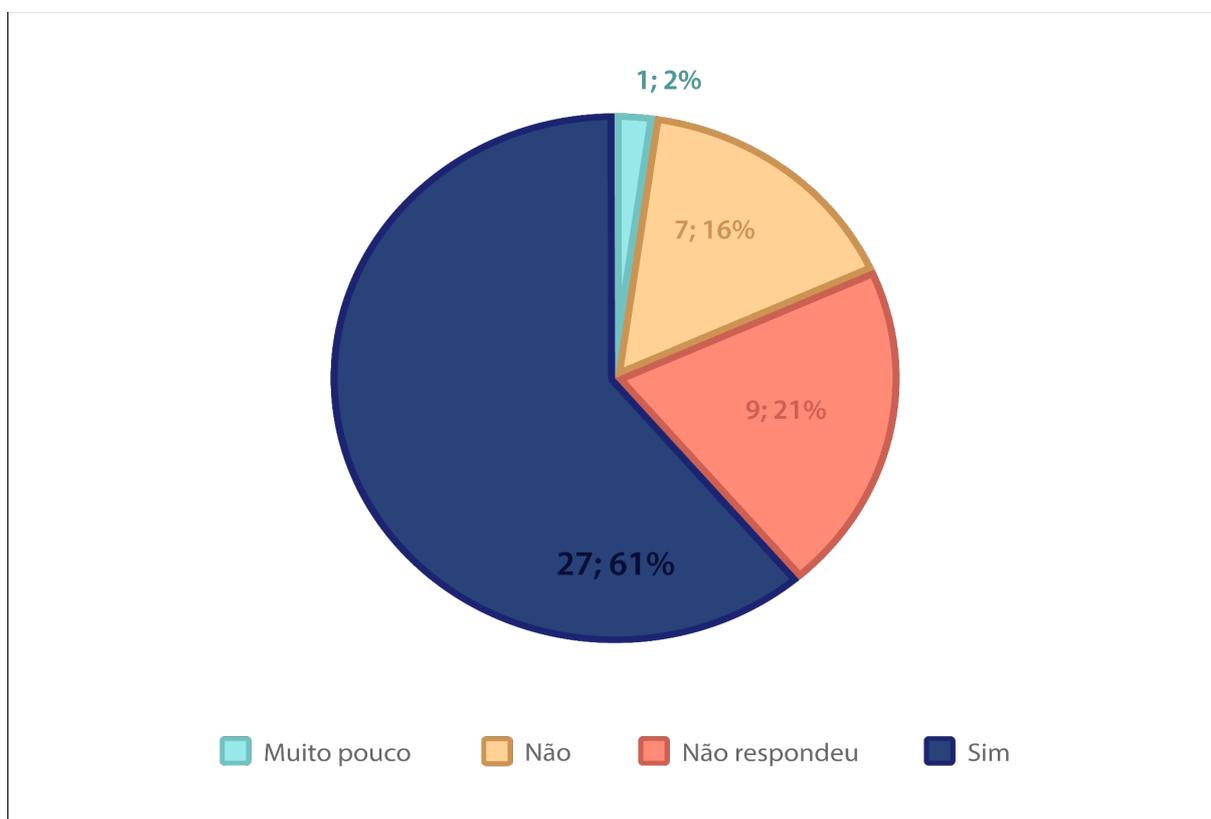
apesar de se mostrar contrário a essa ocorrência, pois a TV é um veículo mais formal, o informante acredita que esses usos linguísticos propiciam maior aproximação entre os profissionais e os telespectadores.

O fato de a negativa decorrer porque a TV é considerada pelo informante como mais formal, e no depoimento (260) essa aceitação ser justificada porque se trata de entretenimento, evocam-nos as reflexões obtidas na pesquisa de Cáceres-MT:

Elencaremos agora a fala dos informantes que relataram que esse critério depende da programação que será veiculada. Na fala desses nativos, percebemos um estigma em relação ao falar cacerense, uma vez que tal falar não pode ser manifestado em situações sérias, para 11% dos entrevistados sempre que a notícia ou a programação exigir um caráter mais sério, o falar cacerense deve ser inibido (PEDROSO, 2018, p. 107).

A pergunta a seguir buscava identificar se há na comunidade pesquisada, Cuiabá-MT, algum programa de rádio no qual o falar do locutor representa o falar local. Conforme pode ser evidenciado no gráfico 21, a maioria dos informantes, 61%, responderam sim; 16% afirmaram que não; 21% não responderam; 2%, equivalente a um informante, respondeu: muito pouco.

Gráfico 21 - Representação do falar cuiabano no rádio



Fonte: CAMPELO (2022).

Alguns dos informantes, que responderam sim à pergunta 27, especificaram alguns programas nos quais o falar do locutor representa o falar da comunidade. Os programas citados foram Tchá com bolo (três ocorrências), seguido dos programas, todos com uma ocorrência, Rádio Capital FM, Radialista Fábio Dias, Tribuna Sertaneja, Vila Real, Difusora FM, Jornal da Capital.

A seguir, apresentamos as justificativas de alguns informantes que responderam sim à pergunta 27:

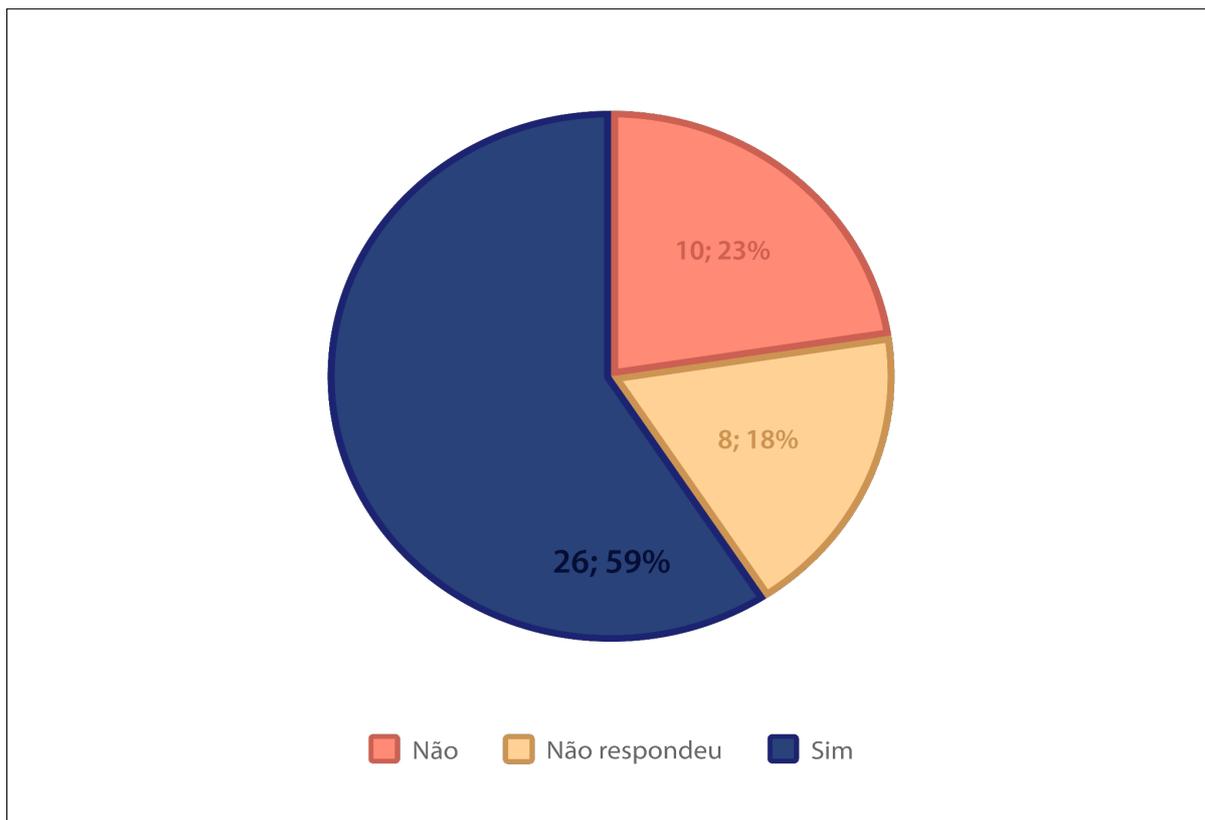
264. Sim a fala” tá até doce” ao transmitir uma música que seja agradável que a maioria goste e outras falas para colocar como descontração e diversão (Inf. 23).
265. Sim, considero. Sim, existe um programa de rádio que se chama tribuna sertaneja em que o locutor, ele fala o falar bastante cuiabano e se assemelha muito com a cultura de Cuiabá. Então esse programa, o tribuna sertaneja, tem o linguajar característico da região de Cuiabá (Inf. 15).
266. Sim, tem alguns programa que se pode perceber o sotaque cuiabano do locutor (Inf. 16).
267. Sim, porque o apresentador é um cuiabano nato (Inf. 11).
268. Sim, pois são cuiabanos legítimos nascidos aqui (Inf. 14).
269. Sim. Existem poucos apresentadores que fazem questão de usar o linguajar cuiabano, sendo mais comum nas rádios que TV’s (Inf. 08).
270. Sim, porque é gente da gente que apresenta (Inf. 10).
271. Sim, pois o sotaque de alguns locutores é inconfundível com o nosso falar (Inf. 03).
272. Sim. O programa citado a cima “Tchá com bolo” por exemplo, busca trazer o linguajar cuiabano para o programa, o que percebemos bastante na fala dos radialistas que o apresentam. Mas em outros percebo mais o sotaque do que palavras e frases cuiabanas (Inf. 27).

A fala 270 coloca em relevo a questão da identidade, pois, ao dizer: “é gente da gente que apresenta”, o informante mostra uma relação de identificação com o locutor/programa. O depoimento revela também uma aproximação estabelecida através da fala. Nessa via, por meio do modo de falar do locutor é construída uma relação de identidade e, conseqüentemente, de aproximação locutor/ouvintes.

O enunciado 271 merece atenção, pois o informante descreve o falar local como inconfundível. Essa característica revela a riqueza das variedades linguísticas de Cuiabá-MT, pois é um falar tão próprio, tão característico da comunidade, que se torna inconfundível.

O gráfico a seguir apresenta as respostas obtidas com a pergunta 28: *E na TV local, há algum programa no qual a fala do apresentador se assemelha com o falar cuiabano? Se sim, exemplifique.*

Gráfico 22 - Representação do falar cuiabano nas TVs locais



Fonte: CAMPELO (2022).

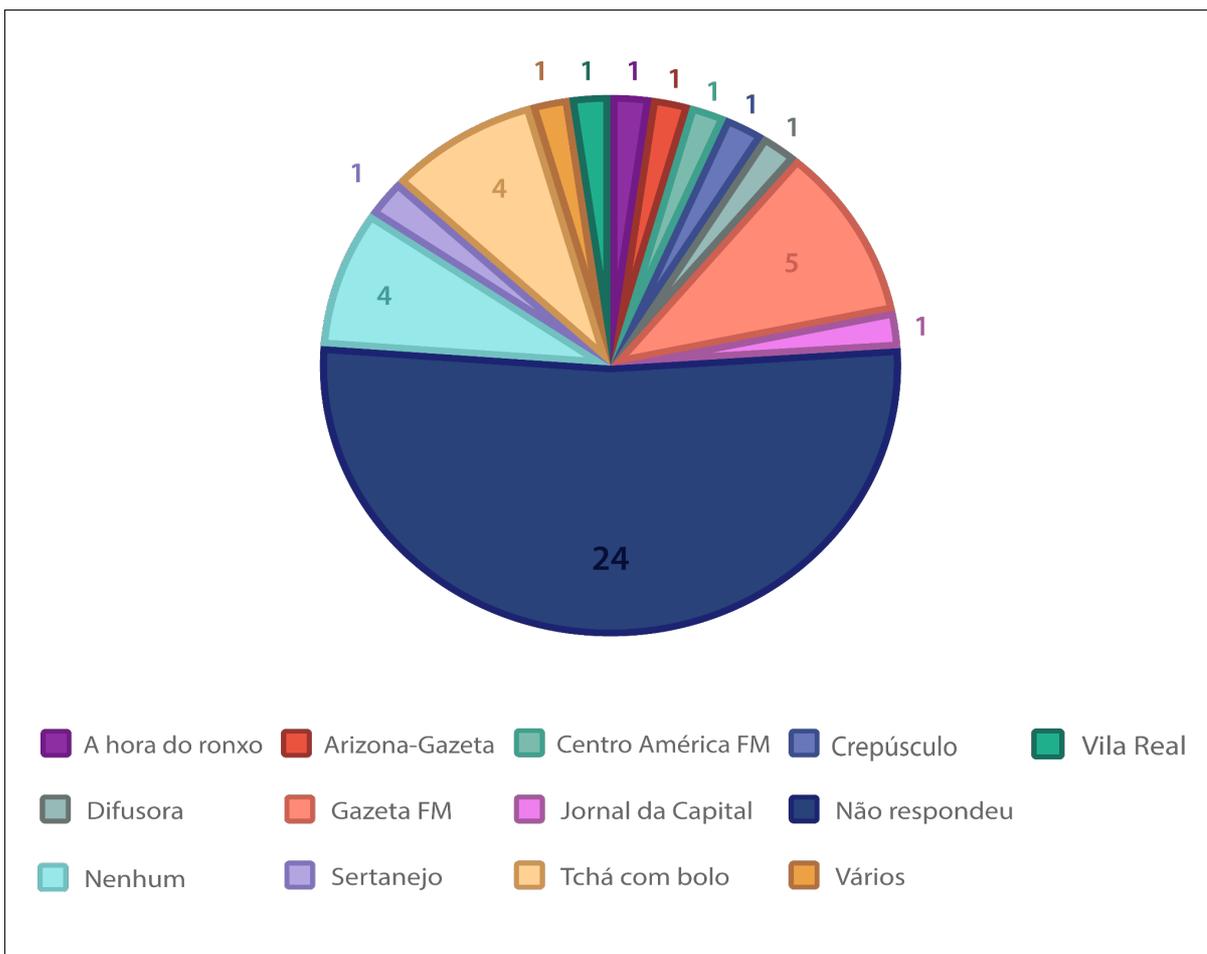
O gráfico 22 mostra: 59% dos entrevistados disseram que há em Cuiabá-MT programas de TV nos quais as falas dos apresentadores se assemelham com o falar dos nativos cuiabanos; 23% disseram que não e 18% não responderam. A seguir, apresentamos algumas falas que englobam os 59%.

273. Sim, é bem MT. Os apresentadores são cuiabanos e suas características são próprias isso demonstra ser “verdadeiro” suas falas (Inf. 07).
274. Sim, o programa do POP a característica do programa e resgatar as falas e dizeres dos cuiabanos, pois se está se perdendo essa características devidos as novas gerações não serem filhos natos da região, está ocorrendo uma miscigenação de raças e muitas pessoas de foras, onde hoje os jovens mesmo nascidos em Cuiabá tem a fala sem vícios linguísticos regionais (Inf. 15).
275. Sim, são vários, tem os que trocam as consoantes bem nítidos mesmos o crima hoje (Inf. 11).

O depoimento 274 revela uma atitude linguística negativa por parte do informante, pois ele percebe o falar cuiabano como “vícios linguísticos regionais”. Opostamente à percepção do nativo, há uma postura exemplar por parte do programa mencionado que busca resgatar o falar local.

A pergunta 30 indagou aos entrevistados: *Qual programa de rádio de Cuiabá-MT melhor representa o falar cuiabano?* As respostas obtidas mostram que 24 informantes não responderam; 5 citaram o programa Gazeta FM; 4 mencionaram o programa Tchá com bolo; 4 disseram que nenhum programa traz essa representação. As demais programações expostas no gráfico apareceram uma vez⁹¹.

Gráfico 23 - Programas de rádio que representam o falar cuiabano



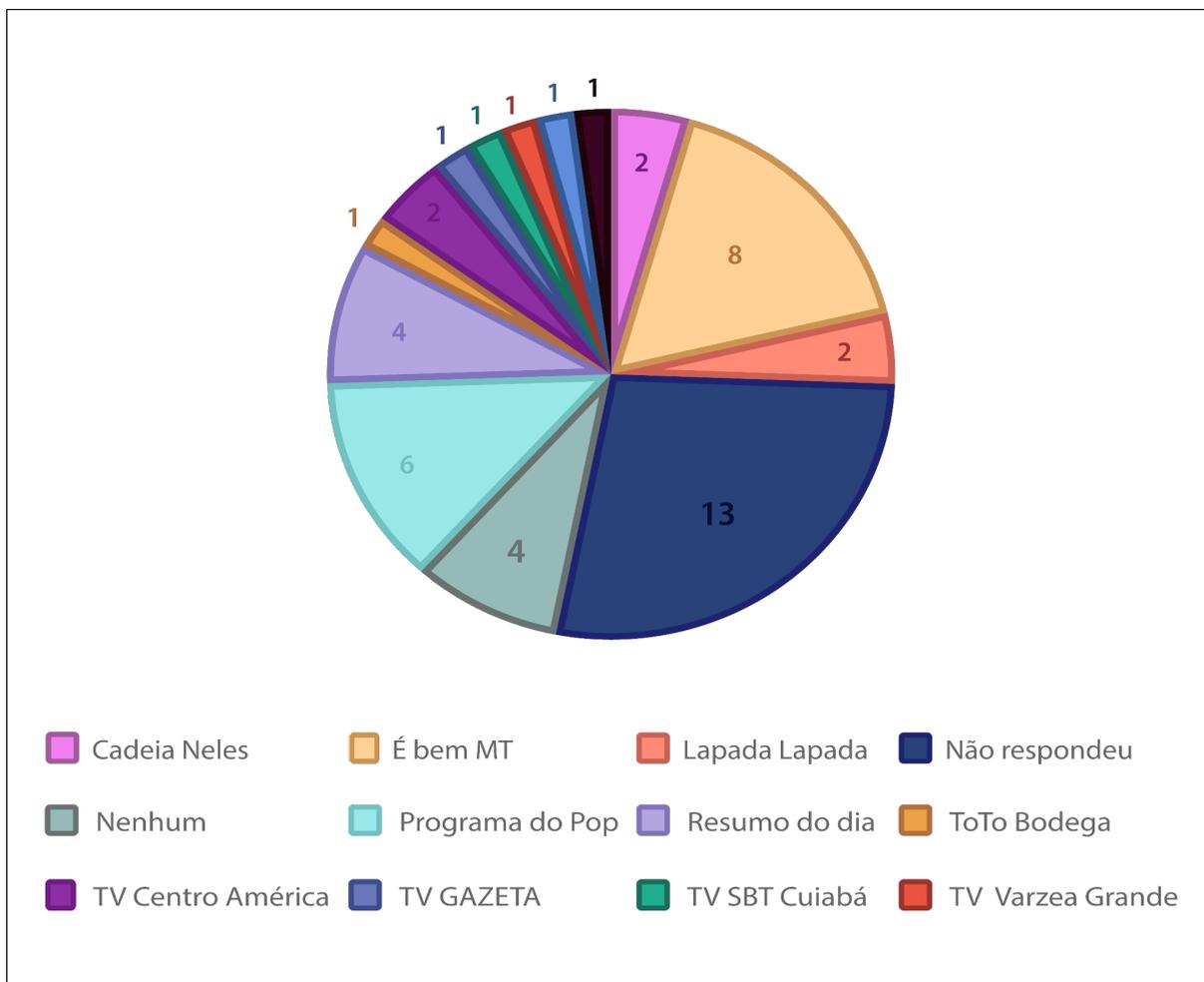
Fonte: CAMPELO (2022).

A pergunta 31 questionava: *Qual programa de TV de Cuiabá-MT melhor representa o falar cuiabano?* Os dados dispostos no gráfico abaixo revelam que 13 colaboradores não responderam; 8 citaram o programa *É bem MT*; 6 mencionaram o Programa do Pop; 4 relataram que nenhum programa faz essa representação; 4 apontaram o programa *Resumo do dia*; *Cadeia Neles*, *TV Centro América* e *Lapada Lapada* apareceram duas vezes. Os demais programas

⁹¹ Os números de respostas do gráfico ultrapassam o número de entrevistados porque alguns informantes citaram mais de um programa.

referenciados apareceram uma vez. Todas essas informações estão representadas no gráfico abaixo⁹².

Gráfico 24 - Programas de TV que representam o falar cuiabano



Fonte: CAMPELO (2022).

Os dados dispostos nos gráficos 16 e 18 mostram que os informantes são favoráveis à ocorrência do falar cuiabano nas mídias de Cuiabá-MT, mas na prática isso não acontece de forma expressiva ou os colaboradores não lembram o nome das programações. Isso pode ser evidenciado na leitura dos gráficos 23 e 24, os quais mostram que 24 informantes não responderam à questão 30⁹³ e 13 não responderam à pergunta 31⁹⁴. Outro aspecto revela que, apesar de o número de participantes favoráveis à representação do falar cuiabano no rádio ser

⁹² Da mesma forma que no gráfico 23, os números de respostas a deste gráfico superaram o número de entrevistados porque alguns informantes citaram mais de uma programação.

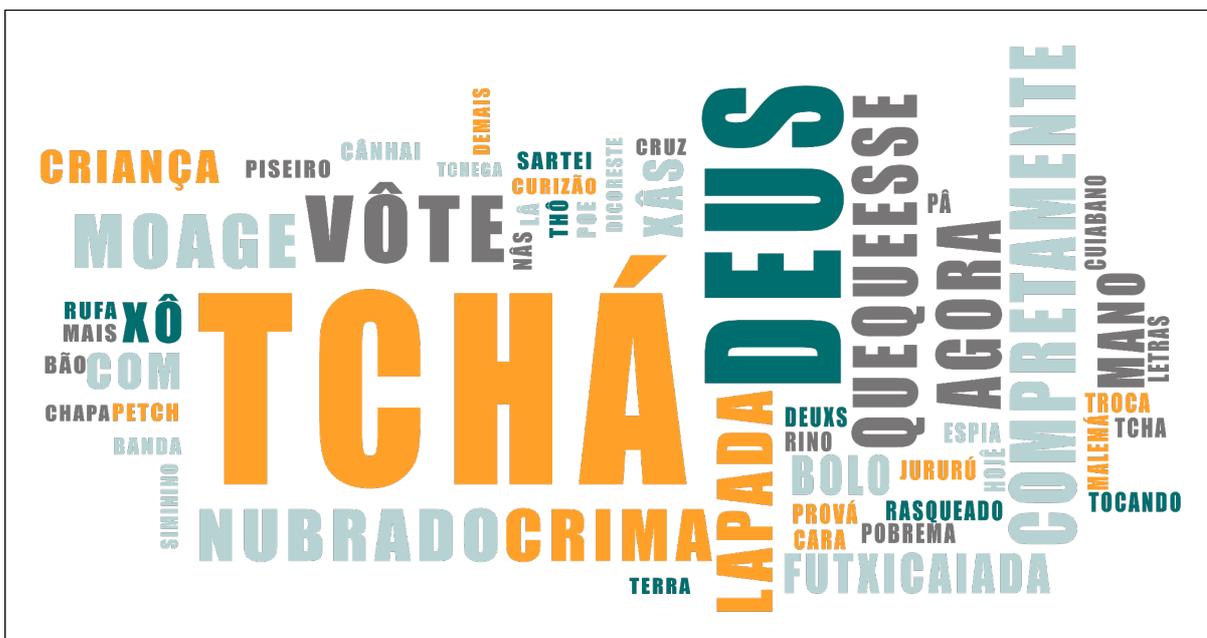
⁹³ Qual programa de rádio de Cuiabá-MT melhor representa o falar cuiabano?

⁹⁴ Qual programa de TV de Cuiabá-MT melhor representa o falar cuiabano?

maior que na TV, em Cuiabá-MT essa ocorrência acontece mais na televisão, isso pode ser evidenciado se comparados o gráfico 23 com o 24, contudo, os gráficos 21 e 22 revelam que isso ocorre praticamente na mesma proporção, sendo 61% para o rádio e 59% para a TV. Aqui, a ocorrência do falar cuiabano nos suportes midiáticos falados de Cuiabá-MT é maior no rádio, a diferença é de um sim a mais para esse suporte. Nessa direção, os dados dispostos nos gráficos 23 e 24 não dialogam com os dados dos gráficos 21 e 22. Esses gráficos deveriam ter a mesma direção, todavia, se contradizem. Uma hipótese é a de que os participantes podem não ter lembrado do nome das programações.

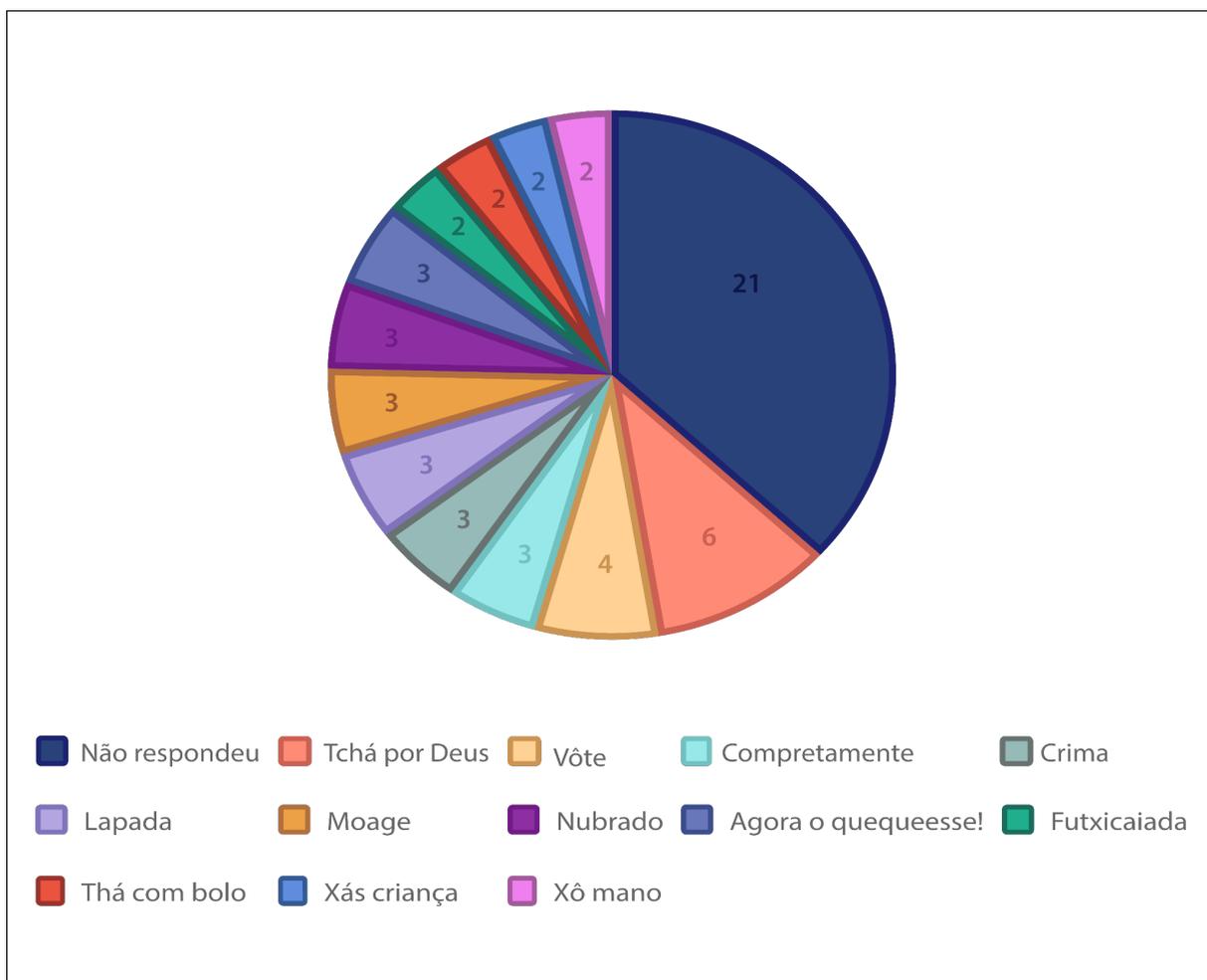
A pergunta 33 indagava: *Você pode dar exemplos de palavras/expressões apresentadas nesses programas que são típicas do falar cuiabano?* A nuvem de palavras e o gráfico a seguir revelam as palavras mais citadas pelos colaboradores.

9 - Variantes linguísticas cuiabanas na mídia



Fonte: CAMPELO (2022).

Gráfico 25 - Variantes linguísticas na mídia cuiabana



Fonte: CAMPELO (2022).

Conforme elucidado no gráfico acima⁹⁵, 21 nativos não responderam à questão 33; 6 mencionaram a expressão **Tchá por Deus**; 4 citaram a palavra **Vôte**. **Compretamente**, **Crima**, **Lapada**, **Moage**, **Nubrado** e **Agora o quequeesse!** apareceram 3 vezes; **Futxicaiaida**, **Tchá com bolo**, **Xás criança**, **Xô mano** foram citadas duas vezes. As palavras e expressões a seguir apresentadas foram referenciadas uma vez, não as expusemos no gráfico para não prejudicar a leitura desse, seguem os vocábulos e exepressões: **A troca nas letras L por R**, **As músicas cantadas**, **Cãnhai**, **Cuiabano de chapa e cruz**, **Demais de bão**, **Digoreste**, **Espia lá**, **Gurizão**, **Hojê**, **Jururú**, **Malemá**, **Pá terra**, **Petche**, **Pobrema**, **Poe Deuxs**, **Prová**, **Rasqueado**, **Rino no tcha cara**, **Rufa**, **Sartei de banda**, **Siminino**, **Tchá**, **Tchega mais**, **Tho**, **Tocando o piseiro**.

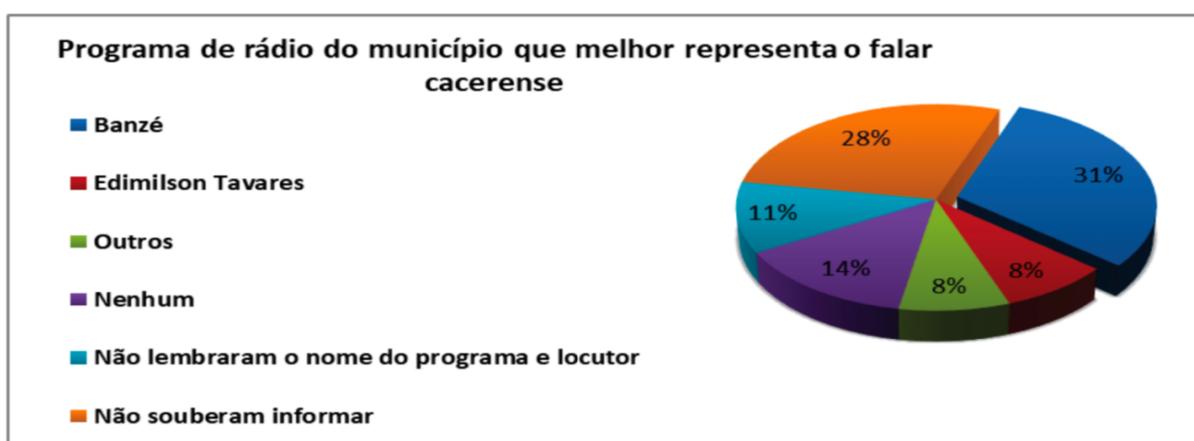
As contradições expressas nos gráficos 21, 22, 23 e 24 e as abstenções evidenciadas no gráfico 25 sinalizam a hipótese de que os informantes não lembram os nomes das

⁹⁵ Os números de respostas do gráfico superaram o número de entrevistados porque os informantes citaram mais de uma palavra.

programações, tampouco as variantes linguísticas difundidas nessas, pois, nas questões 27 e 28, correspondentes aos gráficos 21 e 22, a maioria dos colaboradores informou que há programações em que o falar dos locutores/apresentadores assemelham-se com o falar cuiabano, mas na hora de responder quais são essas programações, gráficos 23 e 24, a maioria dos informantes não respondeu. Assim, não lembrar o nome da programação é uma hipótese, pois as pessoas não se prendem a essa informação.

Essas asserções podem ser sustentadas com os dados encontrados em Cáceres-MT, pois lá há um programa de rádio que esbanja o falar local, o Banzé da Gatunada, ainda assim, 11% dos colaboradores não souberam informar o nome da programação ou do locutor, conforme expõe o gráfico a seguir.

Gráfico 26 - Programa de rádio do município que melhor representa o falar cacerense



Fonte: PEDROSO (2018).

Evidencia-se, no gráfico acima, que a maioria dos colaboradores citou o programa Banzé da Gatunada, 31%, contudo, é um número baixo quando relacionado com o gráfico a seguir, no qual a pergunta indagava: *Você considera que o falar apresentado em algum programa de rádio em Cáceres se assemelha com o falar cacerense? Por quê?*

Gráfico 27 - Programa de rádio no município cujo falar do locutor se assemelha com o falar cacerense



Fonte: PEDROSO (2018).

Logo, considerando que assim como em Cuiabá-MT, em Cáceres-MT, apesar de um número significativo de colaboradores responderem que há nessas regiões programas locais os quais representam o falar local, mas quando é solicitado para exporem quais são esses programas, os informantes abstêm-se, entendemos que esses não gravam o nome da programação.

A primeira hipótese levantada era não existir em Cuiabá-MT uma programação que esbanje o falar cuiabano. Mesmo os informantes dizendo, nas questões 27 e 28, que há esse tipo de programação, pode ocorrer que sim, que isso aconteça, mas de forma esporádica e por isso os informantes não lembram o nome da programação, tampouco as variedades/variantes linguísticas difundidas. Logo, a hipótese era de que a exposição do falar local acontece de forma esporádica, com a manifestação de uma ou outra variante, por isso os colaboradores responderam sim para as questões 27 e 28 (gráficos 21 e 22). Mas, ao relacionarmos os dados com os evidenciados em Cáceres-MT, essa hipótese não foi sustentada, pois, mesmo em Cáceres-MT, onde há um programa no qual o locutor fala do começo ao fim com o falar local, muitos não referenciaram essa programação.

É claro que, diante dos dados apresentados, observamos que não há em Cuiabá-MT, um programa que apresente, com o mesmo vigor, o falar local como o Banzé da Gatunada, difundido em Cáceres-MT. Isso mostra a necessidade de as mídias faladas locais de Cuiabá-MT representarem, por meio dos usos linguísticos, o falar cuiabano, considerado, por Macedo-Karim (2019), como patrimônio cultural⁹⁶, e pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato

⁹⁶ Reportagem disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=47621¬icia=o_falar_cacerense_e_um_patrimonio_cultural_que_precisa_ser_preservado_defende_professora. Acesso em novembro de 2021.

Grosso (SEC), “como patrimônio imaterial do estado, que deve ser protegido pelo poder público do risco de desaparecimento”⁹⁷. De acordo com a Portaria 17/2013, “o linguajar cuiabano é parte constitutiva da cultura de Mato Grosso, instrumento de saber que serviu como base para a consolidação da cultura regional e instrumento principal de comunicação entre as pessoas”.⁹⁸

Se a portaria considera esse falar como patrimônio que deve ser protegido pelo Estado de forma a não erradicar, uma forma de consolidar o que está previsto nessa redação é a difusão desse falar na mídia falada local cuiabana, e por meio da criação de políticas públicas. Nessa direção,

Para que as identidades étnicas sejam preservadas (inclusive as denominadas ‘línguas ameaçadas’; a esse respeito, ver Mey, 1994), é imperativo que as fundações de tal preservação sejam assentadas em uma sólida compreensão dos mecanismos que movem a nossa sociedade, e em uma disposição de combater as tendências dessa sociedade de reduzir a cultura – sendo incluídas aí as tradições étnicas e linguísticas – a uma questão de adaptação às férreas leis do comércio (MEY, 1998, p. 88).

Recentemente, isso aconteceu na campanha de vacinação do município, por meio do emprego da variante **xomaninhos**, conforme pode ser evidenciado na ilustração abaixo.

10 - Representação do falar cuiabano

⁹⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/05/linguajar-cuiabano-e-tombado-como-patrimonio-imaterial-de-mato-grosso.html>. Acesso em novembro de 2021.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.secel.mt.gov.br/-/linguajar-cuiabano-e-patrimonio-imaterial>. Acesso em novembro de 2021.



Fonte: Prefeitura de Cuiabá (2022).

Além disso, circulam, no aplicativo de mensagem WhatsApp, figurinhas com variantes como **Vôte**, **Q q é esse?**, **Ixpia esse**, todas evidenciadas no gráfico 6 deste estudo.

Findamos esta subseção evidenciando atitudes linguísticas positivas perante a ocorrência do falar cuiabano nas mídias faladas de Cuiabá-MT. Além de apresentarem atitudes linguísticas positivas perante a manifestação de variantes linguísticas cuiabananas nas mídias locais da comunidade, os participantes levantaram aspectos que são desencadeados por causa dessa manifestação. Dentre eles, podemos citar, inteligibilidade, aproximação, tradição, identidade, acolhimento, essência, todos enaltecidos e lembrados através dos usos linguísticos de locutores e apresentadores. A esse respeito, argumentamos que a manifestação de variantes linguísticas locais nas mídias municipais desperta nos nativos o sentimento de pertença, estabelecendo vínculos afetivos, resgatando memórias. Também, é uma forma de as novas gerações conhecerem a variedade linguística da comunidade, conforme evidenciado no fragmento 212 e, um jeito de lembrar, conforme a fala 274, determinados falares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa intentou identificar atitudes linguísticas em relação aos falares das mídias locais, evidenciando os usos linguísticos aceitos por essas mídias. Identificamos também atitudes linguísticas em relação à mídia falada cuiabana e ao falar cuiabano.

Os informantes, em sua maioria, revelaram atitudes linguísticas positivas perante o uso de falares locais nas mídias municipais; à manifestação do falar cuiabano na mídia falada de Cuiabá-MT.

Concernente às atitudes linguísticas frente ao falar cuiabano, as palavras mais recorrentes para descrever o falar local foram **engraçado** e **cultura**. Evidenciou-se que engraçado é um atributo que parte dos migrantes e os nativos repercutem, isso acontece em outras comunidades, portanto, atribuir essa característica a usos linguísticos faz parte das atitudes linguísticas dos sujeitos. O engraçado constitui-se na alteridade, o olhar do outro evoca esse atributo, o que nos leva a defender que, sem essa visão do outro, os nativos não possuiriam essa atitude linguística. Nesta senda, no âmbito linguístico, o que difere dos “meus” usos linguísticos é percebido como engraçado. A recorrência à palavra cultura confirma as citações apresentadas ao longo da tese da íntima relação cultura/língua

Somente quatro informantes apresentaram atitudes linguísticas negativas ante a variedade linguística local. Nessa direção, os colaboradores, em sua maioria, revelaram atitudes linguísticas positivas frente ao falar cuiabano, e palavras como **diferente**, **sotaque**, **característico**, **linguajar**, **admiração**, **dialeto**, **diferenciado** foram referenciadas para descrever a variedade linguística local.

Diante do exposto, torna-se cada vez mais evidente que os usos linguísticos abarcam muito mais que a comunicação, englobam e despertam sentimentos. Por meio da língua é estabelecido o sentimento de pertença, identidade. Ademais, é muito recorrente na fala dos entrevistados que o falar local diferencia os cuiabanos dos demais, essa atitude linguística também foi diagnosticada e recorrente nas entrevistas dos nativos de Cáceres-MT. É a língua simbolizando um povo!

Em relação aos sentimentos dos nativos com a variedade linguística local, a palavra mais recorrente foi **orgulho**, com 10 ocorrências. Assim, as respostas para a pergunta quatro⁹⁹ do questionário também evidenciam atitudes linguísticas positivas diante do falar local. A palavra cultura foi citada 8 vezes, mas de maneira distintas, **cultura**, **cultura rica**, **cultura**

⁹⁹ Qual o seu sentimento em relação ao falar cuiabano?

única, cultura viva. Aqui, fica ainda mais evidente a intrínseca relação da língua com a cultura. Nesta pergunta, somente um informante demonstrou atitude linguística negativa.

As respostas à pergunta seis¹⁰⁰ corroboram as atitudes linguísticas positivas das perguntas apresentadas anteriormente, pois a maioria dos informantes, trinta e dois, afirmaram não haver nenhuma característica linguística cuiabana que eles não apreciem. Isso ratifica as atitudes linguísticas expostas nas perguntas anteriores.

A subseção 5.2, Mídias faladas locais, diagnosticou preferências linguísticas em relação aos usos linguísticos das mídias locais. Nessa direção, por meio das questões dessa subseção, foi possível identificar as atitudes linguísticas dos informantes perante as mídias faladas locais. A esse respeito, os participantes prezam pela manifestação do falar local, argumentam que esses usos linguísticos estabelecem proximidade e identificação. Ademais, para os ouvintes/telespectadores, o modo de falar dos profissionais da mídia é capaz de promover a cultura. Assim, as respostas evidenciam que a preferência linguística dos ouvintes/telespectadores é pela manifestação de variedades/variantes linguísticas locais nas mídias faladas locais.

Na subseção 5.3, Mídias faladas cuiabanas, identificamos se os colaboradores são favoráveis ao uso do falar cuiabano nas mídias faladas cuiabanas. Verificamos também se há em Cuiabá-MT programações locais, nas quais os profissionais oralizam na variedade linguística da cidade. Os informantes, em sua maioria, 89%, mostraram-se favoráveis ao uso do falar cuiabano na mídia radialista da comunidade. As atitudes também foram positivas para a TV, dessa forma, 82% dos informantes são a favor da manifestação do falar local nas emissoras de TVs de Cuiabá-MT.

Em relação à existência de programações nas quais os profissionais falam com a variedade linguística local, os números não foram tão significativos quando relacionados aos resultados obtidos nas demais questões do questionário. A esse respeito, 61% dos informantes disseram existir em Cuiabá-MT programas de rádio que representam o falar local, para a TV a porcentagem foi de 59%. Contudo, quando solicitado o nome da programação de rádio e TV de Cuiabá-MT, que melhor representa o falar local, houve muita abstenção, sendo 24 omissões para o rádio e 13 para a TV. Esses dados contrapõem, de duas maneiras, as porcentagens anteriormente citadas, primeiro porque a maioria dos colaboradores disse existir em Cuiabá-MT programas de TV e rádio que retratam o falar local, sendo 61% para o rádio e 59% para TV, mas quando indagados sobre o nome da programação, a maioria não respondeu; outro

¹⁰⁰ Há alguma variante cuiabana que você não aprecia?

contraponto é que a quantidade de informantes que disse existir, em Cuiabá-MT, programação de rádio que representa o falar local é maior que a porcentagem da TV, porém a quantidade de colaboradores que não informou o nome da programação foi maior para o rádio.

A subseção 5.3 confirmou e reforçou as atitudes linguísticas positivas perante o falar cuiabano, evidenciadas na subseção 5.1, na qual os nativos entrevistados revelaram verdadeiro apreço pelo falar local. Isso se confirma na subseção 5.3, uma vez que os colaboradores se mostraram favoráveis à ocorrência desse falar nas mídias faladas cuiabanas.

Comparando com a subseção 5.2, a subseção 5.3 novamente evidenciou as atitudes linguísticas positivas dos nativos entrevistados em relação ao falar cuiabano, pois receávamos os nativos serem favoráveis à manifestação de falares locais nas mídias faladas locais e contra a ocorrência do falar cuiabano na mídia de Cuiabá-MT. Nesse caso, as atitudes linguísticas frente à variedade linguística cuiabana seriam negativas, felizmente, isso não aconteceu. A esse respeito, as perguntas da subseção 5.2 estão relacionadas com as preferências linguísticas das mídias faladas locais em geral, ao passo que na subseção 5.3 as perguntas dizem respeito, especificamente, às mídias faladas cuiabanas.

Os dados mostram que as atitudes identificadas nas entrevistas confirmam nossa hipótese inicial, na qual julgávamos que os informantes apresentariam atitudes positivas frente ao falar cuiabano; a usos linguísticos locais nas mídias faladas locais e ao uso do falar cuiabano na mídia falada de Cuiabá-MT. Dessa forma, evidenciamos, por meio dos dados obtidos, que os cuiabanos apresentam atitudes linguísticas positivas perante os temas pesquisados.

Colocamos em relevo a relevância social desta pesquisa, pois consideramos que as atitudes influenciam na permanência ou erradicação de um falar. Além disso, os informantes e sua comunidade serão beneficiados com este estudo no âmbito linguístico, pois esta pesquisa contribui para a valorização da realidade linguística da comunidade pesquisada, para que não se perca esse traço identitário de Cuiabá-MT. Para além, a partir da pesquisa, acreditamos que um dos grandes benefícios seja contribuir para a representatividade do falar local nas mídias locais.

Além dos benefícios supracitados, intentamos por meio desta pesquisa possibilitar o interesse para produções relacionadas ao falar nos suportes midiáticos e para as pesquisas na área da Sociolinguística, sobretudo as que tratem de atitudes linguísticas em Mato Grosso. A partir deste estudo, compreendemos como ocorrem os julgamentos em relação aos usos linguísticos da mídia, estimulando novas pesquisas, que podem contribuir para desencadear nos falantes o sentimento de valorização do falar local.

Dessa forma, ansiamos que esta pesquisa possa colaborar para o desenvolvimento de trabalhos sobre atitudes linguísticas e em relação ao falar das mídias locais. Argumentamos a favor da relevância deste estudo no sentido de que é importante saber como as pessoas julgam as variedades linguísticas empregadas na sociedade e mais especificamente na mídia, pois as atitudes propiciam a erradicação ou a permanência dos falares. Logo, há a necessidade do mapeamento das atitudes linguísticas do Brasil e de trabalhos em Sociolinguística que coloquem a mídia em seu escopo. Nesse caminho, “Urge também a educação para as mídias, para compreendê-las, criticá-las e utilizá-las da forma mais abrangente possível” (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p. 33).

Pretendemos, em estudos futuros, identificar se as atitudes linguísticas evidenciadas nesta pesquisa acontecem quando os informantes ouvem as variedades/variantes linguísticas locais nas mídias faladas locais. Para isso, seriam necessárias gravações nas quais traços linguísticos cuiabanos se manifestem, os ouvintes/telespectadores deveriam avaliar esses traços, manifestando se são favoráveis ou não à ocorrência desses nas mídias faladas locais. Além disso, através da escuta, os ouvintes deveriam responder sobre o grau de confiabilidade, escolaridade, entre outros atributos, do locutor/jornalista.

Por último, socializamos as considerações finais deste estudo, evidenciando que há muito a se pesquisar, pois as respostas dos participantes despertaram novas reflexões, e isso é inevitável em pesquisas de campo, pois os informantes sempre trazem à baila questões muitas vezes não previstas pelos pesquisadores. Tal fator é significativamente importante, pois permite o surgimento de novas pesquisas e evidencia a relevância das pesquisas de campo, pois, muitas vezes, enquanto pesquisadores, não percebemos aspectos que somente os entrevistados conseguem vislumbrar.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. IN ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini. *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. 1ª ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras*. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112, maio/ago. 2008.
- ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini. *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. 1ª ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.
- ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. *Vogais do falar ribeirinho cuiabano*. Tese. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2009.
- AMORIM, Lauro Maia; SANTI, Bianca Trindade di. *Norma Padrão, Norma Culta e Hibridismo Linguístico em traduções de artigos do New York Times*. Cad. Trad., Florianópolis, v. 39, nº 3, p. 111-131, set-dez, 2019.
- AMARAL, Algecira Castro. *A influência da telenovela Porto dos Milagres na mudança de comportamento dos telespectadores: um estudo de caso de recepção nas colônias de pescadores do Rio Grande do Norte, sob a luz do Merchandising Social*. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set de 2002.
- AMARAL, Ana Carolina Vieira do; BARBOSA, Karina Gomes. *Jornalismo, afetos e a cidade: inventário afetivo de jornais impressos marianenses*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Salto SP – 17 a 19/06/2016.
- ANDRADE, Rafaela Cristina Oliveira de; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; DIONÍSIO, Cynthia Israelly Barbalho. *Onde os sotaques não têm vez? políticas linguísticas percebidas no telejornalismo brasileiro*. 2014.
- ARRUDA, Rafael. *Comunicação inteligente e Storytelling: para alavancar negócios e carreiras*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico. O que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim! em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BAGNO, Marcos. *Norma linguística, hibridismo & tradução*. Traduzires 1, 2012.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

BARP, Luiz Fernando Greiner. *Simpósio Internacional de Comunicação* (1.: 2016: Frederico Westphalen, RS).

BATISTA, Ana Lúcia de Medeiros. *NOTICIADOR-NOTICIADO: Perfis de jornalistas numa sociedade em midiatização*. Tese. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. 2013.

BATISTA, Christyann Lima Campos; FIGUEIREDO, Marcos Arruda Valente de. *O local no nacional: um debate sobre os sotaques no telejornalismo de rede no Brasil*. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

BEVILAQUA, Raquel; JUNIOR, José Ferreira Machado. *Diversidade linguística e preconceito na análise da representação léxico-gramatical da sociolinguística na mídia*. Fórum linguístico, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 182-193, jul./set. 2013.

BEZERRA, Camila de Lima; RABAY, Gloria. *Presença do sotaque nordestino no telejornalismo brasileiro*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Recife - PE – 14 a 16/06/2012.

BORTONI-RICARDO, Stela Maria. *Nós chegemos na escola, e agora?* São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stela Maria. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. Parábola, 2004.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no norte do Paraná*. Tese. Universidade Estadual de Londrina, 2013.

BRAGA, Ana Maria; MENDES, Conrado Moreira; MATTE, Ana Cristina Fricke. *Euforia e disforia do /r/ retroflexo da apresentadora Ana Maria Braga*. UFMG. Cadernos de Semiótica Aplicada, Vol. 6.n.2, 2008.

BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Tese. Instituto de Estudo da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. 1997.

BUSSE, Sanimar; SELLA, Aparecida Feola. *Uma análise das crenças e atitudes linguísticas dos falantes do Oeste do Paraná*. Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 15, n. 1, p. 77-93, jun. 2012.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Língua e cultura*. Revista Letras - ISSN 0100-0888 (versão impressa) e 2236-0999 (versão eletrônica).

CARVALHO, Elizabeth. IN: NOVAES, Adauto. *Anos 70: ainda sob a tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Editora Senac Rio, 2005.

CAMACHO, Roberto Gomes. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola, 2013.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3ª. ed. Rio de Janeiro, 1979.

COELHO, Izete Lehmkuhl, et al. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo, Contexto. 2015.

CORBARI, Clarice Cristina. *Crenças e atitudes linguísticas de falantes de Irati (PR)*. Signum: Estud. Ling., Londrina, n. 15/1, p. 111-127, jun. 2012.

CORBARI, Clarice Cristina. *Atitudes linguísticas: Um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2013.

CORNO, Dal Mantovani Olivia Giselle. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul, RD: Educs, 2010.

COSTA, Adriana Freitas da Silva; SANTOS, Frederick O'Hara Alves dos; NASCIMENTO, Jaciara Barreto de Castro. *Dos falares do Brasil ao falar do Nordeste*. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió – AL – 15 a 17 de junho 2011.

COTES, Cláudia Simone Godoy. *O estudo dos gestos vocais e corporais no telejornalismo brasileiro*. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008.

COX, Maria Inês Pagliarini. *Pedagogias da língua: muito siso e pouco riso*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 63, p. 135-148, maio/ago. 2004.

COX, Maria Inês Pagliarini. IN ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini. *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. 1ª ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

COX, Maria Inês Pagliarini. *Estudos linguísticos no/do Mato Grosso – o falar cuiabano em evidência*. 2009.

DETTONI, Rachel do Valle. *A concordância de gênero na anáfora pronominal: variação e mudança linguística no dialeto da baixada cuiabana - Mato Grosso*. Tese. Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

DETTONI, Rachel do Valle. IN ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini. *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. 1ª ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

EIRÓ, Jessiléia Guimarães; NETO, Raimundo Silva. *Mídia e língua portuguesa: contatos e conflitos com os estudos sociolinguísticos*. VERBUM – CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (ISSN 2316-3267), n. 6, p. 83- 93, 2014.

EVANGELISTA, Amanda Falcão; ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro. *Assim Fala a Notícia: Sotaques e Regionalismos no Telejornalismo Paraibano*. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa - PB – 15 a 17/05/2014.

FARACO, Carlos Alberto. IN: *Linguística da norma*. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FERREIRA, Marli Saleti Ferraz Dias. *Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Paulo, 2010.

FERREIRA, Raquel Marques Carriço; SANTOS, Adriana da Rosa. *Telejornalismo regional: os critérios de noticiabilidade exibidos no bom dia Sergipe*. Revista ALTERJOR. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA - USP) Ano 05 – Volume 01 - Edição 09 - Janeiro-Junho de 2014.

FILHO, Flávio Ferreira Lisboa. *Mídia Regional: gauchidade e formato televisual no Galpão Crioulo*. Tese. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo. 2009.

FIORIN, José Luiz. *Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia*. 2008.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. *A língua portuguesa no Brasil*. Conceitos. 2004.

FRANCO, Amanda Pinto. *O sotaque no telejornalismo: padrão ou preconceito?* - XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Mossoró - RN – 12 a 14/06/2013.

FREDERIKO, Luz Silva. *Atitudes sociolinguísticas de estudantes do Ensino Fundamental em relação à disciplina escolar Língua Portuguesa*. Dissertação. 2014.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; CORNO, Dal Mantovani Olivia Giselle. *Estigma: cultura e atitudes linguísticas*. Caxias do Sul, RD: Educus, 2010.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo; DOBRANSZKY, Enid Abreu; LAPLANE, Adriana Lia Frizman. *Mídia Impressa E Educação Científica: Uma Análise Das Marcas do funcionamento discursivo em três publicações*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 63, p. 215-236, maio/ago. 2004.

ILARI, Rodolfo. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

KARIM, Taisir Mahmudo. KARIM, Jocineide Macedo. IN: KARIM, Taisir Mahmudo. DI RENZO, Ana Maria. BRESSANIN, Joelma Aparecida. KARIM, Jocineide Macedo (Orgs). *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

LAMBERT, W.W.; LAMBERT, W. E.L. “A significação social das atitudes” In: *Psicologia social*. 5ª ed. Trad. D. Moreira. – Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975. (p. 98-135).

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMA, José Leonildo. *A variação na concordância do gênero gramatical no falar cuiabano*. Tese. Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2007.

LIMA, José Leonildo. *O falar cuiabano: A arquitetura morfossintática do gênero*. Universidade do Estado de Mato Grosso – Brasil. Ecos. Edição nº 01 – Janeiro, 2004.

LOPES, Leonardo Wanderley. *Preferências e atitudes dos ouvintes em relação à variação linguística regional no telejornalismo*. Tese. Programa de Pós- Graduação em Linguística. João Pessoa, 2012.

LOPES, Leonardo Wanderley, et al. *Sotaque e telejornalismo: evidências para a prática fonoaudiológica*. 2013.

LOPES, Leonardo Wanderley. Estilo e atitudes linguísticas quanto ao processo de palatalização das oclusivas Dentais. Revista da ABRALIN, v.14, n.1, p. 247-272, jan./jun. 2015.

LOPES, Leonardo Wanderley, et al. *Preferências dos ouvintes em relação ao sotaque regional em contexto formal e informal de comunicação*. Rev. CEFAC. 2014 Mai-Jun; 16(3):949-956.

MACEDO-KARIM, Jocineide. *A Variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT*. Dissertação. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Araraquara-SP, 2004.

MACEDO-KARIM, Jocineide. *A comunidade São Lourenço em Cáceres-MT: Aspectos linguísticos e culturais*. Tese. Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp. Campinas-SP, 2012.

MARIANI, Bethania. IN: *Política da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MARINHO, Gláucia dos Santos. *Mídia televisiva e variação linguística: influências no ensino de língua portuguesa*.

MARQUES, Inês Astreia Almeida. *A mídia e o empréstimo de variantes para novas construções de linguagem e de sentidos: primeiras aproximações*.

MATEUS, Maria Helena Farmhause da Graça Mira. IN: *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Suzana Alice Marcelino Cardoso, Jacyra Andrade Mota, Rosa Virgínia Matos e Silva (orgs). 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

MEDITSCH, Eduardo. *A nova era do rádio: o discurso do radiojornalismo enquanto produto intelectual eletrônico*. 1997.

MENDES, Conrado Moreira. *O falar do Jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica*. Monografia. Curso de Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

MENDES, Conrado Moreira. *A expressão e o conteúdo da fala do jornal nacional*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2009.

MEY, Jacob L. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

MILROY, James. IN: *Política da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MORAES, Érika de. *Jornalismo e Linguística: uma proposta de InterComunicação*. 2004.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Ilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, Cristiane de Melo; COSTA, Ana Cecília da. *A variação linguística na mídia digital: uma análise do jornal folha de s. paulo*. 2017.

ORLANDI, Eni P; GUIMARÃES, Eduardo. IN: *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Eni P. Orlandi (org). Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, Eni P. *O que é linguística*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PACHECO, Cíntia da Silva. *Padrões Sociolinguísticos na concordância de gênero na baixada cuiabana*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília. 2010.

PALMA, Maria Luíza Canavarros. *Variação fonológica na fala de Mato Grosso: um estudo sociolinguístico*. Dissertação. Departamento de Letras Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1980.

PALMA, Maria Luíza Canavarros. IN ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago; COX, Maria Inês Pagliarini. *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. 1ª ed. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

PASTORELLI, Daniele Silva. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Capanema: um estudo da relação do português com as línguas de contato*. Universidade Estadual de Londrina, 2011.

PEDROSO, Fernanda de Souza. *Mídias faladas locais: um estudo sobre linguísticas em Cáceres-MT*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Cáceres-MT, 2018.

PICINATO, Pricila Balan. *Diga-me como falas e eu direi quem és: um estudo sociolinguístico da fala "caipira" na cidade de Sales Oliveira-SP*. Tese. Programa de Pós Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, 2018.

POSSARI, Lúcia Helena Vendrusculo. Falar e dizer cuiabano na mídia: signos que se renovam. In: Cox, M. I. P. & Santiago Almeida, M. M. (orgs.). *Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso*. Cuiabá: Cathedral, 2005.

POSSENTI, Sírio. *Língua na Mídia*. 1ª ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

POSSENTI, Sírio. *Malcomportadas línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998.

RAMOS, Luciana de Menezes; LIRA, Zulina Souza de; ROAZZI, Antonio. *Sotaque e telejornalismo: representações de comunicadores de mídia nordestinos*. Rev. CEFAC. 2015.

RAMOS, Luciana de Menezes. *Representações de comunicadores de mídia nordestinos sobre sotaque*. Universidade Federal de Pernambuco, CCS. Programa de Pós-Graduação em Saúde da Comunicação Humana, 2015.

RIBEIRO, Santuza Naves; BOTELHO, Isaura. IN: *Anos 70: Ainda sob tempestade*. Rio de Janeiro: Aeroplano: Editora Senac Rio, 2005.

SANTOS, Emmanoel dos. *Certo ou Errado?: Atitudes e Crenças no ensino da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHERRE, Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo. Parábola Editorial, 2005.

SCHERRE, Marta Pereira. IN: *Linguística da norma*. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Tradução: Fernando Tarallo [et al.] – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SILVA, Adriana Fernandes. *Identidade e representações no telejornalismo regional: o caso da TV Tem Bauru*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, Myrian Barbosa da. IN: *Linguística da norma*. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SILVA, Eunice Gomes da; LIMA, Adriana Alves de. *Língua padrão, mídia e preconceito linguístico*. 2016.

SILVA, Mayara da Costa e. *Regionalização no Webjornalismo Piauiense: Estudo Do Portal Cidade Verde, Teresina – Piauí*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.

SILVA, Thayane Verçosa da. *Quando o errado está certo! Um experimento sociolinguístico!* (UERJ). 2015.

SILVA, Greize Alves. IN RAZKY, Abdelhak; GUSMÃO, Elisângela. *Pesquisas em crenças e atitudes linguísticas*. Araraquara: Letraria, 2019.

SILVA, Paulo Cesar Garré; SOUSA, Antonio Paulino de. *Língua e Sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural*. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 10, n. 3, set/dez. 2017.

SILVA, Rogério dos Santos, et al. *Crítérios de noticiabilidade, valores-notícia e jornalismo de proximidade para o local desenvolvimento regional/local*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017.

SCOPARO, Tania Regina Montanha Toledo; MIQUELETTI, Eliane Aparecida. *Variação linguística: língua portuguesa e o preconceito na mídia*. 2017.

SOUZA, Wesley Anjos de; MAGNONI, Antonio Francisco; MIRANDA, Giovani Vieira. *Mapeamento dos meios de comunicação e do consumo de informação jornalística local na*

microrregião de Bauru. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 12 - Volume 1 - Janeiro-Junho de 2018.

SOUZA, Socorro Cláudia Tavares de; ANDRADE, Rafaela Cristina Oliveira de. DIONÍSIO, Cynthia Israelly Barbalho. *Sotaque no telejornalismo brasileiro: uma questão de política linguística*. 2015.

WEBER, Andréa F. *O ensino de língua portuguesa nos cursos de jornalismo e o discurso sobre a língua na imprensa*. *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n.º 38, junho de 2009. p. 130-145.

WEBER, Andréa F. *A circulação da ciência da linguagem no jornalismo científico*. Anais do SITED Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso Porto Alegre, RS, setembro de 2010. Núcleo de Estudos do Discurso Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

WEBER, Andréa F. *Políticas de língua e mídias no Mercosul: um estudo enunciativo de jornais de fronteira*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria – RS, 2013.

ZAMIN, Ângela Maria. *A discursivização do local-fronteira no jornalismo: estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias*. Universidade do Vale dos Rios dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2008.

REFERÊNCIAS WEBGRÁFICAS

Linguajar cuiabano é patrimônio imaterial. Disponível em: <http://www.secel.mt.gov.br/-/linguajar-cuiabano-e-patrimonio-imaterial>. Acesso em novembro de 2021.

Linguajar cuiabano é tombado como patrimônio imaterial de Mato Grosso. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/05/linguajar-cuiabano-e-tombado-como-patrimonio-imaterial-de-mato-grosso.html>. Acesso em novembro de 2021.

O falar cacerense é um patrimônio cultura que precisa ser preservado. Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=47621¬icia=o_falar_cacerense_e_um_patrimonio_cultural_que_precisa_ser_preservado_defende_professora. Acesso em novembro de 2021.

Quando se trata de português falado, não existe certo e errado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NxQmBBgPrp8>. Acesso em agosto de 2021.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Caro participante,

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Unemat pelo telefone: (65) 3221-0067.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do projeto: MÍDIAS LOCAIS: PREFERÊNCIAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE TELESPECTADORES DE CUIABÁ-MT. Responsável pela pesquisa: Fernanda de Souza Pedroso Campelo. Endereço e telefone para contato: Rua Veneza, 340. Bairro: Jardim Itália II – Sinop/MT - Fone: (66)999676551. Equipe de pesquisa: Fernanda de Souza Pedroso Campelo e Profa. Dra. Jocineide Macedo Karim.

Esta pesquisa, inscrita na linha de pesquisa Estudo de Processos de Variação e Mudança do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística, objetiva identificar atitudes linguísticas de cuiabanos nativos em relação à ocorrência de variedades linguísticas locais nas mídias locais. Intentamos saber se os nativos são favoráveis ou contra à ocorrência dessas variedades na mídia cuiabana. Nessa via, a pergunta condutora do estudo será: você é contra ou a favor à ocorrência de falares locais nas mídias locais? A hipótese é a de que o telespectador nativo cuiabano é favorável à representação de seu falar na mídia local. A escolha por essa temática ocorreu porque acreditamos que a mídia influencia significativamente nas atitudes e nos usos linguísticos dos falantes. Devido a essa influência, defendemos que a propagação de usos linguísticos locais nas mídias locais, desencadeará a valorização dessas variedades.

Riscos possíveis e soluções

Esta pesquisa apresenta risco mínimo, elencaremos para você esses riscos e as soluções.

Você poderá sentir que suas atividades cotidianas foram interrompidas, mas considerando que a pesquisa ocorrerá de forma virtual/remota, você escolherá o melhor momento para responder ao questionário, de forma que não atrapalhe seus afazeres cotidianos. Talvez, você fique inseguro em participar da pesquisa. Quanto a isso, você não precisa ter receio, pois trabalhamos dentro dos princípios éticos, e antes que iniciássemos essa coleta, esse trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT, e caso tenha alguma dúvida, você pode entrar em contato através do telefone (65) 3221-0067 ou pelo e-mail cep@unemat.br. Você pode ter medo que seus dados sejam expostos, mas isso não ocorrerá, pois em nenhuma circunstância revelaremos a identidade dos participantes da pesquisa, os entrevistados, serão nomeados de informante 1, 2, 3 e assim sucessivamente. Assim, a pesquisadora responsável assume que os sujeitos da pesquisa não serão identificados em qualquer das formas de divulgação do estudo e de seus resultados, preservando, dessa forma, o anonimato dos mesmos. Os questionários serão armazenados em arquivos pessoais, e só terão acesso aos dados a pesquisadora e, caso solicitado, a orientadora. No primeiro momento, você pode se sentir incapaz de responder ao questionário, mas assim que você ler as perguntas, perceberá que é totalmente capaz de respondê-las, pois são perguntas de cunho pessoal, ou seja, basta você emitir sua opinião a respeito do que está sendo perguntado. Nessa direção, não há respostas certas e erradas, basta você expor sua opinião. Ademais, o questionário está com uma linguagem simples e clara, com perguntas acessíveis de compreensão. São perguntas pessoais, com aspectos como: O que você acha? Na sua opinião. Você acredita. Todavia, caso você tenha alguma dúvida, não excite em contatar a pesquisadora, o telefone para contato está disponível no início deste termo. Pode ser que você desconfie da pesquisa, da pesquisadora e da instituição responsável. Nesse caso, basta contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNEMAT para maiores informações a respeito da pesquisa, o número desse órgão está disponível neste termo. Você pode achar que suas respostas serão julgadas. A esse respeito, conforme exposto, não há respostas certas ou erradas, importa somente a sua opinião. Assim, nós não emitimos juízo de valor ou julgamento, também não o aconselhamos, queremos somente a sua opinião.

Benefícios:

Os informantes e sua comunidade serão beneficiados com este estudo no âmbito linguístico, uma vez que esta pesquisa intenta contribuir para a valorização da realidade linguística da comunidade pesquisada. Em um âmbito geral, permitirá a reflexão sobre o falar cuiabano, para que não se perca esse traço identitário de Cuiabá. Para além, a partir da pesquisa, acreditamos

que uns dos grandes benefícios seja contribuir para representatividade do falar local nas mídias locais. Ademais, os benefícios esperados, por meio desta pesquisa, são: possibilitar o interesse para produções relacionadas ao falar nos suportes midiáticos e para as pesquisas na área da Sociolinguística, sobretudo as que tratem de atitudes linguísticas em Mato Grosso. A partir deste estudo, poderemos compreender como ocorre os julgamentos em relação aos usos linguísticos da mídia, estimulando novas pesquisas, que podem contribuir para desencadear nos falantes o sentimento de valorização do falar local.

O informante receberá uma cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e terá liberdade de retirar o Consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhante/tratamento usual. Assinar a última página e rubricar as demais.

Local e data: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

CPF ou RG: _____

FERNANDA DE SOUZA PEDROSO CAMPELO
Responsável pela pesquisa

ANEXO II

INSTRUMENTO DE COLETA

Ficha de identificação do entrevistado

O entrevistado

1.1. Nome:

1.2. Sexo:

1.3. Idade:

1.4. Naturalidade:

1.5. Estado civil:

1.6. Naturalidade da esposa/o:

1.7. Escolaridade:

1.8. Profissão:

1.9. Atualmente:

1.10. Endereço atual:

2. O pai

2.1. Naturalidade:

3. A mãe

3.2. Naturalidade:

O roteiro da entrevista

1. O que você acha do falar cuiabano?
2. Você considera o falar cuiabano diferente em relação aos outros falares do estado de MT? Por quê?
3. Existem situações em que você tem vergonha de falar com sotaque regional? Por quê?
4. Qual seu sentimento em relação ao falar cuiabano?
5. Cite alguns traços linguísticos cuiabanos.

6. Há alguma variante linguística cuiabana que você não gosta?¹⁰¹
7. O que você acha do veículo de comunicação rádio?
8. Você escuta rádio? Com que frequência?
9. Como você acha que deve ser o falar dos locutores do rádio?
10. E o que você acha das TV locais?
11. Você assiste TV local? Com que frequência?
12. E em relação a TV local, como você acha que deve ser o falar dos apresentadores, repórteres?
13. Você acha que existe jeito certo e errado de falar no rádio?
14. Você acha que existe jeito certo e errado de falar na TV local?
15. Você acha que no rádio os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?
16. E na TV local, você acha que os apresentadores, repórteres e locutores podem utilizar falares característicos do município? Por quê?
17. Você acha que os locutores de rádio podem apresentar sotaques regionais em suas falas durante as programações? Por quê?
18. E na TV local, você acha que os apresentadores e repórteres podem apresentar o sotaque regional em suas falas? Por quê?
19. Cite três palavras que representam/definem mídias locais.
20. Em relação a transmissão das notícias da cidade de Cuiabá, você prefere escutá-las no rádio ou na televisão? Por quê?
21. Você é favorável ao uso do falar cuiabano no rádio? Por quê?
22. E na TV local, você é favorável ao uso desse falar? Por quê?
23. Você considera correta a ocorrência do falar cuiabano no rádio? Por quê?¹⁰²
24. E na TV local, você considera correta a ocorrência desse falar? Por quê?¹⁰³
25. Dentre os programas de rádio veiculados aqui em Cuiabá-MT, você tem algum programa favorito? O que lhe agrada nesse programa?
26. E na TV local de Cuiabá-MT, você tem algum programa favorito? O que lhe agrada nesse programa?
27. Você considera que o falar apresentado em algum programa de rádio em Cuiabá se assemelha com o falar cuiabano? Por quê?

¹⁰¹ No momento da entrevista perguntar: Existe algum falar cuiabano que você não gosta?

¹⁰² No momento da entrevista perguntar: Você acha correto usar o falar cuiabano no rádio? Por quê?

¹⁰³ No momento da entrevista perguntar: E na TV local, você acha correto usar esse falar? Por quê?

28. E na TV local, há algum programa no qual a fala do apresentador se assemelha com o falar cuiabano? Se sim, exemplifique.
29. E na mídia digital local, (Facebook, Instagram, Site, entre outros), há a representação do falar cuiabano? Se sim, exemplifique.
30. Qual programa de rádio de Cuiabá-MT melhor representa o falar cuiabano?
31. Qual programa de TV de Cuiabá-MT melhor representa o falar cuiabano?
32. Qual mídia digital de Cuiabá-MT melhor representa o falar cuiabano?
33. Você pode dar exemplos de palavras/expressões apresentadas nesses programas que são típicas do falar cuiabano?
34. Qual(s) das emissoras de TV a seguir melhor representa o falar cuiabano?
- () TV centro América
 - () TV Vila Real
 - () TV Pantanal
 - () TV cidade verde
 - () TV Cultura
 - () TV TBO
 - () Nenhum
 - () Outros. Qual? _____
35. Qual(s) das emissoras de rádio a seguir melhor representa o falar cuiabano?
- () Gazeta FM
 - () Rádio Vila Real
 - () Cultura Fam
 - () Jovem Pan
 - () Centro América Easy
 - () Band FM
 - () Nenhum
 - () Outros. Qual? _____